

CRISTO

Autor: Pietro Ubaldi

**Tradutores: Manuel Emygdio da Silva
e
Romano Galeffi**

ÍNDICE

Primeira Parte — A FIGURA DE CRISTO

Prefácio

- I — Tudo-Uno-Deus
- II — O Fenômeno da Queda
- III — A Via Crucis de Cristo
- IV — A Nova Figura do Crista
- V — O Choque entre Sistema e Anti-Sistema
- VI — Necessidade Mitológica
- VII — O Método da Não Violência
- VIII — Ciclo Involutivo-Evolutivo

Segunda Parte — EVANGELHO E PROBLEMAS SOCIAIS

- IX — A Justiça Social
- X — O Sermão da Montanha
- XI — Pobres e Ricos

Cristo

Pietro Ubaldi

- XII — O Ideal na Terra
- XIII — A Origem da Justiça Social
- XIV — A Economia do Evangelho
- XV — Valores Terrenos
- XVI — Valores Espirituais
- XVII — Finalidades da Vida
- XVIII — Ofendido e Ofensor - Seus Destinos
- XIX — A nova Técnica de Relações Sociais
- X — Principio de Retidão
- Conclusão

Cristo

Primeira Parte

A Figura de Cristo

PREFÁCIO

O presente volume é dividido em duas partes: a primeira diz respeito à "figura do Cristo", a segunda ao "Evangelho e problemas sociais". Do Cristo se fala freqüentemente nos 24 volumes da Obra. É assim que neste, que é o último deles, são expostos apenas os aspectos do tema não tratados anteriormente. Na segunda parte é exposta, deduzida do Evangelho, a doutrina de Cristo, sobretudo no seu aspecto social, que é o que mais interessa ao nosso mundo moderno.

Cristo e a sua doutrina são, neste volume, apresentados em forma diferente da tradicional, baseada no amar e no crer. Aqui, em vez, quisemos adotar a psicologia dos novos tempos, baseada no pensar e no compreender. Nos damos conta de que hoje vivemos em plena crise religiosa, que é crise de crescimento espiritual, pela qual o homem, de menino, se está tornando adulto, assumindo a respectiva forma mental. Acompanhamos este desenvolvimento apresentando um Cristo e sua doutrina, vistos com os olhos de um mundo mais maduro que entra na era da inteligência, pelo que ele não pensa mais com base nos impulsos instintivos do subconsciente, isto é, por sentimento e por fé, mas pensa consciente e controlado, seguindo a razão e o conhecimento.

Desta atitude nasceu um estilo que não é o do tradicional e cego conformismo, mas é de crítica que quer se dar conta de tudo. Expusemos, assim, ao leitor as mais variadas dúvidas, para apresentarlhe depois a solução. Submetemos o Evangelho a esta crítica, mas para melhor compreender e não para demolir, para desbastar e chegar ao essencial e não para destruir, para encontrar o consistente que não cai com o tempo, e se alguma coisa cair, para reconstruí-la mais aderente à realidade. Esta franqueza poderá perturbar as velhas formas mentais. Mas, sem uma nova e mais substancial interpretação, o Evangelho pode em alguns pontos parecer inaplicável no mundo moderno e ser assim liquidado como doutrina inútil à vida. Procuremos, dessa forma — a risco de sermos julgados pouco ortodoxos — colocar-nos no momento histórico atual, que impõe em todos os campos uma renovação.

Depois disso procuramos colher no Evangelho, para lá da letra, o que não muda com o tempo, porque constituído segundo os princípios estabelecidos pela Lei de Deus. Um deles é o da evolução que leva à contínua superação de fases — da inferior à superior — no desenvolver-se da vida. A lei da evolução sobre a qual nos baseamos é um princípio biológico comprovado e universalmente aceito, e capaz de oferecer-nos uma sólida base para a interpretação do Evangelho. Pudemos, assim, eliminar a acusação de envelhecimento movida àquela Doutrina que caminha há dois mil anos.

Assim, enquanto o mundo está volvido a tudo contestar e demolir, aqui procuramos levar avante o trabalho positivo do construtor, sem o qual, à força de contestar, corremos o risco, de permanecer no vazio, sem as diretrizes, que são contudo necessárias à vida, ou por ficar somente com os deploráveis sub-rogados das diretrizes tradicionais, o que significa retrocesso involutivo em vez de progresso. Outrora usava-se o método do autoritarismo e da aquiescência; hoje tende-se ao da liberdade e responsabilidade. O Evangelho que foi dirigido ao homem menino de então, há de ser relido e entendido com a mente do homem adulto de hoje, situado perante problemas que não são mais os mesmos de então.

Isto não só é possível, pois, é a exigência de progresso imposta pela própria lei da vida que é a lei de movimento. O homem se ufana em apontar suas verdades como inalteráveis, mas inalterável é apenas o princípio da sua contínua transformação. Todavia as verdades ditas absolutas são indispensáveis como referência e ponto final de chegada, e para dar um mínimo de estabilidade às posições que se sucedem ao longo do caminho, a fim de regular sua própria evolução. Isto implica, pois, relatividade de compreensão e de juízo, a respeito daquelas verdades. Assim o escandalizar-se é compreensível em relação à fase precedente mais atrasada, o que seria impossível se aquela fase não estivesse superada de maneira a poder ser vista e julgada a partir de uma fase mais avançada. Enquanto se vive mergulhando num dado plano de evolução do qual se faz parte, não se percebem as diferenças que permitem o confronto, porque elas só poderão ser vistas de um diferente ponto de vista; nem tampouco, podem perceber-se seus respectivos defeitos, porque não foram ainda experimentadas suas tristes conseqüências. Assim sendo, dado que naquele grau inferior tais defeitos servem à vida, eles podem ser julgados como virtudes, enquanto o que é moral num determinado nível poderá ser reputado imoral passando-se a um nível mais avançado. Permanecendo imbuídos de uma dada forma psicológica não podemos compreender certos atos como errôneos. Só quando se sair fora daquela "forma mentis" poderão os mesmos ser diversamente avaliados e, conseqüentemente, condenados e evitados.

Isto acontece em relação à própria posição biológica de cada sujeito e ao nível alcançado. Assim, por exemplo, o corajoso assaltante, outrora considerado como herói, porque útil para a conquista e a defesa, hoje se começa a considerá-lo um delinquente, porque surgiu o conceito de pecado social, segundo o qual a virtude consiste, em vez, em não danificar o próximo. A evolução é uma construção na qual todos estamos trabalhando, elevando-nos assim, sempre mais.

Este volume sobre Cristo e sua doutrina acompanha, deste modo, os novos tempos, sendo racional e positivo para quem sabe pensar e quer compreender, sem excluir, antes, procurando levar a este nível quem segue a psicologia do sentimento e da fé. Aliás, livros deste tipo sobre Cristo não faltam. Mas aqui, em vez de contrapormos as suas formas mentais, procuramos conservar o bem e a verdade que existe na velha, iluminando-a com a nova em via de afirmação. Estamos, pois, em fase de transição e este

livro a acompanhar, procurando ajudar o novo a nascer do velho.

Alguns poderão escandalizar-se com afirmações que são, hoje, novas, mas que serão amanhã aceitas por todos. Na minha longa experiência de vida isso aconteceu repetidas vezes e o fato se repete com frequência crescente. Assim este livro que poderá, hoje, parecer batalhador, tem porém a função de purificar; e se alguém poderá julgá-lo como condenatório, na realidade só visa a apontar o desenvolvimento. Todavia ele não é um livro de contemplação mas de luta, voltado, porém a um fim feliz, porque o trabalho de demolição — se tal possa parecer — finaliza-se com a reconstrução. O mesmo não se dirige a nenhum determinado grupo humano, e sim, à Lei, isto é, não visa à divisão, mas à unificação; por isso não tende ao separatismo, pois volve-se em direção ao Sistema. Com efeito, aquela Lei é apresentada em forma positiva, racionalmente controlável, não como abstração teológica ou mera aspiração mística, mas como realidade biológica que a todos nós estrutura e que se poderá experimentalmente analisar. É verdade que deste modo a figura do Cristo tende a ser em parte desmistificada, mas se algo se perde como criação de arte e beleza poética, em compensação, muito mais ela ganha em veracidade e portanto em aceitação.

Atinge-se assim uma interpretação do Cristo não só reservada a quem crê mas também a quem pensa: um Cristo para adultos visto não só pela fé mas também com a lógica e a razão, bem mais convincentes porque mais adequadas à mentalidade positiva do homem moderno; um Cristo que também o ateu pode levar em consideração, porque lhe é proposto sem esquecer os termos da sua forma mental. Tal universalidade de resultados conduz à unificação, o que é um progresso.

Assim este livro é uma tentativa para canalizar a revolução interior que já está em ato secundando-a, mas em forma de continuação do passado, de sua complementação e enriquecimento, no caminho da evolução. Apresentamos assim um Cristo logicamente implantado na estrutura físico-espiritual de nosso universo, de maneira que o homem novo possa continuar a utilizar, de forma mais adequada aos novos tempos, a idéia salvadora por Ele oferecida.

É assim que deixamos de lado o aspecto humano do Cristo, para vê-lo sobretudo em seu aspecto cósmico e divino, como representante do Pai, vindo para fazer-nos conhecer a sua Lei, para ensinar-nos e ajudar-nos a subir a Deus, levando-nos consigo do Anti-Sistema ao Sistema.

* * *

O presente volume representa o termo conclusivo de uma Obra em 24 volumes perfazendo cerca de 10.000 páginas. Trata-se de um longo caminho, do qual este escrito constitui-se na fase de maturação hoje alcançada — a guisa de coroamento — através de todo aquele percurso.

É o resultado de quarenta anos de trabalho, que vão de 1931 a 1971. Desenvolvem-se concomitantemente às transformações históricas deste período, do qual acompanhou o desenvolvimento que vai do velho conservadorismo estático ao nosso tempo de abertura. A Obra, antes que este chegasse, foi desde o seu início inspirada no espírito de renovação — hoje atual — sendo até — no começo — condenada por "erros" que não são mais, hoje, considerados como tais; e foi profética — a despeito de sua condenação — porque hoje se revela bem mais realizada de quanto não tivesse previsto. Podemos portanto acreditar que, resultando deste modo inserida no momento histórico atual, esta Obra tenha nascido em função do mesmo.

Podemos dizer, agora, que esta Obra está cumprida, bastando — para deduzi-lo — observar o ritmo musical segundo o qual ela se desenvolveu e agora se conclui. Ela nasceu no Natal de 1931 e terminou neste Natal de 1971. São exatamente quarenta anos, situados no centro do século XX, isto é, entre os primeiros trinta anos do início — de 1901 a 1931 — e os trinta anos depois da sua execução — de 1971 a 2.000 —. Estes quarenta anos podem dividir-se em dois períodos de vinte anos cada. — No primeiro deles foi escrita a "primeira obra", na Itália, até 1951, época da mudança de seu autor para o Brasil; no segundo período foi escrita a "segunda obra", no Brasil, até 1971.

A obra foi iniciada na metade da minha vida, isto é, aos quarenta e cinco anos. A minha vida de

trabalho vai assim dos cinco aos oitenta e cinco anos. Na primeira metade, isto é, dos cinco aos quarenta e cinco, vão quarenta anos de preparação através de várias vicissitudes. A segunda metade vai dos quarenta e cinco aos oitenta e cinco anos e compreende quarenta anos de compilação da obra. Assim ela foi iniciada após um período de preparação igual ao de execução e precisamente na metade da minha vida, ou seja, aos quarenta e cinco anos.

Na introdução ao volume **Profecias**, terminado no Natal de 1955, aponte o ritmo dos quatro períodos de vinte anos que constituíam a minha vida. Observei então que o primeiro vai dos cinco aos vinte e cinco anos (1891-1911), o segundo dos vinte e cinco aos quarenta e cinco (1911-1931), o terceiro dos quarenta e cinco aos sessenta e cinco (1931-1951). Concluí assim que o último período da minha vida deveria ser dos sessenta e cinco aos oitenta e cinco anos (1951-1971). O controle da última parte desta contagem se podia fazer somente hoje.- Pois bem, ela sucedeu como fora previsto em 1955. Naquele ano escrevia no referido volume **Profecias** (Gênese da II Obra): "O atual quarto e último período da minha vida deveria durar até completar os meus oitenta e cinco anos. O meu trabalho deveria durar, aqui no Brasil, até o ano de 1971."¹

Uma outra coincidência: a Obra se iniciou com "Mensagens Espirituais" que vão de 1931 (Natal) a 1933 (Páscoa). Tais mensagens param nesse ano em que decorre o XIXº centenário da Morte de Cristo, para continuarem depois — à guisa de um ritmo decenal — com uma mensagem em 1943 e outra em 1953 (esta apareceu apenas na edição mais recente das **Grandes Mensagens**).

Uma tal harmonia não previsível e só percebida agora que ela aparece visível depois de terminado o trabalho, isto é, independente do meu conhecimento e vontade enquanto escrevia a Obra, faz pensar na presença de uma mente oculta, organizadora e diretora, e na harmonia que caracteriza a positividade da Lei nas suas obras de tipo benéfico .

Esta idéia me conforta. As teorias desenvolvidas na Obra as apliquei e vivi. E dado que as experimentei, sinto com justa razão que elas são verdadeiras. Dá-se, além disso, o fato de que, durante quarenta anos, e num mundo revolto pelas guerras, a Obra continuou a desenvolver-se, — eu diria com exatidão cronométrica — vencendo mil obstáculos, enquanto desmoronavam nações e desapareciam personagens que com esta mesma Obra tiveram relacionamento, e eu me transferia para o oposto hemisfério. Este fato revela que a Obra é sustentada por uma força interior e dirigida por um princípio ordenador que é típico da Lei e que com o acaso não se coaduna, pois este é desordem, incapaz, portanto, de manter uma tal ordem durante tão longo período. Ora, onde existe ordem deve existir uma Lei e, se como neste caso se verifica que ela não depende de nossa vontade, nem de cálculos e previsões, então não se pode deixar de pensar que esta mesma ordem provenha de uma outra fonte. Quem compreendeu a Obra bem sabe onde se encontra a ordem e de onde provem. Naturalmente poderá parecer ousado afirmá-lo. Com efeito, nos encontramos, aqui, perante um fato e é, pois, lícito e natural, se procurar uma explicação que satisfaça a razão e o sadio desejo de compreender.

Natal de 1971.

* * *

I

¹ De fato, uma vez concluído o seu trabalho, o autor faleceu aos 85 anos, dois meses após o término do presente volume, em 29.02.1972. (N. da E.)

TUDO-UNO-DEUS

Os novos conceitos. Deus uno e trino. Os três momentos da trindade. A Criação do Sistema. O Filho – 3ª pessoa da trindade. O nosso universo. A queda e o Anti-Sistema. O ciclo involutivo-evolutivo. O dualismo. Sistema e Anti-Sistema. A imanência de Deus. A Lei.

Nós propomos em primeiro lugar a compreender o significado do fenômeno da presença de Cristo na Terra. Façamos isto do mesmo modo pelo qual colocamos o problema. no prefácio, isto é, em termos de lógica e com métodos de indagação racional, em substituição do mistério e da fé, tradicionalmente adotados, mas sempre que possível acompanhando-os lado a lado, e complementando-os. Não usamos estes últimos porque não são mais adaptados a forma mental moderna que, para aceitar uma verdade, exige, antes de tudo, compreender, enquanto no passado bastava crer somente.

Desse modo, aplicamos essa nova linguagem não ortodoxa porque nos dirigimos sobretudo aos ateus, as mentes positivas, habituadas a controlar a aceitabilidade de cada afirmação, nos dirigimos aos que não acreditam, pois nos parecem que mais necessitam de ser convencidos. Mas para chegar a tanto, é necessário usar sua própria linguagem e saber compreender as justas exigências de sua forma mental.

Saímos da vida tradicional também porque os novos tempos são diferentes e um novo modo de pensar se esta generalizando. Não vivemos mais na época em que uma coisa era verdadeira porque assim tinha falado quem possuía autoridade. Usar tais métodos hoje, para quem deseja ser ouvido, é contraproducente. Falar claro, com sinceridade e convicção, é a melhor maneira para convencer.

Por isso tivemos de apresentar a figura do Cristo vista sob outros aspectos que lhe dizem respeito, não tradicionais, porem mais racionais, em relação à evolução da vida, de modo que aquela figura possa sobreviver e cumprir a sua função em nosso novo mundo, tão diverso do passado. Por isso levamos em conta até as objeções dos descrentes materialistas, desde que razoáveis e sinceras. Veremos portanto como esse modo de pensar aflore em vários pontos deste volume. E permitimos sua livre entrada a fim de que o leitor pudesse, imparcialmente, encarar todos os aspectos da questão, inclusive os que foram tradicionalmente silenciados.

Nascerão assim dúvidas e contrastes, porque esta exposição não segue apenas um único ponto de vista, não colimando para uma só conclusão preconcebida. Poderá assim verificar-se um choque entre diferentes modos de ver. Com efeito é este um livro de batalha, nascido numa época de lutas, feito para não descansar, mas para pensar. E assim que o esforço da resposta aos quesitos para a solução dos problemas é muitas vezes deixado ao leitor, para que a verdade alcançada seja o efeito de uma sua laboriosa quão merecida conquista e não apenas uma dádiva gratuita.

Num clima de revolução como o atual, que invade todos os campos, o conformismo resolve-se em contestação e o não-conformismo na disciplina e na obediência. Para alcançar a mais completa visão possível do Cristo, era mais que oportuno ouvir também as vozes discordantes. E assim que neste escrito não apresentamos a figura do Cristo na sua forma clássica convencional de preferência, mas a do discutido Cristo da contestação. Prossigamos por ordem e comecemos por nos orientar.

Para que o leitor possa admitir muitas das afirmações sobre as quais nos baseamos, é necessário lembrar que as mesmas foram demonstradas nos 23 volumes da Obra que antecede este aqui. Neste só podemos nos limitar e resumir num quadro sinótico a teoria geral da Obra que dessas afirmações constitui a base. O nosso trabalho de índole intuitiva foi conduzido com método dedutivo, partindo de princípios gerais para descer aos particulares. Uma vez neste nível, para compensar a unilateralidade daquela

método, operou-se um controle racional analítico capaz de confirmar a verdade das conclusões alcançadas. Reportemo-nos, pois, aos princípios gerais.

Falando de Cristo não se pode deixar de falar também de Deus. Começemos, pois, pelas origens: "No princípio era o Verbo" (...). Embora definido como mistério, aquele Deus Uno e Trino deve conter, dentro da sua veste mitológica, um fundo racional inteligível. De tal tipo deveria ser a nova teologia se quisermos que na mesma possa a substância da velha sobreviver. Não negamos, portanto, a trindade, mas procuramos explicá-la. Não sei se o mistério é obrigatório e se o querer compreendê-lo seja heresia. Mas é certo que Deus não pode desejar a ignorância de suas criaturas e culpá-las por terem procurado a luz. O não compreender pode ter sido virtude do passado, mas não mais de hoje.

A Divindade se distingue em três momentos que constituem a sua trindade.

No primeiro momento Deus é uma inteligência que pensa numa ideação abstrata, isto é, efetua a concepção da Lei ou formulação do Plano e Princípios que regularão o funcionamento do existir do Todo. Neste momento estamos ainda na fase de concepção mental.

No segundo momento Deus é uma vontade realizadora daquela ideação abstrata. Passa-se, assim, da concepção da Lei ao seu funcionamento, e da formulação do Plano a sua atuação. Este momento representa a fase da ação.

No terceiro momento Deus é a sua Obra realizada, na qual a ideação abstrata, atuada por uma vontade realizadora, alcançou sua expressão final e definitiva em um organismo funcionante segundo a ordem pensada e desejada pelo próprio Criador.

Assim nos três momentos, da idéia, por meio da ação, se atinge a sua realização. Eis então que na Trindade do Tudo-Uno-Deus temos três momentos:

I - o Pensamento

II - a Ação

III - a Realização

correspondentes a três aspectos deste Todo:

1 – Inteligência que concebe

II - Vontade que executa

III - Obra realizada

pelo que temos três modos de existir do mesmo Tudo-Uno-Deus, isto é, como:

I- Espírito (concepção)

II – Pai (verbo ou ação)

III - Filho (o ser criado).

Nestes três momentos ou aspectos ou modos de ser, o Tudo-Uno-Deus permanece sempre idêntico a si mesmo. Eis como pode ser o íntimo significado do mistério da Trindade, escondido durante séculos sob o véu do mito. Quem quiser aprofundar este tema o encontrará desenvolvido nos livros: Deus e Universo e O Sistema.

A expressão final da Obra de Deus, ideada num primeiro momento é a Criação na qual aquela Obra é realizada. É evidente que em cada um dos três momentos nos encontramos diante do mesmo Deus, que não muda intimamente na sua substância. Resulta portanto lógica e compreensível a equivalência destes três modos de ser do mesmo Tudo-Uno-Deus, em perfeita harmonia com a tradicional imagem das três pessoas da Trindade. Elas, com efeito, são iguais e distintas, porque são a mesma pessoa em três aspectos e momentos diversos. Tendo que se expressar em termos antropomórficos de pessoa para ser compreensível pela forma mental comum, a tradição não podia fazê-lo de forma melhor.

É deste processo que nasceu a Criação, que foi chamada o Filho, gerado pelo Pai e permanecendo sempre idêntico a Deus. Nem podia ser de outra forma, porque Deus é necessariamente Tudo. Se ele não fosse tal, se algo pudesse existir fora e além dele, Deus não seria mais Deus. Não podia portanto acontecer senão uma criação no seio de Deus, interior, tirada dele próprio, que é o Tudo, dado que nada pode existir que não seja Deus.

Depois da criação o Tudo-Uno-Deus continuou a existir, mas de uma maneira diferente, isto é, não mais como antes, qual um todo homogêneo, indiferenciado, mas como um sistema orgânico feito de elementos ou criaturas, disciplinado pela Lei e funcionando ordenadamente. Neste Sistema permaneceu Deus como inteligência central diretora (1º momento) e vontade realizadora (2º momento), expressa pela Lei, que é o código que rege e regula o funcionamento do organismo da criação (3º momento). Assim a Lei sintetiza Trindade, contendo seus três momentos.

A criação realizada é portanto constituída por um sistema orgânico de elementos hierarquicamente coordenados, dependentes da mente e vontade de Deus, permanecendo no centro do Sistema com funções diretivas. Este pensamento é também executivo, porque é constituído também pelas forças que levam a sua atuação. Assim o regulamento da existência permaneceu codificado por princípios estabelecidos pela Lei, que resulta constituída por aquele pensamento e por aqui sua vontade de realização.

Até aqui permanecemos numa fase de perfeição. A Obra de Deus, produzida por Ele é efeito daquela única causa determinante, não podia ser senão perfeita como era aquela causa. A originariamente indiferenciada unidade de Deus, conservando as suas qualidades, permaneceu íntegra no seu novo aspecto de unidade orgânica. Através desta elaboração interior, tudo continuou a ser Deus.

Esta criação em seu estado de origem nos chamamos de O Sistema. E dado que esta palavra se repetira freqüentemente, nós a expressaremos com a letra S maiúscula. No S os seres existiam em perfeita harmonia, no estado de puros espíritos, porque eram constituídos da mesma substância de Deus. Aqui concebemos este estado em forma de S como derivado de um ato criador e já vimos em que o mesmo consiste. Tal concepção se adapta a tradição que admite um ato criador, dado que na sua forma mental o homem não sabia pensar de outra maneira, habituado como esta a observar que nada pode nascer senão de um ato semelhante.

A realidade da origem divina ficou impressa no ser, porque dela ele se originou. Assim todos são filhos do Pai, e constituem o terceiro modo de existir do Tudo-Uno-Deus, isto é, o Filho.

Pode-se agora compreender porque afirmamos, aqui, que Cristo é realmente Filho de Deus. Ele como criatura do S derivara do Pai, era da mesma substância de Deus. É assim que podemos dizer que ele era a 2ª pessoa, pois era o 3º momento da Trindade. É deste modo admissível que ele seja Deus, uno com o Pai, que é o Verbo criador, ao qual o Filho, como cada ser, deve a sua gênese. Compreendendo-se o fato de Cristo se referir constantemente ao Pai com um sentido de unidade e identidade, e falar de regresso ao seio deste. Isto porque os espíritos do S são sempre Deus, mesmo que no seu 3º modo de ser: o de Filho.

A Criação alcançada com o S é perfeita obra de Deus, por isso não se pode identificar com o nosso universo, pois este se apresenta com caracteres opostos. Este é material, enquanto o S é espiritual. Em nosso mundo encontramos a desordem, a ignorância, o erro, o mal, a dor, a revolta, a morte, todas qualidades negativas. Uma tal criação assim imperfeita não pode ter sido obra de Deus. Ela parece, de preferência, algo de corrupto, de enfermo, de invertido, levado aos antípodas do S e de sua perfeição. Se Deus representa o pólo positivo do ser, o nosso mundo representa o negativo.

Nos dois volumes: **O Sistema** e **Queda e Salvação**, explicamos exaustivamente como este fato se deve a uma revolta de uma parte do S e do seu conseqüente desmoronamento. É assim que nasceu o ciclo involutivo-evolutivo, cuja primeira parte, a involução, representa a descida do espírito na forma matéria, e sua segunda parte, a evolução, representa o retorno ascensional da matéria ao espírito, isto é, o regresso ao S ou a Deus. Nós, neste nosso mundo, estamos percorrendo a segunda fase do ciclo: a reconstrutiva. Assim nasceu o relativo e o seu transformismo; assim a unidade de origem subdividiu-se no dualismo no qual estamos imersos. Mas aquela unidade será reconstituída pela evolução que leva de volta tudo ao S. Desse modo, o ser, em nosso universo, existe para redimir-se da queda, para resgatar-se do erro cometido perante a Lei, reintegrando-se na sua perfeição perdida. Assim o mal será sanado e o Deus-Sistema permanecerá imutável na sua perfeição, acima do parêntesis da queda-salvação.

A que o homem chamou de Criação diz respeito à da forma-matéria, que é para ele a própria

realidade. Tal criação é o resultado do processo involutivo espírito-matéria, que representa o desmoronamento de uma parte do universo espiritual (S) criado por Deus originando assim o universo físico (estrelas, planetas, luz, energia etc.). O comparecimento dos seres viventes aconteceu, depois, por evolução, ao longo do caminho da nova ascensão. Explica-se, assim, a formação de nosso universo, sua razão de ser, o significado e o escopo da sua existência. Assim a criação que o homem atribui a Deus não é a verdadeira criação, que é a do S, mas é o precipitar involutivo de uma parte dela, ao qual justamente se deve a gênese de um anti-universo revelando qualidades opostas as da criação efetuada por Deus. E por isso que chamamos Anti-Sistema a este Anti-Universo. Como fizemos com a palavra Sistema, também aqui abreviamos esta outra, Anti-Sistema, com as duas letras maiúsculas AS.

Encontramo-nos, pois, num universo material excluído do S e sujeito, portanto — para reingressar nele — ao trabalho do transformismo evolutivo, presente em tudo o que existe. Encontramo-nos, pois, num relativo em movimento, porém guiado por uma Lei, volvido para uma meta e orientada por um ponto de referência, em relação ao qual tudo se move.

Eis então que o Todo é constituído por dois sistemas — dualismo no qual, com a revolta e a queda, cindiu-se o S. Temos, assim, o S que permaneceu perfeito, e o AS decaído e corrompido. Este é um sistema emborcado, com qualidades opostas as do S, ou seja, do positivo levado ao negativo. O centro do S continuou sendo Deus, o centro do AS tenta — em vão — se constituir em outro centro (mas não passa de um pseudo-centro): o Anti-Deus, também chamado Satanás. A este é impedida qualquer afirmação pelo fato dele ser qual filho da revolta, uma inversão ao negativo. Quem, pois, verdadeiramente comanda, também no AS é Deus, que se exprime pela Sua Lei, que assegura o funcionamento de nosso universo. Vemos sempre esta Lei em ação entre nós, o que nos mostra a presença de Deus. Ele permaneceu, sendo o centro do Todo, tanto da parte sadia (S), como da parte doente (AS). A criatura com a sua revolta só conseguiu emborcar a si própria, não o S. E é bom a presença de Deus no AS porque lhe dirige a evolução, assim como constitui sua redenção, isto é, o caminho de sua salvação. Esta fica, assim, garantida, o que é indispensável, porque sem a redenção a Obra de Deus estaria perdida. Isso é impensável, pois seria como admitir que um Anti-Deus pudesse afirmar-se definitivamente contrapondo o seu poder a Deus, que há de ser absoluto e universal, não podendo ser dividido com ninguém.

Tivemos que explicar tudo isto, resumindo-o de outros volumes anteriores. A descida de Cristo na Terra, sua pregação e sua doutrina ficariam incompreensíveis se não estivessem ligados a este jogo de contrastes entre S e AS. Para entender Cristo é necessário sentir a imanência de Deus neste mundo, que a Ele ficou sujeito como emborcamento ao negativo; é necessário compreender que, apesar de contrastada pelas forças do AS, a Lei continua dominando também neste AS, como o próprio Cristo é testemunha com as suas constantes referências e apelos ao Pai. É pela presença de Deus e de Sua Lei no AS que Cristo — a eles ligado e neles se apoiando — pôde afirmar-se no inferno terrestre, isto é, no pólo oposto do ser. Se isso se deu, foi porque atrás e dentro Dele mesmo, havia Deus e a sua Lei para sustentá-lo. É por isso que Cristo pôde desafiar o mundo e vencê-lo, sendo Ele força positiva mais potente do que qualquer força negativa.

Tudo isso de que falamos não é uma ordem de fenômenos experimentalmente reproduzíveis e controláveis. É necessário todavia levar isso em consideração, se quisermos saber algo sobre as primeiras origens de Tudo o que existe. No entanto, se tais fenômenos não são experimentalmente controláveis, não deixam, porém, de sê-lo racionalmente. Existe pois o fato de que, com a interpretação que lhes demos, eles encaixam lógica e analogicamente com o funcionamento dos fenômenos ao nosso alcance, de cujas causas primeiras dão assim, uma explicação de que a ciência não dispõe. Com esta os problemas permanecem, mesmo se não são resolvidos. Eles não se resolveriam nunca se não existissem como problemas. Este seu concomitante entrosar-se na fenomenologia conhecida, completando-se na parte ainda ignorada, é uma prova de veracidade que poderá ser assumida pelo menos como hipótese de trabalho, como diretriz na busca de uma explicação dos fenômenos, mais completa e profunda do que aquela alcançável hoje em dia.

II

O FENÔMENO DA QUEDA

Uma mais exata aproximação que melhor explica as origens do fenômeno da queda. O problema da perfeição, liberdade, conhecimento da Criatura no Sistema.

A encarnação e Paixão de Cristo não se podem explicar senão em função do dualismo positivo e negativo, S e AS, involução e evolução, fenômenos que se constata e se demonstram. Explicamos acima que o que se costuma chamar de Criação, não é a formação do S, mas a do nosso universo físico, é a Queda do espírito na matéria, isto é, do S, no AS. Cristo se inseriu plenamente neste fenômeno, no sentido que se propôs a corrigi-lo impulsionando, com a redenção, o homem para o S. A obra de Cristo consiste em reerguê-lo para o Alto, eliminando esta Queda, endireitando o que fora emborcado. A redenção e esta obra de salvamento.

Nos volumes antecedentes, para não nos arredar de nossa habitual positividade, apresentamos sob forma de hipótese nossa interpretação das origens da queda, isto é, da revolta. Com efeito essa revolta não é suscetível de provas, podendo apenas deduzi-la das suas conseqüências, o único fato por nós experimentável. Contudo, e esta é a única hipótese logicamente satisfatória capaz de explicar o porque daquelas conseqüências. Ela explica muitos fatos com que nos deparamos e se apresenta com o mais alto grau de veracidade, e tal que se não quisermos aceitá-la, seremos forçados a continuar mergulhados nas trevas do mistério.

Nestas explicações temos de considerar que, para nós seres humanos, é difícil imaginar o comportamento de seres que se constituem apenas de pensamento abstrato, vivendo em outras dimensões, sem matéria e sem os respectivos meios sensoriais. Trata-se de um plano de existência, extremamente afastado do nosso, no espaço e no tempo, e, por isso, fora do alcance de nossas normais capacidades de controle. E nem mesmo as nossas capacidades mentais nos permitem atingir o fundo do fenômeno. Reconhecemos assim que a nossa compreensão do mesmo fenômeno só pode ser aproximativa. Devemos contudo admitir que ela é também progressiva, em relação ao nosso grau de evolução. É, pois, razoável admitir que ela se desenvolva com o tempo e prepare para o amanhã uma interpretação mais avançada e perfeita. Eis que, também na sua relatividade, cada interpretação é útil. É assim que atraídos agora pelo aprofundamento da missão do Cristo, voltamos com mais maturidade ao assunto da Queda (já tratado no volume: **O Sistema**), para tentarmos dela uma mais exata aproximação. Reportemo-nos, pois, as primeiras origens da Criação às quais tudo, inclusive o fenômeno do Cristo, esta ligado.

Deus é tudo. Nada pode existir além de Deus. Para criar, Deus não podia deixar de recorrer a Substância de que Ele era feito.

Com esta substância Deus criou as criaturas, e assim nasceu o S.

Inquirimos, alhures, acerca da admissão ou não de uma primeira Criação e da possibilidade de ter Deus constituído, desde a eternidade, o organismo do S. Mas que tenha havido ou não tal Criação, o S constitui-se no fato incontestável perante o qual nos encontramos, qualquer que tenha sido sua origem.

Deus é livre. Sendo então, da mesma Substância, também a criatura deve ser livre.

Deus é perfeito. Sendo a criatura da mesma Substância também há de ser perfeita.

O S é um organismo constituído de elementos hierarquicamente ordenados.

Cada ser é perfeito dentro dos limites da individualidade que o constitui e define.

O princípio de Deus é afirmativo: "EU SOU"

Os seres, enquanto elementos do Seu organismo, também podiam afirmar: "eu sou", dentro porém dos limites da sua individualidade.

Mas os seres que se rebelaram à ordem da Lei, transpuseram tais limites e assim, de elementos do S (+), inverteram-se, tornando-se elementos do AS (—).

Isto foi possível porque o ser era livre e jamais poderá perder esta qualidade quem é feito da Substância de Deus.

Com o S, Deus não tinha criado uma máquina automática com funcionamento determinístico, mas um organismo de seres livres como Ele. Não se podendo suprimir a liberdade, não se elimina a possibilidade do erro. O S não era feito de autômatos, mas de seres livres.

Objeta-se: Mas Deus é perfeito, portanto não podia criar senão elementos perfeitos impossibilitados de errar.

Respondemos: todavia um elemento fundamental da perfeição é a liberdade. A perfeição não é mecânica e determinística como quem subtraindo a liberdade, cria autômatos. A perfeição consiste em conceder a liberdade a um ser consciente e responsável que saiba livremente autodirigir-se e aprender a reerguer-se, em caso de erro.

Confrontemos as duas perfeições: I) uma obra feita de elementos automáticos, sem liberdade, que não erram porque não possuem a liberdade de errar; II) uma obra feita de seres livres, e por isso podem errar, mas que permanecem vinculados à Lei de Deus, sujeitos as suas sanções, mesmo dolorosas, que os constroem a redimir-se. Qual dessas duas obras é mais perfeita?

E isso que se verifica no ciclo involutivo-evolutivo, onde a maior perfeição de Deus se manifesta no poder curativo da doença. Logo, o fim da Queda se resolve com a reconstrução da parte invertida do S e, para os espíritos rebeldes, na aquisição de uma nova experiência, que elimina para sempre a possibilidade de novos erros.

Perguntamos, novamente, qual obra é mais perfeita: aquela que não se pode deteriorar; ou aquela outra que, mesmo deteriorando-se, possui em si os meios para voltar ao seu estado de perfeição? E a vida imperfeita porque está sujeita a doenças e morte, ou é perfeita porque em cada momento sabe ressurgir das doenças e da morte? Estas não conseguem de modo algum matar a vida que permanece vitoriosa. Em vez de parecer uma fraqueza sua, é um elemento fundamental do seu contínuo renovar-se, o que permite a sua ascensão evolutiva.

Eis que devemos reconhecer a perfeição da Criação, mesmo que ela contenha possibilidade de erros, e que o fator liberdade aumenta e não diminui aquela perfeição.

Uma outra objeção: A Queda é um erro devido a ignorância. Mas como podia a criatura estar sujeita a ignorância, se ela era feita da Substância de Deus, Senhor do conhecimento? Ora a criatura possuía o conhecimento, mas só dentro dos limites da própria individualidade. É necessário recordar que se trata de um elemento de um organismo regido por uma ordem, portanto elemento hierarquicamente fechado dentro dos confins estabelecidos pela disciplina da Lei.

É assim que o seu conhecimento não superava estes limites. Além destes, aquele conhecimento terminava e só havia ignorância para o ser. Ora onde há ignorância existe possibilidade de erro. Assim se explica a revolta. Os rebeldes não sabiam o que aconteceria com sua rebeldia. Eles acreditavam que, aumentando a afirmação do seu "eu sou", se tornariam maiores e mais poderosos. Não sabiam que, pelo contrário, a Lei era estruturada de modo a reagir a cada atentado contra a sua integridade, de forma que a tentativa de crescer fora dos limites positivos conduz a um emborcamento negativo, dando origem ao dualismo e criando o AS. Os seres não sabiam, e por isto se aventuraram na zona da sua própria ignorância. Eles, estando no S, viam a Lei só na sua posição da ordem e obediência, e não na de desordem

e desobediência que lhe segue, porque no S isto não existe, e não conheciam a função da Lei contra a violação. Tendo eles, entrado numa zona de ignorância incorreram em erro. Foi assim que, para querer crescer como "EU SOU", acabaram por se emborcar no "Eu não-sou" isto é, no AS, no qual a liberdade se tornou escravatura, a vida se tornou, morte e cada qualidade se inverteu no seu contrario.

Podemos imaginar que tenha acontecido qualquer coisa de semelhante ao que acontece em nosso organismo com as células do câncer. Estas querem viver como células rebeldes, fora da ordem e disciplina do organismo sadio (S). De fato elas multiplicam-se ao negativo (AS) em sentido antivital, movendo-se para a morte.

Hoje que estamos no AS não nos é dado usar como ponto de partida e de referência para a reconstrução da completa liberdade, perfeição e conhecimento, senão a sua posição negativa, a única que possuímos, isto é, a escravidão, a imperfeição, a ignorância. É assim que não temos outro meio para conceber a qualidade positiva do S, senão a de nos referirmos as qualidades negativas próprias do AS, operando sobre elas um endireitamento ao positivo capaz de corrigir a inversão ao negativo verificada com a Queda.

Uma última observação para maior esclarecimento do fenômeno da Queda. O S era um organismo baseado na ordem e disciplina. O ser devia dar prova de respeitá-lo e assim, conforme a justiça, tornar-se merecedor de permanecer feliz na eternidade. Eis que já existia potencialmente no S uma prova de compreensão, de obediência, de fidelidade; uma prova que demonstrasse que a Criatura, como era indispensável, sabia viver como ser livre mas responsável na disciplina sobre a qual se baseava a organicidade do S. Esta prova dos elementos obedientes foi superada com a sua adesão à Lei na qual permaneceram enquadrados; e por parte dos elementos rebeldes está sendo superada ao percorrer todo o ciclo involução-evolução, de modo que no fim os dois tipos são vitoriosos e com isso merecem e adquirem assim o direito a ficarem cidadãos do S.

Na Criação estava portanto incluída a possibilidade de uma Queda, tanto que, quando esta se verificou, a Lei não foi tomada de surpresa, mas, pelo contrário, entrou imediatamente em função, com o novo sentido, mostrando com isso ter previsto tudo. De fato, como se estivesse seguindo um plano pré-ordenado, a Lei, logo que o fenômeno se iniciou, canalizou-o no ciclo involutivo-evolutivo disciplinando este também para poder assim levar o ser à salvação com o retorno ao S. Eis que na unidade do S havia a possibilidade do dualismo, cisão que agora devemos sanar e reabsorver, retornando à unidade. Que a evolução avance nesta direção, é provado pela sua técnica construtiva de unidades coletivas e sua tendência a conduzir tudo ao estado orgânico. Mas eis que nem sequer a revolta teve o poder de afastar o ser do domínio de Deus, porque ela não destruiu a ordem, mas apenas a emborcou numa ordem de tipo oposto, à qual o AS está sujeito, embora em posição invertida ao negativo. Com efeito, o AS não é senão um caos submisso à Lei, uma desordem dirigida pela ordem de Deus.

Concluindo, não quisemos oferecer da Queda uma teoria definitiva, mas apenas uma hipótese capaz de explicar os fatos insofismáveis que temos as mãos. Essa é a melhor explicação que conseguimos até aqui. Ela não cria e não destrói nada, nada subtraindo ou acrescentando aos fatos. Se não quisermos aceitá-la, aqueles fatos permanecem, porém sem explicação.

Em outras palavras não pretendemos esgotar o assunto, mas apenas esclarecer com mais exatidão o fenômeno da Queda, procurando tornar mais satisfatória a nossa compreensão das suas origens. Nos esforçamos por dar-lhe, na forma mental do homem de hoje, acreditamos, a representação mais provável e aceitável, sem pretendemos que ela seja a definitiva, porém conscientes de haver superado as velhas representações mitológicas, hoje inaceitáveis, e dado mais um passo na aproximação da verdade. Ora, o mundo caminha e amanhã saberá mais, sempre mais; contudo, se bem que mais em baixo os predecessores explanam um caminho útil, preparando com ele este progresso, a que, de outra maneira, faltaria o indispensável ponto de apoio para o novo salto.

III

A VIA CRUCIS DE CRISTO

A Lei é ordem e justiça. A Redenção gratuita. O sacrifício de um inocente que paga as culpas dos outros.

Via de regra os livros sobre Cristo tratam dos acontecimentos de sua vida terrena, segundo a narração dos evangelhos. A nós, pelo contrário, interessa conhecer o Cristo na sua essência, compreender o significado da sua descida sobre a Terra e a sua paixão, as suas relações com a Lei e com o plano divino da redenção. Formulamos, pois, as seguintes perguntas: "Quem era o Cristo e o que Ele quis fazer? Quais eram os fins que se propunha alcançar?"

Foi para melhor responder a estas perguntas, enfrentando a fundo o problema que quisemos tratar em primeiro lugar dos fenômenos fundamentais do ser, isto é, a primeira Criação e a Queda, para poder depois nelas enquadrar a figura e a obra de Cristo.

No Capítulo XIV: "A essência do Cristo" do volume *Deus e Universo*, escrevi na Itália em 1942 e publiquei no Brasil em 1954, estas palavras: Sinto que nestas paginas se aproxima a visão do conceito da essência do Cristo numa primeira aproximação, prelúdio de uma compreensão mais profunda que alcançará seu ápice no último volume, coroamento de toda a Obra". Ao concluir o referido capítulo eu confirmava: "Encerro esta visão sobre a essência do Cristo, primeiro esboço de visões maiores". Tinha consciência assim, desde aquela época, que minha compreensão do assunto constituía-se num fenômeno em evolução.

Chegamos hoje (em 1970), aquele último volume e com ele aquela pré-anunciada mais profunda compreensão. Aquela consciência, então, apenas pressentida e anunciada, definiu-se agora com maior precisão graças ao amadurecimento alcançado no decorrer dos doze volumes da II Obra, que agora nos fornecem novos elementos de juízo dos quais antes não dispúnhamos. Com efeito a nossa interpretação do Cristo não tinha ainda superado a interpretação religiosa tradicional da qual era um derivado. Naquela fase de desenvolvimento do pensamento da Obra não era ainda possível um mais exato enfoque da questão. O leitor poderá, percorrendo o caminho que eu segui, realizar também para si próprio o mesmo processo de maturação que me levou até aqui. Na II Obra ele encontrará um conjunto de escritos que redundam numa escalada de argumentos convergentes para estas últimas conclusões, de modo especial no que concerne à relação do S e AS, à Lei e à sua técnica funcional. Estes novos conceitos oferecem-nos outros pontos de referência anteriormente ignotos, o que nos permite vislumbrar mais vastos horizontes e assim levar em conta, na argumentação, também as objeções positivas dos críticos descrentes.

No estado atual de nossas investigações e demonstrações podemos afirmar a presença de uma Lei que dirige o funcionamento de tudo quanto existe. A existência objetiva de tal Lei não é questão filosófica ou ato de fé, não é afirmação arbitrária e gratuita, ou construção mítica, não é mistério aceito por tradição, ou verdade imposta por autoridade, mas é uma realidade efetiva, racionalmente provada e experimentalmente controlada, porque podemos verificar que tal Lei está presente e vigora em todo tempo e lugar.

Com tal conceito de base e novo ponto de referencia, a colocação dos problemas se torna mais

exata, a sua solução mais exaustiva, a visão da verdade se faz mais completa porque racionalmente mais aprofundada. Aparecem então elementos de juízo diversos, antes ignorados. Podem-se assim explicar, sem as negar, algumas afirmações teológicas que de outro modo permanecem misteriosas. E é pelo fato de serem impostas como mistério que por muitos elas são repelidas como inaceitáveis. Ao passo que assim muitas verdades religiosas adquirem consistência e com isso durabilidade, porque elas resultam expressas como verdades racionais e positivas e não apenas construções míticas; como tais acabam, mais cedo ou mais tarde, por ser superadas por construções mais avançadas.

Esta Lei fixou as normas e constitui o impulso motor do funcionamento de nosso Universo, o AS dominado pelo S cujo centro é Deus. É assim que na realidade fenomênica, em todas as suas dimensões e níveis evolutivos, desde o mais baixo, a matéria, até o mais alto, o espírito, constatamos que tudo é regulado por Leis invioláveis, sem arbítrios e exceções, pelas quais tudo é previsível e calculável. Uma vez compreendida a Lei de um fenômeno podemos estar seguros que ele continuara a verificar-se na forma por ela estabelecida. Imaginemos o que aconteceria ao nosso Universo se os fenômenos não obedecessem a uma disciplina, seguindo o seu curso como foi preestabelecido. Tudo desmoronaria no caos, por um desencadeamento de conflitos entre movimentos desordenados. Os fatos que conhecemos nos dizem, pelo contrário, que isso não acontece. E não há razão para admitir que os fenômenos morais e espirituais devam estar isentos daquela regulamentação universal e submetidos a um regime de tipo diverso.

Para poder reger tudo com uma tal ordem, a Lei deve ser matematicamente justa. Isto não impede que exista também o Amor, mas este já não pode violar a ordem e emborcar a justiça, porque isso geraria o caos e a injustiça, o que é anti-Lei. O amor não pode existir senão enquadrado no seu setor em posição subordinada aos equilíbrios fixados pela Lei.

Dado isto, podemos afirmar que é injusto isto e, anti-Lei e anti-Deus, que um inocente pague por culpas dos outros, enquanto é justo, conforme a Lei de Deus, que cada um pague as suas próprias culpas. E é ainda mais injusto que tais culpados aproveitem da bondade daquele inocente para fazer dele, perante a divina justiça, um bode expiatório eximindo-se assim do pagamento que os espera. Esta não poderia ser senão uma moral invertida, produto do AS de tipo anti-Deus. Ela perante a moral do S, isto é, perante Deus, é um emborcamento e uma culpa.

Disto se segue que não é lícito para o homem — porque injusto e imoral — pretender fazer-se redimir pelo sacrifício de Cristo. O esforço da subida do AS para o S deve pertencer ao ser que com o seu erro provocou a descida do S no AS. Trata-se de cumprir um trabalho daquela íntima elaboração que se chama evolução, trabalho que não se pode delegar a outros, porque consiste na transformação de si mesmo. É impossível que eu me possa mudar a mim mesmo pensando com o cérebro de outro, e aprender, fazendo sofrer um outro, a lição que deve corrigir a mim, que cometi o erro. Isto é como se eu mandasse para o hospital uma outra pessoa para um tratamento necessário a curar o meu organismo, ou então, é como se, para poder me instruir, encarregasse um outro de seguir, em meu lugar, o meu curso escolar. Acredita-se, contudo, em tais absurdos, porque tais usurpações e escapatórias agradam ao comodismo humano. Não se trata alias senão de instintivos produtos do subconsciente. Mas em tais coisas não pode acreditar quem compreendeu que a divina Lei de Justiça é inviolável. Pense-se apenas, qual desordem reinaria no campo moral, qual emaranhado de injustiças e qual conflito de valores se verificaria, se tais abusos fossem possíveis sem uma proporcionada reação corretiva por parte da Lei, encarregada de restabelecer a ordem e a justiça, castigando o culpado!

Não obstante isto, o Cristianismo apresenta-nos um Deus inocente que desce na Terra para pagar os pecados dos homens. Ora, esta é uma contabilidade que não resiste à exata justiça da Lei de Deus. O Cristianismo reconheceu no homem uma culpa de origem e a necessidade de um pagamento desta dívida à justiça divina. Como procuramos demonstrar em outros de nossos volumes, é isso que corresponde à verdade. De fato, cada um paga a sua própria dívida mediante o esforço evolutivo. O que não se sustenta perante a justiça da Lei é a idéia propugnada pelo Cristianismo segundo a qual o

pagamento das dívidas possa ser feito por um outro, que não tem obrigação alguma de fazê-lo — porque inocente — a favor de quem não é inocente.

Há ainda um outro fato que não corresponde aquela justiça e que consiste na desproporção entre o preço pago e a culpa cometida. Cristo com menos de 24 horas de martírio teria pago as culpas de bilhões de homens, quem sabe por quantos milênios, incluídos os futuros. Objeta-se que se trata da dor de um Deus Ora, antes de tudo, pode ser esse Deus submetido à dor, se esta é só uma qualidade do AS, isto é, de um estado corrompido do S? É admissível que Deus se reduza a tal estado de corrupção? Além disso é lícito perguntar-nos: se e por que a dor de um Deus deveria valer mais do que a dor de um homem, como se este, quando sofre, sofresse menos de quanto o poderia um Deus? Parecer-nos-ia então, mais lógico e mais justo, que, para pagar as culpas de bilhões de homens por tantos milênios, fosse necessária a dor de bilhões de homens por outros tantos milênios. Só assim as contas encaixam porque o pagamento é proporcionado à culpa e o esforço para regressar ao S cumpre a cada ser, assim como pesa sobre cada um a culpa de sua queda no AS Pode-se imaginar qual desordem se instauraria na justa moral da Lei, na falsa hipótese da súbita extinção de uma tal dívida, perante um ganho não justificado mediante um esforço proporcional: Qual caos se verificaria, na série dos fenômenos — todos orientados num progressivo sentido evolutivo — se fosse dado um instantâneo enorme salto em direção ao S. Isso violaria a necessária gradatividade da ascensão. E se o escopo da evolução há de ser visto na reconstituição de todas as qualidades perdidas, um salto tão brusco pelo fato de suprimir uma considerável etapa do caminho evolutivo, levaria, de vez, as portas do S seres que não estariam de modo algum reconstituídos, isto é, não seriam suficientemente evoluídos, e portanto, imaturos para nele ingressar.

Compreende-se então porque esta idéia de redenção gratuitamente e concedida por Deus a seres que não a mereceram e que não têm nenhuma intenção de ganhá-la, por ser prodigalizada as custas do inocente, demanda um certo grau de inconsciência e de egoísmo para ser aceita. Um tal modo de conceber a redenção é tipicamente antropomórfico e reflete a forma mental própria das criaturas do AS. Estas podem pensar aquilo que mais lhes agrada. Mas isto não afeta em nada a Lei, que continua a funcionar conforme a justiça de Deus.

É compreensível, e perdoável que o homem do passado se tenha deixado levar por impulsos do subconsciente, mas isto não é mais perdoável hoje, pois ele está saindo da menoridade. É chegada a hora de ver em Cristo não apenas o seu amor e sacrifício, que outrora tanto nos confortava, mas, antes, e sobretudo, um exemplo de justiça que nos induza ao seu cumprimento e não a evadirmo-nos dela. Chegou a hora de o homem se colocar com sua consciência perante o dever de evoluir com o seu próprio esforço, de reconhecer a sua posição, de compreender a sua responsabilidade, de assumi-la ele próprio perante a Lei, sem ilícitas sub-rogações.

É injusta, mas historicamente explicável, esta idéia do sacrifício de um inocente que paga as culpas dos outros. Aliás, pode-se dizer que a paixão de Cristo integra-se na tradição. Na Bíblia surge continuamente a idéia de sacrifício, base da aliança com Deus, como se Ele estivesse a exigir de ser pago de uma dívida para com Ele, contraída pelo homem em troca da divina proteção que lhe era concedida em contrapartida. Então o sacrifício era material e cruento e continha também os conceitos de expiação de culpas e de propiciação da Divindade. Estes conceitos permaneceram através do tempo mas desmaterializando-se de seu aspecto físico e purificando-se do aspecto sanguíneo. É triste ver quão forte importância tiveram nas religiões do passado a matança de uma vítima e o espargimento de sangue, e quanto seja difícil livrar-se da lembrança de métodos tão ferozes para a aproximação da Divindade. Eles se refinaram, mas ainda não se cancelaram, embora tendam a purificar-se até desaparecer com a evolução espiritual do homem.

Estes conceitos, se bem que reduzidos o mais possível ao estado imaterial e incruento, se encontram ainda na Eucaristia, concebida ainda como sacrifício. De fato nela se fala, se bem que o seja em forma invisível e simbólica, de corpo e de sangue, o que constitui uma recordação e um vestígio dos antigos sacrifícios feitos pelo homem involuído e ainda remanescentes, no fundo, nas representações do

rito. De martírio de corpo e espargimento de sangue, de que era ávido o passado, ficou apenas a idéia; mas mesmo esta deverá desaparecer nas religiões mais civilizadas do futuro, em direção às quais preferimos dirigir o olhar, porque nelas o homem descobrirá outros métodos espirituais para avizinhar-se da Divindade.

IV

A NOVA FIGURA DO CRISTO

A nova figura do Cristo. A distância entre Deus e homem. O significado do exemplo dado por Cristo. Reaproximar os dois termos para que aquele exemplo seja imitável. Cristo reintegrado no S. As velhas construções míticas e o novo conceito de Deus. A grandeza de Cristo Filho de Deus.

Estamos delineando uma nova figura do Cristo, de modo que ela apareça sempre mais completa na sua forma racional. Como se vê, estamos nos afastando do tradicional triunfalismo do Cristo-Deus, conceito egocêntrico que põe Deus a serviço do homem, aproximando-nos, assim, de uma mais racional interpretação, isto é, de uma melhor compreensão do fato de sua vinda à Terra.

Para tal fim, procuramos diminuir a distância entre os dois termos, Deus e homem, aproximando estes dois conceitos. Na verdade, existe entre eles uma distância intransponível sobretudo quando se concebe Deus não mais antropomorficamente, e sim como um pensamento regulador e diretor, tanto do funcionamento do seu organismo — que é o S — quanto, de maneira indireta, do AS, isto é, de nosso Universo. Ora, um Deus assim concebido jamais poderá reduzir-se nas mesquinhas e retrógradas dimensões do homem de hoje. É, com efeito, inconcebível o amesquinhamento de tão imensa potência dentro de tão obtusos limites, pois, tanta desproporção contradiz o perfeito equilíbrio da Lei. A precipitação involutiva desde tão excelsa altura, causa deste espantoso regresso, que não seja merecida por quantos a sofrem, é uma hipótese absurda na ordem divina das coisas.

Há demasiada distância entre as dimensões dos dois termos para que possamos uni-los; não existe nenhuma ponte capaz de permitir uma conjunção tão completa entre a natureza absolutamente espiritual de um Deus e aquela prevalentemente material do homem, qual se revelou na matança feroz do corpo de Cristo ao nível bestial do involuído. Este fato, sobre o qual se baseia a paixão de Cristo, nos mostra de que é capaz o homem com o qual se pretende que Deus se teria querido fundir. Tudo isto faz pensar que semelhante humanização de Deus não seja senão um produto do subconsciente, que por orgulho instintivo teria levado a divinização do homem. Perguntamo-nos, então: que valor espiritual pode ter um tal massacre físico? Que ensinamento poderá desprender-se de semelhante espetáculo? Que estímulo de índole moral poderá o mesmo constituir, exprimindo, como exprime, sobretudo os piores instintos do homem? E o mesmo é apontado como exemplo para que todos o vejam. Constituirá, porventura, algo a imitar quando exprime o triunfo das forças do mal, a vitória do Anti-Deus sobre Deus?

Ora, o escopo da encarnação do Cristo não podia ser o de redimir gratuitamente a humanidade, pois, de preferência, era o de com o seu exemplo ensinar-lhe como se faz para redimir-se com seu próprio

sacrifício. Então era necessária a descida a Terra, de um ser menos distante do nível humano e não de um ser de dimensões acima dos limites que transcendem as nossas medidas normais, isto é, constituído segundo um modelo absoluto, situado nos antípodas daquele em que vivemos, que é o relativo. Como poderia ser proposto como modelo a imitar um ser de natureza totalmente diversa da nossa que não oferece aquela similaridade que permite o irmanamento? Um tal modelo estaria situado fora do processo evolutivo, enquanto no caso em questão era necessária a presença de um Ser que a conhecesse, por tê-la percorrido, antecipadamente, a mesma via crucis da evolução que cumpre ao homem trilhar e sobre a qual, aliás, já se encontra a caminho.

Era em suma, necessário um Cristo que, como nós, já tivesse experimentado as dores da evolução, pelo menos até o nosso nível, e não um mártir extemporâneo descido do céu para em poucas horas de sofrimento, resolver o apocalíptico problema da reintegração do AS no S, sem ter percorrido todo o caminho necessário, o mesmo que a todos os seres cumpre percorrer. O não sujeitar-se a esta disciplina não passaria de uma tentativa de evasão da linha estabelecida pela Lei para alcançar a salvação. Trata-se de um caminho longo que leva milhões de anos para percorrer; trata-se da labuta tenaz de uma lenta maturação; estão em jogo fatos que não se improvisam e problemas que não se resolvem com um rápido martírio, demasiadamente breve para servir como uma escola capaz de operar uma verdadeira reconstituição espiritual da humanidade decaída.

Que as coisas sejam como aqui agora foi explicado prova-o fato de que — após o sacrifício de Cristo — a redenção assim por Ele operada permaneceu um fato teórico. Com efeito, salvo algum lento melhoramento devido à evolução — o qual não significa redenção — a humanidade continua sendo substancialmente a mesma de antes. Aconteceu, pois, que de fato o sacrifício de Cristo deixou intacta — como devia — a lentidão do processo evolutivo, sem perturbar a ordem fixada pela Lei de Deus. Nem o resultado podia ser outro, porque aquela Lei não comportaria uma violação tal qual se teria dado se mediante um súbito salto para a frente fosse suprimida aquela lenta, mas profunda, elaboração que toda a verdadeira redenção implica e exige.

Eis então que o exemplo que Cristo nos deu há de ter outro significado, devendo representar algo de mais próximo ao homem — implicando, por exemplo, o conhecimento de seus problemas, por ter-se Cristo encontrado em suas mesmas condições, por ter experimentado as provas do AS. Somente assim reaproximados, pondo nas bases uma tal similaridade de condições, é possível entre Cristo e o homem um verdadeiro irmanamento mediante a mais profunda compreensão por parte deste último. Só desse modo Cristo pode tornar-se um dos nossos, um mestre que pode ensinar-nos, por que Ele próprio fez aquilo que aponta a nós como fatível e que um Deus jamais poderia ter feito nem tencionado fazer.

Eis como delinear-se uma nova figura do Cristo, mais harmonizável com os fatos e com a lógica dos mesmos conforme a Lei de Deus. A paixão de Cristo não é um fato fora da Lei, pois constitui para Ele a última fase, conclusiva de um normal e longo processo de maturação evolutiva. Assim tudo fica dentro da ordem, e da logicidade da Lei. Deste modo aquela paixão não poderia confundir-se com uma improvisação sem antecedentes preparatórios, mas seria, de preferência, comparável ao último anel de uma cadeia, o momento decisivo do definitivo passo para a frente, o mesmo que lança o ser para fora do AS, para fazê-lo reentrar no S, como coroamento de um precedente e imenso trabalho de maturação que alcançou o seu cumprimento. Assim tudo e conforme a Lei e se compreende. Desse modo Cristo é nosso irmão e mestre e como tal tem o direito de elevar-se como exemplo, porque fez aquilo que cada um de nós deverá fazer, obedecendo como Ele a Lei de Deus.

Eis a essência do exemplo: o programa e a razão da existência consistem na saída do AS para reingressar no S. Este é, para todos, o momento do retorno ao Pai. Cristo viveu este momento e nos mostrou como isso se cumpre. Ele chegou primeiro. Nós chegaremos depois, cada um no seu tempo. Não há outra coisa a fazer senão segui-Lo. Ele colocou-se à frente na marcha da evolução. Plêiades de santos, heróis, mártires, gênios, O seguiram, mais ou menos distantes Dele, mais ou menos próximos daquele momento resolutivo que é o retorno ao Pai.

Então Cristo é como um general seguido por um exército de evoluídos, colocando-se na dianteira, ao desafiar o mundo do AS. Ele enfrentou o inimigo e fez primeiro aquilo que todos deverão fazer e farão para cumprirem e resolverem o ciclo involutivo-evolutivo. Ele tem o direito de se colocar como exemplo e cabe-lhe a função de modelo, porque a sua paixão não se reduz a de poucas horas que nós nos limitamos a comemorar, mas se projeta nos milênios que cada um de nós deve viver. Ela se condensa num cálice bem mais amargo, o qual consiste em ter de sofrer todas as provas, fadigas e dores do AS, absorvidas hora por hora, até assimilar toda a lição.

Então a glória da ressurreição assume em Cristo um novo significado, porque não se reduz apenas a Sua sobrevivência após a morte: ela visa, de preferência, a definitiva vitória sobre o AS, equivalendo, assim, a um retorno glorioso ao Pai, sob outra forma de vida em que a morte deixará de existir. Trata-se de uma cósmica inversão de posições do AS para o S. Afirma-se, então, com a salvação, o triunfo final do S ao completar-se o ciclo S-AS-S.

Não se pode culpar o passado por não ter sabido compreender a missão de Cristo nesse mais profundo sentido. Por não possuírem o conceito de evolução, os nossos antepassados não estavam em condição de entender o Cristo nesta mais profunda perspectiva. Graças a tal conceito, nos é dado compreender Cristo até sem recorrer a incompreensíveis mistérios impostos, por isso, em nome de um mal-entendido conceito de fé. Apresentada, porém, sob esta nova luz, a realidade do Cristo deixa de ser encarada sob a exclusiva perspectiva de uma religião para assumir todos os caracteres da universalidade, comprováveis por leis biológicas positivas.

Assim sendo, Cristo nos aparece vivo em toda a sua lógica para dizer-nos: "Fazei como Eu fiz. O que Eu fiz, vós também podereis fazê-lo. Pertenci à vossa própria raça: não fui apenas um prodígio descido do céu, com poderes excepcionais. Fui homem como vos, mas em virtude de meu incansável labor ascensional, alcancei o S, regressando ao seio de Deus, realizando, assim, o meu destino que é também o de todos vós. Eu já percorri o caminho que vós estais agora percorrendo; conheço, porque já as vivi, vossas provações e dificuldades. É luta dura mas Eu também a enfrentei mostrando-vos a que triunfo ela conduz. Eu voltei a ser perfeito no S que se constitui da pura Substancia de Deus. Resolve-se, assim, o grande problema da salvação. Este é o caminho, não há outros caminhos. Com o último feito da paixão paguei a derradeira parcela à justiça da Lei e ergui-me do AS no S como no final deverá acontecer com cada um de vós".

Assim Cristo se avizinha de nós muito mais. Ele viveu a nossa mesma realidade biológica e soube supera-la; já experimentou as nossas fadigas: por isso, as compreende. Ele foi nosso companheiro em nossa mesma labuta e fez deveras aquilo que cumpre a nós fazer ainda. Não foi a Sua uma mera representação simbólica. Por intermédio de Sua vida terrena — coroamento de muitas vidas de preparação — realiza Cristo com plenitude, Sua redenção ressurgindo totalmente liberto e regressando ao Pai. Aquela paixão se explica como o último degrau de uma imensa escalada, como o último ato de um drama cósmico, o mesmo que coenvolve a humanidade de todos os tempos.

Na paixão de Cristo temos dois momentos culminantes: o primeiro — negativo — e a sua morte na cruz, ou seja, a última vitória do AS sobre um ser que ao mesmo se subtrai concedendo esta vitória ao AS para liquidar a última parcela de sua dívida à Justiça da Lei; o segundo momento — positivo — consiste na ressurreição aos céus, isto é, na plena vitória sobre o AS, por parte de um ser que ao mesmo se subtrai, para reingressar definitivamente no S.

O reviramento da pedra sepulcral significa a libertação do espírito e a sua vitória sobre a matéria, representando assim a conversa o do AS no S. Com isso, Cristo nos ensina que a meta última da vida esta no céu e não no mundo, que apenas foi utilizado como meio para aquele fim, isto é, como uma escola e um itinerário para voltar a Deus. Cristo nos ensina que estamos percorrendo uma grande estrada e que a salvação está no avançar. A redenção consiste na evolução, isto é, a transformação da nossa natureza de tipo AS na de tipo S.

Assim concebido o Cristo se nos apresenta como algo bem mais imitável por ter percorrido a

nossa mesma estrada. Ele não representa um caso isolado, imensamente distante do nosso. Não se poderia propor como exemplo quem não fosse semelhante e se apresentasse em condições totalmente diferentes. Insistimos sobre este assunto, porque é importante compreendê-lo. A tradicional interpretação da descida do Cristo tem o sabor de uma mirabolante construção mítica apta a alimentar a fantasia, mas alheia à realidade porque pouco se condiz com a faculdade que nos permite compreender o funcionamento de todas as coisas. Isto torna incompreensível o problema daquela descida, coisa esta contraproducente no terreno das convicções, porque quando não se pode demonstrar torna-se necessário recorrer ao mistério e depois ao método da imposição pela fé, o que não convence. A realidade, pelo contrário, mostra-nos a presença de uma Lei que — constante e inviolável — mantém a ordem em todo tempo e lugar.

Alem disso, a realidade oferece-nos um conceito de Deus diverso do Deus pessoal, o qual parece mais uma nossa criação antropomórfica, como resultado de uma deificação do biótipo humano. É, em suma, um conceito que se alcança tomando como ponto de partida e de confronto o homem e não o Universo. Trata-se de uma criação de tipo mítico, produto da mesma forma mental dos pagãos. A nosso ver, Deus é o Todo e ao mesmo tempo é a mente que dirige seu funcionamento e portanto algo que transcende todas as nossas dimensões terrenas. Deste Todo, o organismo humano não representa senão uma parte infinitésima. Por isso ela, que é limitadíssima, nunca poderá conter aquele Todo, pois o que é finito não pode conter o infinito, assim como num átomo não pode caber o sistema solar, nem faz sentido impô-lo por fé. Em lugar disso nós precisamos de um Deus que sirva para todas as criaturas do Universo e não só para o homem.

Ora, no seio da ordem do Todo é difícil imaginar que revolução haveria com a descida desse Deus; ou seja é difícil admitir que o ser máximo do organismo do Todo possa assumir a forma de um de seus mínimos elementos. Este conceito era aceitável quando o homem — no seu orgulho — se julgava o centro do Universo e único escopo da criação. Mas hoje já se começou a compreender que, se existem seres pensantes espalhados nos infinitos planetas do Universo, eles, também, estão sujeitos à mesma lei da evolução; logo, o fim da Criação não é somente o homem, e torna-se lícito perguntar a nós mesmos quantos bilhões de vezes deveria encarnar-se o filho de Deus para redimi-los todos. E além disso como é possível uma descida involutiva tão grande a ponto de conseguir cobrir a distância que separa Deus do homem? Será que não nos damos conta do intransponível abismo que os separa e da impossibilidade de fundi-los num único ser? Perante a férrea disciplina da Lei, necessária a regular o funcionamento do Todo, semelhante hipótese da descida de um Deus acarretaria um deslocamento catastrófico, uma espécie de atentado anárquico, quando apontado como exemplo e exaltação aos olhos do homem. Não nos damos ainda conta de que o Universo é um organismo funcionante, segundo regras preestabelecidas e que nada pode nele deslocar-se sem que isso traga conseqüências inevitáveis? Parece, todavia, que esta desordem seja precisamente o sinal do homem, de acordo com os princípios do AS. Para nós, com efeito, a potência e o valor estão na desordem em vez de na ordem. Esta idéia que consiste em fazer descer Deus na Terra para se encarnar como homem, não será, então, uma espécie de repetição da primeira tentativa do ser de tornar-se igual a Deus, isto é, da revolta da qual teve origem sua precipitação no AS?

Então a figura de Cristo que nasce destas considerações, quer parecer-nos uma representação bem mais inteligente, mais perto daquilo que Ele verdadeiramente foi. Esta mudança de perspectiva fazia-se necessária. Estamos habituados a uma interpretação estática do Cristo, definitivamente fixada, enquanto a realidade da vida nos proporciona interpretações cada vez mais adequadas de acordo com a nossa evolução, que é também a do instrumento que possuímos para concebê-las. Acontece, porém, que a nova figura do Cristo que aqui apresentamos, por não ser a tradicional, pode escandalizar o misonéismo dos conservadores. Todavia esta figura é mais racional e, portanto, mais aceitável pela mente moderna. É, por isso, bem provável que esta seja a representação que o homem se fará do Cristo no futuro. Não só, mas, considerando bem, podemos desde já afirmar que ela não diminui minimamente a Sua grandeza. Perguntamo-nos:

Quem é maior? Quem tem o conhecimento por não o ter perdido, ou quem, tendo-o perdido

soube empreender o trabalho de reconquistá-lo ?

Quem é maior? Quem permaneceu perfeito porque ficou estacionário no S, ou quem enfrentou a fadiga de reconstruir a sua perfeição no S através das laboriosas experiências do AS?

Quem vale mais? Quem não cometeu algum dano, ou quem, tendo-o cometido, o consertou? Quem não tendo pecado não caiu, ou quem havendo pecado se redimiu?

Quem vale mais? Quem conhece apenas as vias do bem permanecendo na posição originária, ou quem, além das vias do bem, conheceu também as do mal, e, em vez de permanecer estacionário no S, percorreu todo o ciclo S-AS-S e soube reintegrar-se na sua posição de origem?

Os dois tipos são igualmente grandes, se bem que em posições e por razões diversas. Eis que interpretar o Cristo deste novo ponto de vista nada retira à sua grandeza e valor.

Tratemos, agora, de esclarecer outra questão. Contra esta interpretação pode-se objetar que ela nega ao Cristo a sua maior qualidade que é a de ser Filho de Deus. Entretanto nós não negamos que Cristo seja o Filho de Deus. De fato — como já o explicamos neste e nos antecedentes volumes — todos os seres nascidos da primeira Criação — o S — eram filhos de Deus, feitos de Sua mesma Substância. Somos todos, portanto, como Cristo, filhos de Deus. Apenas, ocorreu que esta inalienável qualidade, ofuscou-se, sem, contudo, destruir-se nos que se precipitaram no AS, tanto assim que constitui tarefa da evolução reconduzi-la à sua pureza original.

Nós não negamos, mas com maior decisão afirmamos que Cristo é verdadeiramente o Filho de Deus, porque da sua paixão e morte, Ele foi reintegrado no S, na posição em que Ele havia sido gerado e a qual, em virtude de sua natureza, faz jus. O fato de ter regressado o qualifica agora sem restrições como o Filho, isto é, como terceiro aspecto da Divindade (o ser criado). Eis portanto que Cristo permanece Filho de Deus, desde a Sua primeira origem, como O é atualmente, pois, dessa forma, Ele está igualmente situado no S, como parte integrante do mesmo. O ter atravessado o AS, em vez de ter diretamente descido dos céus (S) não impediu a Cristo de ter nascido como Filho de Deus, nem de tornar, como tal, ao seio do Pai, exatamente na posição de origem. E nós todos somos destinados a regressar aquela posição — os mais sábios e maduros, primeiro, e os outros depois — cabendo aos primeiros mais avançados e gloriosos mostrar o caminho a seguir, aos que ficaram atrás, assim como Cristo fez.

O nosso escopo não é demolir. Queremos apenas compreender melhor o Cristo, penetrando até a verdade que se esconde atrás da Lenda. Desejamos mostrá-lo sob uma forma mais racional e compreensível, porque um Cristo ilógico e entretecido de mistérios, não seria tomado em consideração pelas novas gerações e seria posto de lado. Nós queremos, pelo contrario, que Ele permaneça vivo entre elas. E para que isto suceda, sabemos que antes de mais nada, é necessário explicar tudo com clareza e sinceridade.

V

O CHOQUE ENTRE SISTEMA E ANTI-SISTEMA

A Paixão almejada, por que? Uma conta a pagar à justiça do Pai. O regresso do ser a Deus. A recusa de Cristo de ser rei. Judas, Anás, Caifás, o Sinédrio, Herodes, Pilatos, a multidão, Barrabás, Cristo. A morte.

Observemos mais de perto o comportamento de Cristo para melhor compreender o significado

da Sua paixão. Parece que Ele se tenha querido expor a todo o custo, porque enquanto provocava a ira dos seus inimigos, dizendo-lhes sem rodeios as mais escaldantes verdades, depois de ter, dessa forma, desencadeado a guerra, não preparou nada para levá-la avante, ou pelo menos, defender-se. Com isto Cristo nos fez ver quanto seja perigoso na Terra dizer a verdade, quando, depois de termo-nos engajados na batalha, não permaneçamos suficientemente armados para sustentá-la e vencê-la. Dizer a verdade, então, é um luxo reservado aos fortes e negado aos fracos. E Cristo, depois de se ter colocado em posição tão perigosa, abandonou-se nas mãos dos seus inimigos, que outra coisa não desejavam para assim liquidá-lo. Aparentemente, de duas coisas uma: ou Cristo não conhecia as leis biológicas do nível evolutivo humano que são de luta para um sobrepujamento recíproco, ou, então, queria dissuadir-nos de dizer a verdade, mostrando-nos com o seu exemplo quanto o dizê-lo em tal ambiente seja perigoso e como, portanto, seja mais aconselhável calar-se ou mentir, o fato é que Cristo desafiou as leis da vida de nosso plano e estas o mataram.

Todavia, estas duas hipóteses — a primeira baseada na ignorância e a segunda na falta de senso moral — não se sustentam enquanto evidentemente inconciliáveis com a figura do Cristo. Poder-se-ia apresentar, ainda, uma terceira hipótese: que Ele fosse movido por uma firme vontade de suicídio. Sem dúvida, vê-se de sua conduta que ele agira em plena consciência e completa liberdade de escolha. Ele bem conhecia a aflição que o esperava; entretanto, nada fez para evitá-la. Perante Pilatos Ele se calou. Acusado, Ele não se defendeu enquanto, antecedentemente, com a sua decidida conduta provocara a Sua condenação. Com efeito, entregou-se sem reagir aos soldados que o prenderam e proibiu a Pedro de defendê-Lo. Estes fatos pareceriam confirmar uma vontade de suicídio, deduzível do fato de ter assumido posições que Ele sabia perigosíssimas. Entretanto, poder-se-ia dizer que Cristo atirou sobre Si mesmo o Seu martírio, quase o tenha procurado, e tenha sido Ele próprio o primeiro a querê-lo.

Então, se Cristo o quis, isto significa que aquele martírio tinha sido para Ele uma importância decisiva que o justifica, anulando assim a hipótese do suicídio. Ele não aceitou passivamente, mas escolheu aquele caminho. Por que? Não se pode dizer que Ele fosse um fraco e que os fortes e os malvados se tenham disso aproveitado para fazer dele uma vítima. Ele os desafiou frontalmente com a coragem desmascarando-os abertamente. E, quando foi acusado não se pode dizer que Ele não teria sabido defender-se, desde que o quisesse. Ele teria podido ser Rei do seu povo, ou libertador político. Tudo parecia conspirar em Seu apoio neste sentido, pois as multidões O seguiam e O aclamavam. Mas Ele escolheu, pelo contrário, uma coroa de espinhos, entrelaçada de insultos e de aflição. O que significa tal loucura? Ou melhor, como podia ser louco um homem que deu provas de tanta sapiência?

Cristo, completamente rebelde à vontade do mundo, constantemente se refere, pelo contrário, a vontade do Pai e a esta se submete com extrema decisão. Deste lado havia algo a que o Cristo estava vinculado e que o impelia para a cruz. Era este o impulso, que o empurrava para aquela direção? Ele não era um inconsciente, ignaro do fim ao qual ia sendo levado, e no entanto não parava. Há na conduta de Cristo algo misterioso, um motivo recôndito que devemos descobrir e que não é daqueles que comumente movem os homens.

A primeira coisa que salta aos olhos de um atento observador de Cristo-homem é a sua coragem viril, sua revolucionária potência inovadora, sua capacidade de arrastar as massas. Ele se comporta como Rei que, consciente das conseqüências, desafia os poderosos desse nível, tanto no campo religioso como no político e deve como Rei ser tratado mesmo quando se faça isso pelo avesso, com uma coroa de espinhos e sobre a cruz com os dizeres: "Rei dos Judeus". Até Satanás o trata como Rei, oferecendo-lhe um Reino e Cristo o repele como tentador.

Cristo não se deixa levar até a paixão por inércia. Ele não é dominado pelas circunstâncias adversas, parece, pelo contrário, que as conheça e as secunda como se soubesse que o assalto das forças do mal, o leva a realização de seus próprios uns. Cristo obedece ao Pai, mas nisso é como se comandasse, porque obedece a si mesmo, pelo fato de que a sua vontade coincide com a do Pai. Os poderosos da Terra que querem matar o Cristo ficam assim logrados por um mal-entendido, porque em vez de fazerem seu

próprio jogo, acabam por fazer o de seu inimigo, Cristo, que os utiliza assim para alcançar seus próprios escopos, para eles totalmente desconhecidos. Temos aqui um exemplo da utilização das forças do mal postas a serviço das forças do bem: trata-se aqui, de um caso cuja negatividade acaba se tornando um instrumento das forças positivas no seu trabalho de reconstrução.

Postos, então, de lado os sujeitos humanos que contribuíram — quais pobres inconscientes — para o desenrolar-se de forças por eles desconhecidas da paixão de Cristo, não resta como causa de tudo senão a vontade do Pai, da qual Cristo havia feito Sua própria vontade. O Pai não O obriga de modo nenhum, mas é Cristo que tem consciência da necessidade de obedecer-Lhe. É o próprio Cristo que perante a ordem estabelecida pela Lei, reconhece a absoluta necessidade de Seu sacrifício e o cumpre com conhecimento de causa. Assim: de um lado, permanece firme um princípio de ordem, do outro emerge a necessidade de um sacrifício. Havia, pois, uma conta entre os dois, e Cristo devia pagá-la à justiça do Pai. Era, então, esta que exigia tal pagamento e cumpria ao Cristo efetua-lo, côncio de Seu dever?

Qual era então a dívida que Cristo devia pagar à Lei? Diz-se que sejam os pecados dos homens que Cristo endossava, deixando só a eles a tarefa de cometê-los. Mas se o pagamento de Cristo era efetuado para cumprir um ato de justiça perante a Lei, como é possível que o mesmo redundasse num ato de injustiça qual o de pagar, com seu próprio sofrimento, as culpas dos outros? Assim sendo, o Pai por aquele Seu princípio de justiça deveria ter exigido o pagamento por parte dos homens, porque as culpas eram deles e não de Cristo. Como, ao contrário, exatamente para aplicar o Seu princípio de justiça, o Pai exigiria que aquelas culpas fossem pagas por um outro que é um inocente? Como pode Deus contradizer-se até este ponto? Num regime de ordem não é lícito nem ao amor sobrepor-se à justiça para violar aquela ordem. Em tal caso não se trata mais de amor, mas de anarquia, rebelião e desordem, de tipo AS.

Uma tentativa de salvar Cristo do martírio não vem do Pai que até chega ao ponto de o abandonar no momento do martírio quando estava na cruz. Uma tentativa dessas não vem do Pai, amigo, mas de Satanás inimigo. E Cristo repele aquela tentativa à guisa de uma tentação. O que significa este fato, que só as forças do mal se preocupam por salvar Cristo do martírio? Significa que aquela era uma salvação falsa enquanto a verdadeira consistia na cruz. E Cristo responde: "Queres que eu não beba o cálice que o Pai me reservou?" Assim, Satanás, o inimigo, propunha-lhe evitar o martírio que o Pai, o amigo, lhe oferecia. Portanto a salvação de Cristo estava na paixão.

Aquela paixão significa um choque entre S e AS, entre a positividade do primeiro (Deus), que quer superar e vencer a negatividade do segundo (anti-Deus). Mas o choque se dá em pleno AS, isto é, a nível de negatividade, lá onde esta é forte, bem plantada em sua própria casa. Isto explica porque a paixão de Cristo no plano humano, isto é, a nível de AS, foi massacre bestial. E ainda se explica como, logo depois de termos saído do campo de negatividade do AS para ingressar no de positividade do S, aquela mesma paixão se torna gloriosa apoteose. A paixão de Cristo é, então, devida a um último assalto do AS contra um elemento que lhe foge para reingressar no S, ao mesmo tempo em que constitui a libertação deste ser em relação ao AS, assim como o seu triunfo no S. E esta a razão da estraciante crucificação, assim como da glória da ressurreição. A primeira representa o método próprio do AS que se acirra contra o homem que está para retornar purificado ao seio de Deus. Mas a zona de domínio do AS está delimitada e logo que Cristo lhe ultrapasse os confins, aquele AS perde todo o poder sobre Ele. Neste momento Cristo volta a ser cidadão do S, como ser de um Universo de outro tipo.

Eis que a paixão de Cristo nos mostra o maior fenômeno da existência que tenha sido experimentalmente vivido: o da superação evolutiva do AS e da evasão do mesmo para reingressar, vitorioso, no S. O fenômeno é bilateral, pois interessa simultaneamente ao AS e ao S, enquanto se realiza, ao negativo no primeiro e ao positivo no segundo. Cristo alcançava uma posição de avançadíssimo nível biológico, que nós todos deveremos atingir. Assim ele nos pôde mostrar a técnica de realização da passagem dos mais altos planos do AS para o S. Eis qual é o significado da paixão de Cristo: o do retorno do ser a Deus, depois de ter percorrido todo o ciclo involução-evolução. Com tal perspectiva, podia o Cristo recusar-se à paixão, quando sabia que com ela caminhava não para a morte, mas a uma vida bem

mais esplendorosa?

Então Cristo é um elemento de nosso tipo AS, mas tão avançado no caminho que todos percorremos, a ponto de superar o nosso mundo e poder assim reingressar no S. Com isso Ele nos mostra aquilo que todos nós, cedo ou mais tarde, deveremos fazer. Daí o valor do seu exemplo, por ser o de um indivíduo situado nas nossas mesmas condições, que todavia realiza uma passagem normal em posição de perfeito enquadramento dentro da ordem da Lei. Isto não é mito, e sim realidade. Daí o seu valor positivo. Provavelmente Cristo tenha feito parte de uma humanidade tão evoluída a ponto de estar próximo do S, e dela descera à nossa humanidade involuída para sujeitar-se a uma prova purificadora muito mais feroz de quanto não comportasse Sua demasiadamente elevada humanidade.

Talvez a culpa que Cristo tinha de pagar, consistisse no fato de ter exercido um grande poder nessa outra humanidade, mas em sentido egoísta, de tal modo a ter de repelir, com terror, qualquer soberania de tipo AS para usar todas as suas forças em sentido altruísta. Assim se explicam as humilhações a que ele foi submetido quando de Sua paixão: Sua paciência em suportá-las e seu espírito de sacrifício, oferecendo-se qual cordeiro expiatório para pagar as culpas dos outros, o que Lhe conferiu a qualificação de Redentor. Ora é evidente que a um indivíduo que se oferece como cordeiro, num mundo como o nosso baseado sobre um princípio de luta, não possa ter outra sorte senão a de ser liquidado. Num ambiente em que é lei que quem vale é o forte que sabe vencer o mais fraco, não pode ocorrer outra coisa.

Cristo, com o seu método da não-resistência e amor para com o próximo se rebela contra tal mundo e pretende revirá-lo, ou melhor endireitá-lo em forma de S. Então o AS reage e emborca o Cristo Rei, crucificando-O como um malfeitor. O povo, pelo contrário, queria um Rei terreno, prepotente e dominador, de tipo AS. E nada faltava para que isso pudesse verificar-se. Bem poderia isso ter-se realizado no dia do ingresso triunfal de Cristo em Jerusalém, quando Ele estava no meio da multidão que o aclamava. Mas Ele recusou-se a ser um Messias nacional de tipo político, preferindo ser um Messias universal de tipo espiritual. O reino que Ele queria realizar não era deste mundo. Então o povo, quando se viu desiludido repeliu Cristo que pouco antes havia aclamado. Também Satanás oferece a Cristo o seu reino e Cristo não o aceitou.

Temos aqui duas vontades e dois tipos de domínio opostos e Cristo estava no meio da luta, entre ambos, entre o AS que queria vencer o S, e o S que queria vencer o AS. Compreende-se, daí, o alcance apocalíptico do ato de Cristo. Seu exemplo nos transfere de relance dentro do maior fenômeno do universo — o da evolução — para ensinar-nos que o verdadeiro escopo da vida não consiste em gozar dos frutos do AS a não ser como um meio para alcançar sua verdadeira meta, que equivale a fugir daquele AS, mediante uma contra-revolta que se endireita no S. Cristo quis imprimir um sentido escatológico à fadiga de enfrentar a labuta de nosso caminho evolutivo no tempo, apontando-nos um outro e bem mais alto aspecto da vida e um seu mais profundo significado, consistente na supremacia do espírito sobre a matéria, proposta como ressurreição final do existir.

De tudo isto o mundo de então nada compreendeu. Este viu em Cristo um Rei vencido e como tal o desprezou. Cristo, personificando o ideal do S, emborcava o modelo do AS. Entre os cálculos que o mundo fazia para os seus interesses e o grande discurso que Cristo entabulava com o Pai, não havia ponte de comunicação, nem possibilidade de entendimento. De um lado as paixões humanas, de outro a Lei. O jogo é entre estas duas psicologias demasiado diversas. Cada qual age a seu modo, com sua respectiva forma mental. Neste choque entre AS e S vemos os dois métodos, um ao lado do outro, que se mostram mais evidentes no momento da transição do AS ao S, que se verifica na hora da paixão de Cristo. São dois mundos, dois modos de existir que naquele momento se tocam. Astúcia, mentira, prepotência, injustiça, ignorância e ferocidade de um lado; sinceridade retilínea, bondade, justiça, sabedoria, amor, do outro lado. Naquela hora da paixão pôde-se ver como age o cidadão do AS e o que o homem é capaz de fazer.

Poderia, porventura se imaginar mais cruel maltrato para um justo? Atraiçoado com um beijo, vendido ao preço de um escravo, tratado como malfeitor, abandonado pelos discípulos, insultado, torturado, morto, tudo isso por ter pregado bondade e justiça e não ter praticado senão o bem. Vê-se nisto

a volúpia do AS, de destruir tudo o que é S, sobretudo quando este ousa penetrar no seu Reino. O AS acirrou-se contra Cristo com pressa febril, porque sabia que os momentos em que a vítima deveria ficar prisioneira no campo do AS, estavam contados, depois dos quais a mesma ter-lhe-ia escapado para sempre. Mas mesmo Cristo o sabe e permite que as forças do mal desabafem e cumpram a sua função purificadora, para que em tudo se realize a vontade da Lei. Tudo é previsto, pré-ordenado, medido. Assim o AS permanece sempre servo do S, encarregado de cumprir a função que o S lhe faz executar e não mais. Pobre AS! Construído de cabeça para baixo, não pode funcionar senão para obter resultados opostos aos que desejaria. E o emborcamento de que ele nasceu o constrangerá a agir em tal sentido, até ser destruído pelas suas próprias mãos para maior glória de Deus.

Com o enforcamento de Judas o AS nos faz ver como ele recompensa os seus sequazes. Os métodos do AS se revelam no modo de comportar-se do Sumo Sacerdote Caifás, do sogro Anás, do Sinédrio, de Pilatos, da multidão dos Saduceus e dos Fariseus que assistem ao julgamento, de Herodes etc. Mas, perante este bando de indignos, com quanta evidência o comportamento de Cristo em cada momento de Sua passagem sobre a Terra dá testemunho com a palavra e com a ação — dos métodos que caracterizam o SI Todavia, que podiam entender aqueles homens? Assim Cristo foi tratado como um louco. E quando ele explicou a Pilatos que o seu Reino não era deste mundo e que Ele tinha vindo para testemunhar a Verdade, Pilatos soube apenas, distraidamente, perguntar-Lhe o que seria isso, o que induziu Cristo a nem sequer perder tempo em responder-lhe, tão longe estava Pilatos de poder compreender.

Tampouco Cristo responde a Herodes, tão enfatuado estava este de magia e de prodígios. Cristo mantém-se sempre acima desta algazarra humana. Não perde tempo em defender-se. Isto não o interessa. Seu escopo não é salvar-Se a Si mesmo permanecendo no AS, mas o de testemunhar o S, para nele regressar. Seu fim é cumprir o Seu dever perante o Pai e depois partir. Fique no AS quem o merece.

Eis então a reação de Herodes confirmando a acusação da qual era o Cristo imputado, de pretender ser rei e colocando-Lhe sobre os ombros, por escárnio, um manto vermelho, de falso rei e assim escarnecido manda-O de volta a Pilatos. E bem sabemos com quanta seriedade jurídica e com qual senso de equidade continua este o processo! Diante de Caifás chovem os falsos testemunhos, diante de Pilatos as falsas acusações do povo, todos desabafam, todos se divertem, e ao mesmo tempo os primeiros se eximem de qualquer responsabilidade. As diversas autoridades preocupam-se por defender seus cargos e suas respectivas carreiras. A proposta de libertar Barrabás é uma ignóbil escapatória, assim como a flagelação oferecida como alternativa em lugar da pena de morte. Mas quando Pilatos percebe estar periclitando a sua posição e a sua carreira, porque absolvendo Cristo, podia parecer O estar protegendo no momento em que era Este acusado de sedição contra César, então Pilatos, embora já tivesse declarado não julgar Cristo culpável ("Não acho culpa alguma neste homem"), evita de levar avante a discussão e eximindo-se de toda a responsabilidade O entrega ao povo que queria Sua morte.

O ideal de Cristo é um problema remoto, enquanto o problema próximo e real estaria na necessidade de evitar o seu prejuízo. Se Cristo quer arruinar-se, que se arruine. Se Ele almeja, pelo contrário, a superação, que a atinja. Os outros não querem superar coisa nenhuma, e de modo algum desejam fugir do AS. Pilatos quer respeitar a justiça, mas não é tão tolo a ponto de sacrificar-lhe sua posição. Perante esta premente preocupação, a outra que consistiria em aplicar os princípios éticos cumprindo o próprio dever é postergada. Por isso a sua conduta se reduz a um ceder contínuo até o momento de tirar o corpo fora, lavando suas mãos, enquanto se declara inocente. Assim Pilatos — jogando-a sobre os outros — livra-se da responsabilidade do mal praticado e pode até tranquilizar a sua consciência e salvar as aparências.

Tudo isto é lógico, e o é de ambas as partes. Pilatos, o homem do AS, cede violando os princípios da ética (S), mas salva os seus interesses (AS), que para ele eram a coisa mais importante. Cristo — do outro lado — o homem de tipo S, renuncia a seus próprios interesses (AS), mas salva os princípios (S), que para Ele eram a coisa mais importante. Pode parecer que os dois tenham feito duas

coisas opostas, mas apenas, devido às suas opostas posições de AS e S, pois, na realidade eles obedeceram, por caminhos opostos, à mesma exigência de descartar tudo quanto discrepasse de seus escopos respectivos. Existe no entanto uma diferença entre os dois casos: enquanto, na eminência de reingressar no S, o ideal de Cristo se apresentava como uma realização a curto prazo, para Pilatos e seus companheiros aquele mesmo ideal, encarado do AS, aparecia-lhes como um sonho de muito remota e duvidosa realização. Daqui a diversa conduta dos dois tipos.

Eles não podiam dialogar. Cristo dizia que o seu reino não era deste mundo e que Ele havia nascido para testemunhar a Verdade. Mas para Pilatos a Verdade era apenas um problema de disquisições acadêmicas de sofismas, de bizantinismos que não levam a nada. Como poderia ele entender o Cristo? Nem mesmo sobre o conceito de justiça podia haver entendimento comum entre os dois. Para Pilatos ela correspondia a uma formulação positiva, eu diria inflexível, como era a forma mental dos Romanos, para quem a justiça era uma regulamentação codificada em leis específicas, com efeitos concretos, de realização imediata; era um fato limitado dentro das dimensões humanas. Para Pilatos a justiça de Cristo era um ideal longínquo, uma coisa vaga e incontrolável, um princípio que abstraía da realidade da vida, e no qual, portanto, não se pode confiar. Para Cristo que conhecia a Lei de Deus, Sua justiça era uma realidade em ato, uma coisa próxima (S), um princípio que Ele via funcionar, no qual portanto é possível e útil confiar. Mas não podiam pensar assim os outros que, pelo contrário, estavam longe do S, situados no AS. Compreende-se Pilatos quando se leva em conta o fato de que ele tinha de resolver o problema imediato deste mundo, perante o povo dos Hebreus e perante Roma do imperador Tibério a quem devia prestar contas, enquanto Cristo vivia com a mente fixada em problemas remotos de um outro mundo perante o Pai e a Lei de Deus.

O próprio conceito de autoridade diverge nos dois casos. Para Pilatos e para o mundo a autoridade é o Estado, o Chefe, o grupo que detém a força, faz as leis e impõe a ordem social. Para Cristo esta é uma autoridade secundária, enquanto a verdadeira, a que comanda realmente, é a autoridade da Lei de Deus, á qual todos estão igualmente sujeitos e que se serve daquela autoridade humana como de um instrumento. Quando Pilatos diz a Cristo: "Não sabes que eu tenho o poder de te libertar ou de te crucificar?", Cristo lhe responde: "Não terias sobre mim nenhum poder se não fosse dado pelo Alto". Está aqui claramente definida a posição subordinada do poder humano perante o poder de Deus.

Para compreender a paixão de Cristo é necessário enxergar este jogo escondido, que está no fundo do fenômeno; é necessário entender esta sua realização, dado que estamos aqui perto do S, em função da Lei do Pai, antes que em função das leis humanas, que, pelo contrário, estão ligadas ao AS. Esta posição de espera e de regresso ao S é claramente expressa pelas palavras de S. Francisco: "Tão grande é o bem que me espera que cada pena me causa deleite". Temos sempre o mesmo reviramento, primeiro entre S e AS acontecido com a Queda, e agora com a nova subida, o emborcamento do AS em S, isto é, o seu endireitamento. No momento da paixão de Cristo quando o AS parece alcançar o máximo grau, de fato ele perde, porque sua vítima está prestes a fugir-lhe; e quando simultaneamente, o S parece perder, paralisado por aquela destruição, então ele vence, porque em pouco tempo a vítima estará para sempre fora do AS, no S.

Na sua ordem, a Lei deixa as forças do mal esgotarem todo o impulso da sua potência, até o ponto em que Cristo grita: "Eli, Eli, lemá sabactani?" ("Deus meu, Deus meu, porque me abandonaste?"), mas aquela potência de AS não vai mais além e se esgota. No momento em que o AS atinge o cume do seu triunfo, ele perde toda a sua força, porque acontece o afastamento do indivíduo em relação ao AS, pois deste automaticamente se destaca. Mas o S o espera. A sua maneira o AS já venceu. Mas venceu de modo negativo, porque destruiu tudo. Todavia o que destruiu? Apenas aquilo que lhe pertence e estava em seu poder, isto é, a parte material, pois é a isso que se limita todo o seu reino. Neste ponto o AS termina e mais além não chega. Perpetrada sua execrável façanha ele deve parar. Não pode dar nenhum passo adiante. Cristo, superada a paixão, está fora do AS e já no S, onde as forças do mal não podem chegar, porque são expulsas de volta para o seu reino. Aí não lhes resta outra coisa a fazer senão dila-

pidarem-se reciprocamente no triste domínio de sua miséria.

Nas páginas antecedentes referimo-nos brevemente ao ingresso triunfal de Cristo em Jerusalém e ao desejo do povo de ter um Rei terreno. Para não interrompermos o fio do raciocínio adiamos para o fim deste capítulo a descrição da cena que aqui nos dispomos a relatar. Vale a pena observá-la com atenção porque ela esculpe com vivacidade a figura do Cristo e põe em evidência a natureza íntima da sua missão. Se bem que Cristo tivesse admoestado o povo a não interpretar o Reino de Deus no sentido de potência terrena e para isso abandonar os seus sonhos de glória humana para conquistar, pelo contrário, os tesouros imperecíveis do espírito. Não obstante isto, Jerusalém almejava um Messias poderoso na Terra, voltado para triunfos políticos, rico de meios e de honrarias, vencedor dos inimigos do povo de Israel. Por isso o triunfo do Cristo no dia de seu ingresso em Jerusalém se baseou sobre um mal-entendido. Observemos a cena:

Aquela chegada foi extraordinária. A multidão saía de Jerusalém ao encontro do novo triunfador e a ela se juntavam os peregrinos para lá dirigidos. Um indescritível entusiasmo arrastava a todos. O ingresso foi memorável. Durante horas as ondas desse imenso mar da multidão se agitaram e se abriram dando passagem à modesta cavalcadura até quando o aclamado dela desceu, tendo chegado aos pés da imensa escadaria que do Cedron subia até o templo, e, pressionado por todos os lados, subiu até atingir o alto da escadaria. Dos declives das oliveiras, do vale Cedron, dos terraços das casas, dos beirais das portas e das árvores, de cada saliência do terreno que permitisse uma vista mais livre, toda uma imensa multidão aclamante fitou aquela figura que havia parado e olhava em seu redor.

Então a multidão que gritava: "Hosana! Bendito aquele que vem em nome do Senhor", emudeceu. Em silêncio todos esperavam um gesto, uma palavra. Jamais houve um instante tão decisivo na história do Messianismo. Aquele gesto e aquela palavra teriam podido desencadear o povo, expulsar os poucos romanos do Presídio, proclamar o Reino de Israel. Jesus olhou á volta e no meio daquela imensa multidão sentiu-se só. Era o ocaso. Enrolou-se no seu manto e foi-se embora. Sobre quantos ali ficaram desceu uma densa sombra de desilusão. Deste momento em diante inicia-se uma surda rebelião contra o falido Messias e assistir-se-á á sua explosão, com o furor do povo perante o Tribunal de Pilatos. Este — conforme relata Marcos em seu Evangelho — assim se expressou: "Que desejais, pois, que eu faça daquele que vós chamais Rei de Judeus"? E eles gritaram com insistência: "crucifica-o!" Pilatos replicou-lhes: "Qual é o mal que Ele fez?" Responderam eles gritando mais forte: "crucifica-o".

Cristo quis permanecer fiel à sua idéia e repeliu à guisa de uma tentação a oferta de seu povo. Assim, Ele foi verdadeiramente Rei, mas de valores espirituais eternos, em vez de ser um dos tantos Reis da Terra erguidos sobre sangrentas vitórias e vacilantes poderes. Deste modo não teme Ele o decorrer do tempo e continua reinando. Poder-se-ia objetar que se a Sua doutrina era válida perante o mundo de então — bem longe de ser espiritualmente elevado e socialmente justo — a mesma doutrina não é mais hoje totalmente aplicável dadas as diferentes condições sociais pelas quais os problemas da coletividade são hoje colocados diversamente: razão pela qual o Cristo não teria exposto verdades eternas, e seu próprio reino espiritual teria se revelado efêmero como todos os remos da Terra aos quais renunciara.

Ora, a objeção cai por terra se refletirmos que a idéia de Cristo permanece sempre válida como impulso da vida volvido à superação do passado em direção a formas de existência mais evoluídas. Este fenômeno não é um fato circunscrito a um povo e a um dado tempo, mas é uma realidade biológica que, mesmo se colocada a níveis evolutivos diversos conforme o grau alcançado, repete-se em todo tempo e em todo lugar seguindo o idêntico princípio da superação evolutiva, que é fundamental no caminho ascensional da vida. É neste sentido que Cristo permanece hoje como sempre, válido e atual, mesmo em relação às novas posições alcançadas neste momento, e com igual eficácia, nos ensina como superar a dor.

Cristo nos ensina a conquista dos valores espirituais e não se pode dizer que isso não pertença à evolução de qualquer tempo, dirigindo-se esta exatamente neste mesmo sentido. Trata-se de princípios que apesar de se desenvolverem em diferentes graus permanecem verdadeiros em todos os níveis. Há uma

constante tendência à superação, à espiritualização, ao amor recíproco que facilita a convivência social e o progredir em direção ao estado de coletividade organizada. Eis que a doutrina de Cristo e Seu Reino, naquela parte que supera a mutável contingência do momento, permanecem sempre atuais, como o são em todo o tempo, as leis da vida.

VI

NECESSIDADE MITOLÓGICA

A Ressurreição. Do AS ao S. A necessidade do mito. A morte mata só o corpo. Cristo espírito permanecendo vivo. O problema de um corpo humano no céu. As aparições. A fase mítica das religiões.

Depois da morte de Cristo, entramos numa outra fase do desenvolvimento do fenômeno. As posições se invertem, à morte do corpo sucede a ressurreição, uma vida maior no espírito, a dor sucede a alegria, o vencido se torna um vencedor, o vencedor fica derrotado. Os matadores de Cristo encontram-se agora perante um cadáver que não pode mais ser atormentado nem morto. Portanto, deixam-no e vão-se embora. Eles não têm mais nada a fazer que seja de sua competência. No terreno deles terminaram. Cada qual dirige-se ao posto que o espera conforme a sua natureza e a ordem determinada pela Lei. Os homens ficam a rastejar na terra como vermes e Cristo sobe triunfante na glória dos Céus.

O importante neste acontecimento está no fato de que o mesmo nos mostra, em forma positiva, experimentalmente vivida, como, objetivamente, se realiza a passagem do AS ao S. Aqui temos o fenômeno debaixo dos olhos e podemos estudá-lo como estamos fazendo, para compreendê-lo e assim tornar-nos aptos a realizá-lo, cada qual de seu particular ponto de vista. Podemos assim submeter a análises de laboratório um fato que nos interessa de perto, porque mais cedo ou mais tarde, todos deveremos vivê-lo, dado que esta é a Lei da vida.

Mostra-nos Cristo com a sua paixão de que maneira todo indivíduo, que tendo atingido a maturidade, poderá realizar a maior revolução biológica: a mencionada passagem do AS ao S, fechando assim o ciclo involutivo-evolutivo iniciado com a Queda. Trata-se da passagem da esfera de ação do elemento negativo ao elemento positivo, trata-se do momento crítico no qual abandona-se um campo gravitacional e sua respectiva influência para ingressar num campo oposto.

Quanta gente o AS havia mobilizado nas pessoas daqueles que se empenhavam a disputar a vida de Cristo? Vê-se que eles se moviam em série numa única direção, como movidos sob um único impulso. Mas depois do fato consumado, até o AS parece dar-se conta da gravidade do ato cumprido, a convulsão dos ânimos se transmite à terra, e a agitação se revela também no plano material; o céu obscurece, a terra treme, o solo se abre e a fenda chega até Jerusalém, atravessa o templo, afasta um pouco as paredes de maneira a causar um rasgão no velário que cobria o Sacrário do templo, o "Sancta Sanctorum" que perde, assim, sua sacralidade. Depois deste último desabafo revelador de sua natureza destrutiva, o AS esbarra contra os próprios limites que o definem e se detém. Entra, então, em ação a força oposta, a do S, que é fonte de vida e fomento de ressurreição.

Observemos este fenômeno. Sempre que se trate de fatos extraordinários na vida de Cristo, como é a ressurreição, os escritores católicos fazem dele um argumento em favor da grandeza da Igreja; os anti-católicos fazem dele um argumento em contrário. Mas poucos se ocupam de compreender o que tenha verdadeiramente acontecido, deixando-se guiar pela lógica em lugar de se deixar levar por impulsos sectários. A maior parte está interessada em demonstrar ou a verdade ou a falsidade do mito, mas poucos estão ansiosos de lhe explicar a gênese e de lhe respeitar a presença por lhe ter compreendido a importantíssima função.

É inegável que o Cristianismo teve logo plena consciência da importância dessa idéia da ressurreição, como da própria chave para compreender a doutrina de Cristo, da qual constitui a razão de ser e o seu coroamento. Esta idéia encerra a da superação da vida terrena em um outro tipo de vida, sendo fundamental naquela doutrina. Esta é a grande idéia que Cristo trazia consigo na Terra, com a missão de testemunhar-lhe a verdade mediante Sua própria ressurreição. É a mesma idéia que nós, com outras palavras, chamamos de retorno ao S. Não importa a forma. O Cristianismo achou por bem expressar-se com o mito, admitido por fé, por ser o meio mais apropriado para a psicologia das massas; nós nos expressamos utilizando a análise e a razão, porque isto é melhor aceito pela mais evoluída mentalidade do homem de hoje. Mas a verdade é uma só: o caminho da evolução com a sua conclusão é o mesmo, cumprindo a todos o regresso ao S, isto é, o feito sublime que Cristo realizou e que nos quis ensinar.

Ora, é incontestável que desta idéia da continuação da vida em uma forma mais alta com o retorno ao S, bem era necessário oferecer uma representação compreensível no plano humano para a forma mental comum. Então para este fim, o derrubamento da pedra do sepulcro, qual impulso de uma explosão de vida, é quanto de melhor se podia imaginar. Devemos compreender que para tal mentalidade, sempre que se fale de vida, entende-se a vida ao corpo. Diz-se que uma pessoa morre quando não vive mais o seu corpo. Deste ponto de vista, para se afirmar que essa pessoa vive é necessário que o seja sobretudo como corpo e não apenas como espírito. A mentalidade materialista — que predomina também no campo religioso — impõe que se permaneça no plano físico. Para ela Cristo era a pessoa física que pisava sobre a terra e não a Sua personalidade espiritual. Era, pois, indispensável a ressurreição do corpo para que o povo compreendesse que Cristo havia permanecido vivo. Se o povo se enganou é porque Jesus preexistia, e se tomou um corpo, foi porque Lhe fora possível existir antes, independentemente dele. Por isso pôde o Cristo subsistir, após a morte de Seu corpo.

Na realidade a morte não mata a verdadeira pessoa que é espiritual. Por isso como tal, Cristo não estava morto, porque o espírito não morre. Então como podia Ele ressuscitar se não estava morto? Então o que podia ressuscitar era somente o seu corpo que estava morto. Mas Cristo era o espírito e não o corpo. Para nós Cristo é algo que está além da Sua forma física. Para nós Ele é o Cristo eterno que tomou e deixou uma sua veste física, razão pela qual Ele não tinha necessidade do seu corpo para poder sobreviver: por isso não ia levá-lo consigo e o abandonou na terra.

Repugna-nos, pois, pensar que no Céu, isto é, no S, se pudesse colocar definitivamente um elemento de tipo oposto, próprio do AS. É difícil de imaginar como Cristo pudesse necessitar de um tal invólucro em um ambiente tão diverso e em tão novo tipo de vida como é o S. Como podia, com um tal corpo, sentar-se Cristo à direita do Pai que é o pensamento diretivo do S, e que como tal não pode ter corpo que é prerrogativa do AS? Que tremendo problema não acarretaria o arrastar essa carga de matéria dentro de um mundo de outras dimensões.

Mas, a mente popular não raciocina assim: ao contrário exige — e assim cria para si — uma lenda que mais a satisfaça, o que aliás, é justo, porque este é o alimento da qual ela se nutre. Assim ela construiu para si uma ressurreição a seu modo, de fundo físico, sem pôr em evidência o fato espiritual que é a parte mais importante. Sem uma ressurreição de tipo material, o Cristo que não estava morto, teria sido considerado como morto, porque havia morrido e seu invólucro terrestre.

Para o povo era necessário um sepulcro vazio e um corpo desaparecido. Daí o fato de imaginar Cristo assumido ao Céu o passo é breve. Para persuadir as multidões da existência de uma outra vida —

razão fundamental da Paixão de Cristo — era pelo menos necessário que seu corpo desaparecesse da Terra, sem o qual para as mesmas seria impossível que Ele tivesse sido acolhido no Céu. Isto era necessário para mostrar que a Paixão de Cristo havia alcançado o seu escopo, porque estava na lógica do fenômeno e ela exigia ser satisfeita. Hoje que se começa a conhecer o que seja de veras o Céu, sabe-se como seja difícil a permanência de um corpo humano no espaço extraterrestre. Torna-se, portanto, cada vez mais difícil recorrer àquele Céu, e ali construir mitologias. Esta na ordem da própria Lei de Deus que cada organismo só possa viver no ambiente em relação ao qual foi construído.

O próprio Cristo tinha previsto a necessidade desse mito da ressurreição e tinha preparado o terreno anunciando, em vida, que ressuscitaria. Ele sabia que esta ressurreição fazia parte integrante do fenômeno por Ele vivido, constituindo o lado positivo do mesmo, como contrapartida ao lado negativo, representado pela morte. Esta ressurreição era necessária para confirmar a tese de Cristo, para explicar e valorizar a sua Paixão, Cristo devia provar que esta conduz à vitória da vida que expressa o S, sobre a morte que expressa o AS. Sem o triunfo de Cristo no espírito, o seu sacrifício teria sido uma derrota ou simples loucura.

O que sabemos de positivo depois da morte de Cristo é que o seu corpo desapareceu. No entanto Cristo esta vivo, porque foi visto na Terra, mas aquele não era o seu corpo físico. Existem fenômenos de materializações paranormais de indivíduos cujo corpo se desfez há tempo. Eles não implicam de modo nenhum uma ressurreição física. Não foi com o corpo físico que Cristo ficou presente na Terra. De fato Ele aparece e desaparece em Emaus, caminha sobre as águas, entra nas salas de portas fechadas, diz a Madalena: "Não me toques", para que ela não se apercebesse que aquele não era seu corpo físico. Tomé que exige colocar o dedo nas chagas de Cristo, fica convencido por haver acreditado, mas não por haver tocado, coisa que os Evangelhos não dizem que ele tenha feito. Falam estes de fé que ilumina, não de uma certeza experimental. A presença de Cristo na Terra é feita de aparições. E então o corpo onde estava?

Esse mesmo corpo pertencia ao AS, constituindo apenas uma veste temporariamente assumida por Cristo para poder cumprir Sua missão no plano humano, uma veste para Ele não mais aceitável quando de Sua transferência para o S. Não se concebe como uma tal forma pudesse entrar a fazer parte de um mundo exclusivamente espiritual e quais funções pudesse ali exercer um organismo feito para outros objetivos, escravo da gravitação, da atmosfera, de sistemas nutritivos, de funções biológicas, de meios sensórios etc. Isto, contudo, não significa que o mito da Ressurreição não fosse necessário para um dado tipo de indivíduos e que, por isso, não mereça o mesmo todo o respeito. Usado na forma relativa e temporária é justa uma representação mental, ainda quando ela não corresponda à realidade efetiva desde que a mesma venha a constituir um meio útil à realização da evolução, por cumprir uma função capaz de contribuir ao alcance deste escopo.

* * *

Encaram-se, hoje, tais fenômenos com critérios racionais e objetivos para sua melhor compreensão. Mas é certo que eles não podiam ser apresentados assim nos tempos de Cristo e nem mesmo posteriormente até ontem. Então o homem necessitava acolher e interpretar os fatos de maneira a ele compreensível e adequada a sua mentalidade. Para o passado, tais interpretações eram cabíveis porque proporcionadas as necessidades psicológicas das massas. Tudo dependia do desenvolvimento da sua inteligência. Por isso, há de se convir que tais interpretações, ainda que inaceitáveis para nós, modernos, cumpriram sua devida função.

Todas as religiões atravessam uma sua primeira fase mitológica e o Cristianismo não faz exceção. A lenda brota a cada passo. Ela é uma criação da alma coletiva, que sem falta se manifesta na formação de cada religião. Não há razão para que o Cristianismo lhe fizesse exceção. Assim o homem, baseando-se nalguns fatos, os mitificou, acrescentando-lhes elementos ideais que a realidade não contém nem pode conter. Obtém-se, deste modo, uma fusão de realidade e de sonho, uma construção excelente

para os fins da evolução, porque consegue revestir os puros fatos reais de uma luz que lhes proporciona alma e consistência e com isso um impulso evolutivo que os mesmos não teriam capacidade de dar sozinhos. Ora, isto não significa um estéril devaneio, pois esta mitificação cumpre a importantíssima função de fazer descer o ideal na Terra, contribuindo, assim, à realização de formas de vida mais avançadas e, portanto, ao verdadeiro progresso do homem. É por meio do mito que o ideal toma corpo na consciência coletiva onde se fixa realizando a evolução.

A vida quer alcançar seus fins em cada nível e o faz com a forma apropriada ao caso. O primitivo vive no plano emotivo e não ainda no plano racional. Ele é como um menino que, encontrando-se perante o ignoto, procura dar-lhe uma explicação por meio da fantasia construindo para si uma fabula capaz, no momento, de satisfazer sua necessidade de desvendar o mistério. Mas tal construção é dele, existe só na sua mente, não é uma visão objetiva da realidade. A esta o menino substitui o seu sonho, que é tudo aquilo que a sua forma mental sabe produzir. Mais do que isso não se podia pretender no passado. Por isso a religião primitiva não passava de magia, o sacerdote era o feiticeiro, atitudes que ainda vemos sobreviver na psicologia do milagre.

Hoje, que o homem se torna mais amadurecido, tudo isso tende a desaparecer, e ao devaneio ele procura substituir a reflexão racional, deixando o método fideístico-sentimental as criaturas menos desenvolvidas que dele ainda precisam. Mas as próprias religiões estão sujeitas a um processo evolutivo e se vão intelectualizando cada vez mais por ser este o caminho da evolução que conduz da matéria ao espírito. O Céu dos pagãos era uma sociedade de tipos comuns, com todos os seus defeitos e paixões, um mundo terreno transferido no Olimpo. O selvagem encontra-se ainda mais atrás com seus sacrifícios cruentos. Baste confrontar com estes últimos o sacrifício celebrado na Eucaristia, para vermos a quão imensa distância se encontra este em relação ao primeiro, pois na Eucaristia o sacrifício esta a tal ponto espiritualizado que até a matéria do pão esta reduzida a uma partícula quase simbólica. E assim que o ideal avança em direção ao divino, assumindo dele, cada vez mais, as características da imaterialidade e da espiritualidade. Passa-se, dessa forma por graus, do nível subumano ao nível humano e super-humano. Por este processo a evolução avança.

É natural que, uma vez chegadas a uma fase mais avançada, as precedentes formas mais baixas não sejam mais necessárias. É um fato que aquele mundo lendário resiste cada vez menos as críticas dos tempos modernos. Assistimos hoje a um processo de desmitificação que não é destruição do passado, senão no sentido de que o velho tipo de compreensão é substituído por outro mais complexo e progressista. As antigas religiões colocavam o homem ao nível dos mais elementares instintos animais, como fome e sexo, luta e medo, ódio e morte etc. Sucessivamente essas religiões se humanizaram, saindo da fase selvagem, mas conservando-se sempre no nível dos impulsos instintivos do subconsciente. Com o Cristianismo a religião se espiritualiza até ao nível do sentimento, do amor ideal, das razões do coração. Realizam-se, assim, maravilhosas construções no terreno fideístico-emocional. Não se trata de vãs fantasias, mas de criações do inconsciente que têm um profundo significado biológico, isto porque elas cumprem uma real função criadora, expressando uma técnica de aquisição de novas qualidades superiores por parte da personalidade; representam, em suma, um instrumento de conquista biológica, em sentido evolutivo, a nível espiritual.

Com tais criações ideais manifesta-se o inconsciente que, pela repetição dos respectivos atos e pensamentos, procura fixar sob a forma de qualidades algumas das suas superiores aspirações. E enxertando na crua realidade biológica essas mais elevadas aspirações, que o homem consegue erguer-se ao longo da escala da evolução. Que importa se não se afasta ainda de lendas e representações mentais não é este um terreno de investigações científicas, mas de criações espirituais lançadas em frente para antecipar o futuro. O que há de sólido neste fenômeno esta no fato de se constituir numa técnica de aquisição de novas qualidades, ou seja, naquele importantíssimo processo que consiste no evoluir. Trata-se, portanto, de uma função biológica de grande alcance e é por isso que a vida permite que se realize.

Compreendido, assim, o significado do mito e o valor que ele representa, poder-se-á entender a

necessidade de se usar a máxima cautela na destruição do velho, à qual se é naturalmente levado no processo de desmitificação das religiões, ou seja, é necessário não abater o passado enquanto não se tenha conseguido substituir-lhe algo melhor, como é indispensável para evoluir. É certo que a vida quer renovar-se, porém, para avançar e não para retroceder ou ficar estacionária no vazio. Então, há de se cuidar que a desmitificação não paralise a função evolutiva cumprida pelas criações mentais das massas. É certo que hoje o homem está se tornando adulto e, assim, começa a transferir o fenômeno religioso do terreno emotivo aquele racional. Assim ele subirá ainda de um grau, acima dos que subiu no passado. Mas é um passo laborioso, porque presume uma maturidade que as massas não alcançaram ainda.

Cada manifestação da vida é proporcionada aquele seu grau de maturação. Cada coisa a seu tempo. A religião do futuro terá uma base científica. Estamos hoje numa fase de passagem. O de que necessita a humanidade infantil não é o de que precisa uma humanidade adulta. A atual crise do Cristianismo é profunda, porque é devida precisamente a esta passagem da fase religiosa, lendária, fideísta e emotiva aquela positiva e racional.

O caso é grave porque não se trata de crise desta ou daquela religião, mas de uma crise psicológica global que leva a um novo modo de conceber a vida, do qual decorre a mudança da forma mental do homem e de tudo o que dela deriva, incluindo as religiões. A verdade é relativa e progressiva. Assim como se passou da religião do Deus vingativo a do Deus de bondade, da mesma forma se passa hoje a religião da inteligência. Como se passou da fase do temer àquela do amar, assim se passa hoje aquela do compreender. É assim que hoje se procede a uma rápida desmitificação, demolindo o passado. Mas neste, trabalho é necessário que os dirigentes estejam atentos a não propor verdades antes que as massas as possam compreender. A revelação da verdade há de ser proporcionada à capacidade de compreendê-la; por isso não deve ser concedida levemente quando pode ser prejudicial às massas. Estas, com efeito, dada a sua ignorância, poderiam ser levadas a fazer um mau uso delas. É por isso que elas, às vezes, não podem ser iluminadas enquanto não alcançarem a maturidade necessária para entender o verdadeiro no seu justo sentido. É necessário sempre fazer as contas com as reações da forma mental à qual um princípio é aplicado.

A atual crise é profunda porque o velho está caindo enquanto o novo não está pronto para lhe ser substituído. Estamos, assim, pairando no vazio. Ora, apesar de o nosso tempo contestar os valores espirituais, eles são necessários à vida. É, pois, fatal que quando o homem sentir falta deles e deles tiver fome, então ele deverá apressar-se a reconstruí-los, se bem que num nível mais evoluído. Esta é uma crise laboriosa e perigosa. Mas, afinal de contas trata-se de uma crise salutar, uma crise de desenvolvimento.

Vivemos numa época de transição, feita de dois momentos históricos: o primeiro representa o velho mundo na hora de seu ocaso; o segundo representa o novo mundo que agora está surgindo. A nossa Obra levada a termo nos quarenta anos situados no centro do século XX, representa esta época de transição porque se situa em cima desta transformação. Ela com efeito se iniciou quando o velho mundo estava em pleno vigor e se conclui agora, quando o mesmo está em declínio e o novo mundo desponta. Por isso entre a primeira e a segunda parte da Obra poderá parecer a um observador superficial que haja contradição. Trata-se, porém, de uma continuação que é maturação devida a um desenvolvimento natural que acompanha o do momento histórico. Ao qual a Obra é o espelho.

Esta transformação e continuação de diversas interpretações está hoje se processando também para a figura do Cristo, que é objeto principal deste volume. Como hoje se faz com tudo, até a figura do Cristo é dissecada com a análise. Mas, assim fazendo, o mundo se arrisca a ficar tendo em suas mãos a figura de um Cristo totalmente destruído. É por isso que procuramos satisfazer a necessidade de uma síntese reconstrutora do Cristo, em forma adequada aos novos tempos, baseado não sobre a crença, que hoje não rege mais, e sim sobre a compreensão. Também aqui não se trata de contradição entre o velho e o novo, mas de uma continuação que é maturação e natural desenvolvimento do modo humano de entender as coisas.

A desmitificação deve ser uma atualização não um aniquilamento. Quando os mitos já cumpri-

ram a sua função, então, naturalmente, se tornam falsas e morrem por si próprios de velhice. Não é necessário destruí-los. A vida pensa sozinha em renovar-se. Em muitos casos, tratar-se-á apenas de dizer as mesmas verdades, embora de um modo mais completo, mais controlado, mais racional, mais genuíno, sem mitos; o que torna as mesmas verdades ainda mais verdadeiras. Que um espontâneo processo de desmitificação esteja hoje em ação, é mais que evidente. Ele revela a superação da fase infantil da humanidade da qual esta está saindo. Em vez de se construírem mitos e impô-los, em seguida, em nome da fé, a ciência se colocara perante a Lei de Deus e estudara com objetividade seu funcionamento.

Será este o novo modo de caminhar em direção a Deus. É por isso que tanto insistimos em falar naquela Lei. É sobre ela que se baseará a nova religião positiva e a idéia de Lei é, com efeito, a que melhor satisfaz a forma mental dos adultos, por estar ligada a um princípio racional, experimentalmente controlável. A mente infantil do passado queria envolver os fatos no encantamento do mito, acalentava o mistério, a fé, o prodígio, o estado emotivo, o sentimento; pois, à mesma mente repugna tudo aquilo que, como a Lei, é positivo, racional, rigorosamente estruturado, o que exige um espírito crítico e processos de investigação da mesma espécie. É por isso que muitos ainda resistem à atual necessidade de redimensionar sua forma mental, libertando-a das míticas construções do passado.

VII

O MÉTODO DA NÃO VIOLÊNCIA

Martírio planejado. No S desaparece o egoísmo separatista. A potente personalidade de Cristo. O inovador. O Cordeiro de Deus. São Francisco. O método da não violência. Como o inerte pode vencer enquadrando-se na Lei.

Observemos a vida e a Paixão de Cristo ainda sob outros aspectos. Ele dá o grande salto em direção ao S e o vemos neste supremo momento em que se conclui o ciclo involutivo-evolutivo, porque o ser percorreu todo o caminho do retorno ascensional. Os executores da Paixão, tantos e diversos, cada qual a seu modo e movido por seu próprio interesse, coordenam as suas ações num quadro único e as fazem convergir ao fim visado por Cristo que todavia não conhecem. Isto faz pensar num plano preestabelecido, que não está na mente deles, mas na lógica da Lei, que funciona no momento devido. Cada um deles é um músico que conhece e toca apenas seu próprio instrumento e todos em conjunto formaram uma orquestra. Somente Cristo é consciente daquilo que se dá no meio de uma multidão de ignaros do verdadeiro significado de Suas ações. Em Cristo o espírito se revela nítido e possante em cada momento. A cada passo Ele mostra segurança, precisão, tempestividade, nenhuma vacilação própria de uma tentativa. Cristo exprime a luz, os outros expressam as trevas. Enquanto estes tateiam, Cristo sabe. Ele vai direto ao seu objetivo, os outros tergiversam, oscilam, movem-se ao acaso, a seu capricho, nada compreendem do jogo de Cristo e o executam como se fizessem seu próprio jogo. Assim eles ajudam, de fato, Cristo a levar a efeito seus próprios planos, enquanto acreditam fazer o oposto. Matando-O, eles não fazem outra coisa senão expulsá-Lo do inferno em que eles estão mergulhados, para fazê-lo reingressar na felicidade do S.

Do mesmo modo que aqueles nada entenderam então, também hoje, nada entende quem não tenha percebido qual era o escopo de Cristo. Trata-se de um trabalho perfeitamente enquadrado nos princípios da Lei, portanto planejado com exatidão. Mas como era possível, então, compreender que quando Cristo dizia vencer o mundo, Sua intenção era querer sair do AS para entrar no S? A questão é, acima de tudo, Sua, pessoal; e é de tal forma individual que ela se apresenta a cada um de nós para que um dia, uma vez amadurecidos, possamos imitar o exemplo recebido.

O homem interpretou a seu modo a idéia de o Cristo querer vencer o mundo. O instinto de luta impeliu-o a entender aquela idéia não no sentido de superação, mas de esmagamento, enquanto para Cristo ela tinha um sentido construtivo e não destrutivo. Como superação a encara quem está maduro para o S, do outro modo a vê quem está no AS. Para o evoluído a vida é harmonia e não oposição entre os seus diversos graus de desenvolvimento, porque estes não são senão fases sucessivas de um mesmo caminho. É, pois, absurdo sermos inimigos do mundo para vencê-lo, enquanto ele tem uma razão de existir num nível inferior necessário para alcançar outro superior. Se aquele nível é AS, ele é passagem obrigatória para desembocar no S. Em substância a contraposição é a mesma que existe entre a fase da criança e a de adulto. A predominante interpretação do antagonismo contra o mundo é devida ao instinto do subconsciente para o qual quem vale é o vencedor que derrota o inimigo e triunfa destruindo.

O caso proposto e vivido por Cristo pode aparentar um aspecto utilitário porque o evoluir e o reentrar no S representa um efetivo melhoramento de vida. Apela-se, deste modo, a um sentido de egoísmo a ponto de suscitar a seguinte dúvida: Tendo o Cristo podido prever tudo e, por conseguinte, até calcular a vantagem decorrente de Seu sacrifício não poderia porventura ter enfrentado tal sacrifício por um Seu interesse egoístico? Teria, pois, se sacrificado apenas para reentrar na felicidade do S? Não! Este foi o resultado implícito do Seu ato, mas não podia ser esse de maneira alguma seu único objetivo. A este resultado a Lei O conduzia, inevitavelmente, porque assim Ele agia, e Sua vontade, era unicamente a de conformar-se à ordem da Lei. E justamente porque Cristo regressava ao S, a Sua forma mental não podia ser senão deste tipo — isto é, orgânica e unitária — e não de tipo AS, isto é, individualista e separatista. Ora, uma atitude egoísta Cristo se teria oposto ao S seguindo a psicologia dualista própria do AS, negando-se, assim, a alcançar o fim que Ele próprio propunha. De tal modo Cristo teria feito o contrário daquilo que Ele desejava fazer, e isso inadmissível.

O princípio egoísta faz parte da cisão dualista do AS-S, e não pode ser aceito por quem, reingressando no S sai desse dualismo, portanto não existe mais isolado do Todo e apenas movido pelo seu próprio interesse. Tudo isto desaparece quando se chega às portas do S. Então fica apenas a necessidade de viver de ordem, aderindo a Lei; esta é a vantagem, o interesse, a satisfação que então se procura. Nisto consiste o endireitamento da forma mental de quem se encontrava emborcado no AS. Mentalidade excepcional para quem vive no nível comum.

Eis então que o principal fito de Cristo não era o pensar em si próprio, mas no cumprimento do seu dever perante o Pai, seguindo a Lei. A indiscutível vantagem de reentrar no S, isto é, de ascender a um mais elevado tipo de vida, era um efeito consequência da atitude de Cristo, e o Seu escopo, agora, era o triunfo da Lei na ordem. Que Seu objetivo fosse o endireitamento vê-se no fato de que aquilo que para um homem comum teria ficado em primeiro plano, para Cristo torna-se secundário; enquanto o que para aquele homem é secundário, torna-se para Cristo a coisa principal. É natural que no S tudo se encontre em situação invertida em relação ao AS. E para poder ter acesso ao S, é necessário ter conquistado do mesmo a forma mental, porque esta acarreta um existir de tipo coletivo, que não admite elementos de tipo oposto, assim como em nosso organismo não deveria ter acesso nenhuma célula de tipo canceroso, egoísta e separatista, dados os efeitos letais que trás consigo.

Observemos um outro aspecto da Paixão de Cristo que tipo e o sacrifício? E que tipo de personalidade revela? Também São Francisco teve a sua Paixão, a dos estigmas, assim como a cruz foi para Cristo a apoteose da Sua vida. Trata-se, contudo, de outro tipo de sacrifício que revela uma personalidade diferente. Temos dois sacrifícios entre os quais o do Cristo se poderia chamar de ativo e o

de São Francisco passivo. Cada um dos dois se oferece ao seu modelo, mas Cristo não se põe diante do Pai na mesma posição na qual São Francisco se põe diante do Cristo. A obediência de São Francisco é a de um sequaz, a de Cristo é a de um iniciador. Quando Este obedece a Lei, Ele obedece, na verdade, a Sua vontade de obedecer. São Francisco imita o Mestre. Cristo é Ele próprio o Mestre. Ambos se submetem mas o primeiro em forma masculina, o segundo — diríamos — em forma feminina. Cristo se submete livremente — por exigência de disciplina, por um princípio hierárquico de ordem — perante o Pai que Ele reconhece como seu Chefe, assim como se sujeita à Lei que é o Seu código. São Francisco se submete como um escravo, por amor, se oferece passivamente e com os estigmas recebe na própria carne a marca de Cristo. Este, pelo contrário, é independente, é um inovador, não um repetidor. Ele respeitou o Pai como no relacionamento do soldado para seu superior, não como amante, por puro amor.

Estas observações nos ajudam a compreender o significado da figura do Cristo apresentado como Cordeiro, como a vítima num rito expiatório. Cristo não foi nada disso, pelo menos na medida em que a sua imagem foi deformada por superestruturas posteriores, para satisfazer os desejos dos crentes. Cristo era uma personalidade possante e autônoma. Ele quis o seu sacrifício e não aceitou de ninguém. Ele obedeceu à Lei porque assim quis e não porque fosse a Lei a impor-lhe de obedecer. Isto sucede apenas no AS onde o ser não tem consciência para autodirigir-se. O acordo se deu com espontaneidade e convicção, sem nenhuma passividade. Obedecendo à Lei, Cristo no fundo obedecia a si próprio, porque ingressando no S, Ele se identificava com a Lei. Na hora da Sua Paixão a vontade de Cristo era a vontade do Pai, pelo alcançado grau de evolução fazia do Cristo um elemento do S. Se uma dívida existia era necessário pagá-la e Cristo devia ser o primeiro a querer isso. Quem é um elemento do S é também um elemento da Lei, uno com o Pai.

Assim sendo, a qualificação de Cordeiro se adaptaria mais a São Francisco. Cristo era um leão que impôs a Si próprio comportar-se como cordeiro. Ele não foi nenhum imitador, nem repetiu o Evangelho de um outro, mas inventava o Seu. Ele não seguia nenhum outro, mas a Si próprio, pois, unificado com o Pai, personificava a Lei, a qual é, antes de mais nada, justiça; só em segundo lugar pode ser amor. É bem neste sentido — segundo a Lei — que devemos entender o Cristo, isto é, no sentido de um amor não gratuito para todos, mas que há de ser merecido e retribuído, porque a Lei quer justiça e não usurpação por parte de aproveitadores da bondade de Cristo. É por isso que muitas dissertações sobre o amor de Cristo não passam de mera retórica.

Cristo não era só um brando consolador, mas sobretudo um forte modelo de potência, um verdadeiro Super-homem em sentido espiritual. A confirmação destes nossos conceitos, citemos as seguintes palavras de Gibran Khalil Gibran, que retraduzimos da edição italiana de seu livro **Jesus o Filho do Homem**: "A humanidade vê Jesus, o Nazareno, nascendo e vivendo como um pobre, ofendido como um fraco, crucificado como um criminoso, e chora-O e lamenta-O (...). Jesus não viveu como um covarde e não morreu sofrendo e queixando-se Viveu como um revolucionário, foi crucificado como um rebelde e morreu como um herói (...). Jesus não veio para tirar os homens vigorosos das suas ocupações e fazer deles padres e monges; mas para insuflar na atmosfera deste mundo uma alma nova e forte capaz de destruir desde seus alicerces os tronos e os palácios erguidos sobre os túmulos, e derrubar os ídolos impostos ao espírito fraco dos humildes".

Façamos ainda outras observações para melhor compreender o significado da vida de Cristo. Nos perguntamos como tenha podido vencer na Terra — a ponto de implantar-Se solidamente sobre ela por dois mil anos — um indivíduo que, apesar do sua potente personalidade, impôs a Si mesmo a posição de cordeiro, pregando e vivendo uma doutrina de sacrifício. Como é possível que um ser inerte, que professa e pratica o método da não violência, tenha chegado a triunfar neste nosso mundo que é o próprio reino da força (AS), da qual tudo se faz depender? Os cordeiros na Terra não vencem, mas são devorados; muito raramente sendo seguidos e glorificados. Não haverá, então, em Cristo uma outra força que Lhe permitiu vencer, dado que num mundo de luta só com a força se vence? E se Ele repelia a força do mundo, qual seria, então, esta outra força?

A cada nível de evolução a vida é defendida por um diverso e apropriado tipo de forças. No plano humano temos a força animal e violenta da opressão, tanto na luta individual quanto naquela coletiva das guerras. No nível do S, temos a força espiritual da Lei. Cristo com o método da não resistência e do perdão, pôde vencer a força do plano humano porque possuía aquela da Lei, do Pai, do S, feita de ordem, verdade e justiça. Se bem que esta força — porque mais sutil — escape à percepção grosseira, material, do nível biológico humano, todavia essa força é bem mais poderosa do que a de que dispõe o cidadão do AS, o qual, além disso, se encontra na desvantagem de ter em sua frente algo para ele invisível, que o golpeia e do qual subestima ou até ignora a existência. A diferença de potência entre os dois impulsos emerge do fato de que a do mundo produz vitórias efêmeras, sempre sujeitas a desmoronar, enquanto as outras vitórias são mais consistentes e duradouras.

Na hierarquia dos pobres, o inferior não compreende nem pode vencer o superior, enquanto o superior compreende e pode vencer o inferior. Ora, o máximo poder, ao qual todos os outros ficam subordinados, é o da Lei, do Pai, do S, de Deus. Eis então que o mais potente não é o violento, violador de todas as normas, o rebelde a ordem divina, o individualista isolado no seu separatismo perante tudo, aquele que se põe contra a Lei, mas quem se insere nela disciplinadamente e por ela se deixa conduzir trabalhando em harmonia com ela. Vence então este último porque dispõe da potência ilimitada da Lei, enquanto o outro não vai além de suas forças individuais, limitadas e sujeitas a esgotar-se rapidamente. Este, por outro lado, não é secundado pelos impulsos da Lei, mas por ela obstaculado porque se move não a favor mas contra tais impulsos; deverá, pois, vencer fortes resistências que rapidamente o desgastam. E assim que os fortíssimos da Terra estão sujeitos a fracassar, enquanto um ser que aparenta fraqueza perante eles pode vencer.

É por isso que Cristo pôde ensinar a não-violência sem deixar o indivíduo indefeso à mercê dos assaltos do AS. Cristo testemunhou a presença da Lei de Deus, também em nosso mundo. Muito se discutiu sobre o problema da violência e muitos não deixam de admiti-la como necessária para vencer na Terra. E isto é compreensível porque estamos no AS, que não conhece outra força. Mas Cristo que já era do S pôde, contudo, vencer com a não violência, coisa incompreensível no ambiente terrestre que não pertence ao S. Por isso explica-se como Cristo, mediante um pacifismo inerme tenha conquistado o mundo.

O indivíduo do AS é débil porque, desgastado pelo atrito de seu próprio egoísmo com o dos outros, ele fica isolado de todos. O indivíduo do S forma, pelo contrario, uma unidade incindível com todos os outros porque as forças de cada um se somam em vez de se elidirem. O indivíduo do AS é anárquico e se revela um centralizador contra todos os outros indivíduos que, limitando-o nisso, se põem contra ele. O indivíduo do S é ordenado, disciplinando-se de maneira orgânica e, assim, cada elemento colabora apoiando o outro. Ele conhece os limites dos seus direitos e deveres respeitando os de seus semelhantes. O ser do AS não conhece outros limites ao seu egoísmo invasor fora da resistência que lhe é oposta pelos outros egoísmos, que constituem seu único freio. No primeiro caso goza-se de segurança e paz, no segundo sofre-se de desconfiança e luta corrosiva no caos. No primeiro caso a disciplina é confiada ao sentido de responsabilidade do indivíduo, no segundo à reação do próximo em contínuo estado de guerra.

O emborcamento próprio do AS, pelo qual cada fragmento deseja fazer-se centro do todo para domina-lo, em vez de subordinar-se como parte ao centro do todo, é a causa da fraqueza do cidadão do AS, enquanto o comportamento contrário é a fonte da verdadeira força do cidadão do S. Disto se vê a quão grande diferença e a quais trágicos efeitos conduz o método de vida do princípio separatista do AS, em contraste com o princípio-orgânico unificador próprio do S. Assim, o primeiro é fraco e fica vencido, e o segundo é forte e vence. Eis qual era a força de Cristo em veste de cordeiro: Ele possuía a força da Lei e do Pai, que é mais poderosa do que todas as forças humanas. Eis como o Cristo, sem recorrer à força do mundo, indefeso segundo a lógica desta, fica contudo, defendido pelas forças da vida e — inerme mas poderoso — pôde vencer.

E por isso que Cristo voltou-Se para o Alto, jogou tudo por tudo e deu Sua vida, porque Ele tinha a certeza de vencer. Esta segurança Lhe vinha de Seu conhecimento da Lei. A conduta de Cristo não revela nele dúvida alguma. Ele sabia que estava com o Pai e que o Pai estava com Ele, constituindo a Sua Lei garantia de vitória. Parecia que Ele estivesse arriscando, mas bem sabia que a vitória final Lhe pertencia.

VIII

CICLO INVOLUTIVO-EVOLUTIVO

A passagem do AS ao S. O nosso universo e o conceito científico de Deus. As intuições das multidões. As resistências do AS. Crucificação e ressurreição em um novo tipo de vida. Os dois campos gravitacionais S e AS. A salvação obstaculizada no AS é favorecida no S.

Nos capítulos precedentes, falamos rapidamente da passagem do AS ao S, sem nos podermos deter para aprofundar o estudo deste fenômeno. Fazemo-lo agora, separadamente dos outros problemas. Isto porque é este um problema de fundamental importância por representar a realização da redenção e o momento em que a tão almejada salvação é definitivamente alcançada, atingindo-se o ápice da escala da evolução, para além do qual se reingressa no S. Este é o momento crítico, resolutivo do ciclo involutivo-evolutivo, momento em que o mal é sanado e tudo volta ao S, no estado de perfeição no qual se encontrava antes da Queda.

Este fenômeno interessa de perto a todos os seres em particular, porque – apesar de alguns estarem mais adiantados e outros menos todos estamos a caminho em direção à mesma meta do retorno. Há um ponto em que o confim é transposto. É o momento do grande salto, o mesmo que Cristo viveu, constituindo-se num claro exemplo, para que nós todos possamos imitá-Lo quando nossa hora chegar. Sim, o caminho a seguir, a meta a atingir são os mesmos que Cristo seguiu e visou, isto é, o Pai expresso pela Lei de Deus, Lei esta que ficou viva no AS, que constitui o invólucro material do S, por efeito da Queda, projetado para a sua periferia, parte corrompida e depois regenerada pela evolução. Assim a parte anteriormente deteriorada e expulsa, acaba por curar-se e ser reabsorvida em Deus.

Este retorno é o resultado de um processo de purificação, que é eliminação de todas as qualidades de tipo negativo e reconstrução de todas as de tipo positivo. Assim Cristo era verdadeiramente o Filho de Deus, porque como elemento do S tinha sido gerado por Deus, a ponto de poder, agora, reentrar no S; Ele era Homem-Deus; Homem, porque emergia do AS, e Deus porque reingressava no S. Na Sua vida terrena Cristo encontrava-se no momento da passagem do estado humano para o divino. Por isso Ele podia possuir tanto as qualidades de homem como as de Deus. Assim concebida, esta Sua dupla natureza é fato logicamente compreensível e não uma suposição aceitável apenas por um ato de fé. Aquela vida humana de Cristo foi a Sua última na dimensão AS, isto é, do tipo de vida decomposta no dualismo positivo-negativo, vida-morte, modelo vigorante nesse mesmo AS. No S esta cisão dualística é superada e sanada num tipo de vida unitária, que não conhece mais a morte. Assim podemos afirmar que

a ressurreição de Cristo foi verdadeira, pois Ele venceu definitivamente a morte e porque daquele momento em diante, entrando na vida eterna depois da Sua ressurreição, jamais teria voltado a morrer. O reviramento da pedra do sepulcro simboliza perfeitamente esta definitiva vitória sobre a morte.

É neste mais profundo sentido espiritual e não no sentido material e corporal que há de ser entendida a ressurreição de Cristo. Desse modo permanecemos na ortodoxia ao admitirmos que Cristo era filho de Deus, pois Ele foi, com efeito, homem e Deus ao mesmo tempo, como ao admitirmos a Sua ressurreição, embora procuremos dar a estas palavras um significado capaz de torná-las, aceitáveis. Respeitemos a vontade do Cristianismo de deificar à sua maneira o Cristo para que sinceramente conheçamos a sua verdade. Mas ela é concebida em forma mitológica obtida com a velha forma mental das massas. Trata-se, portanto, de uma deificação de modo algum racionalmente compreensível, portanto sempre menos adequada à psicologia moderna em rápida evolução.

A tal ponto aceitamos o conceito de Cristo, Homem-Deus, que distinguimos nitidamente entre Jesus Nazareno que é o homem e o Cristo, que é Deus. Por isso nos ocupamos bem pouco do primeiro que fora utilizado e depois abandonado pelo AS — mas sobretudo nos ocupamos do segundo, isto é, daquele que não nasceu e não morreu senão no sentido de se ter antes revestido e depois despojado daquele instrumento físico necessário para manifestar-Se na Terra. É o Cristo que, percorrido o Seu caminho através do AS, pertence ao S, e por isso é Deus, porque é o ser tornado ao perfeito estado de origem em que foi criado. Por isso é de Cristo e não de Jesus que nos ocupamos, isto é, da criatura que retorna a Deus porque esta é a sua substância, o significado básico da sua vida na Terra, o fenômeno que nos concerne a todos de perto.

Que Cristo seja Deus não é aceitável senão concebendo-O como elemento do S, isto é, como um dos infinitos momentos dos quais este organismo é constituído. Depois da Paixão purificadora este elemento se reintegrou na sua posição de origem. Uma encarnação de Deus, isto é, de todo o S, num ser humano é coisa inimaginável. Procuremos agora fazer-nos uma idéia de Deus deduzindo-a da observação de nosso universo, o único fato positivo para nós suscetível de exame.

Calcula-se que no universo existam cem quintilhões de estrelas radiantes (um cento seguido de dezoito zeros: 100×10^{18}). Suponhamos que uma só estrela num milhão tenha um sistema de planetas e que apenas um planeta num milhão se assemelhe à nossa Terra, isto é, que apresente as condições necessárias para o surgir da vida. Com tais astronômicas reduções ficam sempre cem milhões de planetas onde a vida é possível. Mas é provável que tal cálculo seja muito reduzido. Assim nos dizia um astrônomo.

A teoria das origens elétricas da vida, por nós sustentadas no volume: **A Grande Síntese**, está recebendo da ciência sempre novas confirmações. Além daquelas mencionadas em nossos escritos, vemos que a mesma Teoria é hoje sustentada pelo Prot. Harlow Shapley astrônomo em Monte Wilson e diretor do Observatório da Universidade Harvard (USA). Ele sustenta que o surgimento da vida é inevitável quando as condições do ambiente são favoráveis. Ora, estas condições, assim como na Terra, verificaram-se em milhões de planetas. Segue-se disso que a vida deve ter aparecido também nesses planetas e que depois, dado — como nos é possível ver — que ela procede por evolução, deve ter progredido desde as primeiras formas de "protovida" em direção a outras formas sempre mais complexas e psiquicamente sempre mais evoluídas, como aconteceu para o homem.

Partindo das cifras baseadas em tais dimensões, há uma grande probabilidade que estas deduções correspondam à realidade. Não há como se negar que a evolução deve ser um fenômeno universal e não um modelo particular reservado só à nossa Terra. E se as condições que tornam inevitável o aparecimento da vida se verificaram em milhões de planetas, é altamente provável — estatisticamente — que existam neles milhões de humanidades pensantes. A aparição da inteligência faz parte desta evolução e é uma fase do próprio desenvolvimento da vida. Isto a ciência começa agora a reconhecê-lo, enquanto já o havíamos afirmado no referido volume: **A Grande Síntese**, com a teoria do físió-dínamo-psiquismo, segundo a qual a evolução de nosso universo, partindo da fase matéria, atravessa a da energia

e alcança a do espírito.

Dessa forma não se pode excluir que a evolução bioquímica se tenha verificado em milhões de outros planetas, atingindo o nível psíquico como no homem e até além. Tudo isto leva a necessidade de redimensionar o homem como cidadão do universo, julgando-o não mais como escopo e centro do mesmo, mas como uma entidade muito menos importante de quanto o seu orgulho o tenha induzido a crer.

Agora — como dizíamos acima — podemos fazer-nos uma idéia positiva de Deus, deduzindo-a da observação de nosso universo. É evidente que, com tais premissas, não pode interessar-nos uma divindade humanizada para uso exclusivo de nosso planeta. Deus deve ser universal, como tal para todos os seres pensantes da Criação, existentes em todos os planetas sob todas as formas possíveis. Hoje o Céu não é mais um reino mitológico que a guisa do Olimpo funcione como uma sede para a Divindade. Hoje o céu é observado, começa-se a percorrê-lo e fazem-se as contas daquilo que ele possa conter. Nos antecedentes volumes explicamos a origem e a função deste universo físico que nós vemos. Logo, de Deus não poderíamos fazer-nos uma imagem dimensionalmente inferior aquela agora contemplada.

Para nós que devemos pensar a base de lógica e não de mistérios e trabalhar para compreender e não por fé, Deus é o organismo espiritual do S que constitui a contrapartida do organismo material de nosso universo que é o AS. Ora, que tal organismo — do S, do qual podemos imaginar o valor e a imensidade — possa degradar-se como nível evolutivo e descer como potência e dimensões até o plano humano, é coisa que não podemos conceber. Nem se compreende para qual fim visaria a sugestão de um absurdo tão grande. É para provar isto que quisemos fazer esta divagação astronômica, confirmando as nossas antecedentes afirmações e procedendo por eliminação das outras hipóteses possíveis. Assim, se quisermos compreender a vida terrena de Cristo, não nos resta senão entendê-la como a apresentamos aqui, isto é, como reintegração de um elemento no S. Ao contrário, se quisermos entender a vida de Cristo como o ato de um único filho de Deus para redimir a humanidade, deveremos também admitir que constituiria uma grave injustiça se isso não fosse repetido para a humanidade de cada um dos cem milhões de planetas que, como vimos, devemos supor habitados. Desse modo, o trabalho de redimir esta mais ampla humanidade exigiria, por parte do Filho de Deus, cerca de cem milhões de encarnações.

Voltemos a observar o fenômeno da passagem do AS ao S, vivido por Cristo. Está escrito no plano de desenvolvimento do percurso do ciclo involutivo-evolutivo um progressivo manifestar-se de inteligência e espiritualidade. Com a evolução elas se revelam sempre mais potentes, até que a maturação do fenômeno conduz fatalmente a um ponto de ruptura: Nesse momento acontece que o princípio do S, embora tendo ficado sepultado com a Queda, permanecera, contudo, sempre vivo e ativo em sua estrutura íntima no centro do AS, e reaparece, enfim, em toda sua potência originária. Neste momento o ser não é mais um elemento do AS, mas do S, isto é, resulta constituído da pura Substancia de Deus, como era na hora da Criação primigênia. Por isso, Cristo pôde ser o Homem-Deus, ou seja, o homem que voltou a ser Deus, enquanto na sua passagem sobre a Terra era cidadão de dois mundos, o AS e o S, lutando para libertar-se do primeiro e reingressar definitivamente no segundo. Só assim, olhando-O com tais critérios racionais objetivos poder-se-á compreender o fenômeno do Homem-Deus.

Na realidade Cristo foi o antecipador de uma experiência profundamente humana, como o desprender-se do mundo por ter superado os métodos deste, no plano evolutivo. A humanidade não compreendeu e por isso não pode explicar-se este caso de Cristo. Mas intuiu sua importância, tanto que, construindo sobre o mesmo um mito gigantesco, O colocou no centro do universo. Isto prova que no fenômeno deve haver algo real e biologicamente muito importante, capaz de explicar tal reconhecimento. Tão vastos consensos nascem somente das profundas raízes da vida e não podem produzir-se artificialmente ou coativamente. Tais impulsos instintivos derivam de forças biológicas que levam a reconhecer a importância do fenômeno e a aceitá-lo; ainda que confusamente e sem discernimento fizeram sentir em Cristo o Deus reencontrado. Não se trata portanto de uma simples deificação de um homem, como costumavam fazer os pagãos, mas do reconhecimento de um fato biologicamente

fundamental, como o reencontro de Deus por parte do homem. E qual fato poderia ser mais importante do que este em que se resolve o processo evolutivo de tal forma que, chegados ao ápice da evolução, regressa-se ao S, alcançando assim a meta final a que tende a vida?

Cristo não representa apenas a fraqueza de nossa carne, o que o torna semelhante ao homem, mas também e sobretudo a força do espírito que é potência divina. Cristo constitui o endireitamento de tudo o que foi emborcado pela Queda e constitui ainda o regresso ao Pai e a reconstrução da ordem violada. A crucificação não se explica como uma vingança imposta por um Deus egoísta que recebeu uma ofensa e exige que a mesma seja paga por um inocente. A crucificação explica-se como a desesperada resistência da negatividade do AS contra um ser que lhe escapa porque pertence quase todo à positividade do S. A crucificação revela os métodos destrutivos próprios do AS que quer aniquilar o que até aquele momento lhe pertenceu, antes que cedê-lo ao S. O AS não quer que se abra aquela única porta que permite a seus súditos voarem para o S. Quanto maior o número dos seres que se evadem para o S tanto mais este se reforça, e quantos mais ficam no AS tanto menos este se enfraquece. O AS sabe que estas evasões significam o seu fim e portanto as teme e as dificulta.

Compreende-se deste modo toda a lógica da Paixão de Cristo, choque apocalíptico de forças opostas, no momento final do ciclo involutivo-evolutivo que redime a Queda. O AS se manifesta com o seu feroz assalto feito de dor (crucificação), o S com o seu luminoso triunfo na esfera da vida (ressurreição). Temos duas explosões opostas, uma ao negativo, a outra ao positivo. Com isto cada um dos dois universos revela a sua natureza. O primeiro manifesta-se infligindo derrota e morte, o segundo com a vitória da vida. Colocados frente a frente em seu antagonismo, crucificação e ressurreição dão-nos em síntese a solução do drama da Queda e a realização do prodígio da Salvação.

Por que existe tal psicologia agressiva no AS? Porque o evoluído que lhe escapa para reentrar no S é para ele um traidor, um rebelde. Quem doa a Deus é um inimigo do Anti-Deus, é um perjuro que passa para o lado oposto, um pecador indigno que há de ser punido. Por isso o AS desencadeia suas tempestades contra quem se torna culpável de rebelião ao método de viver de tipo AS. Satanás tenta Cristo nos momentos em que O reputa mais fraco. Mas Cristo tem a luz do S e não se deixa pegar. Quem chegou aquela altura não pode mais ser enganado. Mas Satanás se vingará duramente.

No último momento da Paixão, Cristo ficou Sozinho. "Meu Deus, meu Deus, porque me abandonaste?" A fadiga da superação devia ser toda de Cristo. Mas logo depois eis o "Consumatum est" ("Tudo se cumpriu"). Sucede, então, o desligamento do AS, que perde todo o poder sobre Cristo. Daquele momento em diante Ele é livre e encontra-se no S. A ressurreição significa um ressurgimento para uma nova vida que se substitui à velha, continuando sob outra forma, segundo outro tipo de existência, espiritual em vez de material. Eis que Cristo realmente morreu porque uma vida cessou para Ele, e ressuscitou de verdade porque iniciou uma nova vida. Eis, pois, como até perante a Sua morte e ressurreição podemos reputar-nos ortodoxos, enquanto as admitimos ambas, mas num sentido mais razoável e portanto mais aceitável. Nós também podemos afirmar que Cristo voltou ao Pai, porque o Pai é Deus, e Deus é o S, e retornou de verdade porque tinha percorrido todo o ciclo involução-evolução, voltou ao Pai do qual se tinha afastado com a Queda.

Somos ortodoxos também, pelo fato de afirmarmos que Cristo foi Redentor, pois Ele foi mestre de redenção, da qual fundou uma escola ainda viva, que é o Cristianismo. De fato é freqüentando aquela escola e seguindo o exemplo de Cristo que cada qual pode redimir-se com o seu esforço. Foi por isso que as forças do AS se acirraram em modo especial contra Cristo, porque Ele era um gigante que abria e alargava uma estrada, o construtor de uma ponte para atravessar, o general de um exercito de rebeldes contra o AS, do qual eles fugiam para salvar-se no S. Assim podemos também afirmar que Cristo foi o Salvador, porque ensinou a alcançar a salvação, realizando o cataclismo do endireitamento corretivo do cataclismo da Queda. Naquele momento Cristo venceu Satanás, o S venceu o AS, a evolução, tendo amadurecido, desembocou no Céu, nova pátria, à espera da hora do retorno.

E que significa reingressar no S? Significa sair da zona de atração do AS, para entrar na do S,

significa sair do campo gravitacional de signo negativo para entrar no campo gravitacional de signo positivo. Quando isto acontece a posição originária resulta emborcada, perante o AS, mas endireitada perante o S. O mesmo fenômeno se dá no plano físico, com o afastar-se de um planeta para aproximar-se de outro. Ficamos então sujeitos a outras forças, porque ingressamos em sua zona de ação. Passa-se então da ordem de impulsos anti-Lei à ordem de impulsos inerentes a Lei. Daí em diante só estes entram em função e o dualismo desaparece. Isto porque, então, em vez de volver ao centro anti-Lei, dirigimo-nos exclusivamente para o centro Lei.

Com isto, muda para cada ser o ponto de referência em relação ao qual ele funciona. No primeiro caso o trabalho se cumpre em campo e posição de signo negativo, sendo cada um impelido por impulsos de tipo oposto do outro campo. Isto significa dor, como corretivo do erro para pagamento da dívida contraída com a revolta perante a justiça da Lei; e dado que o centro de atração está em baixo, é inevitável que, para vencer aquela atração, se deva voltar a subir com o próprio esforço o caminho percorrido em descida com a Queda. No segundo caso a existência se verifica em campo e posição de signo positivo, sendo cada ser sustentado por forças de tipo oposto aquelas do outro campo. Isto significa conhecimento que permite evitar o erro e a dor; significa paz, porque a dívida contraída perante a justiça da Lei com a revolta foi paga; significa, enfim — porque agora o signo de atração fica no alto — continuar, segundo aquela atração, a dirigir-se espontaneamente e alegremente em direção ao mesmo.

Os dois campos existem em posições opostas. No caso do AS, sobre o ser que deve a suas custas redimir-se, pesa o esforço de vencer a atração do pólo negativo do AS, para atingir o S. No caso do S, basta que o ser se abandone, docilmente, às forças do mesmo, porque elas, em vez de trabalharem, com as precedentes, a seu dano, trabalham em sentido oposto, em sua vantagem. Então o esforço ascensional do ser não é mais necessário, porque o percurso da evolução se cumpriu; no S o esforço do transformismo e a luta do dualismo cessaram. Então o indivíduo não se encontra mais em campo inimigo a mercê de impulsos contrários, mas em campo amigo à mercê de impulsos que o secundam.

No primeiro caso o trabalho para salvar-se deve vencer todas as resistências de um ambiente negativo, contrário à salvação, sem dispor de outras forças senão as do indivíduo que deve salvar-se com o seu esforço. Trata-se, pois, de uma vida de desesperados e de uma dura redenção. No segundo caso a salvação é realizada num ambiente construído para ela e só repleto de impulsos positivos. O primeiro é um ambiente de antagonismos e resistências, o segundo de concórdia e colaboração.

Eis, pois, em que consiste a passagem do AS ao S, isto é, o fenômeno vivido por Cristo para nos mostrar as vias da salvação. Se Cristo escolheu como missão encarnar-se no nível evolutivo do homem, isto nos revela o Seu desejo de mostrar-nos a técnica da passagem do AS para o S. Sem dúvida alguma, a figura do Cristo nos revela uma natureza bem diferente da do homem comum e superior à dos mais elevados exemplares da raça humana. Mas justamente isso nos prova que Ele havia alcançado o limite máximo da evolução, o que lhe tornava possível sair do AS. Isto significa que Ele viveu um fenômeno que nos concerne a todos, por representar o limite conclusivo do ciclo involutivo-evolutivo, ponto final da salvação que todos deveremos alcançar para reingressarmos no S.

Cristo

Segunda Parte

Evangelho e Problemas Sociais

IX

A JUSTIÇA SOCIAL

Rico e pobre. A justiça social segundo o Evangelho e as leis biológicas. A evolução em direção ao estado orgânico. Funções, abusos e liquidação do rico.

Procuramos, até aqui, entender a figura do Cristo. Procuremos agora entender o Evangelho, sobretudo em relação aos problemas que ele levanta no campo social. Começemos pelo problema, hoje tão vivo, do rico e do pobre, até agora não resolvido e que está na base de todas as agitações sociais. Vejamos como o Evangelho o enfrenta e resolve. A tal propósito o pensamento de Cristo perante a riqueza é tão claramente expresso que não deixa dúvidas: "Cada um de vós que não renunciar a tudo o que possui, não pode ser meu discípulo". — "Se quiseres ser perfeito, vai, vende tudo aquilo que tens, dá aos pobres e terás um tesouro no céu; depois vem e segue-me. — Sim, vo-lo repito: é mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no reino dos céus". — "Não acumuleis tesouros na terra, onde a ferrugem e o caruncho os consomem, e os ladrões os desenterram e os roubam; mas, pelo contrário, acumulai tesouros no céu".

Cristo continua confirmando: "Bem-aventurados vós que sois pobres, porque é vosso o Reino de Deus. Bem-aventurados vós que agora tendes fome, porque sereis saciados. Bem-aventurados Vós que agora chorais, porque rireis (....). Naquele dia alegrai-vos, estremecei de alegria, porque eis que uma grande recompensa vos esta reservada no Céu (....). Mas ai de vós, ricos, porque ia tivestes a vossa consolação. Ai de vós que fostes saciados, porque tereis fome. Ai de vós, que agora rides, porque ficareis na dor e nas lágrimas".

O homem moderno que vive em diversas condições de ambiente social pode achar estranha e excessiva esta linguagem. No entanto ao se pensar naquilo que era o mundo no tempo do Cristo, deve-se reconhecer que uma tão dura condenação correspondia à justiça. Então a riqueza era fruto de rapina e delitos, enquanto que, por evolução, hoje ela é sempre mais produto da inteligência e da laboriosidade. Naquela época o pobre era um escravo de muito baixo nível cultural e econômico. Hoje ele é um trabalhador, freqüentemente técnico e especializado, armado de direitos e protegido por todas as providências sociais; no seu nível, constitui até uma roda do grande organismo coletivo da produção.

Um homem pratico moderno poderá achar confusa, no Evangelho, aquela mistura de problemas espirituais com os econômicos, que são, pelo contrario, cada um objeto de uma competência diversa, a do teólogo-moralista e a do economista. Mas é necessário compreender que nos tempos de Cristo a estrutura social era muito mais simples, pelo que eram mais fáceis estas aproximações entre extremos tão afastados, tais como o são a religião e a distribuição e administração da riqueza. Hoje estes dois extremos esta o demasiadamente sujeitos, cada um, a uma sua técnica específica para que se possam misturar. Os dois campos se tocam, mas não se podem sobrepor e confundir. Levando isso em conta, o Evangelho há de ser entendido e não tomado ao pé da letra, dado que hoje os problemas por ele tratados no campo econômico apresentam-se em forma definida com mais exatidão e caracterizados por uma complexidade então desconhecida.

O Evangelho resente-se de um simplismo só tolerável perante a economia elementar do seu tempo. Hoje não vivemos na sociedade caótica de então. Tudo, hoje, tende a ser disciplinado por um exato cálculo de direitos e deveres em regime de reciprocidade, próprio do estado orgânico que a

sociedade tende progressivamente a alcançar. Para compreender os trechos do Evangelho acima referidos, comecemos por observar o problema da distribuição da riqueza na forma mais simples que ela assume na humanidade em seu estado primitivo e instintivo, não ainda controlado e disciplinado pela inteligência do homem.

Neste nível evolutivo a posse, não ainda legalizada em forma de propriedade reconhecida, e o resultado de uma rapina, é o sinal de uma vitória violenta contra todas as dificuldades do ambiente e as resistências de forças opostas. A posse é o produto de um esforço, de um perigo que se soube afrontar e superar, e prova de um valor; razão pela qual, perante as leis da vida, aquela posse representa um prêmio merecido. Neste sentido aquela posse corresponde a um princípio de justiça, pelo menos ao princípio de justiça em tal nível de evolução. É certo que aquela posse é produto de uma violência, porque gratuitamente não se consegue; mas ela presume no indivíduo uma força e uma astúcia, que naquele ambiente são as qualidades que dão direito à vida, reservada aos vencedores na luta. Como tais, eles têm mais direito do que todos os outros a sobrevivência, porque em relação aquele plano representam o melhor biótipo. Ninguém pode contestar ao leão a legitimidade do seu direito, matando os animais que quer, para devorá-los; direito baseado no fato de que esse leão soube capturá-los, e sabe defender a sua presa de qualquer outro animal que lhe pretenda roubá-la. Tudo é justo. Mas tal legitimidade baseia-se na força, rege-se só em função desta e cai logo que esta venha a faltar. Então o vencedor, tendo-se tornado um vencido, perde todo direito e isto em favor de um outro, o seu vencedor. Esta é a lei naquele nível de evolução.

Era aquele o nível em que a humanidade se encontrava no passado. Então o rico era um vencedor na luta, alguém que tinha sabido, com a força ou com astúcia, apossar-se dos bens alheios. A riqueza que assim possuía ele tinha dado prova de sabê-la conquistar, ela constituía, pois, uma sua legítima posse, conforme a justiça daquele nível de evolução. O pobre era então um vencido, um inepto que a vida não ajuda porque tal biótipo deve ser eliminado pela seleção do mais forte. Esta é a moral daquele mundo, a sua justa moral, proporcionada às finalidades que naquele nível a vida quer atingir. Tanto isto é verdade que quem vivia no bem estar, alcançado por qualquer meio, era considerado um benquisto de Deus que expressava o seu consenso, enchendo de bens o seu servo que tudo aquilo havia sabido merecer. Estamos ainda em baixo e até a religião não consegue expressar senão a lei que vigora naquele plano.

Nós podemos dizer que isto seja contra a justa Lei de Deus, mas só que a perfeição desta não se pode manifestar senão na grande perfeição atingida pelo ser que vive aquela Lei. O princípio fundamental desta Lei permanece idêntico em todos os níveis, e o ser procura subir sempre, mesmo que, em níveis diversos, até de modo diverso. O impulso é sempre ascensional, para melhorar, seja o do pobre que neste mundo quer tornar-se rico, seja o do crente que sonha com uma vida feliz em direção ao Paraíso. Ambos lutam e fazem sacrifícios pelo mesmo objetivo. O Paraíso não é senão um estado de riqueza e bem estar no além. A finalidade é sempre a de assegurar-se uma vida mais bela, seja durante esta existência, seja depois da morte. A atual satisfação dos pobres na Terra pode ser a de sonhar que eles serão no Paraíso os ricos de amanhã, excluindo das suas alegrias os ricos de hoje, como hoje estes os excluem das suas alegrias.

A moral que se pode extrair de tais constatações é que, se o Evangelho era e permanece justo nos seus princípios de base, todavia a forma em que estes se expressam e atuam muda com os tempos, de modo que na prática cada nível evolutivo tem o Evangelho a ele relativo, que a evolução não pode deixar de fazer superar levando o ser a mais avançadas formas de vida.

Cristo encontrou-se perante o mundo do seu tempo. Que podia fazer? Nada daquilo que hoje é possível porque nós vivemos em outra fase de evolução. Ele devia contentar-se com o reconhecimento teórico dos direitos do pobre, começando com o dar ao servo, ao escravo, ao vencido, o voto e a dignidade de ser humano, afirmando, desse modo, direitos desconhecidos e inconcebíveis naqueles tempos. Mais do que isso não se podia fazer, porque converter tais idéias em realidade era coisa

impraticável, devido a estrutura, o nível mental e o baixo grau de civilização da sociedade daquela época. Assim a voz do Cristo soou tão incrivelmente nova, que permaneceu totalmente incompreendida por parte dos próprios Hebreus, que, pelo contrário, queriam um Rei político que expulsasse de sua terra o dominador romano ou, se aquele Rei desejava ser apenas espiritual, que pelo menos o fosse somente para o povo hebreu e sua religião, e não, como Cristo queria, um Rei universal, de todos. Foi nesse sentido que, pelo contrário, se começou a entender a palavra de Cristo em Roma, entre os escravos, os primeiros comunistas de há dois mil anos.

Foi devido a esta imaturidade dos tempos, assim tão longínquos dos nossos, que pela impossibilidade de realizar um plano social de reforma conforme a justiça, que Cristo teve de limitar-se a procura-la em compensações celestes que, se deixam indiferente o homem realizador de hoje, foram, contudo, suficientes para lançar a idéia e fazer despertar nas mentes os primeiros elementos de um sentido de justiça, totalmente desconhecido. A separação entre patrão e servo correspondia perfeitamente à separação entre vencedor e vencido (os escravos eram tomados dos povos submetidos na guerra), conforme a supracitada lei biológica da seleção do mais forte que se encontrava em pleno vigor no baixo plano biológico em que a humanidade vivia. Naquela época a justiça encontrava-se no nível força, pela qual os direitos pertenciam ao mais forte. A moral é relativa e os juizes estão em relação ao nível moral alcançado. Desse modo se acreditava conforme à justiça de Deus que o rico fosse rico e o pobre fosse pobre. Hoje o fato de nos encontrarmos em uma fase evolutiva mais avançada leva a uma moral mais alta. É assim que a injustiça social no passado era justa até para as religiões, e hoje é injusta para todos.

Quando se lê aqueles trechos do Evangelho é necessário transportar-se no tempo, retornando aquele período, para se compreender quão grande mudança a palavra de Cristo tenha procurado instaurar. Ela alvejava um mundo que a seu modo julgava poder ajustar-se, mas que podia alvejá-lo apenas em relação aquele ambiente e grau de evolução. É questão de relatividade. Aquelas idéias, métodos e verdades em relação aqueles tempos eram justas e verdadeiras, mesmo que hoje não possam ser aplicados, porque o mundo está totalmente diverso. Por isso o Evangelho transplantado e usado ao “pé da letra” em nosso mundo atual pode resultar anacrônico.

Procuremos compreender o desenvolvimento do fenômeno da justiça social, conforme as leis da vida. Somente assim poderemos entendê-lo porque teremos bases biológicas positivas em que apoiar-nos. O conceito de uma justa distribuição dos bens não existe no primitivo estado caótico da sociedade humana. Ele é um produto da evolução. Quanto mais passa a viver uma vida de tipo S, isto é, coletivista, altruísta, unitária.

Esta é uma lei biológica que dirige o transformismo evolutivo ao longo de uma dada linha de desenvolvimento. Pelo princípio das unidades coletivas (demonstrado no volume: ***A Grande Síntese***), os elementos simples que aparecem nas origens tendem a combinar-se, reagrupando-se em unidades sempre mais vastas e complexas. Passa-se, assim, do estado caótico (próprio do AS) ao estado orgânico (próprio do S). Isso sucedeu na construção celular do organismo humano. O mesmo está acontecendo na construção social da humanidade. Esta, portanto, por lei biológica, é destinada a passar do estado caótico ao estado orgânico. O nascer e o realizar-se da idéia de justiça social faz parte desta transformação, a qual se opera em função da evolução e se realiza plenamente quando a sociedade humana atinge o estado orgânico.

Explica-se, desse modo, como nos tempos de Cristo esta idéia era desconhecida; compreende-se ainda a corajosa inovação e o fato de tê-la proposto, e como foi sucessivamente amadurecendo até hoje, momento em que toma corpo e procura realizar-se concretamente. Daqui se vê como a preparação mental foi necessária a uma idéia antes de poder atingir a fase de sua atuação, e como se chega a fase final por evolução, através de um lento amadurecimento. Disto se vê como Cristo, embora estivesse ligado ao tempo em que vivia, não pôde fazer mais do que permitir o grau de desenvolvimento então alcançado. Assim Ele não realizou nada no campo da justiça social, mas lançou a idéia de uma identidade de natureza e conseqüente igualdade de direitos entre senhor e escravo, entre rico e pobre — mesmo que isso

não pudesse ser realizado há dois mil anos. Cristo operou aquela preparação mental que, como acabamos de dizer, era necessária para alcançar hodierna fase de realização. Isto porque, por lei de evolução, a tendência em direção a tal realização é constante.

Trata-se, portanto, de um processo evolutivo no qual Cristo se inseriu a partir de um caminho de vida em que só podia aparecer como um precursor dos tempos modernos. Não devendo fazer senão um trabalho de preparação mental, ou seja o do terreno o qual deveriam depois tomar corpo as suas idéias, Cristo — não se encontrando como hoje na fase de atuação — só pôde apoiar-se no sentimento e em Suas incontroláveis construções idealistas com retribuições do Céu. Hoje, que se passa a uma real atuação, para muitos tais meios não servem mais. Não estamos somente na fase de preparação mental — assimilação de novas idéias — mas também na de sua realização prática. Devem-se, então, usar meios concretos, cálculos exatos, psicologia utilitária, isto é, técnica positiva e realista do construtor de fatos, que não é a do inventor de idéias. Eis que o trabalho de Cristo representa uma fase necessária no desenvolvimento do mesmo fenômeno, embora vivendo numa outra, mais avançada.

Eis portanto que o princípio da justiça social esta escrito nas leis da vida e se afirma sempre mais como o progresso desta. Aquele princípio não é um produto da vontade humana, que só obedece à lei biológica que o impõe, mas esta escrito nesta lei como o próprio destino da humanidade. Com a evolução, este destino se tornara realidade, mais dia menos dia, o que é inevitável, porque esta realização faz parte do universal processo de evolução, é a reorganização do caos do AS na ordem do S, isto é, o endireitamento de toda a negatividade do primeiro na positividade do segundo. Então, se a injustiça fora o ponto de partida, a justiça será o ponto de chegada. É assim que em nosso mundo existe a injustiça, porque ela é de sinal negativo, é corrupta e imperfeita, mas com tenaz tendência para a justiça, porque o dito mundo deve tornar-se de sinal positivo, isto é, são e perfeito.

Esta tendência já se revela também em nosso mundo com alguns sinais, pelos quais, mesmo em meio ao caos individualista, aparecem as primeiras e naturais aproximações da justiça. Então observemos: O rico não é apenas inevitavelmente um parasita da sociedade. Mesmo quando é um ocioso desfrutador do trabalho do próximo, vivendo ele em nível econômico mais elevado, cumpre a função de criar tipos de civilização mais requintados. Com isso ele lança novos hábitos, que seus dependentes tentam imitar e assimilar, depois, obedecendo à lei de evolução. Este é o trabalho útil que fazem as aristocracias antes de desmoronarem. Neste caso a vida em vez de procurar eliminar tal tipo, o aceita, pelo menos até que ele cumpra aquela sua função civilizadora, operando como pioneira da evolução das massas. A vida o aceita porque lhe serve e lhe serve porque ele é um vencedor, selecionado pela luta, um indivíduo que consegue chegar, que soube superar muitos obstáculos, é um criador e um condensador de valores, que custou esforço conquistar e que a vida não deseja desperdiçar. Ele serve à vida até porque é um protagonista da evolução, um antecipador, um construtor de civilização, função que as massas não sabem cumprir mas de cujos produtos elas têm necessidade para evoluir. Então a vida permite que o rico a cumpra, liquidando-o depois, quando se tenham esgotado os benéficos efeitos daquela função.

A esta liquidação é a própria vida que prevê, ao cumprir um concomitante ato de justiça. Esta permite que o rico goze o fruto do esforço que faz para enriquecer, o que não é um fato gratuito. A Vida paga cada esforço, e proporcionalmente também o de baixo nível. Mas a justiça quer também que este, uma vez pago, seja liquidado. Como a vida faz para conseguir as suas finalidades? Enquanto a riqueza corresponde a realização de um esforço, ela é biologicamente justa e a vida a respeita. Mas surge, depois, a injustiça, quando as, conquistas são legalizadas convertendo-se em privilégios permanentes. Assim apesar do homem ter procurado tornar hereditárias as posições alcançadas verifica-se que nenhuma delas é eterna. Inútil protegê-lo com leis. Desse modo, quando o esforço cessa para transformar-se num comodismo sem finalidade, unicamente volvido a parar a evolução, então a vida reage. É assim que com as aristocracias desmoronam tantas monarquias, tantas riquezas acumuladas. Tudo o que emerge acima de um certo nível esta sujeito a saltos contínuos. Resistir implica saber vencer uma luta sem trégua. Manter um patrimônio exige capacidade e atividade quase equivalentes ao que foi necessário para criá-lo.

Há um outro fato que converge em direção às mesmas conclusões. O bem estar, justo prêmio ao trabalho que foi necessário para alcançá-lo, cansa e ao mesmo tempo convida a prolongá-lo, mesmo quando supera os limites da justa recompensa. Então a natureza intervém fazendo apodrecer no ócio o indivíduo que se deixa demasiadamente seduzir por aquele bem estar. Este debilita-se cada vez mais, enquanto o esfomeado é reforçado pelo seu desespero que o impulsiona ao assalto. A necessidade aguça a inteligência e esgota a paciência. O resultado é que a riqueza passa do rico ao pobre que o suplanta. E a vida aprova porque ela recompensa quem luta, quem na luta dá prova de força e habilidade com o saber vencer. E paralelamente a vida castiga quem se acomoda e se torna inepto a lutar, encaminhando-se para a derrota.

É biologicamente justo que quem se tenha corrompido seja vencido, assim como é biologicamente justo que um organismo débil, assaltado pelo ataque do micróbio seja vencido, adoeça, e, não sabendo resistir, venha a perecer. Dessa forma vemos, freqüentemente, os filhos dos ricos crescidos nas comodidades e ignaros da luta necessária para as conquistas, tornarem-se totalmente pobres. E vemos se converterem em ricos muitos originários de uma escola bem diferente, que haviam nascido totalmente pobres. Como as ondas, os bens passam de mão em mão, para gozo alternado, numa espécie de coletivismo natural, pelo qual eles são de todos e não são de ninguém. Esta é uma outra forma automática de justiça social, praticada pela vida, ainda que o seja de modo elementar nos seus baixos graus de evolução.

X

O SERMÃO DA MONTANHA

A lei do “tudo-ganho”. Evangelho e evolução. Versão moderna do sermão da Montanha. A virtude da renúncia. O desprendimento dos bens. A esmola. A Divina Providência.

Para melhor compreendermos os fenômenos de que estamos tratando é útil explicar como já exista em germe e como funcione também em nosso mundo de tipo AS, uma lei elementar de justiça que chamamos: lei do "tudo-ganho". Não se trata senão de um aspecto particular da grande Lei de Deus da qual falamos nos capítulos precedentes. Estamos sobre o terreno positivo de leis vigentes, cujo funcionamento é controlável pela observação. Só assim se pode chegar a conclusões objetivas baseadas sobre fatos, independentes das verdades de grupos ou escolas particulares.

Constata-se no funcionamento da vida um princípio de justiça pelo qual é estabelecida uma proporção entre o trabalho e a sua recompensa, entre esforço e gozo. Este se prende à satisfação de uma necessidade e desaparece com a saciedade. Quanto mais possuímos de uma coisa, menos ela vale, e quanto menos dela possuímos, mais vale. Este é um princípio de economia, que regula a balança da procura e da oferta. Quanto mais uma coisa nos custa esforço, mais valor tem, e quanto menos nos custa esforço, menor é seu valor. Assim os ricos se habituariam à riqueza e esta, que para o pobre poderia constituir uma fonte de felicidade, na realidade não os torna absolutamente felizes. Eis que podemos possuir tudo e morrer de tédio devido à saciedade.

Assim, a medida de nosso gozo não é dada pela medida de nossas posses, mas pelo esforço que fizemos para consegui-lo. A vida é dirigida também por esta lei de justiça, pela qual a alegria de possuir diminui a cada unidade possuída, isto é, em proporção inversa ao aumento da posse. Esta é a lei do "tudo-ganho". A justiça consiste no fato de que, se não se faz o esforço para se conseguir um gozo, não se tem direito a ele que, por isso, não é alcançado. Para que a coisa seja sã e vital é necessário que haja proporção entre o esforço e o gozo. Se este não é merecido, ele é um furto que, em virtude da mesma lei de justiça constituía uma dívida a pagar. Então o gozo não é sã e vital, mas doente e anti-vital, e a vida se revolta contra o indivíduo que dele se aproveita contra a justiça. Não faltam as vias gratuitas para se chegar ao gozo e estas são os atalhos do prazer. O mundo os conhece de sobra. Mas, então, a vida se vinga e as fáceis alegrias do vício se pagam bem caro.

Apliquemos agora este princípio ao fenômeno da riqueza. Para ser sã e vital ela deve ser conforme a justiça. De outra forma ela é doente e antivital e a vida se revolta contra ela tendendo a destruí-la em quem a possui. Eis então que a riqueza para ser um bem deve ter sido ganha, isto é, merecida. Senão ela é deteriorada e venenosa. O que é de sinal negativo não pode trazer alegria mas somente dor. É necessária, então, que ela seja de sinal positivo, conforme a justiça. Para ser dessa forma é indispensável que a riqueza esteja ligada ao trabalho. Então ela se torna produtiva e saudável e por isso é lícita. A vida quer a nossa salvação e segundo a sua moral sé é lícito aquilo que é vital, sendo ilícito tudo o que é antivital.

A vida, pois, não é contra a riqueza, mas o é apenas contra a riqueza-furto, contra a exploração, contra a renda herdada sem esforço e gozada ociosamente, contra a riqueza parasitária, a qual é improdutiva para a coletividade e por isso danosa. A vida quer a riqueza produtiva, que se associa ao trabalho por ser fruto dele e admite também a riqueza hereditária, isto é, recebida gratuitamente, desde que seja a mesma fecundada por novo trabalho. A vida quer uma riqueza conforme a justiça. A que for injusta é negativa, perniciosa para quem a possui, é uma força lançada em direção anti-vital, uma planta deteriorada desde suas raízes, um débito a pagar.

Eis o que querem dizer as palavras de Cristo contra os ricos, pois, refere-se, com elas, ao tipo de riqueza maldita que Ele aconselha abandonar. E compreende-se que é um sábio conselho libertar-se de tal desgraça antes que ela nos envenene. O tipo de rico a que Cristo se refere é o da sua época, aquele que todos tinham então diante dos olhos, rapinador de bens, opressor de escravos, crápula e ocioso. Cristo não é contra a riqueza, mas contra o mau uso dela. Como podia aquele tipo de rico entrar no Reino dos Céus e uma tal riqueza não ser condenada?

Há rico e rico. Há, por isso, também o industrioso produtor de bens úteis à sociedade, por isso mesmo laborioso e organizador de fecundo trabalho para os outros. Tal riqueza é uma benção de Deus, uma coisa que é culpa abandonar, porque esse abandono equivaleria a um recesso na produção. Nos tempos de Cristo se ignorava a valorização do trabalho que caracteriza a moderna organização. Era somente esforço de escravos, opressão sem ganho. Nesse regime social qualquer reforma concreta era impraticável. Que podia restar a Cristo, para afirmar de qualquer modo o princípio da Justiça, senão apelar para um outro mundo onde se podia pensar que a mesma fosse possível?

É assim que o Evangelho procura estabelecer o princípio de Justiça dizendo: "Ai de vós, ricos, porque já tivestes a vossa consolação (....). "Ai de vós que agora rides, porque mergulhareis na dor e nas lágrimas" (....), e, logo em seguida, acrescenta: "Abençoados vós que agora chorais, porque rireis (....). Naquele dia ficareis alegres (....), porque eis que uma grande recompensa vos é reservada no Céu" (....), eis o que quer a Justiça que os ricos que gozaram e riram, chorem; e que os pobres que choraram, riam; recebendo sua recompensa. Tudo na vida é colocado na balança e é pesado. Com isto o Evangelho expressa uma fundamental sede de justiça que faz parte da Lei de Deus.

Vimos que as leis biológicas vigentes na Terra entendem a justiça noutro sentido, isto é, que o valor e o merecimento esperam ao vencedor na luta e não ao mais justo. Será, então, que o Evangelho nos engana e que o Sermão da Montanha não é verdadeiro? Não. Há dois tipos de justiça, um num baixo nível

evolutivo, o vigente na Terra, e outro num mais alto nível, próprio de ambientes mais evoluídos. De um primeiro confronto entre o Evangelho e a realidade da vida em nosso planeta, pode parecer que o Evangelho não tenha razão e que não passe de um sonho irrealizável. Para compreender é necessário colocar cada coisa, no seu justo lugar. O Evangelho não expressa a nossa realidade atual, mas uma outra mais evoluída, ele é uma ponte lançada em direção a ela para alcança-la, é um farol longínquo que orienta o caminho. É assim que o Evangelho é utópico e anacrônico só em relação às involuídas leis biológicas de nosso mundo, mas não o é perante a Lei de Deus que sabe, todavia, funcionar perfeitamente na Terra, no baixo nível evolutivo desta.

Eis que o Sermão da Montanha é absolutamente verdadeiro. O defeito não está no Evangelho, mas no homem involuído, incapaz de compreendê-lo, mas que por esta sua incapacidade não pode eximir-se de pagar as conseqüências dos erros que comete na sua ignorância do verdadeiro estado das coisas. Aquele "Ai de vós oh! ricos" e aquele "Benditos vós que agora chorais", expressam reações positivas das Leis que, mesmo depois da vida atual, inexoravelmente entram em jogo fazendo justiça, como prêmio e como pena, conforme aquilo que foi feito. Eis o que significa o Sermão da Montanha. Trata-se de uma lição a aprender. O involuído atual é como se tivesse uma pele de crocodilo, dura como uma couraça. A Lei, submetendo-o a lições corretivas aplicadas à guisa de golpes de formão, deve conduzi-lo até que não reste senão uma pele sutil e sensível como a de um anjo.

Esta incapacidade de compreender as leis de um outro plano de evolução como antigamente, em um mundo de cristãos, portanto seguidores do Evangelho, os ricos em vez de chorarem porque como tais condenados por Cristo ao Inferno, ao contrário daquilo que diz o Evangelho, se alegram e, não obstante esta sua terrível desgraça, são até invejados pelos pobres. Então o Evangelho não convence ninguém. E como se explica que os pobres, que são tão afortunados por serem destinados ao Paraíso que é felicidade eterna, não se sentem nada felizes por esse fato e choram invejando os ricos, que são tão desventurados por serem destinados ao Inferno, que é pena eterna? Como a própria Igreja se aliou sempre aos ricos e poderosos, isto é, aos condenados ao Inferno? Mas então se Cristo era tão bom e tão piedoso deveria ter consolado os ricos que são os verdadeiros desgraçados, porque após gozarem pouco sofrerão eternamente, e deveria censurar os pobres, que são os verdadeiros afortunados, porque após sofrerem pouco gozarão sempre! Então santos deveriam ser os ricos que se sacrificam por pagar tão caro pouca alegria e pecadores deveriam ser os pobres que desfrutam a situação gozando tanto com tão pouco sofrimento! De outro modo onde estaria a justiça da Lei? Pois, enquanto esta quer que haja proporção entre trabalho realizado e prêmio recebido, neste caso, em vez disso, os ricos perderiam e os pobres ganhariam demais. Mas como podia Cristo oferecer justiça na Terra onde vigora a lei da força, enquanto a justiça é coisa que pertence a planos de existência mais evoluídos? Eis então que se Cristo queria justiça, não podia procurá-la em baixo nível, na Terra, mas nos céus, isto é, em mais alto nível de evolução. Assim Cristo propôs aquela que era a única justiça existente, procurando fazê-la descer sobre a Terra. Ora, deveria propô-la em forma de ideal, projetada para o futuro, sem permitir que se cumpra o erro que, dada a natureza humana, é inevitável, para não ter que corrigi-lo, mediante sanções, num segundo tempo e em outro ambiente. É assim que nos explicamos o fato de que, não obstante tantas ameaças, os ricos não se preocuparam com um hipotético Inferno, e os pobres não se sentiram satisfeitos com a promessa de um hipotético Paraíso. O que aqui interessa é o que está presente, material e não o que é longínquo e inatingível. Para ver tais coisas é necessário uma outra vista que o homem não possui. De fato ele aprende somente com a técnica do erro e da expiação.

Será, então, irrealizável toda Justiça sobre a Terra? A vida procura todavia realizar algumas aproximações, nos limites das condições ambientais. Já vimos como a Lei procura aplicar na Terra o princípio de justiça, fazendo pagar o mal feito, isto é, ensinando a custo de duras lições. Vimos, outrossim, como há na vida uma tendência natural que leva o rico ocioso a perder as suas riquezas e o pobre dinâmico a apossar-se delas suplantando-o. Isto sucede automaticamente porque o primeiro, dado o tipo de vida que leva, torna-se inepto, destinado portanto a perder, e o segundo, sendo obrigado a lutar e

assim a aprender, torna-se, por isso, apto a vencer. Esta tendência da vida corresponde a um princípio de justiça e expressa aquilo que neste sentido as Leis biológicas espontaneamente tendem a realizar. Trata-se de um fenômeno bastante comum que se verifica não só para casos individuais, pois estende-se a famílias e a inteiras classes sociais. Há um ciclo de ascensão, de florescimento e por fim de fatal descida, fases características do fenômeno. O mesmo desenvolvimento e fim das civilizações seguem este ciclo. Isto porque persiste sempre a expectativa da eventualidade que os estratos inferiores, emergindo de baixo, assaltem os antecedentes vencedores, embalados na sua cômoda posição de bem estar. Desmoronou a potência do Império Romano com a descida dos bárbaros, assim como foram liquidadas as aristocracias com a Revolução francesa e com a russa.

É dessa forma que, automaticamente, se compensam as duas opostas injustiças, a do rico que não trabalha e a do pobre que tem fome. Assim o rico deixa a ociosidade e o pobre se sacia. Da mesma forma a vida com um lento trabalho de erosão elimina a injustiça. Quando a justiça prevalecer, permanentemente, não haverá mais razão para as revoluções. Por este caminho se pode chegar à completa e prática aplicação do Evangelho. Eis então que, biologicamente entendido, isto é, segundo as leis da vida, o Sermão da Montanha permanece verdadeiro. Eis como ele pode repetir-se em forma realista, como hoje ele pode ser entendido em sua prática atuação terrena.

"Benditos vós que sois pobres e portanto hoje sofreis pela injustiça social, porque é vosso o reino da justiça que o mundo se prepara a realizar. Benditos vós que agora tendes fome, porque conquistareis o direito a uma justa repartição dos bens e sereis saciados. Benditos vós que agora chorais, porque rireis. Isto pelo fato de os ricos ociosos serem destinados a enfraquecer-se no bem estar, devido a sua vida fácil, de gozo. Então vos será fácil suplantá-los e substituí-los na sua posição. Nesse dia alegrai-vos, estremecei de euforia, porque eis que uma grande recompensa vos está reservada, não mais apenas em forma nebulosa nos Céus, mas até sobre a Terra em forma utilitária e concreta.

Mas ai de vós, ricos, porque já recebestes a vossa recompensa. Gozastes a ociosidade bastante e assim a justiça da Lei vos fará passar a classe dos pobres. Ai de vós que sois saciados, porque tereis fome. A vossa vida de gozadores vos tornará ineptos a defender-vos, os pobres que dominastes vos assaltarão, vos sacudirão das vossas cômodas posições e nelas vos substituirão para gozar em vosso lugar. Ai de vós portanto, que agora ris, porque ficareis na dor e nas lágrimas...

Eis como hoje, à realista mente moderna, pode soar o Sermão da Montanha, em forma positiva e controlável, praticamente realizável, sem vagos reenvios a sanções remotas, num mundo que não se conhece. E desse modo que aquele Sermão permanece verdadeiro e atual, aplicado à moderna luta pela justiça social, de acordo com as leis biológicas vigentes. A vida é realizadora e não pode ficar para sempre no terreno das afirmações teóricas. No seu utilitarismo ela as aceita só como fase preparatória de sua efetivação. A vida as propõe como ideal a realizar e põe-se a caminho para alcançar aquela realização. A Lei quer chegar à justiça. Os homens falam, a Lei funciona. De um lado as palavras, de outro os fatos. A vida hoje quer realizar, a fase da espera é superada e não se aceitam mais soluções hipotéticas e realizáveis a longo prazo. Hoje os problemas não se escondem para que não se vejam, julgando assim tê-los resolvido, mas se enfrentam e se resolvem.

Cristo não podia usar tal sistema, os tempos não eram maduros como o são hoje para sua realização. Se Ele tivesse falado como hoje se costuma, teria incitado à violência sem nada obter, porque o poder que Ele condenava era bastante forte e toda a sociedade estava organizada de modo a reprimir todo anseio de justiça. Cristo tinha o dever de reconhecer os direitos dos escravos, mas ao mesmo tempo devia aplacá-los, coisa que Ele não podia fazer senão com a promessa de compensações celestes, cuja conquista não dependia de sua revolta, mas de sua paciência. Outra coisa, dada a sua imaturidade de seres subdesenvolvidos, não se podia então exigir. Eles eram absolutamente incapazes de fazer uma revolução construtiva, porque demasiadamente involuídos para se colocarem no lugar dos seus patrões.

Estamos observando como o pensamento da vida dirige tais fenômenos. Ela não conhece direitos a quem não tenha as qualidades necessárias para sabê-los conquistar e depois usá-los bem. Isto só

é possível hoje que as classes mais desprovidas alcançaram uma certa consciência e capacidade de organização. Os primitivos não sabem fazer outra coisa senão uma guerrilha que nada constrói e resolve. E esta teria sido apenas uma dispersão de energias, coisa que à vida não interessa. Assim, a palavra de Cristo foi um reconhecimento de direitos, mas não com o objetivo de fazê-lo valer, mas como exortação a suportar uma situação injusta. Se isto redundou também num implícito encorajamento aos opressores a persistirem em seus métodos, toda a culpa foi dos imaturos, aos quais certos direitos não podem ser concedidos. Pela lei do "tudo-ganho" é justo que não possa gozar direitos quem não os tenha merecido. Os primitivos têm necessidade de serem guiados e não podem comandar, porque o seu instinto é de rebaixar tudo ao seu nível. Para ter direitos é necessário ter conquistado o direito de ter direitos. Isso só pertence a quem é biologicamente útil, em sentido evolutivo, e é negado ao involuído que tende a fazer retroceder em vez de avançar. A vida sustenta só quem serve aos seus fins. Então para os imaturos, não resta senão a resignação e a esperança, como propõe o Evangelho.

Hoje estas virtudes de renúncia não servem mais e a elas se substituiu a do trabalho, virtude dinâmica e produtiva que implica no desenvolvimento da inteligência. Hoje não estamos mais na precedente fase de espera e de subterrânea maturação, mas numa fase de florescimento da vida que avança. Depois da fase de incubação da Idade Média chega-se agora à da realização. Já não se perde mais tempo a renunciar e a impor-se penitências, mas se trabalha e se produz, lançando as bases do bem estar material sobre o qual se possa construir uma nova civilização.

O Evangelho chegou a nós depois de ter atravessado os tenebrosos séculos da Idade Média, em que a vida estava reduzida como que a uma forma de desespero, a ponto de ser concebida em sentido negativo, como uma expiação de culpas inatas, como uma prova a suportar em vista da verdadeira vida que era uma outra, depois da morte, no Céu. "E tanto o bem que me espera que cada pena me é diletta", dizia S. Francisco. Então, a forma mental dominante a respeito da vida não foi de fecunda atividade, mas de absenteísmo e de evasão, sonhando para além dessa, uma outra vida melhor na qual houvesse salvação. A respeito da riqueza o próprio Evangelho tinha sugerido a atitude de renúncia. A vida hoje nos diz: trabalha. É verdade também que a vida atual não se pode valorizar senão vivendo-a em função de um seu futuro maior. Mas é pernicioso desvalorizar a vida terrena que tem a sua grande função construtiva também em sentido terreno. Pelo fato de se conceber a vida também neste sentido, se deve o progresso e a civilização, que são ótimos meios para conseguir, também no Céu, um futuro melhor. Não se sabe como seja possível construir no Céu uma humanidade de penitentes, que nada tenha sabido construir na Terra.

O Evangelho pareceria aconselhar-nos o desprendimento dos bens, propondo jogar fora as posses na Terra e acumular outras no Céu, abandonando-nos imprevidentes nas mãos de Deus. A esta voz responde a da vida com as suas prementes necessidades materiais que não admitem dilações, e com as suas severas sanções contra quem não observa a sua lei de luta pela sobrevivência. Cristo conhecia muito bem a realidade do mundo espiritual no qual ele vivia, dando a impressão de ter esquecido a realidade do mundo material na qual, no entanto, ao homem cumpre viver. Para Cristo o Céu (S) estava próximo e atual, mas para o homem situado em outro nível evolutivo (AS), aquele Céu está longínquo e irreal. Para este resta o fato da tremenda proximidade do mundo terrestre, mesmo que seja seu dever e seu bem procurar aproximar-se tanto quanto possível do mundo espiritual de Cristo.

Cada um destes dois ambientes tem as suas leis e fazer descer o alto até em baixo é um emborcamento que pode produzir efeitos opostos aos desejados. O objetivo do desprendimento é o espiritualizar-se, mas isso pode terminar com um maior apego ao dinheiro. Só o rico pode permitir-se o luxo de se desinteressar dele, porque o possui em abundância. Se ele se torna pobre, eis que as necessidades da vida o assaltam, e o dinheiro, que primeiramente para ele significava o supérfluo, torna-se uma questão de vida ou de morte. Se, antes, tendo dele em demasia podia ficar desprendido, agora, tendo pouco, ele deve ser apegadíssimo se quiser sobreviver. A necessidade de conseguir sobreviver o exige. E lei econômica aquela pela qual uma coisa vale tanto menos quanto dela possuímos, e vale tanto mais quanto menos dela dispomos. No primeiro caso o preço da mercadoria baixa, no segundo aumenta.

É uma lei psicológica pela qual a privação aumenta o desejo e que a saciedade o extingue. Com efeito, a proibição que nos priva de uma coisa, a torna mais desejada.

Eis que o Evangelho aplicado em nosso mundo pode resultar contraproducente, porque a privação em vez de produzir o desprendimento pode produzir um apego ao dinheiro. É na pobreza e não na riqueza que se aprende quanto custa consegui-lo. Do mesmo modo sucede com o jejum e com a castidade. São os esfomeados que pensam sempre em comer; é a abstinência forçada que faz pensar sempre no sexo. Assim, se o rico segue o Evangelho e dá tudo aos pobres, ele passa da abundância à necessidade, isto é, do desprendimento ao apego. O rico pode ter tempo e energias para dedicar-se às coisas do espírito, não o pobre que está preso à preocupação avassaladora de se procurar os meios para viver. A verdadeira pobreza a indigência — é um degradante rebaixamento ao nível de vida animal que pode levar a um retrocesso involutivo e paralisar o desenvolvimento da civilização. A verdadeira pobreza é abjeção em ambientes malsãos, é miséria também espiritual, é, antes de mais nada, negatividade destrutiva das construções da vida em nível mais alto, as quais são as primeiras a desmoronar.

Existe, pois, ainda um outro fato: se o rico é desprendido da sua riqueza, não lutará para defendê-la. Então num mundo de assaltantes, lhe roubarão tudo. É necessário que ele tenha um certo amor pelas suas posses se quiser que as cuide e assim não as perca e não seja degradado ao nível de pobre. Tal desprendimento não seria considerado virtude, mas inaptidão e desinteresse. A realidade é que a vida não recompensa de modo algum aquele rico, mas o degrada a posições de inferioridade.

O que de fato lhe acontece depois que virou pobre? O Evangelho regula o assunto dando-lhe tesouros no Céu. Ora, estes lhe servirão no Céu, mas não resolvem o problema terreno, que permanece sem solução. E o Evangelho acrescenta ainda que a quem trabalha para o Reino de Deus e sua justiça, o resto será dado por acréscimo e que portanto ele não deve preocupar-se com o amanhã. Estas palavras podem fazer crer que a Divina Providência intervenha automaticamente provendo a tudo, de modo que baste deixar-se servir. Assim não acontece, as esmolas podem não existir, e se existem, não caem do Céu; elas são incertas e não garantem o necessário para poder-se dedicar a outra atividade. Com tal incerteza não se pode traçar um plano de trabalho e segui-lo. Mas, pelo contrário, a Divina Providência exige um esforço contínuo para que um determinado plano de trabalho funcione.

E vamos considerar também o seguinte: se para o rico seus bens representam o fruto de um esforço pessoal, porque as riquezas não caem gratuitamente, será então justo que elas venham a ser gozadas por um pobre que nada fez, e provavelmente nada sabe fazer para merecer aqueles bens? Além disso, tolhendo àquele pobre o impulso da necessidade, aquela ajuda o instigará ao ócio. Logo, a esmola pode encorajar à preguiça petulante. A esmola pode encorajar os pobres ao parasitismo. Estes, porque pobres, iriam para o Paraíso — mas ficando no ócio porque providos do necessário — enquanto os ricos que os sustentam com o seu esforço, iriam para o Inferno pelo simples fato de serem ricos? Para cada santo a enviar para o Céu, deveria haver um diabo rico que, na Terra, o mantivesse. Como se vê, no caso prático é necessário distinguir um rico do outro e um pobre do outro, porque nem todos são iguais. Mas o próprio Cristo moderou as palavras acima referidas quando disse: "Quod superest date pauperibus". ("O que vos sobrar dai-o aos pobres"). Como se vê o problema não é tão simples assim, e não pode, por isso, ser resolvido simplesmente tomando ao pé da letra alguns trechos do Evangelho e esquecendo os demais.

POBRES E RICOS

A pobreza evangélica e o correto uso da riqueza. A propriedade — função social.

Vimos como o Evangelho enfrenta o problema da riqueza. Vejamos agora como pode resolvê-lo o homem moderno. Qual é a correta posição que ele deve assumir perante a riqueza.

A moral condena, justamente, o excessivo amor ao dinheiro. Ora deve haver uma razão para este amor. Antes de condenar, é necessário compreender. Há dois fatos que explicam e justificam este amor:

1º) O homem emerge de um duríssimo passado biológico, constituído por uma batalha feroz pela sobrevivência. Se ele chegou até hoje, é porque enfrentou e venceu esta batalha. Mas nas camadas profundas do subconsciente ficou impresso o medo originário de lhe faltar o alimento necessário à vida, e se formou o instinto de assalto para se apossar de tudo. Este é um impulso de defesa que deriva do medo da morte e representa, portanto, o aspecto negativo do problema.

2º) Mas há também o seu aspecto positivo, constituído pela atração para uma vida sempre mais plena e segura. Então o instinto de ganhar para possuir não deriva do medo de morrer, mas do desejo de crescer, impulso sadio dado pela lei de evolução.

Eis as duas formas de avidez básica, agressiva e insaciável, emergente de profundas raízes biológicas, correspondendo à premente necessidade de avançar, seja para libertar-se, saindo do AS, seja para conquistar, subindo para o S. É dessa forma que a vida, em vez de levar o homem a abandonar-se às várias promessas de uma Divina Providência, o incita a prover-se, por si próprio, com o seu esforço a fim de garantir-se em forma concreta uma segurança cada vez maior, e isto a um nível evolutivo sempre mais alto. Assim o homem avança, seja porque acossado pelo terror do seu duríssimo passado, seja porque atraído pela esperança de um futuro melhor.

Eis aí a conquista dos meios que constituem a riqueza; enquanto necessários para viver e progredir, não podem ser condenados pela Lei, porque são instrumentos de proteção e de elevação da vida. Então aquela conquista representa uma forma de atividade legítima, porque executada para a ascensão evolutiva desejada pela Lei, em obediência aos seus fins. Segue-se daí que é legítima a riqueza, quando ela é um meio para realizar a ascensão evolutiva

Assim a nobreza absoluta que, seguindo o Evangelho, conduz à renúncia franciscana, pode significar somente sufocação antivital e ser então condenável. Mas ela se explica e se justifica porque foi compensada, quando foi entendida e usada como meio de sublimação espiritual. Este é o lado positivo do fenômeno no plano sobre-humano, e também no plano humano resulta correto na medida em que o lado negativo do fenômeno se condiciona ao plano super-humano. Segue-se disso que o exemplo de S. Francisco pode ser imitado apenas por homens superiores e maduros para tais sublimações, mas não pelas massas feitas de indivíduos imaturos, incapazes de executar tais saltos à frente. A estes, então, não pode cumprir outro trabalho senão o de glorificar o santo, de longe. Para os equilíbrios da vida, entre os sujeitos que compõem um consórcio social, tais casos não são admissíveis senão como exceções, como esporádicas procuras de novos modelos que por isso permanecem fora de série. Um povo de tipos como São Francisco morreria de fome. Hoje um tal exemplo não seria sequer compreendido, porque não subsistem mais as condições sociais que então justificavam aquele exemplo.

E se aquela pobreza evangélica é um caso extremo, que não deixou, contudo, de exercer sua função e pode desempenhá-la ainda em casos excepcionais, tal negação absoluta perante a riqueza não

pode assumir-se como modelo de virtude para o homem comum. Valha, à prova disso, o fato de os religiosos franciscanos terem contornado a questão, ficando pobres enquanto indivíduos, mas não sendo pobres em sentido coletivo, pois continuam possuindo como família constituída pela sua Ordem. Só assim eles podem reinserir-se em nossa sociedade, usufruindo seus produtos dos quais devem pagar regularmente a aquisição ou o uso. Eis então que para o homem comum a justa posição moral perante a riqueza não é o extremo praticado por S Francisco, isto é, a absoluta pobreza evangélica, mas o correto uso daquela riqueza.

Se na ordem do universo a Lei quer que o homem execute o seu trabalho de evoluir, e se para esse objetivo são necessários os meios indispensáveis para viver, eis que eles lhe pertencem de direito. O homem iria contra a Lei se não usufruísse dos meios de que tem necessidade para obedecer-lhe, e a Lei estaria em contradição consigo mesma se não lho permitisse de fato. E ela o permite. Os reinos da natureza estão hierarquicamente dispostos em posições subordinadas desde as inferiores até às superiores, e isto com uma dupla finalidade:

1) fazer com que os inferiores se tornem úteis como meio de vida para os seres biologicamente mais avançados, colocados diante da evolução, para que estes a levem à frente;

2) arrastarem para a frente, neste caminho evolutivo os seres biologicamente mais atrasados, incluindo-os em sua própria ordem e ensinando-lhes, assim, a viver em função de uma organização mais elevada.

Eis então que a virtude da renúncia, importante no plano espiritual, se pode contrapor com a razão, e com a finalidade outro tanto importante para o nível biológico humano, a virtude do correto uso dos bens da Terra. Essa virtude pertence a um plano evolutivamente mais baixo, mas é mais acessível para as massas. Trata-se de um trabalho mais adequado ao seu grau de desenvolvimento, sendo essa a lição que cumpre aprender em tal nível.

Quando o Evangelho vai contra os ricos, visa ao abuso e não ao correto uso da riqueza e essa condenação não atinge, pois, o preciso problema que estamos abordando neste momento. Isto não significa que o Evangelho deixe de ser verdadeiro e atual também hoje, toda vez que se verifiquem os excessos por ele contemplados. Mas isto não impede que o problema da riqueza possa ser colocado e resolvido diversamente em outros casos, de maneira a que em vez de serem sumariamente condenados, sejam disciplinados por uma justa regulamentação do uso da riqueza.

É necessário, pois, distinguir antes de proceder indiscriminadamente a uma condenação. Sem dúvida, a riqueza pode ser objeto de cobiça, fruto de fraude, de furtos legalizados, de opressão e exploração do fraco. Há a riqueza ilícita, ensangüentada, maldita, por isso venenosa, que é dano para a sociedade, porque é a história de um usurpador de bens. É certo que uma riqueza conexa a tais males é repelida como perniciosa. Mas é também verdade que a riqueza pode ser fruto de operosidade, disciplina, poupança, inteligência. Assim há também a riqueza lícita, honestamente ganha, benéfica e bendita, que é vantagem para a sociedade, porque produto não de extorsão mas de laboriosidade positiva. Eis então que uma riqueza deste outro tipo é aceita porque útil à sociedade e à vida.

Eis então que o valor da riqueza depende do uso que se faz dela. Por si só é uma entidade neutra, é apenas um meio que pode assumir valores diversos conforme o fim para o qual for usada. Também uma faca, conforme o uso, pode ser uma arma mortífera, embora de per si seja coisa inerte. E na intenção do homem, na vontade que dirige as suas ações, que estão bem e o mal, a virtude e o defeito, o merecimento e a culpa, a verdade e o erro. Com o dinheiro se pode diminuir tanta miséria e evitar tanta desgraça, como através dele se podem cometer os piores delitos.

Eis então que procurar melhorar as próprias condições econômicas mediante honesto trabalho é coisa lícita, porque sadia e benéfica, pois permite emergir do embrutecimento, da escravidão e das limitações que a pobreza impõe.

Para fugir à inexorável condenação do Evangelho sem deixar de possuir, o mesmo há de ser interpretado no sentido que o ser rico não impeça permanecer como o pobre de espírito para o qual Cristo

vaticina o Reino dos Céus. Pobre de espírito quer dizer permanecer mentalmente desprendido daquilo que se continua a possuir materialmente. Ora, um tal estado de alma constitui-se, contudo, num fato interior que por ser invisível e portanto incontrolável, bem pode permitir que alguém se finja de desprendido a ponto de fazer-se de pobre de espírito, sem o ser verdadeiramente e sem renunciar a nada na realidade. Há no entanto a Lei para a qual o que tem valor são os fatos e não as palavras, a substância e não as aparências e em virtude da qual a hipocrisia não impede que tais erros se paguem.

A vida dá, pois, ao homem o direito de ter, mas este direito é condicionado pelo cumprimento dos fins da Lei. Em virtude desta, torna-se, portanto, ilícita toda posse da qual não se faça bom uso. A Lei quer a propriedade, mas disciplinada, ou seja, só a legítima do administrador responsável que dê prova de sabedoria. Trata-se, assim, de uma propriedade condicionada, pois, na realidade, não vai além de um usufruto temporário, que dura apenas enquanto se viva, enquanto é concebido para servir de instrumento à realização de nossa evolução. E este modo de conceber a propriedade fica evidentemente aos antípodas do modo corrente.

A vida não quer a propriedade monopolizante, exploração do próximo, mas uma propriedade função-social para o bem coletivo. É só a propriedade do primeiro tipo que o comunismo pode destruir, porque maléfica, em nome da justiça social. Mas se o comunismo tivesse encontrado uma propriedade do segundo tipo — a qual ela deverá realizar-se nos estados democráticos da futura civilização — então o comunismo pouco poderia contra ela, mesmo se em nome da justiça social.

A evolução conduz à destruição somente da propriedade que traz dano coletivo pelo mau uso que dela se faça, não destrói, ao contrário, consolida e aperfeiçoa a propriedade que seja útil à sociedade pelo correto uso que dela se faça. A vida, no seu sábio utilitarismo, não quer — porque contraproducente — a falta de retidão nos negócios, na manipulação do dinheiro, porque não quer o dano social que, via de regra, é provocado pelo improdutivo devorador de bens.

É por isso que — até nos países capitalistas quanto mais se evolui, tanto mais o ilimitado direito de propriedade sofre restrições em favor dos interesses da coletividade. Sucede então que a ostentação de um luxo exagerado provoca reações, quando ao lado disso se vê a miséria que impera, fonte de muitos sofrimentos. Os países democráticos respeitam o direito da propriedade, admitem as diferenças econômicas, fruto de trabalho e de capacidade diversa, com uma economia de consumo que levam também a um maior bem estar. Mas os mesmos países, quanto mais se civilizam tanto mais são levados a proteger-se para que o dinheiro seja bem gasto, tanto pelo indivíduo como pela coletividade, porque cada desperdício acaba por tornar-se uma pedra coletiva a ser compensada com maior trabalho de todos.

A tendência da evolução não é a da abolição da propriedade, critério contraproducente, porque solapa o interesse individual, sem o qual o homem não trabalha. Este é ainda um individualista egocêntrico, imaturo para saber viver espontaneamente no estado de coletividade orgânica. Assim ele não pode chegar àquele nível senão à força, com formas de coação policialesca, contraproducente porque cheia de atritos, opressões e resistências. Logo a tendência da evolução é, pelo contrário, a de aperfeiçoar a propriedade, levando-a a formas mais profícuas para o bem estar e progresso de todos, sem açambarcamentos e privilégios individuais, até com sacrifício do indivíduo, compensados, contudo, por vantagens coletivas que são também suas. A evolução conduz sempre a um melhoramento, a uma crescente utilidade e é por este fato que a vida, que é utilitária, aceita a propriedade.

O comunismo quis antecipar demasiadamente os tempos presumindo no indivíduo uma maturidade que não existe, uma consciência coletiva que o torne apto a viver no estado orgânico, uma consciência ainda a conquistar, da qual se está ainda longe. Eis então que o comunismo pode cumprir uma função útil à vida — enquanto sob forma de imposição ou de coação — serve de escola que ensina a viver em forma coletiva e enquanto com a antecipação de um futuro hoje utópico, pode servir para lançar no mundo democrático idéias de justiça social que neste eram desconhecidas.

Assim a evolução utiliza também o comunismo para nos avizinhar das suas notas mais remotas, que não são nem as dele nem as do capitalismo: a não-abolição da propriedade e a não-ilimitada

liberdade, mas conservação e disciplinamento daquela propriedade. Tende-se, assim, ao caso limite no qual o proprietário não é senão um administrador dos bens que possui, responsável pela sua gestão perante a coletividade. Chega-se deste modo ao conceito de uma propriedade que não é mais mero direito individual, mas função social sem que com isso essa propriedade seja abolida como no comunismo, saindo das mãos do indivíduo que a possui.

Então o direito de propriedade é correto como princípio de responsabilidade, pelo qual aquele direito permanece, porém disciplinado por uma responsabilidade tanto maior quanto maior é a propriedade. É o conceito de função social que investe sempre mais as várias atividades individuais, como já tínhamos visto estar acontecendo para o exercício da autoridade. Chegar-se-á, assim, a confiar a suprema direção de nossa vida não mais apenas, como hoje acontece, aos valores econômicos, mas também aos valores morais. Então o dinheiro será colocado no seu justo lugar, o que lhe cabe enquanto instrumento de vida e de civilização, de progresso cultural e espiritual, de ascensão biológica, como quer a, Lei de Deus, em direção a sempre mais elevados níveis de evolução.

XII

O IDEAL NA TERRA

O ideal e a realidade da vida. A moral da hipocrisia. A autoridade, função de utilidade coletiva. A pobreza, mal social. Organizar o trabalho produtivo das massas.

Para melhor compreendermos os três precedentes capítulos, vamos dar um exemplo prático. Um jovem, filho de pais milionários, poderia viver de bens hereditários. Decidiu, ao contrário, viver exclusivamente de seu trabalho, para manter sua família. Com isso, renunciou à herança. O tempo e as energias que sobravam do seu trabalho queria aplicá-los numa obra de caráter intelectual, não remunerado, com o mesmo desprendimento de quem cumpre uma missão. Estava, portanto, em paz com a sua consciência. Ele tencionava aplicar as palavras do Evangelho: "Procurai em primeiro lugar o Reino de Deus e a sua justiça, e todo o resto vos será dado por acréscimo. Não vos preocupeis, pois, pelo dia de amanhã".

Abandonando os seus bens, aquele homem rico acreditava receber algum prêmio do Céu, mas achou-se pobre a lutar pela vida. Se permanecesse rico, ter-lhe-iam sobrado bem mais energias, tempo e meios que agora lhe faltavam, para perseguir seu ideal. Ora, por querer seguir o Evangelho ao pé da letra, ele havia caído num estado oposto, àquele espiritual anteriormente divisado. Seria, por isso, um falido?

Ele se desprendera das riquezas e desdenhava sua importância, porque não lhes faltava coisa alguma. Todavia, com a experiência da pobreza, foi aprendendo a utilidade do dinheiro. A vida não nos quer ignorantes de nenhum de seus aspectos, até aos considerados inferiores. Este conhecimento é necessário também para quem queira subir espiritualmente, que não pode alcançar os degraus mais elevados, pulando os de baixo, mas percorrendo-os todos. O Céu não pode constituir-se de ingênuos, ignaros da realidade, mas sim, de indivíduos que percorrem toda a estrada conduzindo-os até lá, tendo

superado todas as dificuldades que nela se encontram. Na Terra, o idealista, enquanto contempla e sonha, não pode perder de vista as imperativas necessidades da vida, às quais deve prover como todos. Em suma, viver o Evangelho não pode ser nenhuma fácil aventura. Caem nessa ilusão quantos ignoram como o ideal esteja bem longe da realidade quotidiana, os que não conseguiram ainda estruturar a espinha dorsal, sem a qual qualquer superação evolutiva faltaria o necessário ponto de apoio.

Ora, considerando este aspecto, é necessário não olvidar o lado oposto da questão. E evidente: o idealista que não vive os princípios que sustenta com palavras é um hipócrita, e para não sê-lo torna-se necessário traduzir em fatos suas afirmações. E é, outrossim, também necessário reconhecer que a experiência de viver com o fruto do seu trabalho ensinou àquele jovem que isso o tinha colocado numa posição mais honesta, mais sadia e viril do que a antecedente, sendo inegável o fato de que entre as forças da vida, são as positivas e favoráveis que movem o indivíduo e não as negativas e desfavoráveis. Estes fenômenos estão regulados pela justiça da Lei de Deus, e sofrem intervenção da Divina Providência, desde que o indivíduo tenha operado de maneira a merecer sua intervenção. O nosso jovem pôde, então, verificar que aquelas estranhas palavras do Evangelho eram verdadeiras e demonstráveis, sempre que se cumpram todas as condições necessárias para tal. De fato a ele nunca faltou o necessário, mesmo se teve de submeter-se a uma vida de esforços e preocupações. E tudo isto sem paralisar o seu trabalho espiritual. Desse modo, como resultado, ele alcançou uma posição mais avançada, em outro nível evolutivo, a qual teria sido impossível se permanecesse, exclusivamente, usufruindo da riqueza.

Tudo isto prova que a realização do ideal na Terra não é fácil, sem ser, por isso, loucura que leva à morte. Trata-se de um trabalho muito sério e o idealista inexperiente deve precaver-se das dificuldades que o esperam. Ele pode acreditar que baste aplicar o Evangelho ao pé da letra, para chegar logo a uma vida ideal, comodamente servido pela Divina Providência; entretanto, isso não acontece e fica desiludido, porque depara-se com uma vida material. Para poder viver aquela vida do espírito, far-se-ia necessário um ambiente civilizado, resultado de um longo trabalho, porque a civilização não se alcança furtando-se à fadiga de construí-la e fugindo do mundo, mas mergulhando nele e transformando-o com o seu próprio esforço. Para dedicar-se somente ao problema espiritual é indispensável ter resolvido o problema material.

É necessário percorrer o caminho da ascensão passo a passo. Neste não existem atalhos, ou posições que não tenham sido conquistadas. O idealista simplório deve aprender que o ideal não é um jogo e que a verdadeira pobreza pode matar também o espírito, porque pode impelir de novo o indivíduo até os mais baixos níveis sociais, tirando, desse modo, todo alento necessário às mais altas manifestações da vida. Apercebe-se, então, que a riqueza mantinha aquele indivíduo numa posição privilegiada, fora da realidade, e que o seu desapego não passava de uma forma de inconsciência do valor do dinheiro e da realidade da vida. Acreditava ele que a renúncia evangélica lhe permitisse passar do ócio do rico ao ócio contemplativo do homem espiritual, e não percebeu que, muitas vezes é indispensável entregar-se ao trabalho, à obrigação que tem o homem comum de ganhar a vida, sem muitas chances para contemplações ou evasões prematuras às altas esferas da vida espiritual.

Destas dificuldades de viver o ideal sobre a Terra, nasce a consciência da qual estão cheias as religiões. Tais dificuldades da enorme distancia existente entre o dizer e o fazer derivam, por sua vez, da grande distância que separa os princípios propostos pelo ideal e os que na Terra são impostos pela realidade da vida, aqui governada por outras leis. Trata-se de dois sistemas, cada um situado em diferente nível de evolução, os quais se negam reciprocamente e não podem evitar o choque quando pretendem atuar simultaneamente no campo experimental de nossa vida. Ora, a consciência de um tal antagonismo entre dois princípios diversos coexistentes na Terra não só se explica, como também se reconhece necessária. Trata-se, com efeito, de duas posições extremas do mesmo fenômeno evolutivo que estamos vivendo: a mais atrasada de um lado e a mais avançada do outro. Neste trajeto o homem está a caminho, isto é, um processo de transformação, que vai de uma posição de grau inferior a outra superior. Ele é forçado a viver no inevitável conflito entre dois extremos, contemporaneamente, entre os quais se

encontra; o que está em baixo, por princípio de inércia, conserva o passado; e o que está no alto, por princípio de movimento ascensional, vai em direção ao futuro.

Situado nesta posição conflitante, o homem instintivamente resolveu o problema pela via da menor resistência, a da hipocrisia, dado que ela é culpa ao nível do ideal, não, porém, ao nível utilitário das leis da vida do dia a dia. Lá onde aquilo que é velho não quer morrer e, se resiste, é ainda por uma razão de prudência e defesa, que desaconselha as aventuras em zonas da vida não exploradas; lá onde o novo não se consolidou ainda porque está nascendo sob forma de tentativas, é incerto porque não comprovado pela experiência; lá onde tudo isto se verifica, o homem procurou uma pacífica via de convivência entre as duas opostas exigências, deixando a cada uma o máximo possível de satisfação. O problema consistia em fazer com que o ideal fosse fixado na Terra, sua inimiga, onde todavia há de cumprir a sua função. É assim que se chegou a escolher o caminho de sustentar o ideal em teoria, o qual se contenta com palavras, com nobres aspirações, propiciando, contudo, na prática, a realidade biológica, que se satisfaz de fato, com uma atividade substancialmente proveitosa.

Com tal método, que parece contraditório e hipócrita, são satisfeitas da melhor maneira as duas opostas aspirações, o que redundará, nas reais circunstâncias, no melhor resultado possível. Consiste este em implicar uma coexistência que permite ao homem cumprir um trabalho de assimilação, com o alcance de um dos maiores fins da vida: a efetivação da evolução. Nada de melhor se poderia desejar e obter. Enquanto o homem finge perseguir o ideal, embora sem conseguir vivê-lo de verdade, ele o fixa na mente, o interioriza no espírito, executando, assim, aquele primeiro trabalho de maturação interior que é necessário para chegar à última fase, que é a da efetiva realização do ideal. Com este jogo entre aparência e substância, ele vai se infiltrando progressivamente na realidade biológica até que se enxerte no seio desta e a ela se substitua transferindo, desse modo, a vida para um plano mais alto.

Dessa forma, a vida pode orientar seu percurso evolutivo mediante a escolha de uma meta. Isto não é traição nem rejeição do ideal, pois este é assimilado por graus, não havendo, aliás, outro caminho mais apropriado segundo a lei da vida. Se, ao contrário, o mesmo ideal fosse assumido de vez em toda sua plenitude, só poderia funcionar como negação da vida, como ela é, no seu atual nível humano, com efeitos contrários à própria lei evolutiva.

Por isso não devemos escandalizar-nos se os cristãos — a Igreja incluída — não aplicam o Evangelho ao pé da letra. Este, com efeito, se refere aos maus ricos que fazem mau uso de sua riqueza. E se no passado houve abusos, é porque nada melhor se podia pretender de uma humanidade de baixo nível moral, entregue a um contínuo estado de luta e que, para sobreviver deveria dispor de uma consciência muito elástica. As leis biológicas não brincam e não hesitam em matar quem não lhes obedece. Segundo elas o miserável é um vencido que não tem direito à vida. As vezes somos tomados por um sentido de piedade ao vermos quais pobres cidadãos do AS, mergulhando na animalidade, ao percebermos o drama do ideal caído na Terra onde tudo o nega e o sufoca, e ao sentir quanto custa vivê-lo contra as resistências de nosso mundo involuído para sairmos do pântano e subirmos de novo para regressar a Deus.

Eis que a pobreza pode embrutecer até o espírito. Conforme as leis biológicas a pobreza não é uma virtude, mas um defeito, o estado atrasado e doentio de uma coletividade que não soube vencê-la. Esta é a realidade que a vida contrapõe ao ideal. A pobreza é miséria que conduz para baixo, enquanto a riqueza pode ser base de civilização. Assim o voto que devemos formular para o bem da sociedade não é o da pobreza, fomentadora do parasitismo, mas a realização de trabalho produtivo, o único que a ajuda a progredir. A pobreza pode ser uma desgraça que merece ajuda, mas pode também ser o produto de ineptidão, preguiça ou má vontade, uma posição merecida de quem se recusa à fadiga da luta pela vida.

O mundo moderno muda completamente de atitude perante o problema da pobreza. Não tendo sabido resolvê-la no passado, o homem se tinha adaptado a considerá-la como uma fatalidade. O Evangelho chegou ao extremo de propô-la como uma virtude. Com tais interpretações disfarçava-se o mal, evitando, assim, de encará-lo. Os pobres paralisados pela sua própria inércia e ignorância, pela inuti-

lidade do esforço, se tinham conformado com aquelas tristes condições, tidas como inevitáveis.

Recorria-se, então, a paliativos, ou seja a esperança das compensações do além túmulo. E a esmola? Esta não resolve, porque deixa o pobre na sua miséria, enquanto aplaca a consciência do rico, consentindo-lhe a continuar gozando de suas riquezas e até fazer-se de benfeitor. Para manter este estado de coisas também o Evangelho contribuiu, e esta é uma das razões de sua aceitação no passado. Que coisa melhor do que uma religião que contenta os pobres apenas com promessas de justiça numa outra vida?

O problema estava assim resolvido podendo os ricos preservar seus privilégios além da fama de pessoas piedosas e de homens de bem. Que esplêndida solução O mal não é eliminado, mas conquanto não cause aborrecimento, tudo vai bem.

Hoje tudo está mudando porque a vida se fundamenta sobre outros princípios. Outrora, as diretrizes sociais eram determinadas pelo indivíduo vencedor da luta, o qual as estabelecia em função do próprio interesse. O indivíduo que conseguira subir, vencendo seus rivais, exercia seu domínio sobre todos, que, por serem menos fortes, não tinham outra chance senão obedecer. Por isso vigorava o princípio de autoridade que exprimia tal método de vida. Era o triunfo do individualismo. A sociedade era organizada hierarquicamente, conforme o princípio do comando e da obediência.

Quem comandava não devia prestar contas senão aos seus superiores e tinha sempre razão perante os seus inferiores. E, ainda hoje, subsiste tal mentalidade entre os indivíduos menos evoluídos.

Diverso é, porém, o princípio que hoje começa a prevalecer. Toda autoridade, todo poder — e também o poder econômico do rico — não é mais um direito conquistado pelo indivíduo, com a violência e imposto aos vencidos, mas é uma função social outorgada pela coletividade, que lhe delegou — é, pois, um encargo que lhe pode ser retirado desde que ele se mostre incapaz de cumprir aquela sua função. Assim, ao princípio individualista e egocêntrico substitui-se o coletivista da cooperação. Trata-se ainda de um utilitarismo não mais individual, mas da sociedade, pelo qual não se destrói, mas se potencializa o próprio utilitarismo do indivíduo. Isto sucede porque aquela sociedade passa do estado mais ou menos caótico do passado ao estado orgânico, em que cada elemento deixa de lutar contra os outros, juntando seus esforços ao deles para a maior vantagem de todos. Então até o trabalho se torna uma função social, uma atividade de interesse coletivo e não mais de tipo exclusivista ou separatista. Com isto o próprio indivíduo acaba ganhando, porque é compensado em seu sacrifício pelos outros, com o sacrifício dos outros em seu favor.

Trata-se portanto de um método nada antivital, aliás, altamente vantajoso para todos. Por isso, logo assimilado pela vida, quando dá prova de saber compreender que o maior poder é o maior alcance de seus esforços desde que sejam coordenados com os de todos os outros. Também com tal método chega-se a uma hierarquia, a qual, porém, não se baseia em nenhuma coação, mas na coordenação livremente aceita por todos dada a sua utilidade coletiva. Assim sendo, na coletividade não é admitido quem não cumpre a função que lhe compete e é expulso quem diz ser o que não é e diz fazer o que não faz. Há uma ação de rejeição por parte do organismo social, contra os elementos para ele inúteis ou danosos. Então cai o tradicional sistema da hipocrisia, caem as máscaras, porque o fingimento não tarda a produzir posições falsas que pesam sobre a coletividade que portanto as rejeita. Nasce assim uma nova moral, consistente em não cometer aquele pecado social de prejudicar o próximo.

Num tal regime o pobre não é um estranho ignorado que basta manter quieto e longe, pois é um componente daquele organismo social que pertence a cada um, porque cada um é parte integrante dele. Segundo a velha psicologia o que era da coletividade era de todos, e por isso reputava-se como não pertencente a ninguém. Desse modo, não podia haver interesse em defendê-lo. Com a nova psicologia o que é da coletividade é a de cada um, portanto também constitui um bem meu porque eu sou parte dela. Interessando a todos defendê-la. Eis, então, porque hoje a pobreza não é mais um fato particular mas um mal social que toca a todos, um mal da coletividade, merecedor de sérios cuidados. Não é possível ser individualmente rico num país de pobres. Logo, a pobreza hoje, é um defeito dos povos e não virtude, sendo indispensável que se lute para eliminar este defeito. Ora, em vez de consolações de além-túmulo e

vãs esmolos ou semelhantes anestésicos, hoje se organizam as massas educando-as ao trabalho produtivo que lhes proporciona a independência econômica e as torna auto-suficientes por elevar o seu nível de vida ou, quando isto não seja possível, recorrendo ao meio extremo da esterilização ou pelo menos do controle da natalidade, para que a lepra da miséria não prolifere expandindo-se sem fim.

Diz um provérbio chinês: "Se quiseres ajudar um homem, não lhe ofereças um peixe, mas ensina-o a pescar". Eis os dois métodos: o da beneficência e o do trabalho para todos. Mas no passado o trabalho era obrigação de servos faltando uma mais eficiente tecnologia de organização econômica, um adequado desenvolvimento mental capaz de levar ao rendimento atual. O problema não se resolve com o abaixamento geral dos ricos para igualá-los ao nível dos pobres, mas com uma elevação geral da produção e do nível de vida, levando este último, também para os pobres, à altura dos ricos.

Hoje o problema dos pobres torna-se gigantesco porque não é mais o de poucos miseráveis à espera de esmolos, mas é o de povos inteiros, de esfaimados que, eliminadas as epidemias, se reproduzem com velocidade vertiginosa. Hoje não há a classe social pobre que assalta a rica dentro de uma nação, mas há uma classe de povos pobres que constitui uma ameaça crescente para os povos ricos, detentores da civilização. Esta parte possui as armas, a cultura, os meios econômicos, a organização social. A outra parte avança como maciça multidão demográfica em rápido aumento, disposta — para sobreviver — a abaixar o nível de vida de todos, pouco se importando com a civilização.

Compete aos povos mais civilizados controlar este aumento antes que o mesmo se torne insuportável para os recursos do planeta; cumpre-lhes, assim, regular e canalizar tais manifestações para o trabalho produtivo. As nações mais avançadas deverão exercer esta função social que lhes compete e que a História já lhes impõe com a difusão das novas idéias de solidariedade entre os povos, outrora desconhecidas. A humanidade se encaminha para a meta de uma solução pacífica dos conflitos em forma mais inteligente e civilizada. Não é empobrecendo os ricos que se podem enriquecer os pobres, mas fazendo dos pobres produtores de riqueza para sua própria vantagem. É necessário substituir ao velho método da substituição de classes, que nada resolve, o método da colaboração entre as classes, com o dever das que mais possuem de fomentarem a elevação, em todos os sentidos, das classes mais pobres e menos evoluídas.

XIII

A ORIGEM DA JUSTIÇA SOCIAL

A solução do problema econômico. O trabalho função social. As etapas da realização do Evangelho e o direito de acampar direitos.

Com o afirmar-se dos princípios acima referidos, nasce um novo regime de vida no qual não há mais lugar para o rico ocioso, explorador do trabalho dos outros, porque é admitido a apenas o rico que cumpre uma função econômica complementar a do pobre. Isto é natural numa sociedade que chegou ao seu estado orgânico baseado, não na luta, mas na cooperação. Nesta sociedade também o rico terá o seu legítimo lugar por exercer nela funções fundamentais baseadas numa real competência com tarefas diretivas, criadoras de progresso em cada campo, elevando assim o nível de vida deste mesmo consórcio social.

O regime de luta de todos contra todos absorvia no passado todas as energias e todo o interesse humano, de modo que não restava margem para poder levar na devida consideração o valor produtivo do trabalho. A solução do problema econômico não se pode obter com o velho sistema da guerra entre ricos e pobres, e sim com o de canalizar todas as energias em direção a um trabalho produtivo, fonte de efetivo bem estar geral. É esta a posição sadia que se harmoniza com as mais importantes leis da vida, sobretudo com a da justiça social, que acabamos de considerar.

Somente hoje é, assim, possível se chegar a referida solução do problema econômico. O Evangelho não o podia resolver, porque naquela época o trabalho era tido como uma condenação digna de um escravo, e não um meio de produção; aquele trabalho, pois, não podia servir como meio para elevar o nível de vida do pobre, sendo insuficiente o recurso à esmola ou à beneficência para solucionar este problema. Este é um meio que não passa de um paliativo para suavizar a inimizade entre rico e pobre e tornar menos difícil sua convivência. Permanece de pé o desagrado do pobre pela sua miséria e do rico que o deve sustentar. O pobre, assim, fica pobre e o rico carrega nas costas um parasita improdutivo, socialmente negativo.

Hoje pode-se pôr o problema de um modo mais congruente. Em vez de se gastar energias preciosas para se disputar os bens existentes, deverão ser as mesmas empregadas para a produção. Pode-se, dessa forma, alcançar uma maior abundância — mesmo se não igualmente distribuídas — quando, como conseqüência de uma maior produção, há maior riqueza para todos, porque juntamente com a miséria do pobre é eliminada a sua agressividade contra o rico e reduzido o peso do seu parasitismo social. Só com o trabalho se pode liberar o pobre da escravidão de mendigar e o rico do descalabro de só consumir sem nada produzir. O trabalho é o novo e único sistema para resolver o problema econômico em substituição dos outros sistemas como a escravidão e a beneficência. Só assim poderá o pobre adquirir a dignidade do ser humano e ao mesmo tempo, sua independência econômica. Evita-se deste modo o ócio que é um mal para todos, porque se ele arruina o rico, arruina também o pobre que se faz manter, ficando ambos igualmente parasitas.

Não há dúvida, pois, de que uma riqueza subtraída do rico e subdividida entre muitos pobres não enriquece ninguém, deixando todos na miséria em que, também, o rico fica empobrecido. A vida exige um incessante reabastecimento que só pode ser proporcionado por uma contínua produção e não por uma reserva que rapidamente se esgota. A sociedade necessita de homens livres e responsáveis, ativos e auto-suficientes, protegidos por todas as previdências sociais e não de homens mantidos vitaliciamente.

Por isso não é tanto pela distribuição da riqueza existente, insuficiente para todos mas pela produção, de modo que resolva o problema de todos. Eis que o problema fundamental é o mesmo, exigindo igual solução, tanto para o capitalismo como para o comunismo, por se tratar de uma lei econômica, superior a toda e qualquer distinção partidária. Razão pela qual ao esforço da luta devida substituir-se um trabalho mais pacífico e produtivo, o qual representa efetivo progresso em direção a uma civilização mais avançada. Abre-se assim o caminho para a conquista dos direitos do pobre. De forma que, se, numa primeira fase deste fenômeno só o patrão tem todos os direitos sobre o escravo que não tem nenhum, numa segunda fase é o patrão que concede ao pobre o direito de ser beneficiado e este, por sua vez, o conquista com o beneplácito do patrão. Numa terceira fase o pobre, com o seu trabalho adquire o direito a sua recompensa e trata o patrão de igual para igual. Numa quarta fase a técnica tornará sempre menos pesado e mais fecundo o trabalho do pobre, que se elevava a um nível de vida cada vez mais alto, não só na esfera econômica, mas também naquela cultural e espiritual.

O pobre poderá ter todos estes direitos porque terá primeiro cumprido o correspondente dever de trabalhar e produzir. Nem poderá queixar-se porque, ao lado dele e como ele, também o rico trabalha e produz. Assim a injustiça do parasitismo e em ambos os casos eliminada. Quando dizemos dever de trabalho produtivo para a coletividade: não entendemos apenas o dever do pobre, mas também o do rico, mesmo se num diverso campo de especialização, como é necessário numa sábia distribuição do trabalho.

Cada um para adquirir o direito de pertencer à coletividade, deve oferecer sua contribuição pessoal, isto é, cada um deve colaborar no campo da sua competência específica. Trata-se de um novo sistema de vida, no qual a atividade de cada um não é um trabalho de tipo individualista para finalidades egoísticas, mas um trabalho que se integra no de todo o organismo social, como um seu elemento constitutivo. Então quem mais comanda tem mais deveres e maiores responsabilidades, porque tem mais direitos, dispõe de maiores meios e de maiores conhecimentos, ao mesmo tempo em que lhe cabe cumprir a importantíssima função social de dirigir e impelir para a frente, materialmente e espiritualmente, todos os outros.

Hoje começa-se a compreender que o método do assalto à riqueza para roubá-la aos seus detentores é contraproducente porque estes sabem defender-se, que a tentativa não só é de êxito duvidoso mas leva, inevitavelmente, a uma luta arriscada e deletéria para todos. No passado, quando havia dois cães disputando o mesmo osso, um dos dois matava o outro e comia o osso sozinho. Hoje tende-se a reduzir o dano com a busca de um segundo osso, de modo a evitar que cada cão tenha de matar o outro ou correr o risco de ser por ele morto. Hoje, pelo contrário converte-se razoavelmente tal esforço no sentido da produtividade. Este sistema convém ao pobre, porque por via pacífica pode o mesmo chegar ao bem estar, com menos esforço e sem muito arriscar, assim como convém ao rico que, indo ao encontro do pobre e ajudando-o a trabalhar e produzir, não corre o risco de ser por este liquidado. Impõem as leis da vida que para a solução de um problema se escolha o caminho do menor esforço e de maior rendimento. Procura-se assim alcançar o maior resultado possível aquilando o esforço de maneira a evitar um maior dispêndio de energias. Como vimos, tende-se, assim, nos países mais civilizados, a substituir, na conquista da riqueza, o método do assalto com a violência pelo método pacífico da organização do trabalho e produção. A vida, sendo utilitária, já tende por sua conta a esta transformação que abranda a luta, prova esta de que a evolução conduz a um melhoramento. Vê-se, então, como o preceito evangélico: "ama o teu próximo" tenha antecipado os tempos modernos.

Tal treinamento da vida no plano humano tende a agrupamentos em unidades sempre maiores, o que implica em levar a sociedade para o estado orgânico. Eis que o Evangelho, ensinando, pela máxima do amor recíproco, o sistema da cooperação, tende ao mesmo resultado. Tudo isto confirma a lei de evolução, a qual leva inelutavelmente a sua atuação. Nesta mesma linha de desenvolvimento da vida, inseriu-se o Cristo quando — com base no princípio do Amor — iniciou o seu movimento de justiça social, impulsionando os homens em direção a um estado de recíproca compreensão e colaboração, ou seja para um estado orgânico e unitário da sociedade. É sobre esta mesma linha de evolução que se colocam os ricos hoje em dia, pois numa prova de maior perspicácia, compreenderam que para eles é bem mais conveniente proceder com justiça para com os pobres, favorecendo o movimento da sua ascensão, do que ficar expostos a sofrer periodicamente o impacto de revoluções sangrentas, como direta resposta às injustiças perpetradas. Verifica-se que hoje a luta contra a miséria não é mais entregue à iniciativa esporádica de algum filantropo, pois compreendeu-se que o mal tem de ser curado. Mesmo sem pôr em dúvida o poder da Divina Providência, prefere-se, hoje, procurar resolver o importante problema pelo caminho da organização social que prevê, provê, educa e regula a reprodução demográfica, dirige e faz render o trabalho. Eis que hoje encontrando-se o homem num grau mais avançado de evolução pode realizar uma maior aproximação do que as antecedentes, na execução do princípio de justiça, numa forma que não era viável nos tempos de Cristo. O Evangelho marca, assim, uma primeira etapa deste caminho, a qual outras mais avançadas se sucederiam por lei de evolução. É assim que a Lei e os métodos do S se realizam cada vez mais na Terra. Cristo moderou seu programa de ação renovadora pelas capacidades de atuação do mundo de então. Que Ele tivesse enveredado pelo caminho certo comprovam-no as posteriores etapas do progresso fazendo com que Suas idéias germinassem e operassem as mais elevadas conquistas sociais de nossa era, impensáveis sem aquela semente.

Não se pode negar que todo o movimento moderno em favor da justiça social encontre o seu primeiro germe no Evangelho. No jogo das compensações que levou avante o programa desta grande meta, Cristo introduziu com a sua pregação o fator espiritual na vida pública. A prescindir do fato de ser

este fator alcançável a longo prazo, ninguém poderá negar que o mesmo redundou em poderoso momento para o desabrochar da teoria da justiça social, sobre bases que — apesar de metafísicas e sobrenaturais — penetravam contudo na mente do povo. Com efeito, Cristo oferecia um novo poder aos deserdados apontando-lhes um Deus que estava ao seu lado, para defendê-los e fazer-lhes justiça. Os Romanos tinham a seu próprio serviço os Deuses pagãos dentro de uma religião concebida para uso da classe dirigente. Em Cristo os escravos encontraram um Deus próprio, um Deus protetor de todos os pobres para compensa-los da prevaricação dos patrões e dos ricos. Assim a afirmação que estes devem ajudar aqueles torna-se um princípio religioso, um mandamento de Deus, coisa que, mesmo se irrealizável, já representava um direito absoluto. Formou-se assim e ficou, mesmo que ao estado potencial, uma carga mental de impulsos reativos tendentes a realizar (como se dará mais tarde) os ditames de Cristo em matéria de justiça social. Eles estabelecem o dever, por parte dos ricos, de dar e o direito, por parte dos pobres, de receber.

Esta idéia é como uma semente deixada cair na Terra e assim entrou na vida que depois a desenvolveu, uma semente destinada a converter-se em árvore e a dar frutos mais tarde. Com isto traçou o Cristo uma trajetória em cuja órbita a humanidade se colocou e continuara a mover-se até o seu ponto de chegada que é a realização da justiça social. Também esta é um fenômeno da evolução, um transformismo em contínuo desenvolvimento. Tudo é história, não certamente um fato estático, mas um incessante transformismo, pois qualquer imobilidade seria arrastada pela corrente vital e universal. Assim sendo é fatal e conforme a Lei de Deus que as religiões nasçam e morram sendo substituídas por outras.

Eis como se desenvolve a primeira idéia evangélica da justiça social. Uma vez declarado o dever dos ricos de dar, e o direito dos pobres de receber, é breve o passo desta afirmação por outra, em que o rico não cumpra o seu dever de dar, o pobre poderá fazer valer o seu direito de receber, de modo que aquele dever seja cumprido. Por isso, hoje vemos surgir a Igreja dos pobres como surgiu o comunismo. No passado o pobre era um subdesenvolvido incapaz de fazer valer os seus direitos, sem outra alternativa além da esperança do Céu com a qual as classes possuidoras de bens o consolavam. Hoje o pobre despertou, e por ser mais evoluído, tomou consciência dos seus direitos proclamados por Cristo, e esta pronto a fazê-los valer na Terra, sem se ocupar em demasia do Céu. Perante este desenvolvimento, Cristo pode ser considerado o iniciador de um movimento milenário de redenção das massas.

Breve é também a distância que separa esta afirmação da outra, pela qual, uma vez reconhecido no indivíduo o direito à justiça social e o de fazê-lo valer, deduz disto o direito de recorrer a revolução, no caso em que tal direito seja conculcado. Verifica-se, assim, que a transição da fase teórica à fase prática procede "pari passu" com a aquisição por evolução das qualidades necessárias para a atuação daquele princípio.

Sucede isso conforme os planos da vida, porque não se pode admitir que as afirmações do Evangelho tivessem que permanecer apenas como compensações teóricas realizáveis a longo prazo no longínquo reino dos Céus. Impunham as leis da vida que — uma vez alcançadas as condições necessárias — aquelas afirmações do Evangelho tivessem que se realizar. Se assim não fosse, dever-se-ia recorrer ao absurdo de admitir que elas não passassem de um falatório vazio para enganar os ingênuos.

Exigem, com efeito, as leis da vida que a evolução se faça em direção ao melhor e que não se deixe de despender o esforço necessário a sua realização. O homem deve bater-se para subir. Eis então que os princípios do Evangelho hão de combinar-se com tais leis e métodos, o que significa que não podem deixar de se prolongar num verdadeiro trabalho de conquista. A vida não admite afirmações teóricas de direitos a não ser como um antecedente ao qual há de suceder sua realização prática. A vida é positiva e construtiva e nunca se desenrola em vão. Eis que o Evangelho permanece no seu posto e no seu tempo assim como as reivindicações operadas pelo homem moderno no campo da justiça social ficam no seu posto em nossos dias. Então o Evangelho há de ser entendido como verdadeiro, também hoje, nesta sua fase de desenvolvimento em que o mesmo problema por ele abordado é de novo enfrentado na fase definitiva de sua realização. É assim que o pobre de hoje pode encontrar no Evangelho uma autorização a

conquista do seu bem estar, urna legitimação do seu esforço para subir. No fundo ele afirma o seu direito a vida, que hoje ele pode fazer valer, por ter alcançado a sua capacidade de conquista e o seu valor lutador, o mesmo que as leis do seu nível biológico exigem para lhe concederem um direito. Neste nível a justiça tem que ser conquistada porque ela é um princípio do S que, para realizar-se, deve vencer as resistências do AS, e cumpre ao homem realizar o esforço necessário para conquistar esta vitória. Cada ideal para impor-se na Terra deve fazer as contas com as leis do AS. É esta a lei da vida.

No passado o homem era tão seguro de si que no seu orgulho se julgava a única criatura de Deus, objetivo da Criação, Rei do Universo. Tal homem se julgava tão importante a ponto de se imaginar que o único Filho de Deus teria assumido a sua forma corpórea para fazer-se matar por ele. E isto o homem teria feito para fazer-se por Ele redimir gratuitamente das suas próprias culpas e assim ser salvo à custa de outrem. Tal homem julgava que tudo tivesse sido criado — plantas, animais e até as estrelas — somente a serviço dele; os primeiros para alimentá-lo e as segundas para alegrar-lhe a vista. Se as galinhas tivessem sido mais fortes a ponto de subjugar o homem, elas teriam acreditado que Deus tivesse criado o homem para servir-lhes de alimento.

Hoje esta velha forma mental está desmoronando, para dar lugar a outros descortinos. Cada período histórico representa uma fase de desenvolvimento e pode imaginar-se como uma faixa contendo um preponderante numero de exemplares de um determinado tipo biológico. Nos tempos de Roma e das invasões bárbaras prevaleceu o guerreiro, primeiro para construir o Império, depois para invadi-lo. Na Idade Média temos a era dos santos, posteriormente no Renascimento, a dos literatos e dos pintores; no século XIX a dos músicos. Hoje a vida atravessa a faixa da ciência. Esta estabelece o predomínio da positividade e da organicidade, erguendo uma forma mental prática e construtiva em cada campo, que vai das expedições espaciais à organização do trabalho, produção, comércio, economia das Nações, direitos e deveres na justiça social etc. Quem sabe quão mais avançada faixa alcançara a vida nos séculos futuros!

Concluindo, o verdadeiro Evangelho, o mais completo é aquele representado não só pela forma que assumiu nos tempos de Cristo, mas por todas as formas que o mesmo vem assumindo no decorrer dos anos, e que são oferecidas ela vida que caminha. Esta tem seus fins e para alcançá-los adota princípios e métodos diversos, veste-se de varias formas, adaptando-se aos tempos e as condições de ambiente. O seu objetivo é realizar a justiça social, porque isso significa a realização do princípio da justiça da Lei, que representa o S, em direção ao qual avança a evolução. Cristo expressou esta tendência na forma ideal e pacífica das compensações ultraterrenas, enquanto as outras revoluções, até a comunista, expressaram a mesma tendência na forma tangível e violenta de compensações terrenas. Trata-se, contudo, do mesmo princípio de justiça social que se vai realizando sempre mais, como quer a vida, passando assim do Céu à Terra, da teoria a prática.

Tal fenômeno não é contradição mas transformação, porque entre as formas sucessivas permanece um fio condutor constante que do mesmo é a alma, o cerne, que neste caso é a vida que avança em direção a uma meta estabelecida, assumindo formas diversificadas em cada fase do seu desenvolvimento. Via de regra olha-se para a forma e não para a substância do fenômeno. Mas este permanece o mesmo. E sempre a justiça social que avança, trata-se sempre da progressiva realização do mesmo princípio. O mesmo sucede com a pessoa humana. Ali existe o eu individual que é a alma do fenômeno e funciona como fio condutor constante, sempre o mesmo, embora mude sua formar de criança a adulto, a velho. Também neste caso há um só fenômeno representado pela vida que caminha, pois o menino, o adulto e o velho são as três fases da mesma verdade em evolução.

Estamos no mundo do relativo e ninguém pode subtrair-se ao transformismo. Então de toda a verdade não vemos senão momentos sucessivos, e ela é dada pela soma de todas as verdades relativas, cada uma das quais se vai transformando na seguinte, é verdadeira em relação ao seu tempo e ambiente, mas não é verdadeira em outro tempo e em outro ambiente. E quando ao longo do caminho da evolução uma verdade fica superada, a vida a rejeita porque não lhe serve mais.

XIV

A ECONOMIA DO EVANGELHO

O Evangelho e a Lei. Aparente inaplicabilidade da doutrina de Cristo à realidade da vida. A propósito do Evangelho-suicídio. Acerca da importância de compreender.

Depois de ter procurado delinear e compreender a figura do Cristo na primeira parte deste volume, persistiremos ainda no estudo de Sua doutrina exposta no Evangelho iniciado nos cinco capítulos anteriores. Neles abordamos o problema econômico e o da justiça social. Tomemos agora em exame o problema tão controvertido da não resistência, este também fundamental no Evangelho, além de ser bem atual em nossos dias.

Como o leitor pode ver, não entramos nos detalhes do Evangelho, mas dele colocamos em evidência alguns pontos mais salientes e vitais, que mais de perto atingem o homem de hoje. Não é nosso fim oferecer a tradicional explicação do Evangelho, que repete lugares comuns, mas discutir e melhor compreender alguns princípios excepcionais nele propostos, estudando sua aplicação em nosso mundo moderno, mesmo se eles possam parecer absurdos e irrealizáveis.

Para chegar a isto reputamos oportuno sobrevoar — numa visão de conjunto — as particularidades daquela revelação para colher, da mesma, os princípios gerais. Procuramos, assim, ir além de uma mera interpretação literal, para alcançar uma visão de conjunto segundo o espírito. Assumimos, assim, como ponto de referência não a lenda ou as tradicionais superestruturas de índole mítica, que em nada ajudam o verdadeiro conhecimento da verdade, mas a Lei de Deus que é ao mesmo tempo uma realidade biológica, um fato positivo e um fenômeno constante, por isso, experimentalmente controlável.

Só assim certas contradições entre o Evangelho e a vida poderão ser superadas permitindo que o aparente absurdo de certos trechos dessa revelação se torne compreensível conforme a lógica, em harmonia com a realidade da vida. A Lei oferece a vantagem — apesar da mudança das formas — de ficar sempre presente e atual em qualquer tempo, de modo que um Evangelho compreendido em função dessa Lei pode permanecer perfeitamente verdadeiro e realizável até neste nosso ambiente social, tão diferente em relação ao do tempo de Cristo. Só assim a Sua doutrina pode permanecer viva e atual também em nossos dias.

Nem se objetará que, reportando-nos a Lei, nos afastamos do Evangelho, porque também Cristo se referia substancialmente a Lei todas as vezes que se dirigia ao Pai Celeste. Por isso Ele não poderá nunca ser justamente entendido senão em função daquela Lei, que é o Pai. É assim que falando do Cristo só podemos continuar a falar da Lei, porque esta abraça tudo, nem poderia deixar de abranger também Cristo, cuja razão de ser jamais poderia deixar de pertencer e ser regida pela técnica funcional da grande Lei cósmica. E Cristo nos dá disso plena confirmação ao colocar-Se em posição de total obediência perante o Pai. É, portanto, com a Lei, que Cristo vive em constante relação, como perante Seu fundamental ponto de referência. E quando ele expõe a sua doutrina, mostra-nos com isso que primeiramente compreendeu a Lei para si, depois a ensinou aos outros, ao mesmo tempo em que a viveu aplicando-a a si

próprio e dando assim a todos a possibilidade de imitar Seu exemplo. É assim que não se pode falar de Cristo sem falar também da Sua Lei, porque é esta que nos dá a chave para compreender o Cristo.

Com efeito, não existe nenhum fenômeno cujo exame não nos obrigue a procurar sua Lei, cujos princípios são reconhecíveis em cada momento, porque ela é a própria atmosfera na qual se insere o funcionamento da vida. Não há dúvida de que o homem acaba com seus erros, por desviar ou sustar a ação da Lei, mas é também evidente que, embora julgue isso possível, não o consegue nem pode consegui-lo. E mesmo quando começa a penetrar na Lei com os olhos abertos para captar-lhe a estrutura, envereda por um caminho de pesquisa que não acaba nunca. Quem trata os velhos temas com a velha forma mental, pode acabar iludindo-se com tudo que foi dito, nada mais havendo a acrescentar. Mas, desde o momento em que se comece a investigar no campo da Lei a cada passo se revela um novo horizonte. Cada vez mais acreditamos ter visto tudo e depois verificamos que há ainda tanta coisa a dizer e que não existe assunto algum que não se prenda à Lei, fenômeno nenhum de cujo desenvolvimento ela não contenha os princípios diretivos, dela proporcionando-nos sempre novos aspectos.

Assim, também o Evangelho nos reporta à Lei, nem pode ser compreendido senão em função dela. Todos os fatos se correlacionam entre si, reconduzidos pela Lei à unidade, de tal forma que se nos apresentam cada um como uma ramificação do mesmo tronco unitário. Segue-se daí que não se pode tratar de nenhum deles sem que sejam chamados em causa os assuntos afins, que por isso reciprocamente se entrosam, sendo necessário explicá-los, mesmo se não aparentem relacionar-se com o Evangelho. Isto é exatamente o que deveremos fazer, se quisermos ser completos, exaustivos e convincentes

* * *

Voltemos ao Evangelho. Continuemos a escolha entre os seus pontos mais significativos e controvertidos, para procurar compreendê-los com a forma mental moderna e assim tornar possível sua aplicação em nosso mundo, hoje tornada difícil e decepcionante por incompreensão do assunto. No Evangelho encontramos, associados por afinidades, dois gravíssimos problemas: o da **não-resistência** e o da **não-previdência**, na busca dos meios necessários à vida. Eis como o Evangelho se expressa: “A quem te bater numa face oferece a outra e a quem te levar a capa dá-lhe também a túnica. Dá a cada um o que te pedir e não contestes o que te pertence de quem te o rouba”.

Depois de tais afirmações o Evangelho explica como resolver as conseqüências de tal conduta:

"Não vos preocupeis dizendo: O que comeremos ou o que beberemos, e de que nos vestiremos? (...). O vosso Pai celeste sabe que tendes necessidade de todas estas coisas. Vós, portanto, procurai sobretudo o Reino de Deus e a Sua Justiça, e todo o resto vos será dado por acréscimo. Não vos preocupeis portanto pelo amanhã (...). Não acumulai tesouros na Terra, mas acumulai, pelo contrario, tesouros no Céu (...). Quem quiser salvar a sua vida, a perderá; e quem perder a sua vida por minha causa e do Evangelho, a salvará".

No Evangelho estes conceitos não são expressos só nessas frases isoladas, mas a eles corresponde o espírito de toda a doutrina de Cristo em matéria sobre a qual ele retorna com insistência e clareza. Não há portanto dúvida de que este é o seu pensamento. Assim a hipótese de que não seja este o Seu pensamento não é aceitável. Excluída toda possibilidade de evasão, devemos então aceitar tal pensamento qual ele é.

Ora não existe homem algum, que por pouco que conheça a realidade da vida, não veja imediatamente a inaplicabilidade de tais princípios em nosso mundo. É um fato positivo de cotidiana experiência que a vida na Terra se baseia na lei biológica da luta, isto é, na moral bem diversa do mais forte, para o qual o que mais vale é ser vencedor. Então ficamos estupefatos perante uma tão decidida proposta de absoluto emborcamento dos métodos seguidos pela vida no seu normal funcionamento. É um fato que os métodos aconselhados pelo Evangelho revelam-se desastrosos, para quem os adota na prática. Mas como então é possível, se eles são propostos por uma fonte tão prestigiosa que sejam devidos a uma total ignorância daquilo que de fato é nosso ambiente terrestre? Que economia é essa do Evangelho? Como pode Cristo propor um tipo de conduta que está nos antípodas da realidade de nossa vida e das leis

que a regulam sendo estas também por Deus permitidas? Como pode Cristo ter cometido o erro de levar-nos à falência por aconselhar-nos métodos todos inaplicáveis porque em plena contradição com aquilo que caracteriza o mundo em que vivemos? Não há dúvida que por esse aspecto o Evangelho se nos apresenta como um absurdo. Pois, deste modo, o anseio que induz o Cristo a nos fazer ascender do AS para o S, não difere de uma febre de superação que leva à morte. Mas assim, em vez de servir para a evolução, este ideal revela-se destrutivo e antivital, e deveríamos, por isso, ter o dever de repeli-lo.

Vejamos como funciona a vida, quais são as suas leis e métodos. Para ela o assalto e a guerra são um meio normal para medir com a vitória o valor dos indivíduos como dos povos. A economia do mundo baseia-se no cálculo egoísta do "do ut des". Em biologia o organismo que não sabe lutar e vencer contra o assalto de um micróbio é um fraco, um doente, que a natureza procura eliminar. Entretanto, no campo social o Evangelho exalta como virtude tão perniciosas abdições perante um inimigo! Mas então, é ele contra a vida? Em suma, enquanto o impulso da defesa na luta é são, é vital, é uma posição biologicamente justa, fazer o contrário deveria ser fraqueza, doença, ou seja, uma posição biologicamente deteriorada. De fato a vida trata como vencido aquele que não sabe resistir na luta e, porque vencido, o condena a sofrer disso as conseqüências dolorosas, para que aprenda a resistir, lutar e vencer. Isto é aquilo que a vida deseja e que nos ensina a fazer no nível biológico em que vivemos. Parece, portanto, loucura pretender que o homem possa viver conforme leis de um plano evolutivo mais alto, superior àquele que hoje se lhe condiz de acordo com o caminho que percorreu.

A contradição entre os dois sistemas de vida parece evidente e insanável. A distância entre a doutrina ideal de Cristo e a realidade da vida parece demasiadamente grande para que os dois sistemas possam avizinhar-se e conciliar-se. Ora, de que maneira se tentou enfrentar na prática este grave problema? Apenas, rodeou-se a dificuldade com uma escapatória! Tendo-se deparado com a inaplicabilidade do Evangelho, devido a oposta estrutura das normais leis biológicas, os seguidores do Evangelho, o aceitaram e pregaram como teoria ideal, mas sem aplicá-lo na prática dos fatos. Tal é, pois, o método vigente: o da hipocrisia. Cumpre, contudo, reconhecer nesse método o mérito de ter permitido ao Evangelho sobreviver na Terra, apesar de tudo, o que seguramente não teria sido possível se o mesmo tivesse sido levado a sério. Se a vida permitiu tal solução é porque isso era útil, não havendo outra alternativa possível dados os elementos em jogo.

Porém, com tal solução a contradição permanece, e com a agravante da incompreensão e da mentira. Tal solução não é honesta. Quem quiser ser honesto não resolve o problema por meio de escapatórias, mas o enfrenta sinceramente. Então, ou o Evangelho é verdadeiro e aplicável; ou não o é e se torna inaplicável. Logicamente, uma coisa não é ilícita se partirmos da convicção de ela não ser verdadeira. Quem é honesto jamais usa o método de pregar o Evangelho como verdadeiro, para depois não o aplicar.

Insistimos, então, em perguntar: é porventura possível que o Evangelho não seja verdadeiro? Diante de tal dúvida a primeira coisa a fazer é procurar compreender. As aludidas contradições e inconciliabilidades não dependem por acaso do fato de o Evangelho aparecer utopia só aos nossos olhos míopes, embora contenha grandes verdades? Ora, não será que tais princípios do Evangelho nos aparecem absurdos unicamente porque vistos relativamente ao nosso mundo, nível evolutivo e forma mental? Mesmo sendo inegável que um Evangelho vivido com plenitude, no ambiente terrestre, aparece como um suicídio a um homem comum, será que isso corresponde à verdade? Ou haverá no problema outros elementos que nos escapam e que o transformam? O que nos faz pensar que assim seja são as resolutas afirmações de Cristo, que certamente devia saber muito mais de quanto nós conseguimos compreender.

* * *

Daí a necessidade de compreendermos o que Cristo queria dizer para realizar a Sua doutrina em nosso mundo, que é tão distante dela. Daí a necessidade de compreendermos como Ele pudesse falar daquele modo e porque, pondo-se em aparente contradição com as nossas leis biológicas. O que pode fazer aparecer o Evangelho como um absurdo inatingível porque em contradição com aquela realidade,

são as consequências catastróficas a que na prática pode conduzir, quando seja aplicada sem o necessário entendimento. É este fato que então sugere o método da hipocrisia, induzindo a recorrer ao mesmo também aqueles que, tendo tentado viver o Evangelho, ficaram, depois, espantados com as consequências práticas de tal tentativa. E é assim que somos reconduzidos à posição híbrida da mentira, exatamente quando mais precisaríamos afastar-nos dela.

Ora, encarado de um ponto de vista mais profundo, o Evangelho representa uma técnica econômica sutil, que é necessário compreender e saber manejar, se quisermos evitar que o uso errado do mesmo nos leve a resultados negativos. E o Evangelho não pode ser culpado por esses resultados e sim a nossa própria ignorância. Como triste consequência, podemos jogar fora, por falta de compreensão, uma doutrina tão preciosa e tão necessária a vida como a do Evangelho.

É necessário, pois, compreender que o Evangelho é uma expressão da Lei, contendo verdades válidas para todo tempo e lugar. Eis então que, se compreendido na sua essência, pode o mesmo conservar sua atualidade e ser vivido também hoje em vez de ser considerado — como se costuma fazer — à guisa de uma bela fábula de outros tempos. Ora, pela própria razão de ser que deu origem ao Evangelho, é nosso principal objetivo fazê-lo hoje reviver, enquanto parece estar para morrer. Só um Evangelho compreendido em relação as leis da vida, quais as vemos funcionar, é que pode ser aceito pelo nosso mundo de hoje. E é bem este o objetivo que nos propomos a alcançar.

O Evangelho expressa um outro tipo de economia, diferente da humana usual, regulada por outras leis, adaptada a outras posições biológicas e morais, a outros modos de comportamento. Mas então, se este outro tipo de economia existe, em que consiste ele e por qual Lei é regulado? Procuremos então estudar o fenômeno a fim de compreendê-lo.

Assim, qual poderá ser o significado de uma tão categórica proclamação daquilo que na Terra é utopia, como e segundo a qual se considera possível se alcançarem os meios para sustentar a sua própria vida, gratuitamente, por acréscimo, desde que se procure o Reino de Deus e a sua justiça? Ora, tal método aplicado na Terra pareceria levar a falência! Mas não será que encarando o problema dentro de uma visão mais compreensiva, também a solução se torna diferente?

Com efeito, não podemos pretender que as principais leis biológicas do planeta por nós conhecidas esgotem todas as possíveis realizações da vida ao longo do seu caminho evolutivo. Eis que é necessário se admitir a possibilidade de diversos ambientes, leis e respectivos tipos de economia de vida. Assim sendo, o ponto de referência para a avaliação do Evangelho pode ser um plano evolutivo mais avançado, o que se costuma chamar de Céu; e os dois tipos de economia biológica a que aludimos são próprios de dois diferentes planos evolutivos, ambos verdadeiros, mas cada qual em relação ao ambiente que lhe é próprio. Eis então que o absurdo e a contradição acima referidos ficam resolvidos, explicados e assim desaparecem como tais. O plano evolutivo humano apresenta-nos a economia do AS, que a este ambiente se adequa, enquanto a economia do Evangelho pertence, pelo contrário, ao plano evolutivo super-humano, do tipo S. E por isso que elas são tão diferentes, opostas, antinômicas. E se o Evangelho na Terra nos aparece como uma absurda utopia, uma espécie de emborcamento da economia do mundo, é porque ele representa a economia do Céu.

Trata-se então de compreender em que consistia, como possa existir e como funciona uma economia não mais baseada sobre os valores materiais terrenos, mas sobre outro tipo de valores, espirituais e eternos. Isto nos constringe a abordar separadamente as duas questões: a da não resistência e a da aparente imprevidência, o que será feito em dois capítulos distintos, começando por esta última questão. Passaremos, em seguida, a afrontar o problema da violência.

VALORES TERRENOS

A questão da não previdência. Objeções e esclarecimentos. O novo tipo de técnica protetora e os dois distintos métodos de vida, com seus respectivos tipos de economia, o do involuído e o do evoluído e seus análogos sistemas bancários de administração.

No trecho do Evangelho referido no precedente capítulo, Cristo revoluciona as usuais normas da previdência volvidas a evitar que falte o necessário no amanhã, deixando isso nas mãos de Deus. Esta evangélica aparente imprevidência consta de quatro afirmações contidas no trecho citado. A primeira diz para se dar até a túnica a quem pede o casaco. A segunda diz para dar a quem pede e para nada reclamar dos próprios pertences se alguém dos mesmos se apoderar. Isto significa ficar despojado de tudo. A terceira diz para não acumular tesouros sobre a Terra. A quarta conclui dizendo que se quisermos salvar a nossa vida a perderemos. Isto significa que não a devemos preservar. Resultado final: perder tudo, ficar sem meios e sem vida.

A intenção é clara. Cristo diz para não nos preocuparmos, o que é um convite a não exagerarmos na previdência. Não tenho razão para fazê-lo se não devo interessar-me pelo amanhã. Mas na Terra isto se chama de imprevidência e ela é o defeito dos inconscientes que a vida castiga por isso, fazendo-lhes faltar o necessário. O homem comum, a despeito da palavra de Cristo bem sabe por dura experiência que o amanhã chega e que se não tiver sido previdente pagará caro por isso. Daqui o contraste entre Evangelho e realidade e a natural desconfiança que tais conselhos provocam. É inconcebível na Terra uma classe de imprevidentes, que, sem se preocuparem com nada, sejam gratuitamente previstos de tudo.

No entanto Cristo, prevendo as objeções que as suas audazes afirmações podem provocar — porque Ele próprio reconhece a presença das necessidades materiais do homem — oferece uma solução que na prática aparece ainda mais estranha do que a contida em tais afirmações. Com efeito, para fugir as desastrosas conseqüências do aludido desprendimento, Cristo nos oferece um remédio mediante o seguinte raciocínio. Olhem — nos diz — que não estais sós, pois ha um Pai que provê a tudo. Então o problema das necessidades materiais se resolve não lutando para prover as próprias necessidades, mas vivendo como quer o Pai, segundo a justiça, pois não há, em Seu Reino, outra alternativa.

A afirmação é grandiosa, de dimensões cósmicas, tanto que ficamos arrebatados quando se consegue entendê-la como uma realidade. Mas em geral não se chega a tanto, imersos como estamos na miséria das competições cotidianas. Como conseguir excogitar uma solução a partir de relações desta magnitude? Mas, em vez de entregarmo-nos a tão árdua tarefa, logo procuramos uma escapatória. E se o Pai não provê? Trata-se de uma fonte de abastecimento para nós demasiadamente transcendente para que — com efeito — possamos confiar nela sem reservas. E mesmo que, perante a mesma nós pudéssemos pretender direitos, como poderíamos fazê-los valer? Pois, nossas necessidades são imperiosas e inexoráveis. Assim sendo, essa idéia de se recorrer ao Pai é certamente um caminho bem peregrino para se palmilhar. Além do mais, toda essa gratuidade para o conseguimento de coisas dadas por acréscimo, não soa ofensivo ao nosso natural sentido de justiça? E perante a diuturna constatação do fato de pouco ou nada conseguirmos gratuitamente, não torna tais afirmações inverosímeis, e, portanto, inaceitáveis?

Mas, em vez de perdermo-nos no beco sem saída de tais objeções, ou na busca estéril de aparentes contradições, procuremos compreender. Antes de tudo, para conceder a Sua ajuda, o Pai põe condições, as

quais são de extremo valor moral: "Procurar o Reino de Deus e a sua justiça". Ora o Pai, para quem compreendeu como estão as coisas verdadeiramente, não é nenhuma construção imaginária, fora da realidade! Ele é a Lei, a qual é sempre viva e vigorante entre nós e em nós, de modo a poder experimentalmente controlar Sua presença e Seus efeitos em cada lugar e momento. Então receber do Pai a ajuda por acréscimo, não significa nenhuma dádiva arbitrária ou imerecida, mas o ter ganho aquela ajuda com a observância da Lei, ou seja, operando disciplinadamente dentro da Sua ordem. Eis então que aquelas palavras do Evangelho adquirem um significado concreto, bem compreensível e correspondendo à justiça.

Há, desse modo, um fato novo! Os princípios da Lei são expressos como revestidos de forças em movimento, e cujos equilíbrios e deslocamentos são exatamente definidos e calculados, dirigidos por uma organicidade inviolável. Tudo isto é necessário, pois, se o universo não fosse dirigido por essa Lei; desabaria no caos. Eis então que o recolher os efeitos das causas acionadas por nós, é fatal e, por isso, garantido. É assim que podemos ter a segurança de recebermos tudo o que ganhamos. Esta segurança constitui-se no direito de obter a recompensa merecida, isto é, a ajuda do Pai, quando se viveu conforme a justiça, aplicando a Sua Lei. Tudo isto é inexorável, seguro, justo, sem arbítrios, inelutável, com resultados positivos segundo um cálculo sublime.

Agora compreendemos: procurar o Reino de Deus e a Sua justiça, significa em substância viver com retidão, admitindo, também, que o homem honesto cumpra espontaneamente o seu dever de trabalhar. Ora, a quem cumpre este dever, ainda que não se preocupe com o amanhã, é bem difícil que venha a faltar o necessário. Então, logo que se compreenda o mecanismo da Lei e se entre a funcionar segundo a Sua ordem, até o problema das necessidades materiais que tanto nos fatiga, tende a ser implícita e automaticamente resolvido.

Eis então que o evangélico "Não vos preocupeis com o amanhã", logo assume bem outro significado. E então, aquela frase não significa mais imprevidência, exprimindo, pelo contrário, um diverso tipo de previdência, conduzida com uma outra técnica, realizada em função de outras perspectivas. Assim sendo, o Evangelho bem longe de defender a imprevidência, visa a eliminar a ânsia que freqüentemente acompanha o exercício da previdência humana. Cristo nos diz que para ser previdente não é necessário estar angustiado, pois, a ânsia que freqüentemente introduzimos em nosso trabalho, é uma força negativa que, como uma nuvem negra, obscurece a compreensão e estorva as diretrizes, diminuindo a produtividade.

O Evangelho de fato tenciona libertar-nos de uma demasiada preocupação, não nos aconselha a imprevidência. Somos nós que tomamos o triste hábito de associar os dois fatos: previdência e preocupação, a isso induzidos pelas duras condições da vida. Quem compreender a técnica funcional deste fenômeno sabe que a promessa do Evangelho, por mais estranha que possa parecer, será mantida.

* * *

Esta sumária colocação do problema já nos faz pensar que estamos perante um novo tipo de técnica protetora, que a vida utiliza em sua defesa, ao longo da escala da evolução, quando as diferentes condições ambientais devidas a um mais avançado grau de civilização o permitem. Propomo-nos agora a aprofundar o conhecimento desta técnica, observando-lhe a estrutura e o funcionamento apoiados naquela que melhor conhecemos por ser a que a vida utiliza para proteger-nos em nosso nível evolutivo humano.

Trata-se de dois métodos de vida diversamente progredidos e aperfeiçoados, que representam dois diferentes modos de resolver o problema da sobrevivência: o primeiro tendo as características de luta, da desordem, da incerteza e do esforço, que tanto mais se acentuam quanto mais por involução se desce; o segundo, tendo as características de tranqüilidade, da ordem, da segurança e da facilidade, que tanto mais se acentuam quanto mais se sobe com a evolução. Este exame nos fará compreender a lógica da utopia evangélica, o profundo significado de tão estranhas afirmações, mostrando-nos a possibilidade da sua aplicação prática também na Terra. Poderemos assim transferir o Evangelho da evanescente esfera da poesia e da fé, para o terreno sólido da realidade vivida. Poderemos assim conhecer — em relação ao

mundo em que vivemos — aquilo que é de fato o Reino de Deus, a que constantemente se refere o Evangelho.

Aqui, poderia alguém retrucar: deve-se precisamente a esta diferença de nível evolutivo o fato de este novo método não ser aplicável na Terra; onde a vida só pode manifestar-se na forma proporcionada ao grau de evolução avançado. Ora, este mesmo fato nos diria que cada indivíduo só pode estar sujeito à lei do seu plano de evolução e a nenhuma outra, enquanto o pertencer a um dado tipo de lei segundo a qual funciona a vida de cada indivíduo, seria um fato estritamente pessoal deixado ao grau de desenvolvimento alcançado por ele e independente do alcançado pelos outros.

Entretanto, ninguém pode impedir que da massa dos involuídos vejamos emergir casos isolados de evoluídos, lançados pela vida com antecipação em direção ao futuro, precisamente com o objetivo de tentar uma realização de superação. Eis então que tais evoluídos devem estar sujeitos à lei do seu próprio plano e não aquela das massas involuídas. Eis qual a razão do contraste, que havíamos explicado acima entre a lei humana das pessoas na Terra e aquela sobre-humana apontada por Cristo. Trata-se de indivíduos pertencentes a diferentes planos de evolução, dirigidos, portanto, por leis diversas e, por isso, contrastantes.

A idéia de Céu, de Reino de Deus traduzida em termos positivos e racionais significa altura alcançada ao longo da escala ascensional da evolução, dirigida em direção ao S. Eis então que podemos ter indivíduos cuja lei natural — por suas qualidades e nível biológico — coincida com o Evangelho, com sua técnica de defesa e com sua singular economia baseada no dar em vez de tirar. E aquela baseada no acumular tesouros no Céu e não na Terra, no perder a própria vida para salva-la. E, enfim, a economia baseada no não preocupar-se com o amanhã, mas só com a procura do Reino de Deus e a sua justiça, na certeza de que tudo será dado, depois, por acréscimo, pelo Pai Celeste.

Eis então que também na Terra, para indivíduos chegados ao nível do Evangelho, este pode ser posto em ação e funcionar como lei de vida e normal método de defesa em contraposição à lei da luta para os involuídos em fase de menor progresso. E assim haverá de ser na ordem universal porque cada indivíduo se encontra ligado à lei particular que corresponde à sua natureza. O involuído — pelo menos enquanto não evolve — não pode aplicar a lei do Evangelho porque esta nas suas mãos não funcionaria. Para que isso pudesse acontecer seria necessário que o mesmo possuísse uma estrutura adequada, não dispondo da qual, ser-lhe-á necessário construí-la evoluindo. E trata-se de uma conquista lenta e fatigante, como se requer na ordem universal, que não funciona por saltos, mas por graus, mediante lenta maturação. Isto é de fato aquilo que vemos acontecer. Assim sendo, o cristão, colocado perante a escolha, ou o Evangelho-sacrifício (crucificação) ou o Evangelho-hipocrisia, é compreensível que numa fase de relativo avanço espiritual, tenha escolhido o segundo. E, contudo, inegável que esta forma hipócrita de aceitar o Cristianismo não deixou de tornar-se útil por ter permitido que a mesma doutrina pudesse se implantar paulatinamente e sem grandes alardes no coração dos homens. Pois, de outra forma, o materialismo e a selvageria imperantes neste mundo materialista a teriam extirpado de uma vez como doutrina não só incômoda, mas nociva a esta mesma sociedade ruim. E assim, esta forma de hipocrisia mais ou menos disfarçada não deixou de fazer com que a sublime doutrina do Amor que ainda hoje continua sendo considerada como utopia pela maioria dos humanos, possa num amanhã não longínquo converter-se em realidade viva e operante e servir como regra da ação para a inteira Humanidade.

Certa vez, por estar eu defendendo o Evangelho, fui exprobrado da seguinte maneira: "Cuidado, pois, o Evangelho mata... e de que morte!" Ao que respondi: "Não é o Evangelho que mata, e sim, os homens que, pertencendo a outro nível de evolução procuram suprimir quem quer aplicar a doutrina do Cristo". Com certeza, um cristianismo feito de verdadeiros cristãos, isto é, imitador de Cristo, praticando o Evangelho com plenitude, seria composto de mortos, de mártires na cruz. Eis porque o Cristianismo, se pretende existir sobre a Terra, não pode ser integrado de verdadeiros cristãos, mas só de cristãos aparentes — na melhor hipótese — de aprendizes de cristãos que procuram exercitar-se na sempre renovada tentativa de aplicá-lo até os limites de suas possibilidades.

Sendo esta a estrutura do fenômeno, mais não se pode obter sobre a Terra. Este é o Reino do AS. É então natural que este expulse de seu ambiente quem queira pertencer, pelo contrário, ao S. O verdadeiro cristianismo é para fazer aquilo que Cristo fez, isto é, para fugir do mundo inimigo, para ele superado. Para quem está maduro, não há nada melhor, porque tal afastamento é vida que triunfa ressurgindo no S. Ora, para os imaturos isso só significa morte, porque nesse seu nível são ignorados tais superamentos para uma vida mais alta. Cristo, então, para o homem de tipo corrente sobre a Terra, não é aceitável como realização imediata — pois esta aniquila o imaturo — mas apenas como uma meta excelsa e longínqua em direção à qual se dirige, e que por ele entrevista apenas como um farol a iluminar o seu caminho.

Este mesmo homem, enquanto aguarda, encontra-se, na Terra, no seu justo lugar, a ele proporcionado, onde pode cumprir o seu trabalho de amadurecimento e percorrer o seu caminho contentando-se com paulatinas aproximações da realização do ideal de Cristo. É próprio da Lei que cada ser ocupe o posto que lhe compete, conforme o seu valor.

Por esta mesma razão, encontramos, neste nosso mundo: de um lado uma elite de evoluídos, de santos, de heróis, de gênios, de super-homens que, por serem maduros, viveram o Evangelho, e do outro os imaturos que os admiram e veneram, encarando-os como modelos, que tanto quanto possível, procuram imitar, mesmo se, não o conseguindo, esta sua tentativa se reduza apenas a uma aparência que é quase uma mentira.

Aludindo, aqui, a leis proporcionadas à posição evolutiva do indivíduo, queremos falar de aspectos particulares e parciais da Lei de Deus, relativos ao caso tomado em exame. Dentro da grande Lei o Evangelho representa uma fase de evolução mais avançada em relação à que é representada pela particular lei biológica do atual nível humano. Quando a humanidade alcançar aquela mais avançada fase de evolução, os princípios do Evangelho inteligentemente entendidos serão a leis de todos, e será, assim, realizado o Reino de Deus. Podemos, agora, compreender em que este Reino consista. Tratar-se-á de uma civilização mais avançada em relação à nossa, na qual a humanidade se moverá disciplinada na ordem da Lei, organizada segundo princípios de retidão, conforme a Justiça. Dever-se-á alcançar, assim, o resultado a que este método de vida não pode deixar de conduzir e que está precisamente implícito neste Sistema, o previsto pelo Evangelho, onde nada nos falta, tudo nos vindo às mãos por acréscimo. Então mudado o homem e o seu sistema de vida, o Evangelho não será mais uma utopia, mas uma esplendorosa realidade.

* * *

Para melhor compreender de que se trata, procuremos distinguir os dois tipos de economia correspondentes aos dois métodos de vida, e os resultados a que os mesmos conduzem. A razão pela qual a Lei responde à ação do indivíduo em duas formas tão diversas, está no fato de que este, conforme o seu grau de evolução, se move em direção à mesma, de modo diverso. Este é tanto mais indisciplinado e agressivo, quanto mais involuiu para o AS; tanto mais é harmonioso e obediente quanto mais evolui para o S. É claro que as respostas da Lei resultam proporcionadas a este comportamento. No primeiro caso o indivíduo vai contra a corrente da Lei, que por isso o bloqueia. No segundo caso ele vai com aquela corrente que portanto o impulsiona para a frente e o favorece. Eis que o tratamento que recebemos depende de nossa conduta. E assim que o caso limite de uma péssima conduta é o de provocar como seu efeito, a absoluta falta de tudo; enquanto o caso limite de uma ótima conduta é a de produzir, como efeito, a gratuita abundância.

Explicam-se, deste modo, as estranhas afirmações do Evangelho, porque se vê qual é a lógica que as fundamenta. Explica-se também porque em nosso mundo sucede o contrário do Evangelho, e como, por este fato, sejamos induzidos a crer que seja este uma absurda utopia. Mas o absurdo não está no Evangelho, e sim em nossos olhos que, sendo filhos do AS, vêem tudo pelo avesso. Na realidade tudo corresponde a um princípio de justiça, segundo o qual funciona a Lei. Ela é um equilibrado mecanismo de ações e reações, proporcionados às posições evolutivas e portanto ao respectivo comportamento do indivíduo. O absurdo que o mundo vê naquelas afirmações do Evangelho é o de poder receber algo por

acréscimo, gratuitamente, porque aquele procurar o Reino de Deus e a sua justiça, no ambiente terrestre, dadas as suas leis, não representa um meio apropriado para ganhar algo. É certo que o Evangelho põe uma condição e com isso estabelece a necessidade para o indivíduo de mover uma causa e obter aquele efeito. Mas a forma mental humana é produto de experiências de todo inadequadas a construir uma tal conexão de idéias. Aquela que se estabeleceu na Terra é o fruto de experiências opostas, isto é, de revolta contra a Lei, para violá-la, e da respectiva resposta da Lei, sob forma de dolorosas lições corretivas.

Podemos agora dar-nos conta da estrutura dos dois métodos de viver e de operar, e compreender as duas diversas lógicas que os regem. Embora correspondam ao mesmo princípio de justiça que é fundamental na Lei, elas são muito diferentes na forma de ação e reação, de modo a resultarem irreconciliáveis. Mas isto também é lógico, porque num caso se trata de ação e reação de tipo AS, e no outro de ação e reação de tipo S, dois universos de que já apontamos as opostas características. Eis que quando colocamos cada coisa no seu devido lugar, tudo resulta racionalmente justificado.

A economia do involuído, de baixo nível biológico, é uma economia de assalto e de abuso, portanto de injustiça, o que coloca o indivíduo que a aplica sempre em déficit para com a justiça da Lei. Há sempre uma lesão de direitos de outrem a reparar. Esta é uma economia de pecado, que não pode conduzir senão à penitência, por débitos que não podem permanecer insolutos. Trata-se de uma economia negativa, improdutiva, famélica, somente de destruição. A humanidade presa nesta engrenagem deve arrastar-se carregando nas suas costas o imenso peso desta negatividade; pretenderia derrubar a Lei, mas, pelo contrário, derruba-se apenas a si mesma, de modo que, sedenta de felicidade, se encontra carregada de sofrimentos. É esta a economia de nosso mundo.

A economia do Evangelho é a do evoluído, de alto nível biológico, e se poderia chamar a economia do justo. Ela é feita de ordem e retidão, pela qual o indivíduo não contrai débitos para com a Lei, portanto é livre da preocupação do dever de pagar. Balanço honesto, no qual as contas do dar e do haver redundam a favor do interessado. Sábio regime de paz, isento de preocupações, oposto ao regime do mundo, que está cheio de lutas, fadigas e preocupações. Economia positiva, construtora de valores, o que eleva em direção a Deus. Avançamos, assim, ajudados pela corrente da Lei, leves e rápidos, em posição reta, de modo a aproximar-nos sempre mais da felicidade, como exige a nossa natureza. Esta é a economia do Evangelho.

Se o homem fosse mais inteligente poderia calcular que o método da justiça é muito mais vantajoso do que o da força que é pouco seguro e de escassíssimo rendimento, porque carregado de atritos que absorvem meios e desperdiçam energias. Mas com a evolução se chegará a compreender também isto! E quanto a vida resultaria facilitada substituindo o método do Evangelho àquele do mundo. É fácil imaginar que produtividade imensa se poderia obter do esforço humano, quando fosse dirigido só ao trabalho, em vez de o ser à guerra. Mas para chegar a compreender é necessário uma maturação evolutiva ao alcance da qual se exigem milênios de fatigantes e de dolorosas experiências. A idéia da existência de uma Lei não é nova, é, porém nova a idéia de meter-se a estudá-la para conhecer-lhe o conteúdo e a técnica funcional, aprendendo, assim, a manejá-la com habilidade, e a calcular os efeitos das próprias ações. Por que o homem ainda não consegue compreender que todos os males que se abatem sobre ele são causados por ele próprio, devido ao seu errôneo comportamento no seio de uma ordem perfeita?

É necessário compreender que existimos dentro e como elementos constitutivos de um organismo universal que funciona segundo normas precisas. Daí a necessidade de nos comportarmos com disciplina conforme esta ordem. Acontece, porém, que agimos às avessas, provocando desordens, das quais assim se satura a nossa vida. Ora, um estado de ordem é entendido como positivo, favorável a nós, regurgitante de vida, de bem, de felicidade; enquanto um estado de desordem é entendido como negativo, inimigo, portador da morte, de mal, de dor.

Disto se vê quão erradamente calculamos os nossos assuntos quando praticamos o mal. Fazê-lo é andar contra si próprio, é um carregar-se de dores, é um suicídio. Damos prova de termos a forma mental emborcada, própria do AS, se continuamos a crer que a egoística e exclusiva procura da própria

vantagem em prejuízo de outros nos possa trazer alguma utilidade! Mas precisamente isto prova que estamos emborcados no AS. O caso seria desesperador, uma cegueira sem salvação, se a função da evolução, à qual afortunadamente estamos ligados, não fosse a da reconstrução da ordem e portanto das qualidades positivas, a nós favoráveis. A fórmula da salvação é muito simples, é "Reingressar na ordem". Eis a solução de todos os males.

O estudo do pensamento que dirige esta ordem nos pode levar à descoberta de leis biológicas novas, vigentes em mais altos planos de evolução e diferentes daquelas que já conhecemos, em vigor nos planos mais baixos. Trata-se de leis que nos guiarão no futuro e que tomarão o lugar daquelas que nos guiaram no passado e nos guiam no presente. Podemos então prever sistemas de funcionamento da sociedade humana e, no âmbito desta, de comportamentos individuais, completamente diversos dos atuais. É lógico que, a uma nossa ação com métodos de tipo S, a Lei responda com uma forma positiva e favorável, pela mesma razão pela qual a uma nossa ação com métodos de tipo AS, a Lei hoje responde numa forma negativa e desfavorável. Se isto acontece hoje, é porque a nossa ação é de tipo AS. Isto significa que sucederá o contrário quando a nossa ação for de tipo S. Eis que a chave de nossa felicidade está em nossas mãos, porque ela é um problema de método de vida.

A diversidade de rendimentos em vantagem do homem está no fato de que no sistema do mundo os esforços individuais, dirigindo-se em direções contrárias, se destroem reciprocamente, enquanto no do Evangelho se coordenam e se somam. Isto é devido ao fato de que quanto mais se retrocede evolutivamente, tanto mais se mergulha no separatismo do AS e respectivo estado caótico de desordem, e quanto mais se avança evolutivamente, mais se sobe em direção à unificação do S e respectivo estado orgânico de ordem. No primeiro caso nada é garantido porque se vive de esforço e de ameaça numa contínua incerteza do amanhã.- No segundo caso tudo é garantido, previsto, pré-ordenado. Trata-se de uma economia bem mais vasta e completa, na qual entram em jogo elementos imponderáveis que escapam ao homem atual devido à ignorância que o caracteriza e que é causa dos seus erros e dores.

* * *

Se esta outra economia se perde no imponderável, porque seus valores são desta ordem, isto não quer dizer que eles não sejam reais, e que não exista para eles, como para os do mundo uma conta corrente para administrá-los. A economia humana conhece só o valor do dinheiro e alguns outros bens que com o mesmo se podem adquirir. Mas também existe uma outra economia que conhece uma gama de valores. muito mais extensa, de modo que para administrá-la há um sistema bancário mais complexo, que comporta investimentos, depósitos e cobranças, débitos e créditos de outro tipo, mais variados e múltiplos conforme uma exata contabilidade. Tais bancos administram também outros valores como saúde, afetos, nossas alegrias ou dores, como regulam os impulsos no percurso das forças positivas ou negativas determinando o nosso destino.

A presença destes diferentes sistemas bancários pode conduzir a estranhas posições e compensações, pelas quais pode-se alcançar a riqueza num gênero de valores, permanecendo pobre num outro. Assim, é possível sermos economicamente pobres mas ricos em todo o resto, e economicamente rico, mas pobre em todo o resto. Por exemplo, um milionário pode morrer dilacerado de câncer, desesperado por desavenças familiares, ou destruído por um desastre, no meio de riquezas que de nada valem para salvá-lo, enquanto um pobre operário pode viver longamente, cheio de saúde, de afetos familiares, até que a morte o pegue, já velho mas tranqüilo no seu leito, cercado dos entes queridos. Isto porque pela sua reta conduta passada, este último, graças à sua honestidade, depositou sabiamente num banco muito especial o correspondente tipo de valores de que agora dispõe a seu crédito, mesmo se economicamente pobre, enquanto o contrário acontece com o rico.

Como se vê, nesta administração entram também os valores morais e espirituais, sem dúvida alguma fundamentais na vida, os quais o homem de negócios não aprecia o suficiente. Pode então acontecer que uma riqueza — por ter sido alcançada com fraude — represente apenas uma dívida a pagar. É assim que a retidão nos negócios pode constituir um elemento positivo de produção para vantagem de

quem a pratica. Hoje pouco se cuida destes valores, mas eles podem ser analisados e calculados em sua gênese, estrutura e desenvolvimento, pelas leis que os guiam, até nos efeitos que produzem.

Tal administração é justa e exata, dá tudo aquilo que nos cabe e inexoravelmente exige tudo que lhe é devido, isto em todos os setores da vida. Assim ela paga e faz pagar, no momento justo do destino do indivíduo, tudo quanto é útil para o desenvolvimento. Trata-se de uma economia universal, de substância, que abraça todas as qualidades e necessidades da personalidade humana, todas as forças que nela se movem. Quando se caminha em direção ao mal, nesta contabilidade se forma um vazio que exige ser preenchido, um débito que necessita ser pago. Cada abuso gera uma carência, cada bem realizado cria o correspondente crédito. A conta é pessoal, do indivíduo perante a Lei.

Ai de quem rouba violando os justos equilíbrios. O débito fica escrito na conta e não se cancelará enquanto não seja resgatado. Não se trata de religião ou de fé, mas de uma realidade positiva que a mais sutil ciência do futuro descobrirá e analisará, explicando-lhe o funcionamento. Novos astronautas do espírito se lançarão nestas regiões do ser, ainda inexploradas e desconhecidas. Então cada um poderá seguir no tempo o desenvolvimento do próprio destino e pesquisar o caminho dos efeitos de cada ação. Cada prazer-desordem é assinalado na coluna de nosso dar como débito a pagar porque anti-Lei, negativo para a nossa salvação; e cada dor-reordenação é assinalada na coluna de nosso haver, como crédito a receber, porque, segundo a Lei é positivo à nossa salvação, como ação corretiva da distorção provocada.

Então — e só então — tendo sido estabelecidas as devidas condições, poderá entrar em função a Divina Providência, que de outra forma não poderia atuar. Então — e só então — pode realizar-se a evangélica promessa pela qual tudo o mais nos "será dado por acréscimo", que no mundo parece um absurdo, por faltarem os elementos indispensáveis à sua realização. Daí poder-se ver quanto seja diversa da humana a economia do Evangelho, e como — quando se lhe observem as regras — automaticamente se realize, tanto que se lhe pode prever o rendimento, coisa que na Terra parece impossível. Isto porque não se trata aqui de surrupiar algo não merecido, e sim do direito de exigir um crédito. A Lei não pratica injustiças e não dá nada de presente. Então se ela provê, isto quer dizer que se trata de um ato de justiça. De fato a Lei nega tudo quando não foi merecido. Como se pode então pretender que uma tal Providência funcione na Terra, onde se procura usurpar sem nada merecer? É certo que ao homem agradaria ser servido sem ter feito o esforço necessário a conferir o mérito. Mas também este mecanismo tem a sua técnica, de modo que, se não se lhe respeitam as regras, ele não funciona.

Eis que, com aquelas suas paradoxais afirmações, o Cristo do Evangelho nos expressou com simplicidade o funcionamento de uma Lei que não notamos porque entre nós não funciona, simplesmente porque não a conhecemos e assim não a observamos. Em primeiro lugar, Cristo, com aquelas palavras, afasta as preocupações que são a característica do método do mundo, deste se separando, assim, nitidamente, ao adotar um princípio oposto. Pode ver-se daí quanto o Evangelho esteja longe daquela interpretação toda humana, segundo a qual ele, conciliando a não preocupação, pareceria encorajar a despreocupação de quem inconscientemente se mete, por sua culpa, em apuros e depois pretende que Deus o salve. O não preocupar-se não significa desfrutar e abusar para depois fazer-se servir.

Neste capítulo, seguindo o Evangelho, sustentamos um método de vida e uma técnica de conduta que não coincidem com os do mundo. Trata-se de uma nova moral que se substitui à vigente feita de cálculos humanos, cheios de astúcias e de egoísmo, que nada têm, contudo, de positivo. Nesta nova moral os movimentos das forças lançadas em órbita e que encontramos em ação são calculáveis, a tal ponto que é possível controlar os efeitos que essas forças produzem, tanto em sentido positivo como em sentido negativo.

A moral torna-se então um fato preciso em cada ação, pois a Lei é um fenômeno susceptível de observação e experimentação que pode ser averiguada a cada instante, em nós e fora de nós. A justiça torna-se então uma realidade biológica, porque representa o princípio base da Lei, o que significa que essa justiça possui uma potência maior do que todas aquelas de que o homem pode dispor. Vê-se então que a

desordem existe só na superfície, na periferia, isto é, no AS, pois quanto mais se penetra em profundidade em direção ao Centro onde reside o S, mais evidente se encontra a Ordem e a Justiça de Deus. Vê-se assim funcionar a lei do ricochete, pela qual tudo o que se faz retorna da mesma forma com que foi feito ao protagonista da ação. Quem quiser submeter tal processo a análise no laboratório da vida, poderá verificar a eficácia de tal técnica funcional.

Confortem-se, então, os amantes da justiça, porque, dentro em breve, serão descobertas as leis exatas de uma moral positiva cientificamente verificável, na qual resultarão provados os resultados de qualquer tipo de ações. Então a religião será um problema de razão e de ciência e não de fé. O juízo final sobre as nossas ações como sobre as suas conseqüências serão previsíveis à partida, através de deduções matemáticas como sucede ao se colocarem as causas. Isto porque se poderão calcular as órbitas que percorrem as forças por nós postas em movimento como se determina com antecedência a órbita a percorrer nas viagens interplanetárias.

XVI

VALORES ESPIRITUAIS

O problema da não resistência. A liquidação dos bons. A resistência passiva. O dualismo macho-fêmea. A personalidade de Cristo. O Evangelho, código moral que o tipo masculino repele, enquanto o tipo feminino o aceita. Como a Lei alcança: os seus fins. Cristo - mais leão do que cordeiro - fala aos fortes para: corrigi-los. Um novo passo para a frente na compreensão do Cristo. Salvar os valores do passado.

Esgotado o tema da não-previdência, tratemos agora da não-resistência. Já referimos a este respeito as palavras do Evangelho de S. Lucas: "A quem te bate numa face, oferece a outra" (...). Consideremos agora o trecho do Evangelho de S. Mateus, que nos permitira penetrar mais a fundo no âmago da questão. "Vós ouvistes que foi dito: Olho por olho, dente por dente Mas Eu vos digo que não deveis opor resistência a quem vos fizer mal. E se alguém te bater na face direita, oferece-lhe também a outra; e a quem quiser chamar-te em juízo para tirar a tua túnica, dá-lhe também a capa. E se alguém quiser obrigar-te a caminhar uma milha, anda com ele duas".

Dá a quem te pede e não voltes as costas a quem quer de ti um empréstimo. Ouviste que foi dito: Amarás ao teu próximo e odiarás ao teu inimigo. Eu, pelo contrário, vos digo: amai aos vossos inimigos, fazei o bem aqueles que vos odeiam e orai por aqueles que vos perseguem e vos caluniam" (...).

Logo retornam a mente — a respeito deste problema da não resistência — as mesmas considerações expressas a propósito da não-previdência. É certo que num mundo de assaltantes as exortações de Cristo poderão ser-lhes motivo de muito agrado, porque adaptadíssimas para imobilizar suas vítimas e para tirar maior proveito de sua paciente virtude. Também aqui surgem as mesmas objeções nascidas — a propósito do problema da na não-previdência — sobre a inaplicabilidade da doutrina de Cristo à realidade da vida. Se esta se baseia sobre um sistema de luta, como é possível praticar

a não resistência, sem que isto se resolva num suicídio? Ainda neste caso o Evangelho se nos apresenta em contradição com as leis da vida. O método evangélico é então um método para chegar à liquidação dos bons e para, às suas custas, fazer sobreviver os piores? Como Cristo pode dizer aos primeiros: "Não vos defendais para sobreviver — como teríeis direito de fazer, porque sois os melhores — mas deixai-vos destruir, a fim de que vivam os piores? Isto redundaria em combater os melhores, entregando-os, amarrados, nas mãos deles. Então esse Evangelho pareceria estar contra a Lei de Deus porque em vez de proteger a evolução como quer a mesma lei, parece proteger quem quer abandonar-se a uma descida involutiva. Isto representaria um emborcamento no absurdo.

Também neste caso, para sair do labirinto das objeções e aparentes contradições, devemos, primeiro, procurar compreender. Nos perguntamos então: A quem se dirigia Cristo, aos bons ou aos maus, aos fracos ou aos fortes, aos agredidos ou aos agressores? É certo que Cristo falou a estes últimos — os mais rebeldes — para corrigi-los, os quais são, todavia, os menos dispostos a obedecer-Lhe, enquanto mais dispostos a isso são os que, por serem bons e fracos, teriam, de preferência, necessidade do conselho oposto. Em geral quem dá a bofetada é o tipo forte, macho, ativo, de signo positivo, quando escuta o Evangelho; e quem está disposto a escutá-lo e recebe bofetadas na outra face é o tipo fraco, feminino, passivo, de signo negativo. Mas é paradoxal que — na prática — o Evangelho, que é a Lei do amor, se resolva a afirmar uma moral tão feroz. É, com efeito, impossível que a aplicação do Evangelho leve a resultados tão pouco evangélicos. Deve, por isso, haver um erro de interpretação pelo fato de os conceitos estarem fora do seu devido lugar. A solução não pode consistir em repelir o Evangelho como errado, mas em explicá-lo.

Esclareçamos, antes de mais nada, o conceito da não resistência. Não será que na sua condenação o Evangelho inclui também a da resistência passiva? Ora, o fato de ser passiva, não significa que deixe de ser resistência. Ela não representa a não-aceitação da luta para chegar, através de uma recíproca compreensão, a um acordo e — por esse caminho — à pacífica convivência, mas é este um particular tipo de luta, para vencer sem nada ceder ao opositor. A própria palavra "resistência" expressa a idéia de oposição. Só que esta não reveste a forma de ataque ou de violência, consistindo em negar concessões, não respondendo com contra-ataques e sim, com a própria imobilidade. Mas, em substância, esta resistência passiva continua sendo reação e oposição. Assim, a passividade de tais atitudes não significa pacifismo. Trata-se de um método de luta pelo qual não se tem a mínima intenção de renunciar aquilo que se quer, sacrificando-se pelos outros, pois, tenciona-se vencer como deseja o violento, embora apenas pelo sistema da tenacidade em manter sua própria posição em sentido contrário. Eis então que na eventual condenação do Evangelho haveria de se incluir também este tipo de resistência.

O método de vida baseado no princípio da não resistência, como o aconselhado pelo Evangelho, investe pois, em profundidade, as leis biológicas, devido ao fato de colocar-se nitidamente em antítese à conhecida lei fundamental da luta pela seleção. Observemos agora aquele princípio evangélico sob este aspecto. O nosso mundo é dualista, por não representar senão um aspecto do dualismo universal, cujos fatores componentes — um positivo e o outro negativo — correspondem ao macho e à fêmea no plano biológico, sendo o primeiro de tipo ativo, capaz de iniciativas, inovador, e o segundo, passivo, receptivo, conservador. Um exemplo concreto pode ser visto tanto no comportamento de dois termos opostos e complementares, quais o espermatozóide e o óvulo-celular, como na luta do macho para eliminar o outro macho, elementos do mesmo signo.

Este conduz a dois diversos métodos de vida. Um utiliza uma técnica de tipo masculino, positivo, outro utiliza uma técnica de tipo feminino, negativo. Não é que uma seja melhor e mais justa do que a outra. Trata-se só de dois aspectos do mesmo princípio dividido em duas formas opostas e complementares, feitas para compensar-se reciprocamente ao acoplarem-se, reconstruindo a unidade. Ambas se propõem ao mesmo fim: a defesa da vida. Pois bem, propõe-se o Cristo a regular com normas morais a técnica do tipo masculino, deixando na sombra a do outro tipo. Explica-se esta preferência pelo fato de — até ontem — ter sido o macho, na raça humana, o seu protagonista, iniciador e diretor,

enquanto a mulher era a sua cópia, sua seguidora, em tudo a ele submissa. Isto era verdadeiro sobretudo nos tempos de Cristo, quando a mulher era um objeto de posse do macho, e como tal, destituída de qualquer direito para que pudesse ser tomada em consideração.

Fica, assim, fora de dúvida que Cristo, como homem, representava o tipo viril, afirmativo, criador. Seu exemplo e sua moral, pois, não podiam seguir outro modelo. E por isso que, quando nos quer mostrar o caminho da salvação, Cristo golpeia, para eliminar os defeitos de tipo masculino, mais do que os de tipo feminino. As tentações a que Ele próprio foi submetido eram do primeiro tipo. Satanás não lhe oferece ócios, mulheres ou banquetes, mas glória, poder, domínio sobre todos os reinos do mundo. A maior tentação que Cristo venceu foi a de tornar-se Rei da Terra, chefe de uma rebelião política. Vejamos como Ele se inflama de sagrado furor quando expulsa os vendilhões do Templo e também quando investe contra os ricos, e sucessivamente contra os Fariseus, dos quais denuncia, todas as culpas. Contra os primeiros não se cansa de dizer: "Ai de vós, ricos". Numa só página do Evangelho de S. Mateus, Cristo repete sete vezes a invectiva: "Ai de vós, Escribas e Fariseus, hipócritas". Trata-os de tolos e cegos. de serpentes e raça de víboras! Encontramos portanto uma terminologia que não deixa dúvidas.

São estes os pecados típicos do macho. Como se comporta Cristo perante os pecados não menos graves, mas de tipo feminino? Vêmo-lo no caso da Madalena arrependida. Eis que um dia levam a Cristo uma mulher surpreendida em adultério. Em vez de acusá-la, Ele se dirige aos machos, igualmente responsáveis, fazendo com que eles próprios reconheçam serem também culpados e — como tais — sem o direito de lançar a primeira pedra. Volta-se, em seguida, para a mulher, e fazendo-lhe notar que ninguém a condenou, tranquiliza-a dizendo-lhe: "Nem eu te condeno". Enfim, a despede, aconselhando-a apenas a não pecar mais. Não podia ser mais evidente a diversidade de tratamento de que Jesus deu prova nesses dois casos.

Isto nos mostra que devemos reconhecer no Evangelho um código moral de tipo viril como viril era o seu protagonista. Por isso existe um Evangelho com norma de vida para o homem, mas não existe um Evangelho volvido a servir como norma de vida para a mulher. Nas condições de inferioridade e até mesmo de quase nulidade em que versava a mulher no passado, um Evangelho feito para ela é impensável. Segue-se disso que os defeitos visados pelo Evangelho são os de tipo masculino e não os de tipo feminino. Por este tipo queremos caracterizar a pessoa que possui qualidades de temperamento opostas à do macho, mesmo sendo homem normal. Com efeito, há homens de tipo doce, obedientes, sentimentais, introvertidos, passivos, enquanto há mulheres de tipo audacioso, rebelde, calculador, extrovertido, dinâmico. Tudo isto sem interferir de nenhum modo com o sexo. O dualismo permanece, mas não está ligado à forma física. A diferença não está, pois, na forma física, mas na estrutura da personalidade. Eis então que o Evangelho golpeia os defeitos de tipo masculino, seja onde for que se encontrem.

Ora, acontece que o Evangelho atual é apresentado como unidade de medida para todos, isto é, para ambos os tipos, mesmo que ele seja feito só para um. Segue-se disso que o tipo feminino não se encontra aí, fustigado nos seus defeitos, que são diversos em relação aos do macho, os únicos — no mesmo — alvejados. O Evangelho diz que se deve amar e a mulher não deseja nada de melhor; o Evangelho fala ainda em pobreza, e a mulher esta habituada a deixar o macho possuir tudo, cabendo a este fazer os negócios e protegê-la. Diz ainda o Evangelho: Não vos preocupeis! E a mulher é feliz que se preocupe quem a protege. O Evangelho fala ainda em não resistência. Ora, a mulher foi sempre — até hoje pouco tempo — habituada a suportar a prepotência do macho, e é, até biologicamente — construída para funções que não são as da luta. E assim por diante... Suas virtudes naturais são: paciência e resignação, de modo que ela se encontra — conforme o Evangelho — naturalmente virtuosa.

O que isso significa? Se bem observamos, veremos que na realidade da vida o fator base de cada escolha ou de cada ação é estabelecido pelo tipo de impulsos oriundos das forças constitutivas da nossa personalidade. Este é o ponto de partida, o antecedente instintivo, axiomático, com o qual tudo o que vier em seguida haverá de conformar-se. Assim os princípios, a moral, os ideais são escolhidos,

ajustados e aplicados para este fim, isto é, o de cada um satisfazer os impulsos e as exigências da própria personalidade. Preferem-se, deste modo, e defendem-se os princípios que se revelem para a mesma edificantes, isto é, capazes de fazer com que suas qualidades sejam julgadas virtudes e não defeitos. Em suma, se preferem os princípios que possam servir de manto para embelezar e de coberta para esconder. Neste sentido, para defender a vida, provê instintivamente o subconsciente.

No caso em questão dá-se, então, o seguinte: o tipo macho repele o Evangelho, que lhe fustiga os defeitos, enquanto o tipo feminino aceita o Evangelho, pelo qual não se sente castigado em seus defeitos, pois lhe permite satisfazer os próprios impulsos sem ter que ser condenado. Que há de melhor do que encontrar guarida num texto tão excelso quase universalmente reconhecido como a própria palavra de Deus? Explica-se, por isso, facilmente a espontânea aceitação feminina da moral evangélica e a não menos espontânea e convicta repulsa masculina da mesma.

Vemos assim que, independentemente do sexo, as igrejas são de preferência freqüentadas por indivíduos do primeiro tipo, pois ali se encontram à vontade. Vai ali quem crê e reza, esperando do Onipotente a proteção para a sua fraqueza, assim como a mulher a espera do macho. Mas muito menos se sente atraído a seguir-lhe o exemplo o indivíduo de tipo macho, que prefere resolver seus problemas por si próprio, sem pedir ajuda ao mundo celeste.

Ora, acontece que eles fazem isto inconscientemente, sem se darem conta do engano, nem podem ser culpados por isso. Este fato, porém, não pode impedir à Lei de cumprir sua função, que consiste em corrigir o erro. Por isso, a Lei reage na forma que corresponde ao comportamento do indivíduo, ou seja, no caso do macho anti-evangélico, deixando-o sozinho e baratinado a mercê da luta, conforme exige o seu caráter orgulhoso e auto-suficiente; e no caso da fêmea — que pretenderia desfrutar o Evangelho usando-o à guisa de um manto protetor para esconder seus defeitos e aparecer virtuosa — desilude-a em sua vã expectativa. Assim a Lei coloca cada coisa no seu devido lugar.

Neste trabalho também o tipo fêmea cumpre a sua função útil. A Lei confia a este tipo a tarefa de mostrar, a cada passo, o Evangelho ao tipo macho, a fim de que o aplique, o que redundará em toda vantagem da fêmea para a sua própria defesa. Assim para ser utilizado como escudo protetor do fraco, o Evangelho encontra neste um defensor, que tenazmente o propõe, no seu próprio interesse ao oposto tipo macho que acaba usando o Evangelho para o seu verdadeiro fim, isto é, para a correção dos defeitos do macho. Finalmente, permite a Lei que se faça do Evangelho o uso que se quiser; mas não admite ser defraudada no escopo que constitui sua razão de ser. Assim também aquela ambígua posição de mal-entendido dá, nas mãos da Lei, o seu justo rendimento.

A este expediente de utilizar o Evangelho para disfarçar seus próprios defeitos, não só recorrem os indivíduos, mas também os povos. Desse modo, os povos fracos, de tipo feminino, para esconder a própria inércia se fazem evangélicos, espiritualistas, pacifistas, e se vangloriam daquela sua virtude perante os povos de tipo másculo, vigorosos, laboriosos, acusando-os de serem anti-evangélicos, materialistas, guerreiros. Mas isto não impede que a Lei funcione, pela qual os fortes acabam destruindo-se a si próprios e os fracos afundando-se na lama. É assim que a Lei, como agora dizíamos, reage do mesmo modo com que é violada e tanto os indivíduos quanto os povos, todos pagam cada um a seu modo na proporção de suas próprias culpas. Mas entretanto a Lei se realiza também no sentido em que os povos femininos, propondo tenazmente, para sua defesa, o Evangelho, aos povos másculos, os induzem a tomá-lo em consideração e assim a emendar-se dos seus defeitos anti-evangélicos.

Vimos que há correspondência entre defeito e tipo de correção. Isto porque o objetivo da Lei é corrigir e não punir, e sem esta correspondência ela não poderia cumprir a sua função retificadora. E como se para cada defeito houvesse um específico anticorpo, atraído para o ponto que lhe corresponde e com a função de eliminá-lo. Verifica-se, assim, também no campo moral um jogo de ação e reação semelhante aquele que se verifica no campo fisiológico, no caso do assalto microbiano, no ponto de menor resistência do organismo, exatamente para corrigir a sua fraqueza que naquele ponto o torna vulnerável.

* * *

Vimos neste capítulo como se comportam o tipo viril e o tipo feminino perante o Evangelho, para resolver o grande problema da sobrevivência na Terra, conforme as leis desta. O primeiro repudia o Evangelho e se defende com a sua força. O segundo procura com astúcia uma proteção, fazendo desse Evangelho um escudo contra os fortes, de maneira a corrigir-lhes a prepotência. É este o uso que as massas fizeram daquela doutrina. Às massas não se podia negar o direito de fazer da mesma o uso que mais agradasse às suas necessidades, porque a vida não pode aceitar o que não é utilizável para o seu desenvolvimento.

A muitos agradou imaginarem um Cristo todo doçura e sentimento, que se sacrifica por amor, enquanto a sua doutrina é a do tipo viril. Se na mesma doutrina apareceu a oposta nota feminina, isto não foi porque Jesus tivesse esse caráter, mas porque a conduta do suave cordeiro se lhe impôs em obediência à Lei, e então, colocando-se como exemplo, para ensinar aos homens como Ele — porém unilaterais na sua vontade de afirmação — o equilíbrio e a integração com as qualidades opostas às suas.

Cristo era um forte. Vêm-me à mente a este propósito as palavras de Gibran Khalil Gibran no seu volume: **Jesus, o filho do homem**. "Dizem que Jesus de Nazaré era humilde e manso (...). Me sinto mal e as minhas vísceras se agitam e se rebelam quando ouço os débeis de coração chamar Jesus de humilde e manso para assim justificar suas próprias fraquezas (.....). Sim, o meu coração se sente mal perto de tais homens" (...). Cristo era um forte. Mas é necessário entender em que sentido, Ele não o era no comum sentido do baixo nível animal, mas em alto nível espiritual. Cristo era um forte, mas de uma potência de alma, muito diversa da humana força bruta tendente à violência.

Cristo fala aos fortes, denuncia-lhes as culpas, é a eles que diz para oferecerem a outra face, para não desencadear uma luta. Dizer isto aos fracos não teria sentido, porque eles não têm a força para reagir e lutar. Trata-se do comando de um domador, comando que pode dirigir-se ao lobo e não ao cordeiro. Conselhos de brandura podem-se dar ao primeiro, não ao segundo. O freio pode servir para quem correr demais, não para quem não tem força para caminhar. Para este é necessário um impulso e não um freio, é necessário dizer-lhe: "Move-te"! e não "Paciência"!

Assim o mundo imaginou um Cristo a seu modo, adequado a seus próprios gostos. Isto não foi traição, porque foi uma necessidade. Sem isto Cristo não teria sobrevivido na memória da humanidade, que não se teria interessado por quem não fosse útil para o seu desenvolvimento. De outra forma o Cristo não teria podido cumprir a sua missão. Está de acordo com as leis da vida se até hoje o Cristo ainda não foi realmente entendido, mas como mais agradava era também útil para todos que assim aparecesse. Um Cristo tal qual Ele foi realmente e proposto com aquela plenitude, não teria sido assimilável até hoje. Então a do passado pode ser considerada como uma primeira aproximação da plena compreensão do Cristo, à qual se poderá um dia chegar por ulteriores e mais exatas aproximações.

Esta visão do fenômeno não retira em nada o valor da antiga interpretação do Cristo, enquanto a considera a melhor possível no seu tempo, pois, reconhece a sua relativa duração histórica, e daquele passado justifica a superação, confirmando o valor de suas sucessivas e sempre mais perfeitas aproximações. É natural e ninguém deve surpreender-se que, pelo fato de ter atingido um mais alto grau de maturidade intelectual, a Humanidade de hoje procure dar uma interpretação do Cristo, mais exata e completa em relação à do passado. É com tal método que uma figura e uma doutrina podem ficar sempre aderentes à vida, vivas como esta é, fugindo ao envelhecimento graças a uma ulterior renovação.

Para que as finalidades da vida possam ser alcançadas é necessário que possam combinar-se entre si a figura do profeta com a sua doutrina de um lado, e a vida com as suas exigências, do outro. Assim sendo, um profeta, destinado a afirmar-se com o cumprimento da sua missão, não nasce ao acaso, mas no justo momento em que a vida tem necessidade dele para alcançar os seus próprios fins, porque ela poderá corresponder-lhe, valorizando-o, ou seja dando pleno rendimento ao seu esforço. Para poder alcançar tal resultado deve existir proporção e afinidades entre o pensamento e a ação deste por um lado,

e o momento histórico por outro. O inovador deve propor à vida alguma coisa que lhe seja útil, quando se quiser que esta o aceite e o secunde.

O progresso de uma religião é uma obra coletiva na qual colaboram vários elementos. Em primeiro lugar surge o profeta inovador, depois nasce a sua doutrina, em seguida uma religião se organiza veiculando-a e dirigindo assim as massas que a aceitam. Trata-se de um processo unitário, para o qual concorrem vários elementos, movidos pela finalidade comum de fazer avançar a vida sob um seu determinado aspecto.

Isto é o que se deu com Cristo. A construção terrena do organismo da Igreja prova sua aceitação por parte das massas humanas. A função de uma Igreja no desenvolver-se deste fenômeno religioso é a de conservar e difundir, administrar e dirigir com autoridade, mas sabendo ainda auscultar e secundar os impulsos do subconsciente coletivo no qual se exprime a vontade da vida que é a força propulsora do fenômeno. Se a Igreja quiser sobreviver, não pode deixar de seguir e satisfazer aquele subconsciente.

Com o amadurecer das massas também as verdades eternas mudam, apesar de continuarem a chamar-se eternas. Desse modo a corrente inovadora da vida domina tudo, mesmo que venha a ser moderada pela função conservadora da Igreja, necessária para garantir uma certa estabilidade nas inovações. É assim que hoje, para fazer sobreviver o Cristo em nosso mundo, pode ser necessário substituir a velha interpretação da sua figura e doutrina, isto é, o velho Cristianismo, para recomençar, desde o fundamento, com uma outra interpretação mais correspondente aos tempos novos.

As condições de vida e de ambiente que mudaram e o desenvolvimento da inteligência fazem agora ver como são inadequados os velhos métodos cristãos, pelos quais muito se culpa o clero. Deve-se, porém, reconhecer que um Evangelho vivido integralmente — conduzindo a um santo suicídio — teria impedido à Igreja de cumprir a sua função. Dados os tempos que teve de atravessar, se ela não se tivesse adaptado ao mundo, não teria podido fazer chegar Cristo até nós. Eis que a Igreja é justificada se as necessárias adaptações às condições históricas e sociais dos tempos passados levaram-na às vezes a contradizer o próprio Cristo. Deveria então concluir-se que o erro está na doutrina dele? Uma tal hipótese é absurda e seria meter-se contra as leis da vida se jogássemos fora em bloco uma tão preciosa série de valores espirituais que tanto custou para que fossem erguidos e que iriam, irremediavelmente, ser perdidos, pois nada teríamos para oferecer em lugar deles.

XVII

FINALIDADES DA VIDA

Os dois métodos de viver: em função do presente ou em função do futuro. A lógica da loucura da Cruz. O evoluído sente a presença da Lei. Quem vence no mundo com a força, perde; e quem paga à Justiça Divina, vence, porque evolui. A função evolutiva da dor, trabalho de purificação e instrumento de salvação. A técnica da redenção.

Iniciamos o capítulo precedente expondo, com respeito ao princípio evangélico da não resistência, dúvidas que ainda não tínhamos dissipado. Em tais casos não existe senão um meio: o de

compreender como funciona o fenômeno. Uma primeira observação: se em tal matéria o Evangelho pode parecer um absurdo perante as leis biológicas do planeta vigentes para o homem, não se pode negar a verdade daquele espírito de redenção de que esse Evangelho está perpassado, que assim se afirma como princípio basilar de evolução. Trata-se de purificação de tudo o que está em baixo, de natureza inferior, ascendendo do AS ao S. Isto é um dinamismo sadio, construtivo, vital. Eis que não se pode negar o valor biológico do Evangelho, porque a doutrina da redenção o coloca em posição central, na vida, em pleno acordo com a lei do seu desenvolvimento.

Mas isto não basta para sanar aquelas dúvidas. A primeira vista, não conseguíamos compreender porque o Evangelho quis fazer do homem um derrotado, um vencido; em vez de um vitorioso, um vencedor; dado que, perante as leis de nosso mundo, isto é absurdo, antivital. Eis que devemos explicar a lógica deste modo tão estranho de elevar a virtude o que para a vida é um grave defeito que, de fato, ela pune com duras sanções. Mas por que Cristo nos quer derrotados em vez de vencedores? Tenciona Ele ir contra a vida? Seria, assim, a sua mensagem uma mensagem negativa, de morte? E se Ele quer andar em direção à vida, porque então nos propõe a Cruz? Como eliminar tais contradições?

Procuremos compreender. A vida pode ser entendida de duas maneiras e ser assim dirigida para duas diversas finalidades: ou vivemos para realizar-nos imediatamente na Terra tais quais somos, conforme nossos próprios instintos; ou então para alcançar amanhã — através do superamento desses instintos — um outro tipo de vida, num plano evolutivo mais alto. O primeiro caso é o do involuído que na sua ignorância não vê outra coisa senão os limites do AS do qual não pensa sair, nele se debatendo a procura de felicidade. O segundo caso é o do evoluído que entrevê, para além aos confins do AS, o S, do qual procura aproximar-se, lutando e sofrendo para alcançar nele uma verdadeira felicidade. Todos igualmente a procuram, mas em planos e modos diversos. Mas, por ser a meta de todo o caminho evolutivo, ela está longe em ambos os casos. A realidade presente não a pode conter porque esta é feita de AS onde só há lugar para a infelicidade. Em ambos os casos prevalece a dor. Com efeito, quanto ao involuído, o que ele recolhe é desilusão e insatisfação, e quanto ao evoluído, seu programa de vida não pode ser senão renúncia e esforço de conquista, ou seja, exatamente o programa da Cruz, realizado por Cristo. Em ambos os casos é natural e insuprimível a presença da dor, porque a posição atual e consequência do emborcamento do S no AS.

Pois bem, tratando-se de dois modos de viver que estão nos antípodas, um do outro, porque próprios de dois opostos — o AS e o S — é lógico que o segundo pareça absurdo para quem segue o primeiro. E parece-lhe tal porque, como involuído fechado no AS, não construiu ainda os olhos necessários para ver aquilo que o evoluído vê, estando no S. E pelo fato de este ver, que para ele resulte lógico o que para o outro, que não vê, resulta absurdo. Assim se explica como a doutrina do Evangelho encarada por quem pertence a este mundo parece um absurdo. Pois, quem está evolutivamente em baixo não sabe ainda conceber a presença do S e o valor do esforço para chegar até lá. Este detesta as vias do superamento, enquanto o evoluído deseja percorrê-las. Com efeito, no AS são as próprias leis involuídas de tipo animal, ali vigentes, que amarram o ser, fechando-lhe os caminhos de superamento que são bem mais estreitos quando se está em baixo e que tanto mais se abrem à medida que se sobe de nível evolutivo.

A grande diferença entre o modo de viver do mundo e o tão diverso proposto por Cristo, está no fato de que o primeiro é de tipo AS e o segundo de tipo S, mesmo porque o S está longe e se trata, logicamente, de uma tentativa para avizinhar-nos da realização deste novo modo de viver. Entre os dois métodos existe a mesma oposição que distingue o positivo do negativo. Pela própria oposição desses dois métodos, é fácil imaginar que contraste pode nascer quando eles se defrontam, isto é, quando alguém se propõe a viver o Evangelho neste mundo. Isto redundaria então numa verdadeira loucura. Mas agora que desvendamos este mistério, bem podemos compreender como por parte de uma mente, logicamente desperta, possa a loucura da Cruz ser encarada como sublime sabedoria.

É evidente que o homem do mundo não pode compreender esta estranha psicologia que aponta para realizações longínquas. Entretanto, se é verdade que a vida evolui, estas outras metas a alcançar representam um fato positivo, como tal é a necessidade da dolorosa fadiga da evolução para chegar até elas. É, pois, bem lógico que tudo isto venha a ser levado em conta, logo que se alcance um estado de consciência que nos permita compreender. Trata-se, aqui, então, de desenvolvimento mental, sendo que só para quem o alcançou é compreensível a filosofia da Cruz. Assim, para quem compreende isso, resulta evidente a diferença de amplitude visual entre os dois pontos de vista, sendo o primeiro dirigido a pequenos escopos imediatos, e o segundo visando metas de vastidão cósmica, podendo-se disto inferir quão alto grau de consciência seja necessário para que se possa optar pelo modo de viver proposto por Cristo.

Como é, então, que vê o mundo o evoluído que alcançou este estado de consciência a ponto de ser capaz de compreender e viver o Evangelho? Exatamente por esta sua aproximação evolutiva do S que se tornou o principal objetivo da sua vida, começa a sentir a presença viva da Lei que vigora nele e em tudo que o circunda. Esta sensação se faz nele sempre mais forte e evidente à medida que evolve. Isto é natural consequência do avanço de posição biológica que o evoluído vai cada vez mais realizando, mudando "pari passu" o modo com que ele concebe a vida. É natural que a mesma seja sentida e vivida de modo diverso, pois é vista agora de outros pontos de referência.

Quem sente a Lei vê aspectos da vida ignorados por quem não a sente. Vê-se então que, quanto mais se sobe nos planos mais avançados em direção ao S, tanto mais o mundo é dirigido por outras leis que não coincidem com as vigentes no plano biológico humano. A medida em que construímos os olhos que nos permitam enxergar as profundezas do fenômeno, mais claramente perceberemos que quanto mais evoluímos tanto mais a existência se nos revela dirigida por leis amigas e justas, e não mais pelos caminhos da rivalidade e da força que imperam em nosso mundo. Cada plano biológico tem as suas leis. Para o evoluído não mais vigoram as leis da força, mas as da justiça. Por isso o Evangelho torna-se para este realizável. Com a evolução o homem se civiliza e a sociedade passa do estado caótico ao estado orgânico. Então a virtude da força útil naquele primeiro estado é encarada agora como anarquia e a vida a substitui pela virtude evangélica da justiça conforme a Lei. Muda, assim, toda a técnica da luta pela sobrevivência, confiada a novas forças que atuam com outros métodos.

O evoluído, portanto, adquire consciência da presença de tais leis amigas e justas e, agindo de acordo com elas, alcança bem outros resultados. Por isso, sua vida não se estriba mais — como no AS — pelo princípio da imposição, mas — como no S — pelo princípio da Justiça. Acima nos havíamos perguntado o motivo pelo qual o Evangelho parecia querer-nos colocar numa posição absolutamente anti-vital de fracassados que se entregam, em lugar de triunfadores que vencem. Agora podemos responder. O Evangelho faz isto porque nos coloca perante posições da lei mais avançadas em relação as próprias do homem primitivo. Nesta nova fase a lei é feita de justiça, perante a qual se verifica o contrário daquilo que se verificava antes perante a força. Se no regime de injustiça os assaltantes vencem e os assaltados e derrotados perdem, num regime de justiça os assaltantes vencedores contraem um débito a pagar, enquanto os derrotados sabem que estão pagando suas dívidas. Num regime de justiça o jogo do vencedor e do vencido se inverte. Deste novo ângulo o primeiro é um criminoso a castigar e o segundo uma vítima que se sacrifica. Então, como é natural porque se passa do AS ao S, se invertem as posições e quem vence perde e quem perde vence. Enquanto se esta no reino da força vencem os fortes e perdem os débeis, mas quando se entra no reino da justiça perdem os prepotentes e vencem os justos.

Desse modo, quando o indivíduo julga ter vencido por se ter imposto e ter satisfeito seus instintos, ele perdeu com isso, porque em vez de progredir retrocedeu. E quando este fica desiludido e acredita ter perdido porque não conseguiu impor-se e satisfazer os seus instintos, na realidade ele venceu porque progrediu na evolução afastando-se do seu velho modo de viver.

Eis em que se baseia o princípio da redenção racionalmente enquadrado no máximo fenômeno da existência, que é a evolução. Redenção significa pagamento à justiça da Lei por meio da dor a que e

reservada a função purificadora dos nossos contínuos erros, dos quais é necessário libertar-nos para ascender. Eis porque estão ligadas entre si as idéias de Cristo, redenção e dor. Eis que Cristo se fez crucificar para mostrar-nos o caminho da redenção! Não se trata de uma irracional exaltação da dor, mas de uma real função evolutiva e, porque evolutiva, fundamental para a vida e seu desenvolvimento. Pode-se chegar a tal conclusão só depois de ter compreendido toda a estrutura e a técnica funcional do fenômeno da vida. A posição do ser no S é de felicidade. Então é natural que a sua posição nos antípodas do AS — seja de dor. E é natural também que para poder retornar ao estado de positividade (felicidade) do S, seja necessário reabsorver toda a negatividade (dor) do AS, através do trabalho da evolução.

Chega-se assim ao conceito de dor como instrumento de redenção, isto é, de um mal que pode ser utilizado como meio de salvação. Tudo isto conforme a lógica da evolução. Trata-se de uma dor consciente, purificadora, o que esta bem longe da aberrante procura medieval da dor-pela-dor, reduzida a sadismo ou masoquismo improdutivos, o que é perversão e não redenção. É doentia a idéia de querer fazer de todos uns pecadores que — porque tais por nascimento — estariam condenados à penitência, quando o objetivo da vida não é expiar mas subir. Assim sendo, o expiar não é mais admitido em sentido negativo, mas só no sentido positivo da ascensão.

O nosso não é, pois, o conceito de uma dor que embrutece, mas de uma dor que eleva e que é, por isso, sadia, dinâmica, criadora. E é este o conceito que Cristo nos proporciona, enquanto conjuga a idéia da cruz com a da ressurreição. E neste sentido que Cristo é mestre de redenção, embora por meio da dor. Cristo nos mostra a Cruz e aceita a morte, mas para ir em direção a uma vida mais alta e mais plena. A dor para Cristo é um meio para chegar a felicidade. Toda a evolução é esforço de ascensão, é trabalho de purificação e, por isso, é feita fundamentalmente de dor, sem a qual ela não se realizaria. Mesmo quando Cristo se coloca contra o mundo, isto Ele faz com um fim de superação. E a redenção é feita de ascensão, purificação, maturação, superação, exatamente porque ela é um fenômeno evolutivo.

Para encerrar o assunto, não podemos deixar de observar o que se realiza percorrendo este caminho. Poderemos ver como funciona a técnica da redenção. Tudo avança por graus. No final de cada fase, de cada esforço de superação é alcançado um estágio mais avançado de iluminação. Ele é dado pelo progressivo evoluir que nos avizinha do S. Só depois de ter percorrido um dado trajeto, compreende-se o que se conquistou, e quando, então, se abandona aquela zona de negatividade, em que não se enxerga, para ingressar numa zona de positividade, na qual tudo é percebido com clareza.

Isto se verifica com cada setor de nossa personalidade ou com o campo de forças que a constitui. A redenção não é instantânea, súbita, global, genérica e indiscriminada, mas gradual, parcial, específica e analítica. Este é o seu método. Antes de mais nada, a lei não nos faz teorias, nem se perde em dissertações para explicar- os a sua técnica operativa. Ela se exprime com fatos e nos corrige bloqueando-nos e golpeando-nos no ponto fraco. Ela se faz compreender fazendo-nos sofrer, isto é, fechando-nos as portas à livre expansão das qualidades inferiores e simultaneamente abrindo-nos as portas à explicação das qualidades superiores. Sufocação na parte baixa, expansão na parte alta.

Para cada qualidade da sua personalidade o indivíduo é submetido a este processo de sublimação, o que significa um doloroso esforço de superação, constituído por uma destruição em baixo e por uma reconstrução em cima. Cada uma destas qualidades da personalidade é constituída por um feixe de forças movidas segundo uma sua dada trajetória. O esforço da evolução consiste em corrigir esta trajetória, imprimindo-lhe uma outra direção, mais consoante com os princípios do Sistema, e que mais se distancia dos princípios do AS. Tal correção se realiza qualidade por qualidade e respectivas trajetórias, até que elas tenham sido todas corrigidas, Isto é, transformadas do seu tipo originário de AS ao de S, resolutivo da evolução.

Com que técnica se realiza tal correção? Ela é automática e fatal. O bem e o mal que se abatem em cima de nós dependem da estrutura de nossa personalidade, isto é, do tipo de forças que ela contém e daquelas que por conseguinte no seu ambiente ela coloca em movimento, determinando assim a atmosfera em que vivemos. Eis que a primeira causa de tudo quanto acontece conosco está dentro de nós. Desse

modo, se o indivíduo for constituído de forças negativas, a sua ação será em qualquer parte destrutiva e seja onde for que ele toque, mesmo na coisa mais preciosa, que para ele se transformara em dano. E se estiver constituído de forças positivas a sua ação será de todo construtiva e seja qual for a coisa que ele toque, mesmo a mais danosa, tudo tenderá a sarar tornando-se útil.

Eis como tudo isto acontece. Uma personalidade é um feixe de forças lançado numa dada direção. Temos assim um impulso dirigido conforme uma trajetória já assinalada, segundo um caminho obrigatório que deverá atravessar campos de forças de tipo similar, porque por elas as forças da personalidade são atraídas por afinidade, e porque estas por sua vez encontram nesses campos elementos semelhantes a atrair. É assim que a mesma personalidade acaba por construir em redor de si um ambiente congenial a sua natureza, ou ao seu tipo, seja de bem, seja de mal.

Eis, pois, que a primeira raiz do mal ou do bem esta dentro de nós, trazendo cada qual o seu destino dentro de si, em sua natureza. Assim sendo, pertencendo o involuído à negatividade do AS, é fatal que, com tal tipo de personalidade e campos de forças, atraia sobre si a dor incumbida pela providência da Lei a cumprir a função corretiva daquela natureza de tipo AS. Destarte, não pode o mesmo viver senão num regime de correção, o que significa dor, mas exercendo a função de sanear aquele mal, levando para a felicidade do S. Esta é a técnica salvadora que a Lei fatalmente impõe para libertar-nos do mal e conduzir-nos ao bem.

Com esta técnica corretiva não somos punidos por sermos culpados ou por estarmos fora do lugar. Serve a mesma para possibilitar a cada um cursar a sua escola e receber a lição que lhe cabe e que lhe é necessária para evoluir. Cada um está no seu justo lugar cumprindo o trabalho evolutivo que é proporcionado ao seu nível. Cada um realiza as experiências do tipo que é útil para a sua evolução, o santo como santo, o delinquente como delinquente, partindo cada qual de seus próprios impulsos para chegar a seus resultados respectivos.

Todos devem experimentar. Não se vive para evolver? E então, se e este o escopo da vida, não é justo que cada um deva viver as experiências que servem ao mesmo fim? E por isso que cada um deve fazer o tipo de experiências que correspondem a sua natureza e que servem para a sua evolução. E é justamente a isso que conduz a técnica de redenção que aqui estamos observando.

— Se como acabamos de dizer — o bem e o mal que nos atingem dependem da estrutura de nossa personalidade, eis que cada qual recebe automaticamente as provas mais adequadas a fazer com que possa a mesma corrigir-se e evolver.

Pois bem, dizíamos acima que tal correção acontece progressivamente, qualidade por qualidade. Quando a Lei — por meio de provas corretivas — tenha alcançado o endireitamento de uma trajetória errada, naquele campo de forças a fadiga da evolução cessa e o resultado fica definitivamente adquirido. Começa então o trabalho em outro setor ainda atrasado, de tipo AS. O instinto move-se em tal direção, e a ignorância das conseqüências, devida à inexperiência de quem ainda não passou por elas, impele a satisfação daquele instinto, e o indivíduo se lança atrás de sua miragem. Movendo-se ele em direção ao AS, isto é, a anti-Lei, a insatisfação final e a desilusão são inevitáveis. Tratando-se de movimentos em sentido negativo, às avessas, eles não podem conduzir a alegria, mas apenas a dor. A Lei permite que a miragem convide ao erro, porque o errar serve para aprender, para corrigir-se, para melhorar, finalmente, para salvar-se. Isto quer a Lei. Chega-se, deste modo, ao choque contra a realidade, pelo qual o indivíduo sofre, enxerga, compreende e se corrige, alcançando aí seu objetivo.

Terminada a experiência nesse setor ou qualidades ou campo de forças da personalidade, continua esta em outro campo ainda não experimentado. Assim a exploração e correção vão se estendendo sempre mais, de tal forma que, quando tiverem sido explorados e corrigidos todos os campos de forças da personalidade, o indivíduo ter-se-á transformado a ponto de poder sair do AS e reentrar no S. Naquele momento o processo evolutivo terá sido cumprido. Então, houve um conjunto de correntes de pensamento ou feixes de forças ou qualidades de tipo AS, cujas trajetórias negativas de tipo anti-Lei coube a evolução corrigir em trajetórias positivas de tipo Lei ou Sistema.

É nisso que consiste a técnica da redenção. Quando nos tivermos corrigidos — por dolorosa experiência — de um dado defeito, filho da ignorância num determinado campo, e, dentro dos limites deste, aquela ignorância tiver desaparecido, passa-se, então, a errar em outro setor da vida, no qual somos ainda ignorantes. Depois de ter quitado o novo débito, acabamos por redimir-nos de novo, e assim sucessivamente, até que se tenha vasculhado toda a nossa personalidade e corrigido todas as suas qualidades negativas de tipo AS. Chega-se, desse modo, a ultima crucificação, depois ressurgiremos como Cristo para reingressarmos, salvos e redimidos, no S.

A crucificação de Cristo mostra-nos o mais alto momento desta técnica de recuperação. Esta última fase da evolução é espontânea. Dá-se portanto este fato que: quanto mais estamos atrasados na evolução, tanto mais esta nos é imposta à força pela Lei como é indispensável para a nossa evolução, enquanto seres que somos, por ignorância incapazes de autodirigir-nos. E quanto mais avançamos na evolução tanto mais o esforço e as dores necessárias para realizá-las são aceitos livremente. Com efeito, quem é consciente da Lei sabe quanto é vantajoso segui-la. Passa-se, deste modo, de uma dor tenebrosa, infernal e maldita, como é a de Satanás, para uma dor luminosa, santa e bendita como foi a de Cristo. Vê-se, então, que juntamente com a evolução se transforma o seu instrumento: a dor. De fato a dor de Cristo na cruz não é mais uma amarga e raivosa derrota como no AS, mas é o glorioso e feliz triunfo do regresso ao S.

Com o aproximar-se desta última fase, o indivíduo converte-se num consciente colaborador da Lei no trabalho da correção de seus próprios defeitos e atitudes anti-Lei. Quem vê a Lei não pode deixar de compreender sua vantagem em colaborar com ela. Só então o indivíduo consegue compreender quanto seja útil para ele aceitar a escola da Lei. Assim aquele trabalho torna-se mais fácil, menos fatigante e doloroso. Então, como fez Cristo, é o próprio indivíduo que se oferece em holocausto a justiça da Lei, porque ele sabe que, pagando-lhe o que lhe deve, se liberta e se salva. É assim que podemos entender a razão pela qual Cristo abraça a Cruz.

Vê-se, dessa forma, claramente como Ele se encontra nos antípodas do homem do AS, o qual resiste a correção e persiste no erro, recusando-se a mudar de caminho, sujeito, portanto, as suas conseqüências. E deve-se ao fato de se encontrarem em posições opostas, que o homem decidido a ficar no AS não está em condições de compreender a verdadeira finalidade e o verdadeiro significado da paixão de Cristo.

XVIII

OFENDIDO E OFENSOR — SEUS DESTINOS

O problema da justiça e do perdão. Aparentes contradições. O perdão não é injustiça. O método de pagamento de tipo S a cargo da Lei. As vantagens do perdão: para o ofendido e para o ofensor. Involuído e evoluído. Duas verdades e respectivos métodos de vida. A evolução sana a contradição. Reconstruir. A retidão, método de defesa conforme o Evangelho.

Abordemos agora o problema da justiça e do perdão. Contra uma ofensa o mundo faz justiça com o método da reação e punição; o Evangelho com o do perdão. O primeiro é o sistema da luta, vigorante nos planos evolutivos mais baixos, os do AS, segundo o princípio separatista ali imperante. O segundo é o sistema da coordenação, o que vigora nos planos evolutivos mais altos (os do S) conforme o princípio unificador ali imperante. Esta diferença se faz tanto mais evidente quanto mais se desce, de um lado, e quanto mais se sobe, do outro.

Diz o Evangelho: "Vós ouvistes que foi dito: olho por olho e dente por dente. Eu, pelo contrário, vos digo que não deveis fazer resistência ao malvado (....). Ouvistes que foi dito: amarás o teu próximo e odiarás o teu inimigo. Pelo contrário vos digo: amai os vossos inimigos, fazei o bem àqueles que vos odeiam (...). Dou-vos um novo mandamento: que vos ameis uns aos outros (....). Bem-aventurados os mansos (....). Bem-aventurados os misericordiosos (....). Bem-aventurados os pacíficos" (....).

O mesmo Evangelho põe em evidencia a contraposição entre os dois métodos de fazer justiça: o da sanção imposta contra o violador e o do perdão. Perguntemo-nos, agora: como resolver conforme justiça o método do perdão? Trata-se de dois conceitos absolutamente antitéticos. O perdão altera a relação e rompe o equilíbrio entre culpa e pagamento, entre erro e correção, assim ele paralisa a função saneadora da Lei. O perdão representa uma evasão das sanções, ou seja violação da Lei, fato que, conforme esta, deveria ser punido.

Eis os termos do problema:

1º — Há uma culpa, que é uma violação da ordem. Ela redundando num desequilíbrio que deve ser compensado num desvio, o qual por sua vez deve ser neutralizado e reconduzido à posição de equilíbrio.

2º — Há a justiça que exige e realiza este pagamento e, com o método da sanção primitiva, restabelece a ordem.

3º — O perdão, pelo contrário, é semelhante ao pagamento de uma dívida, mas não o realiza. Ele tão somente deixa ficar sem solução o problema do restabelecimento da ordem, como também aceita e confirma a violação da Lei.

Existe, portanto, uma inconciliabilidade entre justiça e perdão. Se a justiça consiste no não-perdão, então o Evangelho que defende o perdão, pareceria propor a injustiça. Isto porque a Lei de Deus se baseia num fundamental princípio de equilíbrio que no plano moral significa justiça. É por este princípio que se deve reconstruir a ordem violada, pelo qual o mal feito se deve pagar, o erro deve ser corrigido com a dor, o que foi deslocado ao negativo deve ser recolocado na sua justa posição ao positivo. Ora, quando o ofendido perdoa, com isso ele induz o ofensor a violar tal equilíbrio, porque o mal feito deste último não é pago e seu erro não é corrigido, pelo fato de, com o perdão, escapar à sanção punitiva. E então, como se restabelece o equilíbrio da justiça, se o cômputo do dar e haver é alterado pelo perdão? Quando Cristo se encontrou diante do Pai, Ele se colocou na posição de pagador perante a justiça da Lei e não pediu perdão. Ao contrário daquilo que faz o homem — que pleiteia o perdão para si sem concedê-lo aos outros — Cristo praticou em relação aos outros, mas para si antepôs ao perdão a justiça. E com efeito Ele mostrou que os débitos se devem pagar.

Mas há mais. O próprio Deus se comporta conforme a sua Lei de justiça que exige o pagamento. Ele não usa o método do perdão quando, pelas ofensas recebidas, exige do homem um pagamento e, para que este seja executado, manda à Terra o Seu "Filho Unigênito". Eis então que o Evangelho pregando o método do perdão em vez do justo pagamento, parece ter-se colocado em contradição com o Filho e com o Pai. Mas será que o Evangelho ignora a Lei e se coloca contra ela? Afinal, qual das duas vias se deve seguir? A do pagamento obrigatório imposto pelo Pai e praticado pelo Filho, ou a do perdão pregado pelo Evangelho?

Um caso de contradição não poderia ser visto também no fato pelo qual Moisés que havia descido do Sinai com o mandamento de não matar, escrito sobre a Tábua, mandou matar três mil idólatras? Foram estas as palavras de Moisés: "Assim disse o Senhor, o Deus de Israel: Cada um tome a sua espada e passe de porta em porta, e cada um mate o seu irmão, cada um o seu amigo, cada um o seu

próximo. E assim foi feito conforme a palavra de Moisés, e naquele dia tombaram do povo, três mil homens”.

Não nos abalam estas contradições. O fato é que enquanto a Lei nos oferece princípios do S, o subconsciente humano propõe princípios do AS. Vemos uma tal evasão do pagamento com o perdão, encontrar confirmação também alhures, por exemplo, no caso de São Tomás de Aquino, quando assim se exprime: "Beati in Regno Coelesti videbunt poenas damnatorum ut beatitudo illis magis complaceat". ("Os bem-aventurados, no Reino dos Céus verão as penas dos danados, para que seja mais intensa sua própria bem-aventurança»).

É compreensível que tais sentimentos de egoísmo possam naturalmente aflorar do subconsciente humano em quantos se sentem imunes diante das desgraças dos outros. E compreende-se como o controle mental, bem mais reduzido no passado, deixasse ingenuamente escapar confissões desta espécie. Mas que estes sentimentos — entre os comuns mortais — pudessem atribuir-se também aos eleitos do Céu, isso não é mais concebível hoje em dia. Seriam eles tão malvados a ponto de gozarem com os tormentos dos seus semelhantes? Como admitir que a perspectiva de tão iníqua alegria pudesse servir de encorajamento a fazer o esforço necessário no a conquista do Paraíso? Os gozos celestiais consistiam portanto em violar o fundamental princípio do Evangelho: "Ama a teu próximo como a ti mesmo"? O perdão só serviria então para adiar a vingança ao além que ficaria provisoriamente incubada até a intervenção de Deus, que ao cumpri-la viria a satisfazer à nossa mesquinhez evitando-nos, com o esforço de persegui-la, o risco da reação por parte do ofensor.

Tais contradições nascem do fato de os princípios que regem a religião e a moral como teórica norma de conduta, serem de tipo diverso dos que funcionam na realidade concreta. Mas como se justifica que os moralistas ignorem tal contradição e porque deveria haver antagonismo entre os dois métodos de vida? A situação é aquela tão freqüentemente registrada no mundo, que consiste em dizer uma coisa e fazer outra. De um lado temos a afirmação de altos ideais, do outro lado, uma realidade mesquinha presente e imperante na vida de cada dia. Belas e luminosas nuvens que voam no céu, enquanto na Terra se caminha sobre ásperas pedras. Belos os sonhos do espírito, mas quase sempre contraditos pelas imperiosas e massacrantes necessidades da vida. No alto resplandece a bondade e o amor, mas em baixo, no mundo, triunfa o mal e geme a dor. Quem vive feliz no Paraíso não sabe porventura que existe também o inferno e que nele se massacram seres vivos? Como podem os idealistas ignorar que a vida se baseia sobre a rivalidade e sobre o contínuo esforço da luta, e que em tal ambiente as suas teorias permanecem como inaplicáveis utopias? Então, se o perdão existe, o que significa e como se justifica esta sua estranha economia tão contrastante com as leis da vida? Se esta se comporta tão diversamente, deve existir uma razão para tal. E a realidade destas leis impõe que o mal feito seja pago, conforme justiça.

Observemos como funciona o fenômeno. Em nosso mundo aquele pagamento pode-se obter tanto com o método do macho que reage como pessoa com as suas próprias forças sem pedir a ajuda de ninguém, quanto com o método da fêmea, que, carente de forças, pede ajuda confiando a mesma sanção à justiça de Deus. O primeiro é o método ativo, de reação positiva ou da vingança; o segundo é um método negativo, passivo; mas ambos tendem ao mesmo resultado final, que é o de fazer pagar ao réu a sua culpa. No primeiro caso temos uma reação direta e imediata, no segundo uma reação indireta, reenviada no tempo, por delegação, a outros. Diversa é a forma, a substância é a mesma: a necessidade de pagar. Assim o perdão evangélico, na realidade, corresponde à mesma necessidade de defesa, conseguida, porém, com um método de tipo feminino, mais condizente com os fracos incapazes de se defenderem sozinhos.

Depois disto, o Evangelho é espontaneamente aplicado pelo tipo feminino, ao qual portanto Cristo não tinha necessidade de dirigir-se para ser obedecido. Dirigiu-se, pelo contrario, de preferência, ao tipo macho, aquele que mais repele o Evangelho, porque sabe defender-se por si, embora sendo ele quem do mesmo mais necessita para corrigir-se de sua tendência a se fazer justiça por si próprio — como anárquico egoísta que é — em vez de obedecer a Lei. Mas, ao mesmo tempo, Cristo quis ajudar os débeis, os oprimidos e atribulados — que confiam a Deus sua própria defesa — mostrando-lhes que existe

todavia uma justiça, também para eles, na qual podem confiar. É assim que vemos como a religião, mais que pelo tipo macho, seja seguida pelo tipo fêmea, que nela encontra a proteção de que tem necessidade. Em primeiro lugar a defesa para a sobrevivência.

Esta é a realidade da vida, cuja economia esta bem longe daquela do perdão. Tal realidade é um fato. Para superá-lo não adianta ignorá-lo ou desprezá-lo, como se não existisse. Ele na prática constitui o que é norma neste mundo. E se o Evangelho afirma o contrario, significa isso porventura que aquela regra esta errada ou que é má? Mas como pode a vida ser tal se ela é regulada por leis que coincidem com a própria vontade de Deus?

Procuremos compreender. A contradição nasce do mal-entendido pelo qual se acredita que, se com o perdão desaparece uma sanção visível e imediata, não exista por isso pagamento, e, portanto, de tal modo se cumpra a injustiça do não-pagamento. As referidas objeções nascem da opinião pela qual o perdão signifique subtrair-se à justiça com o não-pagar, enquanto se trata de um diverso e mais perfeito modo de pagar, pelo qual se permanece sempre dentro da ordem da justiça, permanecendo sempre inviolada. Eis então que o método do perdão não representa mais um ato contra a justiça, mas um acordo com ela para que funcione de um modo ainda melhor. Fiquem tranquilos os que vêm no perdão uma impunidade do ofensor e com isso um evadir-se à justiça da Lei. Isso não pode acontecer, pois ela é inviolável. Então nos perguntamos: qual é a técnica segundo a qual se verifica este fenômeno?

A função de fazer justiça da maneira mais segura, adequada e completa, implica a presença de outros elementos, que não são apenas os usados para executá-la em forma simplista pelo único método da sanção punitiva. Além desta finalidade a Lei quer alcançar outras paralelas. O trabalho é complexo, o que exige uma sapiência que o sujeito normal não possui. Daí a necessidade, em primeiro lugar, de tirar-lhe das mãos a função de justiceiro. Que ele portanto se ponha de lado e deixe trabalhar a Lei. Então esta só lhe pede perdoar e colocar-se fora do fenômeno, cuja direção de desenvolvimento só pode ser confiada à Lei. E quem compreendeu como esta funciona, bem sabe o que ela pode fazê-lo.

Observemos primeiro aquilo que se dá com o indivíduo ofendido. Com o perdão este confia a reação à justiça da Lei e assim se liberta de qualquer vínculo com o ofensor, que deste momento em diante fica entregue à lei. Este não se vai embora, como pode parecer, livre de sanções, sem pagar, pois entra na engrenagem das conseqüências dos atos que praticou. O ofendido, pelo contrário, com o perdão, retraindo-se da luta, logo encerrou a conta e não entra nesta engrenagem de pagamentos. O caso para ele esta liquidado. Na balança da justiça da Lei ele colocou o seu perdão, isto é, um crédito à sua vantagem. Relembremos que a Lei funciona para todos os indivíduos seja onde for, onde quer que se encontrem

Eis então que o poder do indivíduo não depende da sua potência terrena perante o ofensor, mas da sua posição perante a justiça da Lei. Trata-se de uma técnica de defesa completamente diferente daquela que o mundo segue. A conta individual entre ofensor e ofendido substitui-se a conta entre o indivíduo e a Lei de Deus. O primeiro é o método do AS, separatista, caótico, no qual o ser esta sozinho, contra todos e não tem em sua defesa senão suas forças, numa posição de contínua violação, injustiça e endividamento perante a Lei. O outro é o método do S: orgânico, feito de ordem, no qual o sujeito unificou-se com as forças da Lei que ele portanto possui para sua defesa.

Em tal posição o indivíduo se torna parte de um todo no qual ele se completa e se potencializa, dado que as forças da Lei, atraídas por afinidade, acorrem em proteção de quem se move em sintonia com elas. Isto porque a Lei se defende a si própria quando defende quem, obedecendo-lhe, se fundiu com ela e dela se tornou um elemento constitutivo.

Eis a vantagem do método do perdão: o de colocar-nos na ordem do S, em vez de na desordem do AS, com todas as conseqüências que daí derivam. Eis o significado e o grande valor utilitário da atitude que nos é proposta pelo Evangelho, que nos quer conceder uma posição de inocência, e portanto, de segurança na ordem, coisa que o desequilibrado sistema de luta no qual se baseia o AS jamais poderia garantir. É evidente que as forças do indivíduo, por mais potente que ele seja, não poderão nunca sustentá-lo e protegê-lo como podem, pelo contrário, as do grande organismo quando ele consiga integrar-se nele.

Tudo isto é verdadeiro, grande, belo, mas é difícil fazê-lo compreender a quantos não tenham ainda construído olhos capazes de ver em profundidade.

Os dois termos do problema são ofendido e ofensor. Estamos observando os destinos de cada um dos dois. A preocupação do Evangelho é a de libertar o ofendido das consequências de uma sua reação pessoal que o ligue ao ofensor, iniciando com ele o cômputo do dar e do haver. Via de regra se tem pressa em fazer justiça por si, porque ao julgar o fenômeno, o homem míope se engana vendo apenas os efeitos imediatos ou a curto prazo, enquanto não vê os efeitos longínquos a longo prazo nos quais a justiça se cumpre. Acontece, com efeito, que a imediata reação pessoal provoca uma contra-reação, e assim sucessivamente ao infinito. Dá-se o mesmo com as guerras, todas projetadas para chegar a uma vitória definitiva, enquanto na realidade não se alcança senão um perpétuo estado de guerra, em que cada uma delas não acaba nunca de castigar a injustiça da outra. O Evangelho tenciona resolver este problema quebrando ao seu início a cadeia de ações e reações, que imediatamente se estabelece quando se usa o método da força.

Naturalmente o Evangelho — como já vimos — fala aos fortes, levados a usar tal método e não aos fracos que não precisam receber conselhos de moderação porque não têm força para reagir. Mas, se estes forem justos, a Lei defenderá neles o próprio princípio da justiça. Quando o ofendido se encontra nestas condições, o ofensor não se acha mais apenas perante um homem, mas também perante a Lei que exige justiça. Isso implica uma grande disparidade de condições entre o ofensor e o ofendido, mesmo se o primeiro — quando forte e astuto — pode subtrair-se à reação do ofendido; quando, porém este último perdoo e entrega sua proteção e defesa à Lei, para o ofensor não há mais salvação.

Mas também para este constitui uma vantagem o cair — mesmo que seja à força — em poder da Lei. A reação desta é diferente da do ofendido. Este só desabafa a sua raiva, obedecendo ao impulso da defesa ou da vingança, o que não vence o mal, mas o aumenta, porque à violência do ofensor se acrescenta à do ofendido, aumentando, assim, a desordem em vez de elimina-la. O escopo da Lei, pelo contrario, é o de reconstruir a ordem, e de fazer justiça, de educar e salvar o ofensor, mediante a sua correção, constringendo-o a reingressar no justo caminho.

Ora um semelhante trabalho não pode ser confiado ao homem, mas só à Lei que possui a sapiência necessária para podê-lo executar. Aqui falamos da Lei como de uma coisa viva, porque ela representa a onipresença de Deus. O método de vida em nosso mundo é completamente diverso do proposto pelo Evangelho. O primeiro é de tipo AS e o segundo de tipo S. Isto significa que eles estão nos antípodas. Eis que um trabalho de ordem e justiça não pode ser confiado aos cidadãos do AS, mas só a quem adere ao S, mesmo no caso em que tal trabalho deva ser realizado no seio do AS. As reações deste não sabem ser corretivas para o bem do ofendido, ao ponto de reconduzi-lo na ordem sobre a qual se apoia o S; pois são imbuídas de egoísmo e vingança, maléficos filhos da desordem, sobre a qual se apoia o AS. Logo, a função de cumprir uma verdadeira justiça não pode ser confiada ao homem, que não pode possuir todos os elementos para julgar, como só Deus pode, o único que pela sua superioridade tem para tanto a capacidade e o direito. E tanto menos tal função pode ser confiada ao ofendido, pois sendo parte em causa, não pode deixar de colocar a si mesmo no prato da balança em seu próprio favor. Assim, propondo-lhe o perdão, o Evangelho quer preservá-lo do pecado da injustiça do seu julgamento parcial.

Temos, então, uma forma de justiça por delegação, pela qual o homem não a exercita mas a confia à Lei. Outra maneira não há se quisermos uma verdadeira justiça. Para quem vive no AS, não há outra salvação, a não ser apoiar-se no S, deste aplicando os métodos. Isto é o que Cristo quis fazer, pregando a aplicação da Lei do Pai neste mundo.

Vimos o significado da contradição entre o Evangelho e a realidade da vida. Trata-se de duas verdades, cada uma relativa a um diferente nível evolutivo. Relativamente a seu próprio ponto de referência cada uma delas é verdadeira, mas o ponto de referência do Evangelho é a Lei, o mais alto termo do conhecimento, aquilo que para Cristo é o Pai e para todos é o S. Pelo contrario, o ponto de referência do homem é o seu mundo, situado muito mais em baixo, no AS. É natural que de tudo isto

derivem dois opostos métodos de vida.

Estas duas verdades e os respectivos métodos de vida podem ver-se representados na Terra por dois tipos opostos, cada um expressando a sua verdade parcial em contradição com a do outro. O primeiro é o verdadeiro involuído movido pelos instintos mais baixos de nível animal. Ele é um imaturo que se encontra atrasado em relação ao grau de evolução alcançado pela atual sociedade humana, apesar de se encontrar em seu lugar em relação à sociedade mais selvagem dos séculos passados. O segundo é o evoluído, honesto, compreensivo, pacífico. Ele é mais que maduro, e assim se encontra antecipadamente deslocado para a frente em relação ao grau de evolução alcançado pela nossa sociedade, mas com certeza ele se encontrara no seu devido lugar numa sociedade mais civilizada, nos séculos futuros.

Trata-se de dois extremos — ambos fora de série — um por defeito, o outro por excesso de adiantamento. As massas, situadas à metade do caminho, formam o grosso do exército, em marcha ascensional. Situados num tal ambiente de nível médio, ambos os tipos são marginalizados. O primeiro deles acaba na prisão. O segundo é encurralado como sonhador utopista, fora da realidade. Com efeito, ele é assim em relação ao tipo do mundo em que vive.

Mas diversa é a sua posição perante a Lei. Enquanto o primeiro é por ela canalizado à força pela dura mas salutar estrada do ressarcimento e, embora à força, é impelido para a frente com a técnica trifásica que explicamos no volume: **A Técnica Funcional da Lei de Deus**; o segundo, ao contrário, é secundado no seu esforço ascensional, pela Lei que o ajuda quando — apesar de querer — mais não sabe nem pode fazer.

Eis que compreendemos agora a razão que explica a aparente contradição entre as opostas verdades, problema que outrora nos parecia insolúvel. Porém tal contradição não só é explicável, mas também sanável. Isto é compreensível pelo fato de as nossas verdades humanas, assim como as nossas posições religiosas e morais, serem fases de transição, que se colocam ao longo do caminho da evolução. Elas fazem parte de um processo de transformação cuja função é a de tornar sempre mais verdadeiro e atual na Terra, o ideal que no presente soa utopia. É com tal orientação que se compreende a verdade do Evangelho. Ele é uma ponte lançada pela vida em direção ao futuro, ainda hoje em fase de tentativa de realização, contra o qual ainda resistem as leis biológicas, num nível mais involuído, mas em relação ao qual, apesar de lentamente, vão cedendo, já introduzindo e assimilando o novo em suas entranhas. É por isso que as duas opostas verdades — a do Evangelho e a do mundo — poderão um dia coincidir. Eis aqui racionalmente reconhecida a função biológica de Cristo e da sua doutrina.

O nosso momento histórico esta todo empenhado no trabalho de destruir o velho. Mas sempre que se execute tal operação cirúrgica se corre o risco de matar o doente, enquanto o escopo dela deve ser o de curá-lo e fazê-lo viver ainda, pelo menos, o de salvar o salvável. A operação empreendida pela ciência materialista ficou pela metade parando na fase destrutiva. Mas ela há de ser levada a termo até o fundo, isto é, até a fase reconstrutiva, pois é esta a sua verdadeira finalidade.

Esta segunda parte que ainda não vemos realizada é aquela que tentamos, aqui, levar a cabo. E seu resultado final não será a demolição do Evangelho, mas a sua própria confirmação, não apenas em termos fideísticos como no passado, mas de maneira racional e positiva, como exige a mente moderna se quisermos que do mesmo ela aceite a doutrina. Tínhamos um Evangelho velho, não compreendido, cheio de superestruturas; um Cristo retórico e mitológico, fora da realidade, situado num mundo em que foi sumariamente liquidado e condenado sem se lhe compreenderem as leis e a função. Quisemos fazer do Evangelho algo atual, assimilado, um Cristo vivo, presente entre nós, situado na realidade de nosso mundo para levar o mesmo à frente e redimi-lo na forma necessária à mente moderna e ao atual momento histórico.

* * *

Antes de abandonarmos este assunto queremos insistir no esclarecimento de um ponto que, para

o homem habituado a um regime de luta, parece-nos o mais difícil de compreender. Trata-se de nos explicar como o perdão possa constituir uma técnica de defesa em vista da qual o indivíduo, que com este recurso aplica o Evangelho, não fique abandonado, como parece, nas mãos do ofensor. O ofendido, por sua vez, se pergunta: qual será, então, no sistema da Lei a minha arma de defesa? Respondemos que — embora possa isto parecer estranho — esta arma não é a força ou a astúcia, mas a retidão. Tratemos de compreender de que modo possa ser verdadeira tão estranha afirmação.

O universo, desde o plano físico ao espiritual, é um sistema orgânico, dirigido por um princípio de ordem que sempre melhor realizamos, quanto mais evoluímos. O evoluído — sendo mais avançado — se enxerta no aspecto orgânico do todo, deste seguindo o princípio ordenador. Funciona, assim, dentro dele, conforme as normas da Lei, nesta inserido como o disciplinado elemento de um organismo. O involuído — sendo mais atrasado — se enxerta, pelo contrário, no aspecto caótico do todo, seguindo o próprio impulso individual separatista, que representa o princípio oposto feito de revolta e de desordem. Assim, dentro do todo organicamente dirigido, funciona ele em posição anti-Lei (de independência e rebeldia), qual indisciplinado fomentador de desordem.

Decorre disso que a posição do indivíduo no seio do mesmo universo é diferente conforme o nível em que vive, isto é, o do evoluído ou o do involuído. O primeiro existe em função do centro em torno ao qual gravita; o segundo se faz periférico, pretendendo, contudo, ser o próprio centro. O primeiro é feito de harmonia, o segundo de contrastes, o primeiro é afirmativo, o segundo, contestador; o primeiro personifica a aplicação da Lei, enquanto o segundo pretende sub-roga-la pelo seu próprio eu.

Da diversidade destas duas posições depende todo o resto, isto é, o método de vida, a técnica de defesa, o instrumento de que nos servimos. Na primeira posição o sujeito vive num campo de forças que se somam, porque convergem para a mesma direção; na segunda posição vive o mesmo num campo de forças que se elidem porque contrárias e se dispersam porque divergem em cada direção. Eis então que a arma que o involuído usa para se defender — sendo ele um rebelde anti-ordem — fica circunscrita, e não vai além de seu âmbito pessoal. Não se colocou ele contra a Lei, negando-a? Pois bem, a Lei colocar-se-á contra ele, renegando-o. Assim ela o repele, deixando-o só. O evoluído, pelo contrario, aderiu à Lei. É lógico então que esta vá ao seu encontro. Assim ela o incorpora e o torna participante de seus próprios recursos. Nem poderia ser de outro modo. Assim, quem segue o princípio do caos, em contraste com o próprio princípio de ordem, só poderá ser repellido e ficar isolado, abandonado a si próprio, no caos.

Eis porque é necessária a retidão, porque pode a mesma constituir uma arma de defesa para o humanamente indefeso que aplica o Evangelho e o princípio do perdão. Quem faz isto se insere na organicidade do todo e nela encontra a sua força e defesa. Só quem vive em sentido orgânico pode fruir de tais benefícios, os quais decorrem precisamente do fato de se observar uma justa regra de conduta, condição fundamental para poder pertencer àquele Organismo. Está aqui explicado porque o enquadrar-se na ordem, pode constituir uma arma de defesa para sobreviver e para avançar. É esta uma arma muito mais poderosa do que as humanas, porque ela faz parte do organismo do Todo, do qual não pode dispor quem segue apenas a economia do mundo.

É necessário compreender que o homem evangélico, mesmo quando materialmente situado no AS, vive conforme o S, isto é, não em posição egocêntrica ou separatista, mas organicamente em função de todos os elementos do seu tipo, isto é, espiritualmente ligado a uma coletividade de mais alto nível evolutivo, da qual ele faz parte. Nasce deste fato para o evoluído uma condição de reciprocidade com a Lei, que, se o carrega de deveres que o involuído repele, enche-o de direitos de que este último não goza. O homem evangélico não vive isolado, mas em função do todo, e com isso ele é também um momento do todo, fato que a vida tem em conta. Assim ele goza da defesa que encontra quem pertence a uma coletividade, mesmo se, em troca, deve assumir desta os respectivos deveres.

Viver na organicidade do todo, tendo disso consciência, numa rede de intercâmbios sem atrito, compreender-se e fundir-se em comunhão com todos ou outros elementos para com eles colaborar, significa tornarem-se grandes e fortes como todo o organismo que assim se ajuda a construir e do qual se

faz parte. Então a nossa vida se dilata e se torna imensa porque ela é a do Todo e a do Todo é a nossa. Todas as barreiras do separatismo egocêntrico caíram, todos os canais de comunicação estão abertos e neles flui triunfante a vida. Tudo é luminoso, livre, lógico, convincente. Tal abertura é dada pelo amor que conduz à unificante colaboração. Então nenhuma criatura esta só, e sempre que haja necessidade, todas as outras, que com ela formam um só corpo acorrem para ajuda-la. Ninguém acorre, pelo contrário, para ajudar o involuído anti-Lei, porque ele esta isolado e — devido ao seu egocentrismo — não existe amor, os canais estão fechados e não há colaboração. O Evangelho defende a vida com o diverso sistema do amor e do perdão, abatendo as barreiras e abrindo os canais.

Há uma forte razão para a Lei proteger o homem evangélico que vive conforme a justiça. A vontade que prevalece no funcionamento do universo e a de evoluir, e isso significa regressar a Deus, saindo do AS para entrar no S. A Lei personifica esta vontade e estimula para que ela se realize. Dirige-se então para o involuído tratando-o com o chicote da dor e fazendo-lhe pagar seus próprios erros, para que aprenda e assim evolua. Dirige-se ao mesmo tempo para o evoluído ajudando-o a superar as dificuldades, encorajando-o, assim, a subir mediante seus próprios esforços. A finalidade é sempre evoluir. No primeiro caso o estímulo é ao negativo, como reação e pressão, no segundo caso o estímulo se converte em convite e atração. Dessa forma, o involuído vê-se fatalmente constrangido pela sua conduta anti-Lei, a precipitar-se na engrenagem dos ressarcimentos, sanção da qual esta isento quem segue o sistema da retidão. O evoluído, pelo contrario, graças à sua conduta conforme a Lei, fica por esta secundado porque ele a ajuda no seu impulso fundamental que é de fazer evoluir.

O resultado pratico dessa técnica funcional da Lei está no fato de que, para a defesa e o bem do indivíduo, o fator retidão é importantíssimo, mesmo se em nosso mundo, lhe é atribuído um valor relativo apesar dela ser exaltada com palavras. Esta é a realidade: quem se afirma mediante o sistema anti-Lei na conquista de bens materiais (poder, glória, prazeres etc.) trabalha em perda. Com efeito, enquanto julga estar tendo vantagem, faz o seu dano, enquanto julga estar ganhando se endivida perante a Lei para depois ter de responder perante a sua justiça. Alcançar tais triunfos ao negativo porque não merecidos, significa ter de expiar depois, porque eles formam a base para destinos de sofrimento. Ao contrário encontra-se em posição vantajosa — como credor perante a justiça — o indivíduo que, apesar de perder os valores do mundo (riqueza, glória, prazeres etc.) trabalha conforme a Lei, mesmo que se por esse fato é incompreendido e desprezado.

Se o escopo fundamental do existir é evoluir, eis que tudo vale em relação a este fim supremo. Mas evoluir significa sair do separatismo do AS para voltar ao S, isto é, a Deus, mas em posição oposta à do AS, isto é, em posição unificante. Trata-se de reconstruir a unidade do Todo, pulverizado com a Queda, e de reconstruí-lo através da unificação dos elementos dispersos no Caos, uma unidade após a outra, mas sempre maior. E a unificação é também organização. Trata-se então de reconstruir toda a organicidade do S, por meio da construção de sistemas sempre mais complexos e mais vastos, até a perfeição do S. Trata-se, assim, de reconstruir — em contraposição a todos os elementos anti-Lei feitos de desordem — a ordem total da Lei e isto por sucessivas etapas de reorganização, sempre mais profundas e extensas, até aquela perfeita que caracteriza a Lei.

Tudo isto já o divisamos, podendo reconhecer suas diversas fases de realização. Assim à fase caótica das formações galácticas vemos seguir-se a fase mais orgânica dos sistemas planetários. Na vida há um instinto de unificação que leva a organizar-se na ordem proporcionalmente ao maior grau de evolução. Alguns animais se unem em verdadeiras sociedades. O homem saiu da unidade familiar à do grupo, do castelo, da cidade, do partido político e religioso, da nação, do povo, da raça, da humanidade. Quanto mais se sabe, tanto mais estas unidades com o seu ampliar-se perdem consistência, porque são em formação: uma tentativa de construção ao longo do caminho da evolução. Mas se caminha para uma unificação sempre mais vasta, o que implica um ordenamento orgânico constitutivo de um sistema sempre mais complexo e completo, até ao máximo, o único, o perfeito: o S. Esta é a estrada da evolução, o caminho que leva a Deus. É sobre este caminho que nos coloca a economia do Evangelho.

XIX

A NOVA TÉCNICA DE RELAÇÕES SOCIAIS

O problema da violência. Ela constitui culpa num regime de ordem, mas é instrumento de luta num ambiente de violações. A injustiça pode legitimar a revolta. A evolução elimina a violência. Reconhecimento dos direitos do indivíduo. A injustiça institucionalizada. A desconfiança recíproca e o instinto de luta impedem o diálogo. A vantagem de suprimir os atritos e a nova técnica das relações sociais. O fim das guerras.

Abordemos agora o problema da violência. O Evangelho a condena. Mas enquanto o seu convite à não-resistência e ao perdão se dirige a quem é golpeado, o convite à não-violência se dirige a quem golpeia. Depois de ter observado os primeiros dois aspectos do problema, observemos agora este terceiro aspecto concernente à pacificação proposta pelo Evangelho. A sua solução é de fundamental importância para alcançar a de outro grave problema, o da convivência social, agora de grande atualidade. Dada a técnica da sua evolução, a vida vê-se constrangida a afastar-se do seu primitivo estado separatista de luta e a tentar a eliminação da violência, porque ela — como já vimos — caminha para a unificação. Deve-se avançar do AS para o S. Isto significa ter que mover-se em direção a ordem, à colaboração, à organicidade, coisas que exigem o pacifismo e excluem a violência. Eis que biologicamente ela é condenada a desaparecer porque a evolução fatalmente leva a superação da luta entre elementos inimigos. Já se vê quanto ela seja contraproducente e como deva ser eliminada nas grandes organizações industriais e nos trabalhos de investigação científica de equipe. A atual conquista da Lua é o produto de uma tal organização. Até no setor religioso a nova tendência é anti-separatista e unificadora. As novas idéias políticas se baseiam na coletivização.

O que é a violência? Ela é a expressa o mais viva e evidente do estado de luta, que é a expressa o do impulso egoísta desagregante, próprio do AS. Desse modo, a violência está nos antípodas do S, é anti-Lei e portanto é mal e culpa. Não há dúvida de que a violência seja assim quando observada em relação a um regime de justiça, diante da Lei e do S, tomados como pontos de referencia.

O homem, porem, não vive no S, mas no AS, isto é, num regime de violação e de injustiça. Como estabelecer a culpabilidade de um ato, quando é cometido num ambiente de culpa que constitui o ponto de referência? Quando nesse ambiente a violência é reputada necessária para a sobrevivência, como pode considerar-se culposa uma conduta que é indispensável para não perecer? Ao contrário, quanto mais se desce involutivamente, tanto mais a violência, em vez de culpa é virtude, enquanto é um meio de vida, porque é necessário viver para que se realize a evolução. Com efeito, para os seres do plano animal, renunciar a violência pode significar a morte. E isto, em certos momentos e ambientes, pode ser verdade também para o homem. Então, como sustentar o direito de seguir uma virtude que pode reduzir-se a um suicídio? E como pode o ideal evangélico querer anular instintos basilares, fixados como automatismos por repetições milenares e portanto necessários a conservação da vida? E são tão necessários e tão

preciosos que se deve aos mesmos ter o homem sobrevivido até hoje.

É verdade que, para quem aprendeu comportar-se conforme a Lei, não é necessária a violência, pois, ali reina a disciplina. Mas onde existe esta necessidade — como entre os involuídos situados fora da Lei, no AS — o discurso é bem outro. O homem, devido ao seu atraso evolutivo, está num ambiente ainda anti-Lei, onde para viver é necessário lutar e onde a defesa individual é confiada às próprias forças de cada um. Como se pode pretender que o indivíduo siga a seu risco e perigo uma conduta que, contrastando com o seu ambiente, impõe seus próprios métodos?

Então, o que acontece? É um fato que a evolução quer alcançar um regime de justiça. Esta é a tendência da vida, e, onde vigora a Lei, esta meta já se alcançou. Mas onde vigora a anti-Lei, mesmo lutando-se para alcançar a justiça, o ponto de partida do caminho do ser é ainda a injustiça. Logo, onde a violação da Lei constitui a regra, forma-se uma cadeia de injustiças sem fim, cujos elos ligados entre si, segundo uma seqüência de causa e efeito, degladiam-se incessantemente a procura de uma justiça, que por este método nunca será alcançada. Verifica-se então que a verdadeira culpa da violência recai toda sobre as primeiras causas de que ela é a conseqüência, as quais consistem num abuso em prejuízo do ofendido que, por instinto, reage. Ora, a primeira violência e culpa está sempre no fato de ter agido contra a justiça, o que se verifica via de regra nas posições de comando, precisamente onde deveria triunfar o dever de observar aquela justiça. Então esta injustiça por parte de quem tem autoridade leva os ofendidos a fazer uso da justiça com suas próprias mãos, por meio da violência. E esta é culpa quando usada contra um regime de justiça, converte-se em justiça, quando se dirige contra um regime de injustiça. Em tal caso a violência pode ser conforme a Lei, na medida em que se procura a justiça contra a injustiça. No entanto, para se ter o direito de admitir com o legítimo o uso da violência para fazer-se justiça, é necessário reconhecer que vivemos num mundo ainda selvagem.

Assim, por exemplo, na Revolução Francesa as culpas mais graves não hão de ser vistas nos delitos cometidos pelo povo exasperado, mas nos abusos da aristocracia que os havia provocado, levando aquele mesmo povo ao desespero. Em tais casos a violência, quando não exista outro meio para obter justiça, pode tornar-se legítima. Então é a vida que rompe as barreiras construídas pelos parasitas acomodados nas posições de domínio, para que estes não interrompam a evolução. E em tal caso que a Lei faz vencer as revoluções por mais ilegais que possam parecer.

E por este caminho que se chega ao absurdo de reconhecer a legitimidade de uma estranha moral que admite a revolta violenta, quando reputada necessária para restabelecer a ordem da justiça num regime baseado na desordem da injustiça. Assim um mal de tipo anti-Lei excepcionalmente pode tornar-se lícito. E, contudo, necessário que não haja outro caminho para se obter justiça. Mas além deste, há ainda um outro motivo: a escolha deste tipo de conduta não se pode fazer ao acaso, e sim, por uma necessidade que a justifique. Isto presume uma capacidade de se julgar com retidão, uma sã consciência para auto dirigir-se; presume ainda que o indivíduo assuma a responsabilidade desse seu modo de agir, a qual recai toda sobre quem julga ser justa a sua violência. Como se vê não é fácil estar moralmente autorizado a usá-la quando se trate de um tipo humano naturalmente levado ao abuso por egoísmo. Vê-se, pois, que são muitas as restrições a um reconhecimento da legitimidade no uso da violência.

O problema da legitimidade da violência é de grande atualidade, porque assistimos hoje a um levantamento mundial, nada pacífico, contra o princípio de autoridade em todas as suas formas. Os conceitos acima referidos nos ajudam a compreender o fenômeno. A autoridade, no passado, foi usada com freqüência contra a justiça, para manter subordinada algumas classes de indivíduos que hoje se rebelam. Assistimos, assim, a fatos diversos, todos conexos por um fundo comum, como a emancipação da mulher contra a autoridade marital e a supremacia do macho em todos os campos; a rebelião dos pobres reclamando os seus direitos contra os ricos; a vontade de independência dos filhos perante os pais; a intolerância por parte das novas gerações perante os sistemas das velhas gerações. Isto acontece até no campo eclesiástico, outrora modelo de disciplina. Antigamente a mulher, o povo, os jovens, eram mantidos na ignorância, impedidos de conhecer a realidade da vida, zelosamente escondida sob ideais,

usados como máscara protetora. Hoje, as mesmas classes que lhe estavam, outrora, — por terem despertado — não suportam mais semelhantes abusos. Trata-se de um movimento mundial que arrasta todos, por cima de todas as divisões e que pode ser considerado uma revolução da própria vida onde a violência parece encontrar guarida na necessidade de progredir. Como se poderia condenar tudo isto quando é necessário a evolução? E então quem pode assumir o direito de impedir que a vida progrida?

Impõe-se portanto resolver o problema da definitiva eliminação deste mal que é a violência. Que ele as vezes seja necessário não quer dizer que não seja um mal. Como se pode chegar a tal resultado? E um fato que o homem está imerso num mar de violações e reações, mas é também inegável que a vida exerce uma pressão incessante para subtrair-se a essa fatalidade. Por isso, apesar de tão tristes constatações, deveremos, por evolução, alcançar a supressão da violência. Se esta é um produto do AS, isto é, da involução, o remédio consiste na evolução, que a corrige, levando-a para o S. É fatal e onipresente a técnica de desenvolvimento deste fenômeno.

Vemos de fato que, como o furto pertence a fase involuída da propriedade legitimada por lei; como a escravidão representa a fase involuída do trabalho remunerado; assim a violência é a fase primitiva do direito codificado. A evolução disciplina e organiza a atividade humana, construindo uma ordem sempre mais perfeita da qual a injustiça é cada vez mais eliminada e com ela a necessidade de uma reação que faça justiça. Caminha-se assim em direção a observância da Lei, com o reconhecimento para todos do direito de viver, que num regime anti-Lei é negado e portanto deve ser exercitado a força, o que pode justificar o uso da violência.

A humanidade está hoje se aproximando da eliminação deste mal com o reconhecimento daquele direito a vida do qual permitirá a observância em todos os campos. Tende-se assim a exercitar a autoridade cada vez menos em forma egoísta e opressiva como no passado, mas sempre mais em forma protetora e educadora. Eis que a violência não se elimina mediante outra violência que provocaria reação, mas com o civilizar-se, enquadrando-nos todos — dirigentes e dependentes — num regime de ordem e responsabilidade, caracterizado por direitos bem precisos e por deveres efetivamente respeitados. A violência não se pode eliminar a não ser eliminando suas causas, as quais hão de ser vistas — via de regra — no mau uso que os detentores do poder vêm fazendo de sua autoridade, dos meios de vida e das diretrizes sociais em qualquer uma de suas formas, quer econômica, quer política, quer religiosa etc.

Observemos a técnica deste fenômeno. Hoje vivemos numa fase de transição, do velho regime da injustiça ao novo caracterizado pela, instauração da justiça social. Vejamos como era constituído o velho regime. Não existia nele uma definição de direitos e deveres. O princípio sobre o qual se baseava era o seguinte: o direito vai até onde chegam as forças que tem o indivíduo para fazê-lo valer; o dever depende, pelo contrário, de sua fraqueza e se mede pela mesma. No campo bélico internacional é este o sistema que ainda vigora, de tal forma que o direito e sua legitimação são impostos pela força, por parte do vencedor. Então o vencido é julgado um criminoso de guerra só porque é vencido.

O regime do passado era um regime de força, não de justiça. Mas a vida evolui do primeiro sistema ao segundo. No passado cabiam ao forte todos os direitos justamente porque, enquanto tal, ele sabia fazê-los valer; ao débil cabiam, pelo contrario, todos os deveres, porque não sabia fazer valer seus direitos. Ao reconhecimento dos direitos e deveres de cada um, não se chega senão numa fase mais evoluída. Na fase antecedente, a honestidade era pregada só para paralisar — e assim melhor sujeitar — o mais fraco.

Era justo então que este se defendesse com a hipocrisia, porque perante o forte, outro meio de defesa ele não tinha. A astúcia então se explica e se justifica como legítima defesa, pois quem a usava se encontrava perante uma injustiça legalizada. E porque a arma do engano usada pelo fraco em sua defesa não deveria ser admitida como o é a arma da força usada do lado oposto? Aos fortes, a força; aos débeis, a astúcia. A vida dá imparcialmente a cada um os seus meios para a sobrevivência, tanto mais que ela igualmente, no segundo caso, alcança a sua finalidade de salvação, quando, para além da superioridade física da força, faz vencer também a força mental da astúcia.

Formou-se assim no passado uma moral feita de uma mistura de força e de hipocrisia, isto é, de aparente honestidade sob a qual fervia subterraneamente uma encarnizada luta pela vida. Formara-se deste modo o clássico tipo de pessoa de bem, o respeitável bem-pensante. Havia, desse modo, estabelecido um certo equilíbrio na convivência entre a classe dos patrões e a dos servos, o primeiro esmagado com a força, o segundo enganando com a astúcia, sem que nunca chegassem a uma clara definição ou a uma exata observância dos recíprocos direitos e deveres. Quem se encontra hoje em idade avançada, pode ter conhecido aqueles dois regimes. Hoje a vida, apesar de ser contestação e revolta, busca definições e soluções claras, enquanto antigamente tudo parecia um jardim florido, mesmo se, em substância, não passasse de um campo minado.

No passado, não tendo sido ainda alcançada uma consciência de recíprocos direitos e deveres, não se podia resolver o problema senão com esse equilíbrio entre os dois opostos egoísmos, o do forte e o do fraco, cada um lutando com os seus meios. Por este caminho a solução do conflito não podia ser dada senão pelo fato de o fraco fazer-se forte até o ponto de conseguir que o forte reconhecesse seus direitos.

E isto em substância o que está acontecendo hoje em dia. Trata-se de um produto da evolução e para se chegar lá era necessária e indispensável uma proporcionada maturação em todos os campos. Esta é a grande revolução de hoje. Eis porque os princípios do passado, como o da autoridade etc. estão em crise. Mas, há de se lutar para que esta reação seja realizada com sentido de justiça e não mediante um abuso em sentido contrário, porque o abuso só consegue dar lugar a uma cadeia de reações do mesmo tipo. A solução se alcança com o equilíbrio, e não com um novo desequilíbrio.

Eis porque o Evangelho condena a violência. Mas quando ela é condenada para outros fins, como o de manter quietas as massas para conservar de pé a injustiça institucionalizada de regimes que violam os direitos fundamentais do homem, então se compreende e se justifica a reação das massas submetidas. Em tal caso a responsabilidade da revolta não cai tanto sobre os revoltosos quanto sobre as classes dominantes, porque são elas que com a sua conduta provocam as reações explosivas do desespero. Logo pode tornar-se legítima, como referimos acima, uma insurreição revolucionária, quando ela seja contra uma tirania evidente e prolongada.

Eis que o pensamento moderno é orientado de um modo totalmente diverso daquele que vigorava até o mais recente passado, quando o homem se apoderava das melhores posições e depois, para mantê-las, pregava a não violência do Evangelho aos excluídos daquelas posições, das quais eles não tinham sabido empossar-se. Assim a legalidade da ordem estabelecida cobria a injustiça.

Hoje este jogo é evidente e por isso não vigora mais. Hoje a vida procede a um nivelamento de direitos e deveres, imparcialmente, porque pretende chegar a organizar toda a massa humana numa única sociedade em que cada qual cumpre a sua função, seja de comando, seja de obediência, conforme as suas respectivas capacidades. Antigamente a vida queria fazer sobreviver o mais forte, eliminando o mais fraco. E naquele nível evolutivo isto era justo. Mas hoje ela tende a deslocar-se para novas posições, e, além de procurar realizar tal seleção, tende a coletivização para alcançar a fase orgânica. Seque-se daí que o nivelamento, que parece supressão dos valores individuais, leva, pelo contrário, ao alcance de um seu maior rendimento, enquanto faz realizar um passo para a frente em direção a unificação.

É certo que se trata de uma revolução e não apenas de um fato superficial. Mas ela implica também um outro deslocamento, na medida em que se realiza com uma técnica menos sanguinária e mais inteligente. Não tende esta de fato à mera substituição de pessoas nas mesmas posições, mas a uma exata definição de direitos e deveres, para se chegar a um estado orgânico unificado. Isto concorda com um outro aspecto da técnica evolutiva, para a qual uma posição mais avançada e mais perfeita, enquanto mais exatamente definida nos particulares, dado que a evolução é ainda um processo de aperfeiçoamento e de maior complexidade do modo de existir.

Ora, quanto mais se avança em direção a tal posição, na qual são reconhecidos os direitos do indivíduo e se vive num regime de justiça, tanto mais a violência se torna verdadeiramente culpa e a Lei de Deus com as suas reações severamente a corrige como toda verdadeira injustiça.

Então o que de bom se pode pretender quando a primeira violação vem do alto? Não é possível se praticar a injustiça da opressão para com seus próprios dependentes sem que eles não adquiram o direito de praticar a injustiça da revolta para com seus próprios superiores. No fundo é natural que estes procurem revidar o dano que recebem. Então como podem falar de deveres aqueles que, em primeiro lugar, não cumprem com os seus próprios? E esta falsidade que autoriza a desobediência. Triunfa então o regime do AS, da luta de todos contra todos, no qual é inútil procurar justiça.

* * *

É a lei da luta na desordem, própria do nível evolutivo humano que ainda não alcançou a fase da harmonização; é este o estado de fato que torna difícil a eliminação da violência. A evolução que este aguarda é obstaculizada pelo fato de que a humanidade emerge de um regime de injustiça profundamente fixado no seu subconsciente.

Antigamente as revoltas dos subalternos eram todas ilegítimas porque era inconcebível que eles tivessem direitos. Isto produziu um inevitável estado de desconfiança sobretudo por parte dos dependentes em relação aos dirigentes. Não existe colaboração entre os dois extremos, mas um antagonismo dificilmente sanável. Podemos observar na Europa casos em que o velho instinto de revolta do servo contra o patrão — voltando a tona — induziu os primeiros a não aceitar propostas para sua vantagem, ofertas feitas por patrões inteligentes. Estes as ofereciam porque tinham compreendido que nos próximos anos ver-se-iam constrangidos a concedê-las à força. Então, antecipando os tempos, tinham decidido oferecê-las de sua espontânea vontade, em vista de seu interesse futuro.

A vantagem para eles consistia em assegurar à sua própria indústria um longo período de paz, o que significa uma maior produção e portanto maior utilidade enquanto elimina a dispersão de energias a que conduz a luta, com greves, vandalismos, sabotagens, escasso rendimento de trabalho, discussões com sindicatos etc. As concessões queriam prevenir tudo isso e os conseqüentes prejuízos, procurando resolver o problema da eliminação da violência, a partir de suas próprias causas, instaurando, assim, um regime de justiça. E seguindo este exemplo que os dirigentes dão prova de ter compreendido ser bem mais conveniente darem prova de justiça e generosidade do que continuar a explorar e a oprimir seus dirigidos, concedendo-lhes espontaneamente aquilo que eles conseguiriam, mais tarde, pela força.

Pois bem, nestes casos podemos observar que os dirigidos recusaram tais ofertas, pacificamente, para eles realmente vantajosas, preferindo palmilhar o método da ofensiva e da sucessiva extorsão pela violência. Isto porque este é o seu instinto, fruto de longa experiência no passado — que os induziu a desconfiar da oferta interpretada à guisa de uma enganosa armadilha. Aquele instinto os leva, pois, a não aceitar, porque eles acreditam que é somente extorquindo com a força que conseguirão algo de verdade. Nem é possível se esperar uma atitude diferente de indivíduos habituados por milênios a desconfiar. Até ontem os servos não sabiam sequer quais eram os seus direitos. Sabiam apenas que o mais forte os tinha todos e o mais fraco nenhum, e que cada uma das suas reclamações era julgada e punida como uma revolta.

Os modernos conceitos de justiça social são recentíssimos para poderem vencer as resistências de todo um passado fixado no inconsciente coletivo. Vive-se ainda um regime de desconfiança contra todos porque se está habituado a ser golpeado pelos fortes e enganado pelos mais astutos. Continua-se, assim, com o sistema da violência por puro desabafo de instinto, mesmo quando ela não é legitimada por nenhuma necessidade. Todo o passado ensinou ao homem: o que vale é a força, muito mais que a justiça. O vencedor tinha direito a tudo, porque vencedor. Assim o homem tinha qualificado Deus como Onipotente, para o colocar no lugar que lhe parecia de maior valor, o do poder, antes que da justiça. A velha natureza humana ainda sobrevive e impede a formação do espírito de compreensão e colaboração necessário nas modernas grandes organizações econômicas, políticas, sociais, industriais. Estas têm

necessidade de resolver os conflitos com o menos tempo e menor dispêndio de energias possível.

Daqui a necessidade do diálogo inteligente que valorize os interesses comuns evitando o atrito que deteriora e não resolve. Mas, infelizmente, sempre pelo referido instinto de desconfiança e de luta, o diálogo pode resolver-se num engano, pois pode não passar de uma astúcia para imobilizar com palavras e promessas a parte contrária afim de vencê-la melhor. O diálogo presume de ambas as partes certa dose de boa vontade para concordar e cooperar, pois de outro modo não passa de uma enganosa arma de guerra. Explica-se assim como é os jovens contestadores de hoje, que não aceitam mais o dialogo como meio para se entenderem, mas a força. Eis então que a técnica do diálogo ainda não funciona, devido a imaturidade dos dialogantes, levados a usar os velhos métodos de luta para o predomínio individual ou mesmo coletivo. Assim a última palavra decisiva está entregue a luta, prevalecendo a tendência de recair nas posições mais atrasadas da evolução.

Tal tendência involutiva é, contudo, corrigida pelo contínuo esforço ascensional da vida que, pelo contrário, quer evoluir. A vida é utilitária. Segue, por isso, o método da procura da maior vantagem com o mínimo esforço, tendendo sempre mais ao estado orgânico e unitário. E se ela admite a luta é precisamente para fazer com que elementos estranhos possam conhecer-se, e assim juntar-se e cooperar. A guerra é a primeira e mais involuída forma de contato e de diálogo que a vida impõe aos sujeitos separados, para que se avizinhem e se unifiquem. É assim que a evolução, através da guerra, acaba por eliminar a guerra. É assim que nas relações sociais a compreensão que aproxima e unifica tende a substituir-se a luta que isola e divide.

Sabemos que o ponto de partida da evolução é o AS, isto é, o estado caótico separatista e que a meta a que ela tende é o S, isto é, o estado orgânico de ordem e cooperação. Desse modo, quanto mais se desce involutivamente, tanto mais o esforço se consome em atritos de luta e tanto menor é o trabalho produtivo. É assim que no estado involutivo temos esforço máximo e rendimento útil mínimo, enquanto no estado evolutivo temos um esforço mínimo e um rendimento útil máximo. Eis que a vantagem da eliminação da luta e da coordenação dos esforços para colaborar, é avaliável em termos utilitários. É impossível que a inteligência humana não chegue — desenvolvendo-se — a compreender e a aplicar, para sua própria vantagem, uma verdade tão elementar como aquela pela qual o estado de ordem, e a disciplina social que implica, são mais úteis — enquanto menos dispersivos e mais produtivos — mesmo se são, muitas vezes, considerados como uma limitação da liberdade. É por isso que, por se terem experimentado as tristes conseqüências de um abuso da liberdade, corre-se o risco de uma recaída no regime policial com a esperança de se reconquistar ou de se instaurar tal disciplina.

É assim que o fenômeno da supressão da violência encontra-se ao longo do caminho da evolução, cuja função é a de superá-lo e resolvê-lo. E o que se verifica hoje sobretudo nas relações sociais pertencentes ao campo do trabalho, é que aos velhos e cansativos sistemas de luta vão se substituindo outros de maior rendimento. Aos atritos entre patrão e servo substitui-se o método da colaboração entre co-interessados. Quando o operário se torna co-proprietário e o proletário se torna burguês, não é mais necessário abolir a propriedade para alcançar a justiça social. E isto já começa a funcionar nas indústrias dos países mais avançados por obra de especializados em tecnoestrutura. Retrocede a violência e em seu lugar avança a inteligência. Prevalece então, e sempre mais se afirma, o princípio orgânico sobre aquele tradicional do ataque e defesa. Esta é a atual revolução incruenta, a maior conquista que se tenha verificado na história, porque não é apenas substituição de classes, mas de métodos de trabalho. Superando os velhos métodos de luta e renovação violenta, leva a mesma bem mais à frente, ainda que no homem, possam de vez em quando reemergir os velhos instintos agressivos. Pouco a pouco chegamos aos antípodas da escravatura e à opressão substitui-se a coordenação. Neste novo regime, destinado a prevalecer cada vez mais, os dependentes não serão mais levados a exigir o reconhecimento de seus próprios direitos, pois os dirigentes — como já vimos acima — espontaneamente os concedem, no interesse comum. Isto não tem nada a ver com o tradicional, elástico e egoísta paternalismo bonacheirão, por tratar-se de uma vantagem positiva racionalmente aquilatada e não mais fundamentada sobre

interesses de parte. Porém, os dependentes imaturos não estão em condições de compreender e continuam a fazer-se guiar pela desconfiança que os leva a contar somente com aquilo que se pode obter com a força do próprio inimigo, o patrão. Para eles é incompreensível que, neste, possa verificar-se um comportamento de autêntica generosidade e que, de qualquer forma, possa tal conduta redundar em sua própria vantagem. Aliás é bem natural que pareça anacrônico tudo aquilo que antecipa a evolução. Mas é lógico: os métodos de vida da nova civilização do III milênio devem ser deste novo tipo, mesmo se — especialmente nos países atrasados — continuam a parecer um absurdo.

Assim do velho sistema do muito trabalho, mal pago e mal feito, com produção péssima e mínima, se passará à semana de trabalho sempre mais curta, com melhores salários com produção ótima, de cuja vantagem os operários participarão. Antigamente o problema dos dirigentes consistia em subjugar, hoje consiste em produzir melhor; antigamente se usava a força, hoje a inteligência. Tais são as características do desenvolvimento do fenômeno trabalho.

Antigamente em tudo vigorava o sistema do comando e da obediência, às vezes temperado pelo paternalismo do bom patrão que prodigalizava favores, mas apenas para induzir ao servilismo. Tais relações hipócritas acabaram por converter-se numa atmosfera de clareza em direção à tecnoestrutura. Mesmo que seja isto apenas, no momento, um começo de realização, mas é evidente: esta é a direção que está tomando a evolução. Tende-se, em todos os campos, a planejar, a organizar, a unificar, para dar mais rendimento ao trabalho e melhor segurança à vida. Os indivíduos que galgaram o vértice já palmilham conscientemente este caminho, que sempre mais os afasta do método da violência.

No futuro, o homem, sem perder a sua individualidade, antes valorizando-a pelo seu rendimento, pensará a funcionar sempre mais organicamente, porque a ordem não é inimiga da liberdade. Num regime sem disciplina posso fazer aquilo que quero mesmo em prejuízo do próximo, mas também os outros podem fazer aquilo que querem, até em meu prejuízo. Eis a cada passo a guerra que me tolhe a liberdade de fazer qualquer coisa. Quando existe uma ordem, sei aquilo que posso fazer e o faço quando quero, em pleno direito e segurança. Nesta condição a ordem me protege, enquanto na liberdade absoluta devo defender-me sozinho. A ordem me dá segurança porque eu, que cumprio o meu dever para com os outros, sei que os outros devem cumpri-lo para comigo. O utilitarismo da vida não pode renunciar a estas vantagens, e a evolução não pode deixar de avançar em direção a um tal melhoramento. Isso não significa basear-se sobre ideologias, mas sobre fatos positivos quais são o utilitarismo da vida e a evolução.

A tarefa da evolução consiste numa progressiva e sempre mais perfeita reordenação do caos. O sistema da guerra é o de assaltar a nação vizinha para roubar-lhe os haveres, mas é punido como furto e assassinato no direito privado dentro dos confins de uma nação. Aquele mesmo sistema, no campo internacional, não só é lícito, mas é qualificado como ato heróico que merece as honras da pátria. Como se vê, a amplitude da reordenação do caos chegou à unidade do grupo nacional, mas não a do grupo internacional. Isto prova como a evolução procede por reordenamentos sempre mais vastos e complexos.

Antigamente a guerra era entre famílias e facções na mesma cidade e entre cidades vizinhas. O processo de unificação era mais atrasado do que nos tempos atuais, nos quais já se formam confederações de Estados e se entrevê a possibilidade de um governo mundial único, em que a guerra será ato criminal punido, como o é hoje no direito privado. Mas para chegar a isto o homem tem necessidade de se conscientizar como elemento de uma coletividade orgânica, meta esta que não alcançou ainda.

Ora, se a guerra ainda subsiste, é porque não deixa de continuar a cumprir uma função útil. Ela serve para romper as barreiras que se erguem como fronteiras entre uma nação e outra, porque o fim da vida é o de unir, até fazer de todos os povos uma só nação. O melhor resultado da última guerra foi a idéia de criar os Estados Unidos da Europa. Também este é um passo ulterior no avanço progressivo da desordem do AS para a ordem do S.

Por enquanto subsiste ainda a luta de classe. Mas ela serve para a formação de grupos, e com estes ae uma consciência de grupo de dimensões sempre mais vastas. Assim se organizam as massas e as primeiras iniciativas tomadas neste sentido pelos vários socialismos e comunismos se expandem no

terreno das democracias, realizando um processo de organização mundial. A idéia de justiça social que antigamente era prerrogativa de um determinado partido, extravasa para além dos confins dos grupos que primeiramente a haviam pensado. Assim o princípio pelo qual a assistência ao pobre e a supressão ou a suavização das desigualdades econômicas é um dever, e se expande sempre mais no mundo inteiro inclusive nos regimes capitalistas.

Se as revoluções e as guerras exercem a função de amalgamar os povos e difundir as idéias, de tudo isto hoje há cada vez menos necessidade porque a unificação se alcança com outros meios, como as facilidades de comunicação entre todos os povos da Terra. Abriram-se assim sempre mais, as grandes estradas da vida, o que elimina cada mais a necessidade de recorrer aqueles velhos métodos baseados na violência. A vida, quando não tem mais necessidade da violência tende a eliminá-la porque, para alcançar os seus fins, pode substituí-la por outros meios.

Verifica-se, desse modo, que os métodos outrora indispensáveis para evoluir princípios de conduta antes fundamentais, sejam superados e abandonados. Então, por um processo natural de desenvolvimento, a violência, própria das níveis biológicos mais involuídos, tende a desaparecer. Acontece isso relativamente aos sagrados nacionalismos avaliados antigamente acima dos valores sociais. Começou-se a compreender que as guerras são vencidas somente pelos terceiros que ficam fora da luta. O mundo tende a coligar-se contra os provocadores de brigas considerados como um perigo público. É evidente que o processo evolutivo está pondo em ação uma nova técnica para realizar-se. E é natural que a vida prefira substituir os velhos pelos novos caminhos, porque estes dão melhor rendimento. Logo, os sistemas, antigamente em pleno vigor, tornam-se anacrônicos, porque não funcionam mais em nossos dias e são liquidados juntamente com os indivíduos que os personificam. Eis então que o sujeito que tivesse uma personalidade semelhante à de um grande chefe de outrora, poderia não passar, hoje, de um caso patológico, isto é, de um involuído a ser reeducado.

Antigamente o mundo era impregnado de espírito de domínio. Grande virtude era ser forte e vitorioso. A educação visava acima de tudo a inculcar a obediência, tanto que também a moral era imbuída daquele espírito de domínio inerente ao princípio de autoridade. A classe dos dirigentes procurava exercitá-la para ter todos submissos a ela. Agora todos estes sistemas de vida estão desaparecendo para darem lugar ao mais positivo e eficiente princípio evangélico da não resistência.

Eis que evolução e Evangelho caminham de acordo e convergem para a mesma meta. Vemos assim que o Evangelho visa a enfrentar o mesmo problema biológico que é para nós fundamental: o da luta pela vida. E vemos ainda resolvê-lo porque o enquadra num superior tipo de civilização, no qual a humanidade terá alcançado o estado unitário e orgânico. E é fatal que se deva evoluir até esta nova posição biológica, na qual o Evangelho é de necessária atuação e isto pelas próprias leis da vida.

XX

PRINCÍPIO DE RETIDÃO

Cristo mostrou ao Mundo a Lei do Pai. Por que o antagonismo Cristo-Mundo? Os dois opostos colaboram. Mestre de Redenção do AS ao S, Cristo é a ponte entre o Mundo e o Reino de Deus. A retidão e sua função saneadora. Aplicações no campo econômico. O fator moral do cômputo dos valores humanos. Evolução e retidão.

Chegado a este ponto o leitor poderá perguntar-se porque insistimos tanto na Lei de Deus e em sua aplicação neste mundo, e se isso não significa ter saído fora do tema deste volume intitulado **Cristo**. Pois tranqüilize-se o leitor, acima dos acontecimentos que circunstanciaram a vida de Jesus, foi nossa constante preocupação captar o aspecto fundamental e o mais profundo significado de Sua missão terrena, que consiste principalmente na revelação que Cristo nos fez da Lei do Pai, com o qual estava em contínuo contato, mostrando ao homem como deve vivê-la para poder elevar-se de maneira decisiva no caminho da evolução do AS para o S. Pelo mesmo motivo, deixamos também de lado as tradicionais construções de cunho mitológico que foram acrescentadas à vida e à figura de Cristo, insistindo em lugar delas sobre este outro aspecto que mais interessa ao homem, pois ele diz respeito à sua passagem de um plano de evolução a outro, superior. Este de fato é o maior fenômeno da vida da humanidade, o mesmo que hoje ela esta realizando com o preparar-se para assumir um tipo de civilização mais avançado

Ao homem que esta percorrendo este caminho Cristo mostra como meta a alcançar a Lei de Deus na sua forma mais evoluída, que é aquela a que se chega no S. Trata-se de emergir sempre mais do AS, que representa uma forma de vida inferior, que Cristo chama de mundo porque é aquela em que ainda se encontra o homem, contrapondo-a ao Reino de Deus que é o tipo de vida superior, ao qual se devera chegar no futuro por evolução. Temos assim uma contraposição, estabelecida por Crista entre o seu Reino e o mundo, entendendo-se este como uma fase atrasada e involuída da vida, destinada a ser superada numa fase mais avançada e evoluída. Trata-se de um antagonismo de posições biológicas situadas em dois níveis de desenvolvimento do único fenômeno da evolução.

Passamos agora a compreender a razão pela qual Crista condena o mundo. Esta condenação é recíproca. Eles se excluem porque Cristo e o mundo pretendem realizar-se em dois diferentes níveis evolutivos. O homem quer fazê-lo conforme a sua natureza no plano do mundo, enquanto Cristo quer atuar num plano mais alto, o espiritual. Mas por que o homem resiste se este deslocamento resulta em sua vantagem?

É a estrutura do ser que estabelece fase por fase qual há de ser a zona a que deve pertencer a fim de realizar-se à vontade. Sucede assim que ele nega as outras zonas que não constituem o elemento em que ele possa naturalmente satisfazer os seus impulsos. É assim que o ser aceita como positivo o que esta em seu nível, e repele como negativo o que esta fora, em um nível evolutivamente mais baixo ou mais alto, no qual não esta ambientado. É assim que o mundo, que corre atras de escopos materiais adequados ao seu plano evolutivo resulta negativo perante Cristo, que propõe realizações espirituais. Da mesma forma, visando Cristo as realizações espirituais do seu plano, aparece como negativo ao mundo que se propõe realizações materiais. É assim que cada um dos dois, sentindo-se positivo no seu nível, condena o outro como negativo, enquanto situado em outra posição evolutiva.

Sendo opostos os pontos de referencia, a posição que para o homem é positiva, para Cristo é negativa. Cada um dos dois tipos biológicos se realiza só no seu plano, de modo que a plenitude da vida de um é morte para o outro. Assim sendo, quando para o mundo a vida acaba, para o homem espiritual ela começa. Destarte lá onde há a plenitude do AS, ali há a negação do S; e onde há a plenitude do S, ali a negação do AS. É evidente que um demônio feito para viver no Inferno, não saberia viver no Paraíso; e um anjo, feito para viver no Paraíso, não poderia viver no Inferno.

Assim, colocando cada coisa no seu devido lugar, explica-se o fenômeno da inconciliabilidade entre o Evangelho e a realidade de nossa vida. As leis biológicas vigentes no planeta pertencem a um nível evolutivo diverso do que vigora no nível evolutivo a que se refere o Evangelho. Eis que ambas as morais tem razão, mas cada uma só relativamente a sua ubiquação. O antagonismo nasce da diferença de posições. A oposição entre os dois princípios é devida à distancia evolutiva que separa a atual realidade da vida da realidade em que a mesma se transformará futuramente. A presença do ideal num ambiente que lhe é adverso explica-se pelo fato de representar uma meta já a caminho de sua realização, mas num

presente que lhe é contrário porque de tipo oposto.

Eis como e porque o Evangelho existe na Terra apesar de sua aparente inaplicabilidade. Este fato que parece um absurdo representa, pelo contrário, uma função de contraste para fins de auto-elaboração e de conquista. Assim, não obstante o antagonismo, Cristo por meio de sua doutrina, se insere plenamente nas leis de nossa vida atual, como um poderoso fator de evolução. Daí a sua importância biológica. O ideal não é sonho vão, mas uma verdadeira antecipação de realidade a alcançar, que, à guisa de uma luz esplendorosa, mostra ao homem o caminho mais seguro para avançar com o seu esforço até chegar ao S, emergindo do AS. Eis como o ideal cumpre a sua função no AS. Eis porque Cristo, que tinha compreendido bem a essência do problema, pregou o ideal na Terra.

Assim se explica também e se justifica — apesar de sua aparente falsidade — a posição de um ideal pregado na Terra mas não praticado. Prega-se esse sonho porque é belo e, por isso, desejado e amado. Eis porque, quando se trata de realizá-lo deveras o homem tem que arcar com as resistências desse diferente plano de vida que não é feito para favorecer esse caminho ascensional. E então, a resultante do encontro entre as duas forças opostas é o caminho oblíquo da hipocrisia que concilia ambas as exigências: aquela vertical da ascensão e a horizontal da adesão a solidez da matéria.

Como modelo o ideal propõe Cristo e sua mansidão, enquanto a vida na Terra propõe o animal forte e esmagador. O super-homem do Evangelho esta nos antípodas do super-homem de Nietzsche. Ambos visam o seu próprio reino, que para um é o Céu e para o outro, a Terra. E cada qual se propõe a alcançá-lo com o seu próprio sistema. Eis que não há razão de escandalizar-se e condenar, pois cada um vive no seu próprio nível evolutivo, que constitui o fundamento, isto é, a máxima de seu comportamento moral. De fato é daquele nível que decorre o critério de julgamento do indivíduo, acerca daquilo que há de considerar bem ou mal. Moral relativa a. própria natureza, segundo a qual uma coisa é boa ou má. Então é natural que um involuído se recuse a viver um tipo de vida para o qual não esta preparado ainda.

É por isso que na pratica temos um Evangelho vivido por percentuais e aproximações mínimas, conforme a maturidade de cada indivíduo. Mas que fazer se não se pode exigir mais de quem não é maduro e se o estado de involução não permite mais? De quem está a caminho não se pode pretender que já tenha chegado, de quem vai à escola não se pode exigir que já seja doutor. Não é possível que um indivíduo acostumado a viver no AS se liberte de vez de seus hábitos para viver conforme o S; não conseguiria, nem teria a força de resistir a pressão do ambiente de tipo AS em que vive. Cada um dos dois tipos de vida não admite espaço para o outro. O indivíduo do AS, para voltar ao S, não pode endireitar-se de repente, mas só mediante longo e doloroso esforço.

O AS é ambiente de luta sem trégua entre egocêntricos rivais, de modo a não deixar margem ao consumo de energias necessárias a conquista de ideais. Também estes implicam um desgaste de energias que somando-se ao da luta terrena, põe em perigo o êxito desta última. Não se pode fazer guerra e vencê-la em duas frentes. Quem vence na Terra perde a partida no Céu e quem vence no Céu a perde na Terra. Cada um faz a sua luta e a vence no seu próprio nível. Ou se realiza no plano humano ou no super-humano. Para poder dar o salto do primeiro ao segundo é necessário, antes de mais nada, ter construído as pernas adequadas para tal fim. Daqui se vê quanto seja perigoso para os imaturos se aventurarem em arrivismos espirituais, baseados na hipocrisia e no orgulho. A via é longa e cheia de dificuldades.

O que pode então acontecer com os princípios de ordem, bondade, amor, de que é feito o S, quando transferidos entre os imaturos no AS na Terra, pode-se ver claramente pelo modo com que o ideal é utilizado para condenar o próximo que não soube observar tais princípios. Esse ideal é assim usado em posição emborcada, isto é, para acusar os outros em vez de o ser para evoluir a si próprio. Dado que praticar o ideal constitui um estorvo, prefere-se colocá-lo nas costas dos outros em vez de o colocar sobre suas próprias, cobrindo-se, assim, mas só aparentemente sob o manto da virtude. Assim desgraçadamente a palavra ideal acabou por adquirir um sentido de mentira em vez de ascensão evolutiva, tanto que aquele termo não se pode usar sem que seja entendido no primeiro significado, e não no segundo. É por isso que insistimos em explicar o que entendemos pela palavra ideal.

* * *

Sabemos que a vida é desperdiçada se não é utilizada para evoluir. Mas cada um em seu nível, cumpre o trabalho que lhe é apropriado, de acordo com a sua posição no caminho da evolução. O homem da Terra faz aqui sua experiência de tipo terreno, enquanto o homem evoluído enfrenta no mesmo ambiente as provas espirituais. Mas ao mesmo tempo em que cada um se realiza, não deixa de permanecer solidariamente unido a todos os outros. Vejamos dois casos típicos desta coincidência de opostos, em que cada um cumpre a sua parte: a do homem do Céu no seu âmbito espiritual e a do homem do mundo no seu plano material. Ambos são necessários para realizar a descida dos ideais na Terra, fenômeno fundamental para os fins da evolução. Se o apóstolo Paulo não tivesse operado a propagação do Evangelho e se a Igreja não se organizasse política e economicamente em função da construção terrena do ideal cristão, a doutrina de Cristo teria corrido o risco de ficar desconhecida na Palestina. Analogamente, se São Francisco não tivesse tido em frei Elias um homem prático, construtor de basílicas e conventos, sua memória dificilmente teria transposto o âmbito restrito das lendárias crônicas campesinas da Umbria. Assim colaboraram S. Francisco e Frei Elias, apesar deste, devido à natureza material de seu trabalho ter julgado S. Francisco apenas um visionário, o que levou os fiéis aos ideais da pobreza (como Frei Leão) a julgarem Elias como um traidor. Eis que a própria vida realiza seus fins mediante a junção de dois fatores complementares: o instaurador do ideal e seu prático realizador. Sem esta união integrante, o primeiro, sozinho, dificilmente fixaria na Terra suas sublimes visões do mundo celeste, enquanto faltaria ao segundo a idéia fulgurante sobre a qual construir. Eles colaboram, sendo os dois necessários, porque se enquadram ambos nos superiores desígnios da Lei da evolução.

Assim, o tipo idealizador e o tipo realizador vivem uma vida completamente diferente. Cada um segue aqueles que para ele são os maiores valores, deixando os outros de lado. Há quem esqueça sua alma dominado pela preocupação de enriquecer e quem afaste a riqueza como um obstáculo à ascensão. Para eles os pontos de referência e os objetivos da vida são completamente diversos. Embora em posições aparentemente divergentes, os opostos se integram convergindo para o mesmo fim, porque no fundo são ambos complementares, um no mais restrito âmbito terreno, o outro na mais ampla economia da esfera celeste. E ambos são úteis porque cada um no seu nível e no seu específico campo de ação, permitem que o trabalho da evolução se realize.

Podemos assim compreender as duas posições no seu lado específico: positivo e negativo. A vida para o homem espiritual não é só rejeição dos valores do mundo mas é também operosidade de conquista dos valores do Céu. Por outro lado, o homem do mundo repele estes valores do Céu, mas conquista os da Terra. Tanto o evoluído como o involuído são ambos ativos, mas cada um só do seu lado, e são negativos do lado oposto. Assim, — cada um no seu nível — realizam a sua construção, e cumprem o seu trecho do caminho evolutivo. São, deste modo, importantes, ambos, relativamente à sua particular posição. Isso é verdadeiro para todos: não se pode sair repentinamente do próprio nível, porque quando se é imaturo não existe outro caminho senão ficar na Terra para aprender neste plano e, quando se está maduro, não há outro caminho senão ir embora para subir a um plano de vida mais alto. O imaturo que fica ligado à Terra está muito satisfeito, a tal ponto que, por falta de conhecimento, julga louco o outro que aponta para o Céu. Um alcança riqueza, glória, poder e os perde com a morte. O outro alcança a visão de Deus, o que é conhecimento e identificação com a Lei. Mas o primeiro, da visão de Deus não sabe o que fazer porque não a compreende, assim como o outro não pode perder tempo com os triunfos terrenos porque tem outras metas a alcançar. Trata-se de dois biótipos diferentes, cada um dos quais sabe fazer uma coisa, porque está situado em nível diverso da escala evolutiva. E ambos são sábios e têm razão em relação a posição que ocupam e são ignorantes e não têm razão na outra. É certo que o homem espiritual é negativo na Terra, mas é positivo num plano superior onde o outro é negativo. Então para

sobreviver num ambiente adverso como é o AS, o evoluído não pode deixar de, com sua conduta, entrosar-se com a positividade do S da qual a sua natureza mais se aproxima. Pelo fato de os maduros já viverem os princípios do S: estes podem vigorar para aqueles até no AS. Eis porque tencionamos — no fim deste capítulo — insistir na retidão, depois de a termos apresentado no capítulo XVIII como um método de defesa para sobrevivência.

Compreende-se assim a necessidade que tem o homem espiritual de referir-se a Deus ou à Lei, segundo o exemplo de Cristo que apelava ao Pai a fim de não perder o contato com o plano superior do S, ali haurindo alimento para sustentar-se e vencer no mundo, para Ele terra inclemente. Assim se compreende a vida e a paixão de Cristo em termos positivos, em função da evolução como prerrogativa fundamental da sua existência. Desse modo não nos colocamos aqui perante elucubrações teológicas mas perante uma realidade biológica que interessa ao homem de todas as raças e religiões. Isto porque a evolução é lei universal, positivamente existente em cada tempo e lugar. Nos encontramos perante um fenômeno suscetível de experimentação e de análise, porque sempre presente e sempre atuante. Falamos não só de uma positividade exterior que se limita como a ciência à realidade do plano físico, mas também de uma positividade interior que penetra com métodos objetivos na realidade do mundo espiritual, com tais métodos alcançados a estrutura imaterial desse mundo. Isto conduz o conceito de evolução a um mais alto nível, o pensado por Cristo, qual fenômeno de redenção.

Com Cristo a evolução torna-se redenção, o problema da ascensão biológica converte-se no problema da salvação. Mas o fenômeno é o mesmo, seja ele visto sob o aspecto científico ou sob o aspecto religioso. Compreende-se, assim, que os dois problemas constituem uma realidade só, e que, deste modo, a doutrina de Cristo se nos revela à guisa de uma técnica evolutiva, enquadrada na biologia universal do espírito. Dessa forma a evolução é vista por dentro, nas suas mais profundas razões e impulsos, qual segunda parte do ciclo involutivo-evolutivo, como regresso ao S, depois da Queda no AS. O regresso ao S é o regresso ao Pai, redimido da Queda no AS, por meio da evolução. Trata-se do mesmo fenômeno que, expresso em termos científicos, chama-se evolução, e, em termos religiosos, redenção. O Reino de Deus consiste no estado evoluído e o mundo no estado ainda involuído, a caminho da realização da Lei. Este é o significado da doutrina da redenção. Eis que com esta sua doutrina Cristo ocupa a posição central no âmbito do maior fenômeno da existência, — a evolução — por que ele representa a restauração do Universo despedaçado.

Cristo se coloca ao centro entre os dois termos AS e S, e assim se nos apresenta como uma ponte que permite a passagem do primeiro ao segundo estado e como guia no caminho da evolução que conduz ao Sistema. Cristo pode fazer isto porque situado simultaneamente nas duas diferentes dimensões: Ele vive em contato com o Pai, isto é, a Lei ou S, mas ao mesmo tempo vive encarnado em nosso mundo, isto é, num organismo de tipo animal, e — embora sem aceitá-lo — no nível biológico do involuído. Em tal posição Cristo opera como anunciador do Reino de Deus, lançando a Boa Nova para o mundo, elemento oposto a ser civilizado que justamente por sua baixeza, é indispensável ao Cristo para realizar Sua missão redentora. Sem esta finalidade de salvação obtida, transferindo o baixo para o alto, a paixão de Cristo careceria de sentido. Eis que o mundo, embora tão execrado, é para Cristo um necessário campo de trabalho, onde semear os princípios da Lei do Pai.

Foi por isso que, para falar de Cristo, tivemos de nos referir sobretudo a essa Lei, porque só foi em função dela que se realizou a encarnação e paixão de Cristo. Esta é a verdadeira história de Sua vida, vivida em função do Pai, história interior que as vicissitudes exteriores deixam apenas entrever. É assim que no pensamento de Cristo quisemos reconhecer o pensamento do Pai que é a substância de todo o fenômeno da redenção, pensamento do qual o Cristo não é senão o espelho e o mensageiro. É assim que neste volume, em vez de se insistir nos episódios terrenos da vida de Cristo, fomos à fonte e procuramos expor o pensamento que Cristo seguiu e que nos dá o significado de Suas ações. É justamente na revelação da Lei — isto é, do princípio de bondade e justiça que tudo rege — que há de ser vista a essência da Boa Nova trazida a Terra por Cristo.

Pudemos, assim, alcançar, do Cristo, uma visão cósmica, isto é, não já limitada apenas a vida terrena, mas projetada, pelo Ser, em direção aos mais elevados planos da evolução, aqueles em que, realizada a imensa viagem do ciclo queda-salvação, regressa o mesmo ao S. As vicissitudes humanas da vida de Cristo o diminuem porque O rebaixam ao nível humano, não nos deixando captar a parte mais importante do fenômeno que não é a que se volve para o mundo, mas a que tende para o Pai. É assim que, em vez de aderirmos ao hábito de citarmos trechos dos Evangelhos, procuramos apontar em Cristo o elo de conjunção entre a Lei e o mundo, nele reconhecendo quem propôs e realizou uma efetiva aproximação entre o AS e o S, transpondo a imensa distância que os separa.

Pudemos assim logicamente resolver o que parecia uma insanável contradição entre a Lei e o mundo, considerando-os como duas diversas posições do mesmo fenômeno. Observando o Evangelho sem esta interpretação, acabaríamos endossando a crítica que muitos hoje lhe dirigem, pela qual permanece, o mesmo, anacrônico e inaplicável. Pelo contrario, seguindo — como seguimos — bem diversa orientação, chegamos a conclusão de que a doutrina desse Evangelho pode ser vivida, também hoje, apesar de os tempos terem mudado, e poderá ser mais fielmente vivida no futuro. Conseguimos isto transferindo o Evangelho daquela tradicional atmosfera de retórica a qual estávamos há séculos acostumados, a qual lhe impediria de sobreviver em novo mundo que está nascendo procuramos assim fazer de uma coisa morta uma coisa viva e indispensável a vida, e isto seguindo o pensamento de Cristo, que se propunha a levar a luz do S ao AS para salvá-lo, isto é, a Lei do Pai ao nosso mundo para redimi-lo.

Esta nossa visão do Cristo não colocado apenas no tempo, no seu momento histórico, mas no seu aspecto eterno de manifestação do Pai, fora do tempo, como universal princípio de redenção, pareceu-nos necessária para fazer sobreviver a figura do Cristo através da atual revolução e desmoronamento de valores. Sem dúvida, libertar-se de muitas superestruturas do passado é hoje indispensável, mas é também necessário evitar o erro — no qual é fácil precipitar — de destruir, junto com o velho, valores que são preciosos para a vida.

* * *

A função do Cristo foi, pois, a de fazer descer a Lei do Pai dos altíssimos planos do Absoluto — tão longe da realidade de nossa vida — até o nível humano, convertendo aquela Lei numa norma moral diretora de nossa conduta. Cristo expressou assim a qualidade central da Lei, que é a positividade (S), em oposição a qualidade dominante no mundo, que é a negatividade (AS). Cristo expressou tal positividade na forma de retidão, isto é, de prática da honestidade e da justiça, indicada como meio de endireitamento do emborcamento provocado pela queda, ou seja, como meio de redenção e salvação. A função do Cristo é de transportar do S para o AS este princípio saneador, enxertando-o no AS, a fim de elevar este último até o S. Assim na prática de nossa vida a Lei do Pai se identifica com a prática da retidão, isto é, de uma universal positividade de conduta que nos corrige e portanto nos redime da negatividade do AS. Desse modo o Evangelho representa uma técnica reconstrutora de positividade, e é por esta razão que o mesmo significa redenção.

Encontramo-nos, assim, perante os seguintes conceitos que entre si reciprocamente se entrosam; a Lei do Pai anunciada por Cristo; sua descida na Terra graças a Ele, enquanto representante do Pai; a norma moral da retidão indicada como via de salvação; a correção do erro e a redenção por meio da dor. Vê-se, claramente, tratar-se de um processo de endireitamento oposto àquele de emborcamento operado pelo mundo. As duas posições estão nos antípodas, e a primeira (Lei, S) corrige a segunda (Mundo, AS) por meio da evolução que realiza a redenção.

Eis que a substância da doutrina de Cristo consiste num processo de reconstrução da positividade ou saúde num ambiente contaminado de negatividade, processo, este, decorrente de uma vida

de retidão, a qual equivale ao regime que cura a doença. A retidão é salvadora porque é positiva e — conforme a ordem da Lei — corresponde ao método do S. Não está escrito que não se possa viver neste sentido mesmo estando no mundo. Isto será difícil mas não impede que possamos comportar-nos conforme tal ordem apesar de mergulharmos na desordem do AS. Mas o escopo da fadiga necessária a evoluir consiste exatamente em lutar pela realização do Reino de Deus, embora possamos estar situados num ambiente de baixo nível evolutivo. E o indivíduo que automaticamente vai situar-se ao longo da escala evolutiva bem no ponto que corresponde à sua natureza. E se este encontra-se em baixo é por isso que ele precisa subir, o que no âmbito religioso se exprime pelo termo de redenção, e do ponto de vista científico exprime o conceito de evolução. Trata-se do mesmo fenômeno no centro do qual Cristo se inseriu.

Procuremos imaginar como poderá ser um novo mundo no qual, passando-se da retórica à prática, seja consentido começar a realizar no AS este princípio de retidão que é próprio do S. A retidão a entendemos aqui no vasto sentido de positividade em qualquer campo, o que significa altruísmo, construtividade, espírito de colaboração e unificação que levam ao estado orgânico da sociedade baseado na ordem, ao mesmo tempo em que afastam do egoísmo, da destrutividade, do separatismo, do espírito de rivalidade e da agressividade determinantes do caos do AS. São estes últimos os fatores doentios que vão contra a vida, conduzindo ao sofrimento, enquanto a retidão é a via saudável que conduz a plenitude da vida.

Forneçamos um exemplo para ver de que maneira o princípio de retidão próprio do S pode descer ao AS, observando um caso em que um aspecto da Lei pode ser aplicado neste nosso mundo. Veremos, a seguir, como pode isso acontecer, sem recorrer a nenhuma religião, só com base na lógica e na inteligência, mediante o cálculo sublime da vantagem de introduzir no campo econômico o fator moral.

É um fato positivo — que averiguamos experimentalmente — pelo qual cada pensamento e ação constituem a projeção de um impulso que, no desenvolvimento de nossa vida, estabelece uma trajetória, ou de tipo positivo que redunde em nossa vantagem, ou de tipo negativo, que nos leva para o nosso prejuízo. Esta lei funciona também no campo econômico. Tem suma importância portanto, para os efeitos que disso derivam, levar em conta os meios pelos quais um determinado bem foi por nós adquirido. O tipo de caminho trilhado para tal estabelecer a natureza positiva ou negativa daquele bem. Isto significa que se aqueles meios foram ilícitos, tal aquisição será malsã, maldita e nociva; se, ao contrário, aqueles meios foram conforme a retidão, tal aquisição será sadia, bendita e benéfica.

Vê-se disso que embora não se costume levá-lo em devida conta o fator moral tem um peso real mesmo no campo econômico. De tal positividade ou negatividade, com as respectivas conseqüências, pode estar impregnada tanto a substância mal obtida quanto a pessoa que mal agiu para obtê-la. Há assim indivíduos cheios de riqueza e de poderes, mas de tipo negativo, que em tudo são destrutivos, e há indivíduos pobres de meios e de poderes, mas de tipo positivo, que são construtivos em tudo. Eis que tanto as coisas quanto as pessoas estão encarregadas de impulsos, e de automatismos, que as impulsionam para a salvação ou para a ruína.

Do primeiro posicionamento que constitui a carga recebida a partida depende o imponderável que depois fatalmente pesa e decide sobre coisas e pessoas. Constitui-se ele do fator moral com seu sinal positivo ou negativo, isto é, sadio e portador de bem conforme justiça ou doentio e portador de mal, se contra a justiça. Entretanto, um elemento tão fundamental permanece desconhecido nos cálculos de quem quer alcançar o sucesso e ser vitorioso na vida.

Apercebemo-nos, então, que a técnica para a solução de tão importante problema, hoje tão vivo em nossa sociedade, se faz mais profunda, mais sutil, mais inteligente e completamente diversa da dos velhos métodos usados para vencer. Segue-se disso que o tipo do assaltante, do atravessador desonesto, resulta ser um ignorante das leis da vida, destinado portanto ao insucesso e a pagar pelo seu próprio erro. Eis então que a vida tende a selecionar um novo tipo biológico dotado de outras qualidades que o fazem

vencedor em lugar de qualquer outro tipo, que conjuntamente com o insucesso é impelido para os mais baixos planos da evolução.

Cria-se assim uma nova forma mental e um novo modo de agir, primeiramente na elite dos vencedores que depois, descendo até às massas, procura deste modo, construir um tipo novo de sociedade humana, regido pelas leis biológicas de um mais alto nível evolutivo. Trata-se de uma verdadeira revolução que leva para o primeiro plano e a um grau de plena eficiência como elemento de valor e de conquista, não a agressividade guerreira, mas a retidão de comportamento, qualidades sufocadas num mundo involuído e caótico, mas extremamente desenvolvida num mundo evoluído e orgânico.

Para chegarmos a mais precisas conclusões práticas, restrinjamos o campo de observação ao funcionamento do fenômeno da riqueza. A conclusão é que uma riqueza alcançada por caminhos escusos esta inquinada de negativismo e é, por isso, pernicioso para quem a possui, sendo portanto conveniente que se liberte dela. Compreende-se então que em certos casos ser rico pode significar um débito a pagar, enquanto ser pobre pode constituir uma posição bem melhor, porque isenta de tal condenação.

Poder-se-á então estabelecer — a guisa de exemplo — a seguinte contagem: se eu possuo 10 unidades de valores econômicos mais 10 unidades de valores morais ao positivo (isto é, de mais retidão) será como se eu tivesse 20 unidades de valores positivos a meu favor. Se, pelo contrario, eu possuo 10 unidades de valores econômicos mais 10 unidades de valores morais ao negativo (isto é de menos retidão) será como se eu possuísse 20 unidades de valores negativos em meu prejuízo e zero unidades em minha vantagem, isto é, sou mísero e endividado. Se, pelo contrario, eu possuo 10 unidades de valores econômicos mais 100 unidades de valores morais ao negativo (isto é, de menos retidão) será como se tivesse 110 unidades de valores negativos em meu prejuízo, ou seja, é como se possuísse um montão de débitos a pagar. Eis que no campo econômico o fator moral pode tomar a dianteira e assumir uma função decisiva, porque é ele que confere à coisa possuída o seu caráter benéfico ou maléfico, de positividade ou negatividade. Então para saber o real valor de um capital, é necessário calcular o grau de positividade (mais retidão) ou de negatividade (menos retidão) que ele possui. Segui-se disso que um pequeno capital honestamente ganho pode valer bem mais que um grande capital mal ganho, que pode representar uma verdadeira desgraça para quem o possui.

Destarte o cálculo das unidades de valores econômicos deveria ser integrado pelo cômputo das unidades de valores morais, isto é, de mais retidão, a crédito, ou de menos retidão, a débito, e isso perante a Lei, que os aquilata e os torna eficientes. Tratando-se de um princípio universal, qual é o da positividade e o da negatividade, poder-se-ia o mesmo aplicar a todo tipo de trabalho, a cada elemento do sucesso, a cada campo de atividade. Então o caminho de uma vida será ascendente ou descendente em proporção a percentagem de positividade ou negatividade que cada vida contém, e as probabilidades de se resolver em bem ou em mal dependerão de tal percentagem.

Ora, além de um certo limite de suportaçao a doença o da negatividade torna-se mortal. Mas a incessante tendência da vida consiste em sanear, com a sua positividade, essa negatividade. O que é possível em virtude da presença do S no centro do AS. Esta automática cura da doença de nosso organismo moral é um fenômeno análogo a cura que a vida executa espontaneamente das doenças de nosso organismo físico. O que é doente é o AS, o que é sadio é o S. E por isso que a tarefa de curar é própria do S, sendo esse o motivo pelo qual Cristo se colocou perante o S. É então evidente que a negatividade não passa de uma doença própria do lado negativo do existir, doença esta que cumpre ao centro positivo curar totalmente. Compreende-se, assim, a tendência natural á restauração da saúde por parte da vida em cada nível.

Isto é inerente ao processo evolutivo, que consiste na extinção da negatividade dos elementos do AS, para reconstruí-los em posição de positividade, quais elementos do S. De fato o impulso motor da evolução é dado pela força de atração da positividade do S, a qual a esta meta suprema quer reconduzir os elementos negativos do AS. Eis então que o principio da retidão, sendo positivo e solidamente radicado no fenômeno da evolução que representa o S, é destinado a realizar-se sempre melhor quanto mais evolve

em direção ao S, como é fatal que aconteça. Assim o impulso do S, saneador do AS, deverá transformar em forma de mais retidão a doença da menos retidão; de modo que o primeiro tipo de vida está destinado a afirmar-se prevalecendo sobre o segundo.

Vimos todavia como, em nosso plano de evolução, a vida tenda, pelo contrário, a selecionar o mais forte fazendo dele um opressor do mais honesto. Qual é então a técnica que a vida utiliza para fazer triunfar a retidão sobre a força? Como pode ser resolvido o problema da sobrevivência mediante um método tão alheio ao da força, como é o da retidão? A resposta está no fato de que cada um dos dois métodos é proporcionado às diversas condições de vida e aos diferentes níveis de evolução. O método da força é apropriado à defesa da vida no plano animal, que é de tipo individualista separatista, num regime de caos, enquanto o método da retidão visa à defesa da vida no plano do evoluído, que é de tipo coletivo orgânico atuante num regime de ordem. É assim que a vida é levada por evolução a passar do primeiro ao segundo método.

Mas como funciona tal técnica de vida e como se realiza, na prática, uma tal transformação? O homem, dado o conhecimento limitado do seu nível de evolução e dadas as qualidades do mesmo, julga inicialmente, que baste tornar-se o mais forte para ter direito a vencer, impondo-se acima de todos. Mas eis que, vivendo ele em sociedade, quanto mais a vida se torna coletiva, tanto mais nocivo se torna ele para a comunidade devido a seus impulsos egoísticos. E, por isso, a coletividade reage em sua própria defesa, procurando destruí-lo. Eis que, paralelamente, e em proporção à força dele cresce a capacidade de defesa dos outros. Eis que a vitória do egoísta prepotente produz o efeito contrário e torna-se uma derrota, porque provoca e atrai uma reação em seu prejuízo.

Ninguém se sente naturalmente impulsionado a matar um inocente passarinho, mas cada um pode ver-se induzido a matar uma perigosa serpente. Eis que a força que é positiva em certo nível, torna-se negativa num nível superior. Eis como a vida elimina essa força quando pretenda a mesma transferir-se a um plano mais elevado. A civilização tende de fato a tudo disciplinar na ordem, mediante a eliminação da força. Assim sendo, o melhor e o mais favorecido pela vida não é mais o homem forte, mas o homem honesto. Revelando-se este benéfico aos outros, acaba sendo aceito por todos e sua posição torna-se mais segura que a do forte. Eis como a retidão se torna um valor positivo em favor da vida.

É um fato inegável que a seleção biológica tende a assumir uma nova direção, logo que se supere o nível animal. Esta transformação é automática. Para cada defeito a vida provoca — poder-se-ia dizer — a formação dos respectivos anticorpos, porque faz nascer uma reação proporcional com funções corretivas. Assim a cada qualidade negativa, corresponde — com funções positivas salvadoras — uma contrapartida positiva. Assim à força de golpes e contragolpes de ação e reação, se realiza a evolução. Quando se olha em profundidade se vê quanto a vida é perfeita. Mas é necessário encará-la em relação aos fins que ela deve alcançar. Ela parece mal feita porque o homem, qual ser colocado de cabeça para baixo no AS, quer dobrá-la aos seus fins egoísticos. É natural então que, deste ponto de vista, a vida pareça ilusão e traição. Vê-se, porém, quanto ela seja sábia, quando nos apercebemos que é feita para evoluir e não para gozar na inércia, sendo que, para evoluir, é necessário experimentar e — esforçando-se e sofrendo — aprender.

Pretender-se-ia até fugir à morte. Mas precisamos compreender que uma vida terrena, eterna, representaria, ela sim, a verdadeira morte, porque deteria o transformismo ascensional da evolução.

CONCLUSÃO

A Lei e seu significado. Para Deus a Satanás pelo sangue do Filho, o resgate da humanidade? A visão de Deus em forma emotiva e em forma mental. A sensação da presença. O cientista e o místico procuram o mesmo Deus por caminhos diversos. Na visão — sublimação do ser — encerra-se no vértice da obra, a história de uma alma em evolução.

O que registramos no término do presente volume como conclusão da Obra e de uma vida — como seu centro — é a Lei de Deus. Ela aparece após um caminho de maturação que, para quem o realizou, representa o maior rendimento útil que se pode obter do trabalho de haver vivido uma vida. O Mundo, Cristo, o Pai, o fenômeno da evolução do AS para o S revelam-se agora como integrantes de um só organismo de conceitos, que — pelo menos como orientação — aponta a solução de todo o problema do saber considerado em suas linhas fundamentais.

Assim nos encontramos agora perante o imenso panorama da Lei, na qual tudo o que existe encontra o seu lugar e se explica observado de sua verdadeira e justa posição. Tudo, com efeito: se torna harmônico e lógico, quando assim conseguimos olhar em profundidade, quando — através das trevas do AS em que estamos mergulhados — logramos ver a luz proveniente do centro do S.

A Lei nos mostra uma verdade que não é relativa, pois constitui o grande Organismo no qual se coordenam todas as verdades relativas, cada uma na sua exata posição e função. A Lei não pode ser confundida como uma das tantas teorias e ideologias construídas pelo homem, para interpretar a seu modo a realidade, mas é a realidade vista pelos olhos penetrantes do homem maduro que rasga o véu das aparências. A Lei não é uma verdade particular ou de grupo, concebida com o fito de combater e vencer outros grupos. A Lei é a verdade universal, válida em todos os tempos e em todo lugar; é a realidade que, em nós e em tudo quanto nos cerca, atua de tal maneira que a sua presença pode ser verificada experimentalmente em cada momento e em cada fenômeno. Assim sendo, o que realmente vale não é o fato de pertencer nominalmente a este ou àquele grupo religioso, mas o nosso efetivo comportamento perante a Lei.

Ela é uma norma de justiça que não se encontra escrita neste ou naquele código, pois preside a cada movimento do ser, a tal ponto que recolhemos — em bem ou em mal — as justas conseqüências de cada um dos nossos pensamentos e ações. Assim, para cada erro, funciona a Lei como escola de correção com o único objetivo de salvar. Ela nos explica a razão de ser da dor enquanto conseqüência direta da persistente humana vontade de errar, assim como explica a sua função redentora, inserindo-a qual instrumento de evolução, na lógica do Organismo universal.

A Lei nos ensina que a felicidade se conquista evoluindo e que a condição de maior poder e vantagem é a da retidão. Sabemos, assim, que a dor não é sempre apenas uma conseqüência do erro, pois, constitui-se, ao mesmo tempo, num eficiente catalisador do próprio mecanismo da evolução, equivalendo à própria tensão do esforço necessário para ascender e à necessidade de arrancar as próprias raízes plantadas no pólo negativo. Tal trabalho é dura fadiga, porque deve vencer as opostas forças do AS, que atacam, para detê-lo, quem tenciona subtrair-se a seu maléfico império. Isto porque elas sabem que quanto maior for o número dos seres que ascendem ao tanto mais esvazia-se o AS, significando isso o seu próprio fim, com a vitória de Deus. Cristo quis ensinar-nos sobretudo este tipo de dor-sacrifício, necessária, conforme a justiça da Lei, para atingirmos a alegria do S. Esta é a dor-resgate da grande queda, uma dor radical inerente a vida, e a fadiga necessária ao próprio endireitamento no S mediante a superação do AS.

Há, pois, uma razão profunda que explica e justifica a existência da dor. Ela redime e salva. E ela que dá um significado a vida, porque é a disciplina que ensina, é o método mais eficiente de libertação do mal, limpando-nos da lepra do AS, que estava grudada em nossa pele. Assim a dor é um instrumento de evolução. Podemos, pois, defini-la como um processo saneador consistente na remoção de toda a negatividade do AS até eliminá-la toda na positividade do S.

Mas quem conhece a Lei sabe que durante tal operação cirúrgica não está só, porque apesar de atuar, a mesma, no terreno negativo do AS, é dirigida pelas forças positivas e benéficas do S, que fazem sofrer apenas o mínimo necessário a permitir a recuperação da saúde. Quem é contra tal operação é o AS. O S, pelo contrário, faz passar por esta dor para compensá-la depois, conforme a justiça, mediante a felicidade a qual se tem então direito, porque ela foi conquistada e paga. Cristo nos precede neste caminho e nos espera de braços abertos bem no ápice da escala da evolução, para fazer-nos ingressar no Sistema.

O involuído luta e sofre nas trevas. Mas quanto mais se evolui tanto mais se adquire consciência da Lei, da ajuda necessária conforme a justiça, conquistando-se, deste modo, a paz interior que se torna independente das tempestades do mundo. Para nós o conceito científico de evolução coincide com o religioso da redenção. Constatamos, então, que esta não é apenas uma concepção teológica, mas também uma realidade biológica positiva. É o conhecimento da Lei que nos permite colocar no presente volume a vida de Cristo como um retorno do AS ao S, seguindo a Lei que estabelece que o caminho da salvação é o próprio caminho da evolução. De outro modo aquela vida não se poderia compreender porque é absurdo que Deus tenha sido constrangido pelo poder de Satanás a pagar a este — pelo sangue de seu primogênito — o resgate da humanidade que foi induzida ao pecado por instigação de Satanás. Como pode Deus justificar esta culpa até o ponto de reconhecer uma dívida própria para com Satanás, isto é, uma dívida da justiça para com a injustiça? Constitui-se num emborcamento de tipo AS o admitir que o bem tenha o dever de reparação para com o mal por ter feito o bem. Justificando semelhante absurdo, conceberíamos e converteríamos Deus numa espécie de servo de Satanás. Tudo isto é evidente para quem compreendeu a Lei.

Quem compreende o significado da Lei não se limita a um mero ato mental e não poderá deixar de vivê-la. Passa-se, assim, irresistivelmente, da simples visão à atuação e aos necessários efeitos de maturação evolutiva, pois a Lei não é só pensamento, mas também vontade e potência realizadora e impulso criador e, enquanto tal, tende a manifestar-se logo que encontre o caminho aberto.

Eis que compreender a Lei, vivê-la e evoluir para o S, são momentos conexos e contíguos do mesmo fenômeno.

Alcançar a visão da Lei significa atingir a visão do pensamento de Deus, e, quando nos construímos com olhos apropriados, como fazer para não ver aquele pensamento se ele está presente em cada lugar?

Desde o instante em que descobrimos a lei que regula o desenvolvimento de um fenômeno, começamos a ler no pensamento de Deus. Para nós que vivemos na periferia apresenta-se este como subdividido em mil ramificações, mas logo que penetramos com o olhar para além da superfície das coisas e das aparências fenomênicas aquele pensamento se torna sempre mais evidente, vivo e unitário. Isto até o ponto em que se percebe um deslumbrante centro de luz, que como princípio unitário dirige todo o Universo. Compreende-se, assim, porque o monoteísmo é uma concepção mais central e mais verdadeira, porque unitária, do que o politeísmo que é periférico separatista.

É esta em síntese a visão que de Deus se pode atingir no plano mental. Mas ela se pode alcançar também no plano emotivo, isto é, não só por meio da razão, mas também pelas vias do sentimento. Esta visão é o ponto culminante a que tende a nossa Obra e que alcançamos agora ao concluí-la. Nos primeiros doze volumes nos mantivemos sobretudo no plano emotivo, seguindo a visão no seu aspecto místico, pelas vias do sentimento. Nos doze volumes sucessivos desenvolvemo-la no plano racional, mais consciente e controlado. Procuramos, assim, aproximar-nos desta visão seguindo ambos os caminhos hu-

manos, para dela alcançarmos o mais completo conhecimento possível.

A primeira Obra é exclusiva, ardente de entusiasmo, baseada prevalentemente na fé; a segunda Obra é trabalho de controle, baseada na razão. Assim o produto de tipo intuitivo é elaborado sobre outro plano, sendo, sempre que possível, submetido à observação e à experiência, em contato com a realidade. Isto era necessário, porque é perigoso abandonarmo-nos apenas à fé que poderia ser tomada como uma fantasia ou um mero produto dos impulsos do subconsciente. A primeira Obra é um produto intuitivo do superconsciente, que está situado acima da consciência normal; a segunda Obra é o resultado de um exame operado pela mesma consciência no plano racional, é o efeito de um desdobramento equivalente a absorção e assimilação daquilo que foi intuído, até constituir-se numa qualidade pessoal de conhecimento adquirido.

Vê-se, disso, como esta dúplici Obra não é apenas um trabalho de tipo literário — uma espécie de exercitação e realização mental — mas o resultado de um amadurecimento evolutivo realmente vivido por quem a descreveu e que poderá ser vivido também por quem a lê. Esta Obra permaneceu toda impressa na alma do instrumento humano que a compilou, este trabalho constituiu para ele como que uma escola, uma escada que por degraus sucessivos ele subiu com fadiga. Assim ele se aproximou sempre mais do cimo, onde ele encontrou o conhecimento que respondeu aos seus quesitos e resolveu os problemas que o mundo lhe deixava insolutos. Outro tanto poderá fazer o leitor que sentir essa necessidade, por ter chegado a maturidade.

Eis que aqueles volumes são um meio para uma finalidade bem mais alta do que uma glória ou um sucesso terreno. Assim destas coisas — tão importantes em nosso mundo — como da sua perda, naturalmente fica alheio quem alcançou outra finalidade que para ele tem um valor bem mais elevado. Aquelas coisas são efêmeras, passam, se abandonam com a morte. Mas, pelo contrário, a consciência de ter procurado realizar uma obra de bem para os outros e de ter adquirido para si novas qualidades, permanece definitivamente aderente à própria personalidade com o resultado que a morte não pode anular e que portanto levamos conosco.

O ter conquistado para si esta construção é um fato individual, "interior", indestrutível, livre das apreciações do mundo que ficam no nível dele, sejam elas de louvores ou de censuras.

O fato de haver realizado uma boa ação se traduz num resultado individual, intransferível, porque representa uma posição biológica na qual não pode chegar a colocar-se quem não tenha, com o seu próprio esforço, percorrido todo o caminho necessário. É justo, de resto, que a deslocação de uma posição evolutiva não possa acontecer apenas com a leitura de livros, sem se cumprir toda uma íntima elaboração biológica. Não se trata aqui de adquirir conhecimentos para enriquecer a própria cultura, mas de realizar um salto para a frente — o que não se improvisa — mas pode verificar-se apenas depois de séculos e de vidas de maturação interior. É conforme a justiça da Lei que nenhuma vantagem se possa obter, se não for ganha. Cristo nos mostrou o caminho da redenção, mas cada um deve percorrê-lo com o seu próprio esforço.

* * *

Ora, em que consiste esta visão de Deus? É possível descrevê-la para fazê-la compreender a normal forma mental humana? Como foi anteriormente apontado, podemos aproximar-nos da visão por três diversos caminhos: o emotivo ou do sentimento; o intelectual, ou mental; o concreto, ou seja o da realização. Esta visão de Deus, podemos senti-la, compreendê-la e vivê-la. A presente Obra abraça todos estes três momentos, e pode ser entendida separadamente a partir de cada um destes seus aspectos, que se apoiam, contudo, e se completam reciprocamente.

O indivíduo escolhe, via de regra, o caminho que melhor condiz com o seu temperamento; conforme a faceta que teve nele maior desenvolvimento: o coração, ou a razão, ou a ação. As religiões exóticas, devendo satisfazer as camadas sociais menos intelectualmente desenvolvidas, representadas. Pelas massas que não sabem superar o estado emotivo, apoiam-se prevalentemente sobre o sentimento e

sobre uma aceitação passiva pela fé. A ciência, que se apoia, pelo contrário, no fator lógico e racional, encontra maior acolhida junto às classes mais cultas. Assim, religião e ciência são ambas unilaterais e incompletas, cada uma concebida apenas com a sua própria forma mental, cada uma exclusivista, pronta a repelir as verdades da outra, que afinal não são senão complementares nos pontos que não são localizados por uma ou por outra.

A nossa Obra procurou evitar tal unilateralidade ao mesmo tempo em que quis ser completa, alcançando a mesma Verdade primeiro pelos caminhos da intuição, depois pelas vias racionais. Assim os dois aspectos se fundem e se sustentam reciprocamente para convergir à mesma e única visão do pensamento que tudo dirige e move, e que chamamos Deus. Desse modo, espírito e matéria constituem alma e corpo de um mesmo organismo. Logo do centro à periferia e da periferia ao centro, a existência, ora como pensamento, ora como ação, constitui uma coisa só. Assim, do S ao AS e do AS ao S, e apesar do antagonismo entre posições contrárias, Deus é uno com o todo e o todo é uno com Deus.

Eis que a visão é simples, porque é aquela da presença de Deus em toda forma de existência, seja qual for seu tipo, mesmo se afastadas do centro, ao qual, contudo, cada uma permanece ligada, como se fosse uma sua emanção ou ramificação. A visão é unitária, porque Deus está presente em cada forma, seja qual for o seu nível de desenvolvimento evolutivo, porque Deus é o Princípio que todas dirige, a força que lhes anima o funcionamento e a própria forma com que as mesmas se expressam e realizam. Esta visão representa uma penetração nas profundidades do AS até o seu centro diretor e animador que é o S, sendo a contemplação da beleza deste para além das deformidades daquele.

Se nós não vemos Deus, não é porque Ele se esconda no mistério, mas porque ainda não nos construímos os olhos apropriados para vê-Lo. Mas a evolução, restituindo-nos a vista, nos reconduzirá ao S, oferecendo-nos de novo a visão de Deus. Vive-se então em função de uma outra realidade, de uma outra existência de tipo positivo e não mais negativo, iluminada de conhecimento, de vida e de alegria, e não mergulhada nas trevas, na dor, na morte. Tudo se transforma, então, vivificado por uma divina luz que é potência interior.

Tal visão da presença de Deus não é uma abstração, mas é a percepção de uma realidade viva e positiva. Esta realidade objetiva é o S, cuja percepção se alcança por evolução. Que o S constitui uma realidade objetiva é provado pelo fato de representar a própria meta da evolução. Ora esta é um fenômeno universalmente aceito, que vai da matéria ao espírito, caminho que não pode deixar de ter um ponto de chegada, o qual terá de ser forçosamente o mesmo que o ponto de partida, ou seja, Deus.

Resumindo, esta visão pode ser alcançada por dois caminhos diferentes: 1º) o da compreensão por parte do intelectualmente desenvolvido, da estrutura e funcionamento orgânico do todo, isto é, por meio de um estado de iluminação da mente que atingiu o conhecimento, que, através da obra na qual Deus se expressa, contempla o seu lado espiritual; 2º) o caminho da percepção, por parte do evoluído sensibilizado, da irradiação de positividade e potência criadora e saneadora que emana do centro, Deus, com a imensa e arrastadora onda da vida que tudo investe, sustenta e impele para o bem.

Assim, a visão de Deus pode ser tanto racional (Ciência), como emotiva (Religião). Ela pode ser alcançada pelas vias da mente, como pelas do coração, e pode ser gozada tanto como brilho do intelecto, quanto como alegria de sentimento. Cada um escolhe a via que lhe é mais adequada. Assim o cientista e o místico parecem dois seres opostos visando a trabalhos diversos, quando, na realidade, eles procuram o mesmo Deus que fala a cada um conforme sua diversa forma mental. É natural que Deus possua todos os aspectos e atributos que a nós, situados no relativo, aparecem como diferentes e separados. Mas a visão completa é a do intelecto unido ao sentimento, isto é, a do cientista que também sabe orar e a do místico que também sabe pensar, operando uma análise consciente do seu fenômeno. Dotada desta ambivalência será completa a religião científica do futuro.

Eis que esta visão pode representar um estado de sublimação de todo o ser humano, nos seus dois aspectos fundamentais, dos quais, um racional, emotivamente frio, e o outro incandescente, em êxtase, arrebatado, típico de quem é incendiado pelo esplendor de Deus. Tal visão nos coloca em contato

espiritual com o S, o que transfere o nosso método de vida, levando-nos a funcionar na ordem. Isto torna mais leve o nosso fardo de dores que é tanto maior quanto mais se envolve, e que é tanto menor a medida que se sobe. Evoluir significa aproximarmo-nos do S, aprender a mover-nos sem provocar, com o erro, o choque da desordem causadora da dor, a qual, não tem mais razão de existir quando tenha cumprido a sua função de ensinar e quando o sujeito tenha aprendido a lição. A visão serve para andar de acordo com Deus, o que, eliminando o mal, resolve o problema da dor.

Assim a visão é alegre, positiva, benéfica. O conhecer a Lei, o senti-la presente, o vivê-la, dá aquele sentido de segurança de quem se apoia sobre o solido, conhece as conseqüências de suas próprias ações e sabe que em cada ocorrência a última palavra pertence sempre a justiça de Deus. Quem conhece a Lei sabe que quem a segue é por ela protegido, que o resultado de seu reto operar é garantido, sabe que o bem é o mais forte e destinado a vencer, seja quem for que o pratique, mesmo se estiver situado no meio do mal do AS. Ele sabe que a dor, enquanto ensina, é um benéfico instrumento de evolução e assim o utiliza para a sua vantagem.

Ele vê a estrada e a meta, sabe que está a caminho e sabe para onde vai. Ele não se move mais por tentativas como um cego, porque, através do longo trabalho da elaboração evolutiva, construiu novos olhos para ver, e, por isso, pode agora contemplar uma esplêndida visão, precioso prêmio que, conforme a própria justiça da Lei, ele mereceu.

Quem possui estes novos olhos, mesmo se situado de cabeça para baixo no AS, vê em cada momento e lugar funcionar a Lei que lhe expressa o pensamento de Deus. Sentindo a Sua presença em tudo o que existe, estabelece-se um íntimo diálogo entre a alma e Deus, sem que nenhum ser humano — por mais poderoso que seja — possa intervir. Então o indivíduo é penetrado por esta presença espiritual que para ele é viva e lhe fala com a Voz interior. Então já não se sente mais só porque se irmana e comunica com tudo o que existe e que expressa a presença de Deus. Torna-se então célula pensante do grande organismo de pensamento que é a alma do todo. Esta comunhão confere um sentido de imensa potência vital, porque se coloca em contato com a própria fonte da vida que é Deus. É inebriante beber na taça do conhecimento. Esta é uma exploração contínua perante a qual cá, passo a passo, o desconhecido, é uma corrida a superação de horizontes cada vez mais longínquos, é um mover-se livremente num oceano sem limites, onde cada gota é um momento da sapiência de Deus. Então todas as formas do ser se nos revelam na divina substância que as anima e elas nos contam uma sua longa história de criaturas de Deus, vivas de Sua vida, movidas pelo Seu pensamento, guiadas pela Sua Lei. Tem-se então a sensação da própria eternidade, percebendo-se que no profundo do ser está Deus, centro radiante de vida, potência suprema, conhecimento, bondade, amor. Quanto mais estão abertos os canais da nossa compreensão, tanto mais conseguimos escancarar as portas em direção à luz de Deus, tanto mais ela irrompe em nosso ser, o inunda de uma luminosidade alegre e vitoriosa, e o arrebatava para um plano de existência mais alto e feliz.

Esta é a visão do Deus Pai, o ponto de chegada de toda a Obra, vértice no qual ela se conclui. Seguindo Cristo, elevado para fora do AS, chegamos à visão do S. Iniciei a Obra em 1931 num estado de trevas, pedindo em vão às religiões e a ciência uma resposta aos fundamentais porquês da existência. Estou terminando a Obra em 1971, depois de quarenta anos de trabalho, num estado que, pelo menos para mim, é de iluminação.

Agora, na profundidade de cada coisa existente, sinto, com crescente assombro, um pensamento que me fala de Deus. Por vezes aquele pensamento se torna palavra e a ouço com um sentido que está nas profundezas do meu ser, e onde, como em tudo, está Deus. Então é possível se entender porque Deus fala com a Sua linguagem ao Deus que esta dentro de mim. Por isso é possível comunicar porque em Deus encontro a mim mesmo e Ele se encontra em mim, assim como o Filho se encontra no Pai e o Pai se encontra no Filho. Eis que no turbilhão de todas as formas que mudam, ouço a palavra que as mesmas dirige, imóvel, do centro de cada movimento.

Este fenômeno não é desconhecido. Ele se chama intuição, inspiração etc., e se explica psicanaliticamente, como já fiz alhures. No homem comum o superconsciente jaz adormecido no

inconsciente. Nesse estágio primordial Deus é captado como uma idéia longínqua, como um pressentimento, mediante um ato de fé. Mas acontece que alguns indivíduos, com o evoluir, começam a despertar para níveis espirituais mais elevados, então a idéia de Deus desabrocha, emerge das névoas do inconsciente e se torna consciência de Sua presença. É assim que o evoluído pode atingir uma aproximação cada vez mais clara da visão de Deus, por estar Ele no ápice da escada da evolução, no fim do percurso que vai do AS ao S. Esta visão é o produto de um amadurecimento e, por isso, ela se faz tanto mais clara quanto maior é o desenvolvimento que pôde alcançar cada indivíduo.

Assim, um degrau após o outro, no final da Obra e da vida, encontro-me agora de olhos abertos diante da Lei de Deus. Escrevendo, fui à escola e aprendi. Mas ao mesmo tempo quis explicar também aos outros. Todavia eu não posso fazer com que o desejo de transmitir se possa adquirir por simples leitura de livros. Isto porque não posso mudar a Lei que exige que a ascensão só se realiza com o esforço pelo qual se conquista sua própria evolução. Nestas condições, contudo, o caminho pode ser percorrido e a meta atingida por todos. É por isso que, com a Obra, contei uma tão longa história!

É a história de uma alma em evolução. Ela poderá interessar a quantos estejam prontos e dispostos a percorrer tal caminho. Por isso a tracei e descrevi nos 24 volumes que se sucederam, e dos quais é este o último. Isto para o bem de quem quiser tirar proveito dela.

Eu estava desorientado, e agora tenho como orientar-me; duvidava e agora estou seguro; estava desarmonizado no caos e agora estou em harmonia na ordem do Todo; então não sabia e agora sei. O meu desejo é que tanto trabalho permita que também outros compartilhem destes benefícios, dos quais, por ter seguido este caminho, agora, no fim da minha vida, posso usufruir.

F I M